

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bruno Mariotto Jubran

**Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia
entre 1992 e 2010.**

Porto Alegre, maio de 2012

Bruno Mariotto Jubran

**Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia
entre 1992 e 2010.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do rio Grande do Sul (PPGRI – UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Orientador: Professor Dr. Raul Enrique Rojo

Porto Alegre, maio de 2012

CIP - Catalogação na Publicação

Jubran, Bruno Mariotto

Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia de 2012 / Bruno Mariotto Jubran. -- 2012. 224 f.

Orientador: Raúl Enrique Rojo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Brasil-Rússia. 2. Política externa brasileira. 3. Política externa russa. 4. BRICS. 5. Parceria estratégica. I. Rojo, Raúl Enrique, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia
entre 1992 e 2010.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do rio Grande do Sul (PPGRI – UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo

Orientador

PPG em Relações Internacionais e PPG em Sociologia, UFRGS

Prof. Dr. Angelo de Oliveira Segrillo

Depto. de História, USP

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

PPG em Relações Internacionais e PPG em Ciência Política, UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

PPG em Relações Internacionais e PPG em Ciência Política, UFRGS

Porto Alegre, 7 de maio de 2012

Agradecimentos

Reconheço que presente trabalho não é fruto de apenas meu esforço pessoal, mas, sim, de um conjunto de pessoas especiais. Sem a ajuda delas, o trabalho não seria viável. Ao meu orientador, Raul, agradeço não apenas a orientação acadêmica, mas também a confiança, a motivação e o incentivo, durante todas nossas reuniões. Foram essenciais todas as sugestões de organização da estrutura da dissertação.

À professora Susana Soares, pelas dicas e propostas de pesquisa em nossas aulas de metodologia. De nossas conversas pude aprimorar significativamente a qualidade de minha pesquisa.

À professora Ondina, pela atitude bastante solícita na preparação e no decorrer de nosso intercâmbio na Suécia.

Aos colegas Andressa, Bruno, Daniel, Denise, Leonardo, Fábio, Rafael, Silvana, e aos colegas de outras turmas, especialmente a Maria Teresa e Leonardo Alles, com que compartilhei momentos sobretudo de confraternização, mas também de discussões acaloradas. Também gostaria de agradecer à Alessandra pelas nossas conversas sobre Rússia e sobre tudo, e à Irina pela revisão do resumo em russo.

Ao Lucas e ao pessoal da Babilônia, que me hospedaram em duas ocasiões em 2011 durante o trabalho de campo em Brasília, e me proporcionaram ótimos momentos de descontração nos fins de semana!

Профессорам Сизоненко, Окуневой, за наши полезные встречи в ИЛА-РАН. Мне хотелось не только сохранять, а расширять контакты между бразильскими и российскими экспертами и институтами. Надо еще добавлять, что все материалы собранные в ИЛА-РАН были очень нужны в диссертации!

Ao crucial apoio institucional da CAPES e do Programa Linneaus-Palme, à secretaria do Programa de Pós Graduação, em especial à Nara, cuja disposição de resolver problemas foi determinante não só para mim, mas para todos os colegas, inclusive nos momentos mais complicados. Ao Arquivo do Itamaraty pela permissão dada à pesquisa nos documentos e, também, pela boa receptividade de seus funcionários.

Um agradecimento especial à minha família, meu Pai, Habib, minha mãe Carmen, e minha irmã Laís pelo apoio emocional durante todos os momentos, e que se dispuseram viajar mais de 1000 quilômetros e assistir à minha defesa.

Há muitas outras pessoas que gostaria de mencionar aqui, mas correria o risco de ter que escrever um capítulo apenas de agradecimento. Assim, digo-lhes: muito obrigado por existirem na minha vida!

Мы хотели как лучше, а получилось как всегда
[Queríamos o melhor, mas acabamos como sempre]
Viktor S. Chernomyrdin, Primeiro Ministro russo de 1993 a 1998

Resumo

Em 2002, durante a visita de Fernando Henrique Cardoso a Moscou, Brasil e Rússia consagraram a expressão “Parceria Estratégica”. Na mesma ocasião, a Rússia deu apoio à proposta de inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, em troca, o Brasil apoiou a adesão russa à Organização Mundial do Comércio. Em 2004, Vladimir V. Putin realizou a primeira visita de um chefe de Estado russo ao Brasil, os apoios mútuos foram confirmados e um novo conceito foi adicionado às relações bilaterais: a “Aliança Tecnológica”. As expectativas de cooperação bilateral pareciam bastante positivas, dada a vontade política de ambos os governos de iniciar as discussões. Porém, ao se observar a situação atual da cooperação em diversas áreas, conclui-se que a grande maioria dos projetos sequer foi iniciada. Havendo vontade política de ambos os países, o que explica a não realização desses projetos?

Fatores materiais, como variação de poder dos países, bem como pressões do sistema internacional (e de outros países) podem ser relevantes para o problema. De fato, identifica-se, em alguns casos, a ingerência de terceiros países, como os EUA, em alguns projetos específicos, como no caso da cooperação espacial e militar. Teorias realistas e neorrealistas assumem que esses fatores explicariam satisfatoriamente a incipiente cooperação técnico-científica entre Brasil e Rússia. Destoando-se das teorias realistas “ortodoxas”, entretanto, defendemos que outros fatores de natureza não material e aspectos de ordem doméstica foram significativos. Especificamente, percepções recíprocas errôneas dos dirigentes russos e brasileiros, bem como indefinições e instabilidades nos programas nacionais brasileiros de reaparelhamento das forças armadas (como o Projeto FX-BR) e de desenvolvimento de energia nuclear, podem ser chave para entender o problema.

Palavras-chave: Brasil-Rússia, política externa brasileira, política externa russa, BRICS, parceria estratégica

Abstract

In 2002, when Brazilian President Fernando H. Cardoso visited Moscow, Brazil and Russia established the expression “Strategic Partnership”. At the same occasion Russia supported Brazilian bid as a permanent member of United Nations Security Council and, in return, Brazil supported Russian accession to the World Trade Organization. In 2004 Vladimir V. Putin conducted the first visit of a Russian Head of State to South America, the mutual supports were reaffirmed and a new concept was added to the bilateral relations: the “Technological Alliance”. Expectations of bilateral cooperation seemed to be very positive, given the political will of both governments to start the discussions. However, observing the present situation of the cooperation in different areas, it is possible to conclude that most of the projects was not even initiated. Despite of political will of both countries, why such projects were not implemented?

Material factors such as variations in national capabilities and influences from international system (and from other countries) might be relevant, but not enough, to fully understand the problem. Actually, it is possible to identify some negative influences of other countries (in particular of the USA) in space and military cooperation. Realist and Neorealist theories would assume that such factors alone would be enough to explain the current low level of scientific and technical cooperation between Brazil and Russia. Diverging partially from “orthodoxy” in international relations realism, we contend that other non-material and domestic factors were indeed significant. Specifically, reciprocal misperceptions of Russian and Brazilian leaders, as well uncertainties and instabilities in Brazilian national programs of modernization of Armed Forces (such as the FX-BR Project) and of development of nuclear energy may be crucial to better understand the problem.

Key words: Brazil-Russia, Brazilian foreign policy, Russian Foreign Policy, BRICS

Конспект

В 2002 году, в ходе встречи президента Бразилии Фернандо Энрике Кардоса с президентом России Владимиром Путиным в Москве, главы соответствующих государств дали свое согласие на кооперацию в сфере стратегического сотрудничества. В рамках встречи Россия оказала поддержку кандидатуре Бразилии на постоянное членство в Совете Безопасности ООН. Бразилия, в свою очередь, поддержала вступление России во Всемирную торговую организацию (ВТО). В 2004 году, впервые, российский глава государства (Владимир Путин) посетил Бразилию, где на основе взаимной договоренности была создана новая концепция в контексте бразильско-российских отношений: "Технологический альянс". В то время, ожидания результатов от двухстороннего сотрудничества были положительны благодаря общей договоренности глав государств. Однако, после 10 лет большинство двухсторонних проектов в разных сферах еще не начались, хотя желания обеих стран в сфере сотрудничества не угасли и продолжают существовать. Как объяснить подобную проблему?

Реальные факторы, как например, смена органов власти государств и влияние международной системы могут быть значительными в этом вопросе. На самом деле, в некоторых случаях отмечаются вмешательства других стран, как например, США в вопросах освоения космоса и военного сотрудничества. В теории реализма и неореализма подобные факторы влияния достаточны для объяснения «заторможенного» научно-технического партнерства между Бразилией и Россией. В настоящей работе отмечены другие «нематериальные» особенности, играющие важную роль: взаимная неопределенность в переговорах между правящими лидерами двух стран, а также нестабильность в бразильских программах модернизации военных сил и развитию ядерной энергетики.

Ключевые слова: Бразилия-Россия, внешняя политика Бразилии, внешняя политика России, БРИКС

Sumário

Lista de Ilustrações	12
Introdução	13
Capítulo 1: O neorrealismo clássico como abordagem para análise de política externa.....	20
1. O realismo neoclássico e seus antecessores	22
2. Alguns conceitos-chave segundo os neoclássicos.....	27
2.1. Estado	27
2.2. O sistema internacional.....	28
3. O diferencial neoclássico: as variáveis intervenientes	29
3.1. Percepção do (s) líder (es) e da elite governante.....	29
3.2. A força do aparato estatal.....	31
Capítulo 2: A Política externa da Federação Russa de 1991 a 2010	38
1. Antecedentes: o <i>novoe myshleniye</i> de M. S. Gorbachov.....	39
2. A política externa da nova Rússia nos anos 1990	42
2.1. Os primeiros anos de Yeltsin (dezembro de 1991 a 1993)	44
2.2. De 1993 a 1996: desilusão e incertezas e crise da Chechênia	50
2.3. 1996-1999. A política externa orientalista?	54
3. 2000-2010: Os anos Putin – Medvedev e o retorno da Grande Rússia.	58
3.1 Pragmatismo em alta	58
3.2. Unidos contra o terrorismo	61
3.3. 2003-2008: nova escalada das tensões russo-americanas	62
3.4. A presidência de Medvedev	66
3.5. 2009-2010: o <i>reset</i> das relações russo-estadunidenses e outros desenvolvimentos recentes.....	67
Capítulo 3 – As relações russo-brasileiras: dos primórdios até 2000	69
1. Dos primórdios até 1991	71
1.1 Antecedentes: o Período Joanino.....	71
1.2. Antes do reconhecimento	72
1.3. De 1828 a 1917 – acordos comerciais, e expedições científicas, baixo perfil	72

1.4. De 1917 a 1961 – as não relações.....	74
1.5. De 1961 a 1985 – acordos comerciais	77
1.6. De 1985 a 1991 – tentativa frustrada de criar “algo mais”	78
2. As relações entre o Brasil e a Federação russa nos anos 1990	79
2.1. 1992-1993: otimismo retórico inicial, mas desinteresse mútuo	80
2.2. De fins de 1993 a fins de 1995: o Brasil toma iniciativa	86
2.3. De fins de 1995 a meados de 1998: a aproximação limitada	94
2.4. De meados de 1998 ao início de 2000: novas crises e adiamentos.....	98

Capítulo 4: As relações russo-brasileiras de 2000 a 2005. A fase das expectativas otimistas. 102

1. 2000 a 2002: interesses comerciais brasileiros: Açúcar, carnes, café e os primeiros (graves) contenciosos comerciais	103
1.1. Visitas de Alto Nível e a parceria se torna oficialmente “estratégica”/	104
1.2. Sobre a CAN, CIC e CAP e a relação entre eles	105
1.3. A espinha dorsal das relações Brasil-Rússia: comércio e novos contenciosos	107
1.4. Outras áreas de cooperação pouco avançaram: C&T, nuclear, e mais novas propostas russas.	112
2. De 2003 a meados de 2005: Comércio continua prioritário, posição menos intransigente do Brasil. Novos temas, pouca realização.	117
2.1. Os pontos de vista russo e brasileiro sobre o mundo aproximam-se mais	118
2.2. Comércio: “antigos” problemas	121
2.3. (Quase) nada de novo em Ciência e Tecnologia	126

Capítulo 5. De 2005 a 2010: novos fóruns de discussão política, mas poucos resultados práticos. 135

1. As relações da Rússia com os países latino-americanos entre 2005 e 2010. Intensificação dos contatos e da cooperação.....	135
2. de 2005 a meados de 2008: Auge e desgaste.....	138
2.1. Desgaste dos mecanismos institucionais (CAN e CIC)	138
2.2 Evolução do comércio: congelamento das disputas	139
2.3 Espaço. A Missão Centenário e seus parques desdobramentos	141
2.4. Cooperação militar: acordos, decisões polêmicas e primeiras vendas	144
2.5. Cooperação energética:	149
3. As relações entre 2008 a 2010: conflitos regionais, crise econômica e a influência nas relações bilaterais.....	153
3.1. As relações políticas.....	153

- 3.2. A crise econômica e seu efeito duplamente negativo no comércio e na cooperação em C&T; o surgimento de novas disputas comerciais 157
- 3.3. Investimentos: as primeiras empresas brasileiras na Rússia 161
- 3.4. Uma visão russa sobre as relações bilaterais..... 162
- 3.5. Um pequeno inconveniente caucasiano para o Brasil (2009-2010)..... 164

Considerações finais: uma interpretação realista neoclássica para as relações Brasil e Rússia..... 168

Bibliografia..... 186

- 1. Telegramas do Itamaraty 186**
 - 1.1. Telegramas da Embaixada em Moscou para a Secretaria de Estado 186
 - 1.2. Telegramas expedidos da Secretaria de Estado para a Embaixada em Moscou..... 189
- 2. Documentos e publicações oficiais..... 190**
 - 2.1. Do Brasil..... 190
 - 2.2. Da Rússia..... 191
 - 2.3. Declarações conjuntas e tratados bilaterais 192
 - 2.4. Multilaterais e outros 193
- 3. Livros 193**
- 4. Artigos acadêmicos e/ ou capítulos de livros 195**
- 5. Artigos de jornais eletrônicos, vídeos e demais mídias online 199**

Apêndices 202

- Apêndice A – Cronologia das Relações Brasil-Rússia..... 202**

Anexos 206

- Anexo A – Mapas 206**
- Anexo B – Estatísticas Econômico-Comerciais..... 209**
- Anexo C – Estatísticas demográficas 215**
- Anexo D – Estatísticas militares 216**
- Anexo E – Relação de tratados entre Brasil e Rússia 219**

Glossário de siglas e abreviaturas 222

Lista de Ilustrações

Figura 1: Esquema analítico do realismo neoclássico.....	23
Figura 2: Organograma das instâncias bilaterais	107
Figura 3 Comércio Brasil Rússia 1999-2002.....	108
Figura 4 Comércio Brasil-Rússia 2002-2005.....	121
Figura 5 Distribuição em % das cotas russas de carnes para países e blocos (2003).	122
Figura 6: Comparação entre os concorrentes do FX-BR.....	131
Figura 7 Comércio Brasil-Rússia 2005-2008.....	140
Figura 8: Comércio Brasil-Rússia 2008-2010.....	157

Introdução

Tem sido quase que habitual na literatura sobre política externa brasileira, especialmente no discurso oficial, mas também em diversos trabalhos acadêmicos, tomar como certo de que houve uma tendência à diversificação regional de parcerias com países estrangeiros, supostamente de forma mais marcante ao longo do mandato do então Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. Ainda segundo essa visão, o Brasil teria abandonado o viés estritamente comercialista que teria caracterizado sua política externa em anos anteriores, em prol de formas diversas de cooperação, como avanço das parcerias bilaterais e regionais em ciência e tecnologia, apoio social e humanitário a regiões empobrecidas, com destaque para as chamadas “parcerias Sul-Sul”.

Na visão dos proponentes da visão acima resumida, a partir do Governo Lula, o Brasil procurou desenvolver relações com países para além da América do Sul, com atenção especial para um seleto grupo de países, cujas denominações variam consideravelmente: as potências regionais (LESSA, 1998); Potências Médias Industrializadas (SENNES, 1998) ou, como são comumente denominados os membros do agrupamento BRICS, “grandes países emergentes”. A coroação desses esforços teria ocorrido com a conformação de blocos entre esses países, dos quais seriam exemplo o IBAS ou G-3¹ e, mais recentemente, o próprio BRICS². Como dizem os Professores Vigevani e Cepaluni (2007: 329):

A aproximação com os países do Sul ganhou destaque no governo Lula da Silva. Defendeu-se uma relação mais duradoura com os países em desenvolvimento, motivada por visões de mundo e pelas raízes ideológicas do Partido dos Trabalhadores (...). Institucionalizou-

¹ Grupo de países formados por África do Sul, Brasil e Índia desde 2003.

² Acrônimo para o grupo formado oficialmente em 2006, por Brasil, China, Índia e Rússia. A África do Sul ingressou no grupo em 2010.

se a parceria entre Índia, Brasil e África do Sul, abrangendo uma série de temas, como segurança, comércio, intercâmbio tecnológico, com resultados ainda incertos.

A princípio, essa visão parece fazer sentido, ao julgarem-se os casos em que o Brasil cooperou com a Índia, por exemplo, na área de remédios no início da década de 2000 e, de forma ainda mais clara, a cooperação técnico-espacial com a China, que possibilitou a construção de satélites binacionais e seu lançamento ao espaço, e que comumente é citado como um caso típico (e exitoso) de cooperação Sul-Sul.

E com relação à Rússia, é possível afirmar que houve um desenvolvimento claro das relações entre os dois países, especialmente nesse contexto de aprofundamento de parcerias com países “não tradicionais” para a diplomacia brasileira, assim como se observa em relação aos outros países membros do BRICS (nomeadamente, África do Sul, China e Índia)? Se houve efetivamente o desenvolvimento dessas relações, as mudanças de governo no Brasil entre 2002 e 2003 e na Rússia em 2000 tiveram algum efeito claro nesse processo, ou tiveram influência outros fatores? Se sim, quais seriam esses fatores?

O trabalho presente se propõe a examinar o conjunto das relações entre o Brasil e a Rússia durante a maior parte dos anos 1990 e também durante a primeira década do século XXI, na qual se compreende a totalidade dos mandatos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e o de Luis Inácio Lula da Silva, além de um interregno de Collor de Melo. Na vertente russa, o período corresponde ao período da presidência de Yeltsin e dos dois mandatos de Vladimir V. Putin na presidência do país³, além de uma parte do mandato de Dmitry A. Medvedev.

A escolha do período 1992 a 2010 justifica-se para a verificação e eventual comparação entre os períodos finais de Collor / Cardoso com o de Lula e, não menos importante, entre Yeltsin e Putin – Medvedev. A análise não se centra apenas na perspectiva da política externa brasileira, mas também nas políticas perseguidas e nas decisões tomadas pela Federação Russa durante o período em relação ao Brasil.

A ênfase do presente trabalho dá-se às relações políticas entre Brasil e Rússia, e, inclusive, às relações comerciais e a cooperação tecnológica. É

³ O primeiro mandato de Putin iniciou-se em 2000 e durou até 2004; o período seguinte deu-se entre 2004 e 2008.

necessário, entretanto, esclarecer alguns aspectos a respeito desses dois últimos objetos de estudo. No caso das relações políticas, entendemos como a interação desenvolvida entre os dois países, tanto no plano bilateral como no multilateral. O enfoque dessa vertente é a convergência ou não dos pontos de vista de ambos os países em temas marcantes na cena internacional que foram alvo de conversações entre os dois países, durante o período considerado.

Quando tratamos de temas comerciais, nossa preocupação, isto é, o objeto da análise em si, refere-se não exatamente sobre aquilo que determinou os eventuais altos e baixos nas transações comerciais, mas em seus efeitos sobre a política desses dois países e, mais precisamente, sobre as próprias relações bilaterais. Toma-se um caso (não tão hipotético) de um significativo aumento das exportações brasileiras para a Rússia. Nossa análise centra-se não sobre “o quê” motivou esse aumento de exportações, mas se isso causou alguma reação política por parte do Governo russo, seja pela adoção de medidas protecionistas, ou simplesmente uma crítica ao andamento do comércio. Caso pretendêssemos focar as causas desse aumento de comércio, seria necessária uma abordagem predominantemente economicista, o que desviaria a pesquisa do escopo dos questionamentos aqui expostos. Assim, as complexas dinâmicas do comércio bilateral serão tratadas como “dados”, sem necessariamente ter como preocupação suas causas, mas consequências. Contudo, vislumbramos uma exceção possível, quando a promoção comercial torna-se propriamente política de um dos dois países. Neste caso, as “causas” do comércio seriam consideradas, uma vez que fariam parte da alçada das políticas comerciais de um ou outro país. Ainda sobre o comércio, as iniciativas de cunho privado, isto é, as de empresas ou de indivíduos, podem ser eventualmente mencionadas, por exemplo, para favorecer eventual argumento sobre a falta de iniciativa governamental de determinado país na promoção comercial.

De forma análoga, os âmbitos de cooperação técnico-científica, assim como as relações comerciais, apresentam relevância para mensurar a intensidade ou a densidade dos contatos bilaterais. Esse aspecto do bilateralismo das parcerias brasileiras tem sido desenvolvido com distintos países “do Sul”, como a Argentina (setor nuclear), Índia (farmacêuticos), China (desenvolvimento e produção de

satélites), e, inclusive, com a Ucrânia (lançamento de foguetes) ⁴. Não serão detalhadas questões específicas da cooperação técnica, como por exemplo, especificações técnicas de aviões militares, mas com questões de fato políticas. Por exemplo, haverá preocupação em determinar qual dos países que propôs determinado projeto de cooperação, se este foi aceito ou rejeitado pelo outro lado, e, naturalmente, se o projeto foi ou não implementado. A efetiva implementação nos permitirá mensurar a intensidade ou a profundidade dos contatos entre os dois países.

Uma questão de ordem prática impôs-se durante a configuração deste trabalho, e refere-se às fontes consultadas. As fontes primárias do trabalho, e que também são as principais, foram os telegramas emitidos pela Embaixada do Brasil em Moscou e, também, os telegramas expedidos pela Secretaria de Estado em Brasília para a referida representação brasileira na Rússia, o que resultou num total de 5.667 páginas reunidas em 2.132 telegramas. Foram consultados os arquivos confidenciais de 1992 a 2000 e os classificados como “ostensivos” de 2001 e 2010⁵. As pesquisas junto ao Arquivo do Itamaraty demandaram uma semana durante julho de 2011 para realizar a primeira parte (1992 a 2000) e uma semana e meia, no final de novembro de 2011, para completar a segunda e mais volumosa parte (2001 a 2010). Infelizmente, não foi possível o trabalho de campo da contraparte desses arquivos em Moscou, uma vez que o autor do trabalho não teve tempo hábil para o agendamento e para a consulta durante sua breve visita à capital russa, o que poderia, sem dúvidas, enriquecer o presente trabalho. Sobre as demais fontes *primárias*, todas foram obtidas via internet: notas do Itamaraty, bem como as notas do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia (MID), publicações de ambos os governos, tratados bilaterais, declarações conjuntas, além, é claro, de notícias de jornais e de revistas.

Os livros e os textos foram obtidos principalmente em três locais: no Centro

⁴ Sobre as relações entre o Brasil e a Índia, ver a tese de mestrado de VIERA, Máira B. B. As relações Brasil-Índia (1991-2006). Dissertação de Mestrado do Programa de Relações Internacionais da UFRGS. Porto Alegre, 2010. Sobre as relações com a China, ver BECARD, D. S. R. . O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2008.

⁵⁵ A legislação brasileira apresenta uma classificação para os documentos públicos em geral, disciplinados pelo Decreto 4553 de 2002. Os documentos confidenciais assim permanecem por no máximo 10 anos; os reservados, por no máximo 5 anos. Há ainda duas outras categorias, os secretos (20 anos) e os ultra-secretos (30), os quais, por questões temporais, não puderam ser consultados.

de Estudos da Bacia do Prata (CEDEP) da UFRGS, localizado no interior da Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais (BSCSH), onde se encontra um rico repertório de trabalhos sobre política externa brasileira, bem como uma série de publicações sobre política externa russa na Biblioteca da Universidade de Estocolmo e, finalmente, publicações sobre relações entre Rússia e América Latina no Instituto de América Latina da Academia de Ciências da Rússia.

Um problema essencialmente prático e sem ligações diretas com o escopo da pesquisa tem a ver com a transliteração de nomes e termos em russo. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) não apresenta, quando da publicação deste trabalho, nenhuma normativa ou especificação sobre esse aspecto, o que propicia certa liberdade para a grafia de nomes em russo no Brasil. Há algumas versões de transliteração para nomes russos em português, que, no entanto, são pouco utilizados, e podem ser pouco práticos justamente por não serem tão difundidos⁶. Usaremos a transliteração comumente usada em inglês, por ser a grafia, de longe, a mais comum. Em alguns casos, será preferida a solução de grafar o original em russo, especialmente de nomes de artigos, e outros textos, com a imediata tradução para o português entre colchetes.

No Capítulo I apresentamos alguns conceitos e elaborações teóricas que serão caras à presente pesquisa. Serão analisados alguns dos aspectos propostos pela chamada escola do realismo neoclássico, uma abordagem ainda emergente e pouco difundida entre as teorias de relações internacionais.

No capítulo II, apresentaremos uma retrospectiva da política externa russa para o período de 1990 a 2010. A narrativa da política russa será feita de modo bastante sucinto e seletivo, isto é, serão priorizados alguns temas específicos, tais como as relações com países chave, especialmente Estados Unidos, Europa e China, e, também, a preocupação de se determinar a partir de que etapa Moscou iniciou sua “diversificação de parcerias”, isto é, em qual momento o país euroasiático aumentou os contatos com as regiões distantes como o Sul da Ásia, a África e, naturalmente, a América Latina. Optamos por apresentar as mudanças e os processos na política externa brasileira no decorrer da parte empírica, isto é, nos capítulos 3, 4 e 5, uma vez que muitos dos eventos de política externa brasileira são

⁶ Como o problema da não diferenciação entre o Y e o I, o que pode tornar estranha a grafia do escritor Dostoievskii (ao invés de Dostoievsky).

de maior conhecimento do público leitor, em comparação os referentes à política externa russa. Isso explica a existência de um capítulo, à parte, sobre política externa russa e a ausência de um equivalente sobre o Brasil. No entanto, isso não significa que a política externa brasileira tenha sido desprezada ou subestimada em nosso trabalho.

O capítulo 3 subdivide-se em duas partes. A primeira refere-se aos antecedentes das relações Brasil-Rússia, incluindo-se seus primórdios no século XIX, até o ano o início da década de 1990, quando da dissolução da URSS. Inclui-se o período em que se registram os primeiros contatos, no início do século XX, até a eclosão da Revolução russa, em 1917, passando pelo reconhecimento russo da independência do Brasil, em 1828 e o período das relações entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1917-1990). A parte final do capítulo apresenta as relações entre o Brasil e a Federação Russa nos anos 1990. A última parte tem grande relevância para uma melhor compreensão das relações bilaterais na década seguinte. Nesta última parte será empregada a mesma categoria de fontes primárias (telegramas oriundos da e destinados para a Embaixada de Moscou).

O Capítulo 4 inclina-se sobre as relações entre o Brasil e a Rússia entre 2000 e 2005, a que caracterizamos como a fase das grandes expectativas. O período tem duas subfases: a primeira inicia-se a partir mais especificamente da instauração da I Comissão de Alto Nível, em junho de 2000, que inaugura efetivamente uma nova etapa para as relações bilaterais, caracterizadas, por um lado, pelo avanço do diálogo político, mas por outro o crescimento das disputas comerciais. A segunda fase refere-se à manutenção do diálogo político no mesmo nível anterior, mas com a redução progressiva dos desentendimentos comerciais, e compreende os três anos iniciais da Presidência de Lula (2003 a fins de 2005).

O capítulo 5 trata das relações entre fins de 2005 e 2010, quando se testemunha uma nova tendência de aproximações bilaterais em âmbitos políticos (ex: reforma da ONU, problema nuclear iraniano, oposições a determinadas políticas norte-americanas), que se contrasta claramente com a crônica estagnação dos projetos nos âmbitos científico-tecnológicos e com o impasse nos acordos comerciais.

Na conclusão, buscaremos analisar o período com base nas categorias

teóricas apresentadas na Parte I, e questionaremos o uso da expressão “parceria estratégica”, tão largamente empregada tão comumente nos círculos oficiais e, não raramente, corroborada na própria academia para descrever as relações Brasil-Rússia. Essa exposição terá como contrafactual as relações entre a Rússia e com alguns outros países latino-americanos, especialmente Venezuela e Cuba.

Capítulo 1: O neorrealismo clássico como abordagem para análise de política externa

Antes de se iniciar a exposição sobre o chamado realismo neoclássico, a vertente teórica que dará importante embasamento ao nosso trabalho, faz-se necessário apresentar o contexto em que ela surgiu e, também, qual sua relação com as demais teorias ou escolas de relações internacionais. Consideramos que os embasamentos teóricos propostos nessa teoria são compatíveis e bastante apropriados para os propósitos de nosso trabalho.

No âmbito das discussões teóricas de relações internacionais, o final dos anos 1980 e toda a década seguinte foram marcados pelo crescimento e pela diversificação das críticas à escola realista de relações internacionais. Essa oposição compreendia, entre outros, os autores liberais, que enfatizavam o poder das normas e organizações internacionais; os construtivistas, que concediam centralidade ao papel das ideias, crenças, ideologias; e os “críticos”, para os quais as teorias existentes em relações internacionais eram focadas apenas nos estados soberanos e tinham como propósito legitimar a atuação dos Estados dominantes no sistema internacional.

Eram bastante difundidas, apesar de errôneas, as percepções de que o realismo como um todo não era mais adequado para entender a série de eventos ligados ao final da Guerra Fria: a queda dos regimes comunistas na Europa Oriental e a desintegração da União Soviética. Na verdade, o *core* do pensamento realista não se enfraqueceu de forma evidente, ou tampouco se fortaleceu (WOHLFORTH, 1995). Em outras palavras, o surgimento de novas teorias de relações internacionais nas últimas três décadas não implica que o(s) realismo(s) tenha(m) perdido voz; pelo contrário, a tradição realista tem passado por evoluções e diferenciações, o que torna inapropriado o uso da expressão “a teoria realista”. Seria mais factível aludir-se a “visão de mundo” (GRIFFITHSS, 2007, p. 2), ou mesmo “posição filosófica” realista (LOBELL, RIPSAN & TALIAFERRO, 2009, p. 14), dada sua diversidade de

raciocínios e de perspectivas que se nota dentro do conjunto amplo que se convencionou denominar *realismo*.

Assim, observa-se o aparecimento de importantes correntes internas no realismo ainda durante a Guerra Fria, a exemplo do neorealismo estrutural, cuja obra mais destacada é *Teoria das Relações Internacionais*, de Kenneth Waltz. Esse trabalho, em que se propõe o sistema internacional anárquico como chave para a observação do comportamento dos Estados, diferencia-se em boa medida do de Morgenthau (2003) e de outros autores denominados clássicos, para os quais a razão da política internacional em geral é o desejo dos estadistas de maximizar do poder nacional. Esse fato é identificado como a principal divergência entre os realistas clássicos e os neoclássicos (ELMAN, 2007).

No início dos anos 1990, o surgimento de novas abordagens em relações internacionais *parecia* indicar que o realismo estava com os dias contados, mas essa sensação logo se provou equivocada (WOHLFORTH, 1995). Pelo contrário, houve certo enriquecimento das discussões no interior do realismo, com o surgimento de novas divergências internas e de novas perspectivas teóricas. A evolução dos debates sobre a teoria de Waltz (1979) levou a uma importante divisão entre os realistas estruturais, os quais se diferenciaram em “ofensivos” e “defensivos”. Em breves linhas, ambas as correntes sustentam a premissa de Waltz (1979) de que o sistema internacional anárquico se comporta como moldador ou como influência em relação ao comportamento dos estados, os quais agem racionalmente e têm como objetivo primordial sua própria segurança. A discórdia referia-se, como sugerem as terminologias, à estratégia adotada por esses atores: acumular a maior quantidade de poder possível ou fazer alianças de caráter defensivo⁷.

Ainda em fins do século XX, apareceram alguns trabalhos que propunham a harmonização dos componentes sistêmicos ou estruturais desenvolvidos pelos neorealistas, com alguns aspectos tradicionalmente pouco abordados nas teorias realistas, como as questões sobre percepção, identidade e política doméstica. Esses temas, na verdade, foram propostos or outras teorias de relações internacionais, como o construtivismo e a chamada teoria de dois jogos. É esse o contexto teórico

⁷ Cabe citar alguns trabalhos relevantes em cada uma dessas correntes. Um dos autores mais conhecidos entre os ofensivos é John Mersheimer, autor de *The Tragedy of International Politics* (2001); entre os defensivos, o próprio Waltz tem importantes trabalhos publicados, como *The Origins of Alliances* (1987).

do chamado realismo neoclássico, uma teoria de que caracterizamos como **de síntese**, cuja terminologia foi cunhada pela primeira vez por Gideon Rose em 1998⁸.

1. O realismo neoclássico e seus antecessores

Após uma breve elucidação das principais correntes realistas desde o final da década de 1980, bem como do contexto em que emergiram as primeiras formulações neoclássicas, passaremos à exposição dos principais aspectos da referida teoria, bem como sua relação com outras vertentes realistas. Os realistas neoclássicos apresentam, em geral, uma série de questionamentos, para os quais, nem o neorrealismo, nem seus desdobramentos ofensivos e defensivos, conseguem fornecer uma explicação satisfatória.

Os neoclássicos retêm a denominação de “realistas” por compartilharem o pressuposto comum dos demais autores dessa escola: o de que a política externa de um país é influenciada primeiramente pela posição que o mesmo ocupa no sistema internacional e por suas capacidades de poder material. A política internacional é, em grande medida, uma constante disputa entre os Estados por poder material e por segurança (LOBELL, RIPSAMAN & TALIAFERRO, 2009). Em outras palavras, a variável dependente é a política externa, ao passo que a variável independente refere-se à balança de poder ou à distribuição de poder entre os diferentes Estados. Esse esquema analítico básico é aceito tanto pelos realistas clássicos, como pelos neorrealistas e pelos realistas neoclássicos.

⁸ O artigo em questão é na verdade uma revisão de três trabalhos, dos quais Rose extrai pontos em comum e propõe uma diferenciação desses trabalhos em relação a outras escolas. Os trabalhos são: *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*, de Thomas J. Christensen; *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest*, de Randall L. Schweller; *The Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War*, de William C. Wohlforth; e *From Wealth to power: The Unusual Origins of America's World Role*, de Fareed Zakaria.

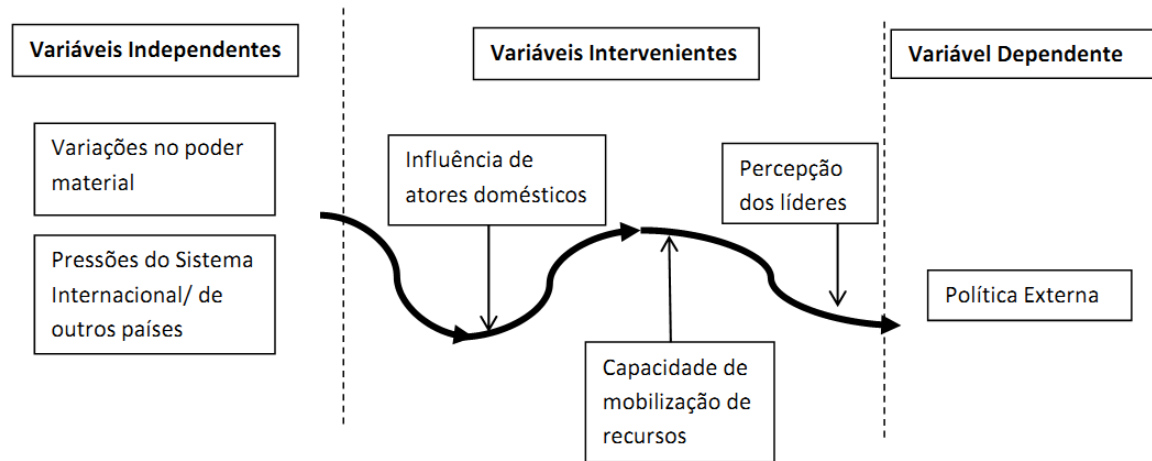


Figura 1: Esquema analítico do realismo neoclássico

A principal inovação dos neoclássicos em relação às demais vertentes do realismo fundamenta-se na incorporação de questões domésticas e não-materiais ao esquema analítico (ver figura 1). Não se aceita o postulado dos demais realistas de que a política interna em geral não é relevante para compreender as relações internacionais de um país. O impacto das variáveis independentes supramencionadas (sistema internacional e poder relativo) não é direto ou automático sobre a atuação externa de um país; há de se considerar o papel de variáveis intervenientes, situadas, principalmente, no plano doméstico (ROSE, 1998).

Um dos desdobramentos desse raciocínio é a distinção entre curto / médio prazo, de um lado, e longo prazo, de outro. Essa oposição é de extrema relevância e explica a incorporação das dimensões externas e internas como variáveis independentes e intervenientes, respectivamente. Para Rose, “do curto ao médio prazo, as políticas externas dos países podem não seguir, necessariamente, as tendências do poder material objetivo de estreita ou continuamente”, uma vez que “os líderes e as elites nem sempre têm liberdade completa de extrair e direcionar recursos nacionais da forma como desejam” (ROSE, 1998: 147, tradução nossa). Entretanto, “no longo prazo, a política externa de um país não pode transcender os limites e as oportunidades lançados pelo ambiente internacional” (Ibidem, p. 151, tradução nossa). Uma decisão específica em política externa pode ter como causa mais provável um dado de política doméstica, e não necessariamente de política internacional; no entanto, no caso de determinada política externa considerada em

um período mais longo, os fatores internacionais, como a posição do país no sistema internacional, podem ter maior relevância (ZAKARIA, 1995; LOBELL, RIPSAN & TALIAFERRO, 2009).

Podemos resumir o cerne analítico do realismo neoclássico da seguinte forma: a distribuição de poder no sistema internacional e a posição relativa de um país explicariam a direcionamento geral da política externa de uma nação, durante um período mais longo. Essa correlação entre mudanças no sistema internacional e mudança na política externa, entretanto, não seria tão direta e simples, conforme advogavam os autores realistas clássicos (e neorealistas); haveria alguns elementos intervenientes na relação entre a variável independente (o sistema internacional e a posição relativa do Estado) e a dependente (a política externa desse Estado). A relação indireta entre as mudanças no sistema internacional e a consequente mudança na política externa seria mais facilmente visualizada em períodos mais longos.

No entanto, considerando-se decisões ou políticas de curto ou médio prazo, haveria influência mais forte de fatores de ordem interna ou não-materiais, do que propriamente de questões sobre a divisão do poder no sistema internacional. A questão que se põe é saber quais seriam essas variáveis domésticas ou não-materiais e de que forma elas influenciariam nas decisões de política externa

É interessante contrastar o realismo neoclássico com seus dois antecessores, o realismo clássico e o neorealismo. Antes de se apresentar algumas das características mais marcantes dos “clássicos”, convém proceder com uma importante ressalva sobre quais autores poderiam ser denominados como tal. Grande parte da literatura específica sobre o realismo em relações internacionais insere pensadores como Maquiavel, Hobbes, e, mesmo, alguns da antiguidade, como Tucídides, no grupo dos “realistas clássicos”, sem que houvesse, em suas respectivas épocas, sequer uma definição da disciplina de “relações internacionais” e, ainda mais grave, no tempo do filósofo grego, é bastante questionável a existência dos próprios Estados, um importantíssimo objeto de estudos para a referida disciplina. Não obstante, é válida a afirmação de que os escritos desses autores influenciaram boa parte dos autores verdadeiramente realistas e, por esse motivo, parece-nos mais adequado o uso do termo “precursores” ou “influenciadores”, e não exatamente “pioneiros”. Na verdade, quando se menciona realistas clássicos, faz-se

referência a um grupo relativamente extenso de autores do século XX, como Edward H. Carr, Hans Morgenthau, Henry Kissinger e Raymond Aron.

Apesar de haver divergências entre os próprios realistas clássicos, é possível observar uma preocupação comum de analisar as fontes e os componentes do chamado “poder nacional”, bem como a atuação internacional dos próprios Estados. Morgenthau, por exemplo, lista uma série de componentes do que ele chama de poder nacional, como: localização geográfica, recursos naturais (incluindo-se alimentos e matérias primas), capacidade industrial, preparação para a guerra (inclusive o domínio de tecnologias, quantidade e qualidade das forças armadas), população, e até mesmo elementos intangíveis, como a “índole nacional” e a “qualidade” da sociedade e do governo. Apesar de o objeto de estudos desses autores ser consideravelmente amplo, nem Morgenthau, nem os demais autores “clássicos” dizem muita coisa sobre as limitações impostas pelo sistema internacional.

O chamado neorealismo, consagrado na obra *Teoria de Relações Internacionais*, de Kenneth Waltz (1979), possui uma arcabouço teórico mais consistente e definido do que o realismo clássico. Há um maior rigor analítico ao apresentar uma série de questões, como a dificuldade de os Estados estabelecerem cooperação, o motivo de os mesmos buscarem a estabelecer a chamada balança de poder. Sob essa perspectiva, as conflitualidades entre os países explicam-se pelo caráter anárquico do sistema internacional. Waltz, no trabalho supramencionado, propõe que a distribuição de poder nesse sistema anárquico e o número de polos de poder são informações relevantes para interpretar o comportamento dos atores desse sistema, os Estados. O autor conclui que, diante das limitações impostas pelo sistema internacional de Estados, estes tendem a adotar um padrão de comportamento direcionado à formação de alianças contra-hegemônicas ao longo da história. O autor, preocupado com a manutenção da estabilidade do sistema do sistema internacional da década de 1970, conclui que a multipolaridade é potencialmente mais instável (ou tende a produzir mais conflitos entre os países) do que a bipolaridade, dado que, nesse caso, os dois pólos observariam e analisariam com mais clareza o poder do rival do que em um sistema multipolar, que apenas multiplicaria e tornaria mais difícil essa tarefa de observar o poder dos rivais. Nessa visão, a ação dos Estados é resultado, principalmente, da distribuição de poder no

sistema internacional, pouco importando questões de política doméstica; o que ocorre no interior dos Estados é simplesmente uma “caixa-preta”, de pouco interesse para o entendimento da política internacional.

Os realistas neoclássicos concordam com os clássicos sobre a importância de observar a relação entre o Estado e a sociedade que o cerca. Outra similaridade tem a ver com o objeto de estudos, a política externa de determinado país, e não necessariamente a estrutura do sistema internacional. Porém, o ponto de partida dos neoclássicos aproxima-se do neorrealismo: o sistema internacional, anárquico e formado por Estados com diferentes capacidades de poder, e essa estrutura limita e influencia a política externa dos países. Assim, a diferença entre clássicos e neoclássicos reside na importância concedida pelos últimos às questões sistêmicas.

As diferenças mais relevantes, porém, são as entre o neorrealismo e o realismo neoclássico. Ambas as escolas consideram a natureza conflitiva da política internacional como produto do próprio caráter anárquico do sistema internacional, e as distribuições desiguais do poder são admitidas como principal variável independente. Porém, os neoclássicos em geral discordam que países com semelhantes capacidades de poder agem de forma semelhante diante de pressões sistêmicas (LOBELL, RIPSAN & TALIAFERRO, 2009). Enquanto os neorealistas preocupam-se com a política internacional de um modo mais geral, os realistas neoclássicos concentram seu foco na política externa *strictu sensu*⁹.

Ao se debruçarem sobre a análise de política externa, os neoclássicos defendem a necessidade de fazer uma análise de dois níveis: o primeiro, já mencionado, no nível da estrutura, e o segundo, no nível da unidade. Os fatores do nível da unidade, na concepção neoclássica, são em geral considerados variáveis intervenientes, algumas das quais serão apresentadas a seguir.

⁹ Não satisfeito em diferenciar os dois referidos campos em “Teoria das Relações Internacionais”, Waltz publicou um breve artigo para o periódico *Security Studies* em 1996, com título bastante lúcido (e enfático): *International Politics is Not Foreign Policy*.

2. Alguns conceitos-chave segundo os neoclássicos

2.1. Estado

Em consonância com as demais vertentes realistas, os neoclássicos acreditam que o Estado é o principal ator na política internacional atual. Há inúmeros conceitos em ciência política sobre o que seria Estado; a famosa afirmação de Max Weber pode ser tomada como um conceito inicial, porém não completo: “Estado é uma comunidade humana que detém o monopólio legítimo do uso da força em determinado território” (WEBER, 1999). Os autores Taliaferro, Lobell & Ripsman (2009) observam que, apesar de o conceito conceder centralidade à questão coercitiva, não contempla a possibilidade de haver disputas pelo Estado e por outros grupos, ou mesmo que o Estado de fato controle todo o território sobre o qual reivindica soberania. Os referidos autores propõem uma flexibilização do conceito inicial de Weber, em que Estado possa ser definido como uma comunidade humana que ao menos *reivindica* monopólio sobre o domínio legítimo em dado território.

Para análise de política externa, grande parte dos trabalhos neoclássicos tende a concentrar-se na observação dos Estados não em seu todo, mas em algumas partes fundamentais que mais influenciam no processo de tomada de política externa. Taliaferro, Lobell & Ripsman (2009, p. 25) falam de “Executivo de segurança nacional”, composto pela liderança do governo e os ministérios envolvidos no processo de tomada de decisão em política externa. Esse recorte estaria na encruzilhada entre o sistema internacional e o Estado em geral e teria acesso a informações mais precisas sobre seu próprio aparato bélico-político e o de outros países, e por isso estaria em uma posição privilegiada para “perceber” as ameaças no sistema internacional. No entanto, esse agrupamento, para executar dada política, necessita barganhar com atores domésticos (como o legislativo, partidos políticos, setores econômicos, classes ou mesmo o público em geral). O interesse nacional não é visto como uma mera somatória dos interesses nacionais (como defendem as visões liberais) ou como da classe dominante que impõem seus interesses em detrimento de outras classes (como enxergam os marxistas em geral), mas sim como algo definido pelos líderes do governo de acordo com suas avaliações sobre o próprio poder nacional e as intenções de outros Estados; porém,

esse “interesse” é submetido a influências de atores domésticos (Ibidem, p. 25). Em suma, os atores domésticos são relevantes em análise de política externa e a definição de interesse nacional envolve disputas no interior desse Estado.

A partir dessas considerações iniciais, pode-se inferir que limitações impostas “por dentro” à autonomia do núcleo formulador de política externa reduzem a capacidade de o Estado responder efetivamente a eventuais mudanças e pressões do sistema internacional e da distribuição de poder em geral. Estados que enfrentam pressões e disputas internas têm maior dificuldade em mobilizar ou extrair recursos de poder nacional para conduzir dada política externa. Ademais, a própria agência encarregada de dirigir os negócios estrangeiros de dado Estado também pode sofrer divisões internas; a falta de consenso sobre a natureza das ameaças externas ou definição de prioridades pode também dificultar (ou mesmo impedir) a implementação de dada decisão em matéria de política externa.

O presente trabalho priorizará, como propõem os neoclássicos, o Executivo dos dois países como o principal tomador de decisão. A referência aqui se dirige às respectivas Presidências e aos Ministérios diretamente encarregados de promover a políticas externas do Brasil, a Presidência da República (ou, como se refere comumente, o Planalto) e o Ministério das Relações Exteriores (o Itamaraty), e a da Rússia, a Presidência (também chamada de Kremlin) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante denominado MID, de acordo com a sigla russa). Ao se tratar das negociações comerciais e de cooperação científico-tecnológica, poderão ser eventualmente mencionados alguns outros Ministérios, e agências governamentais especializadas.

2.2. O sistema internacional

Neste aspecto, nota-se uma convergência entre as teorias neorrealista e neoclássica no tocante ao conceito e à caracterização. Ambas as escolas qualificam o sistema internacional como anárquico, isto é, não existe atualmente um governo mundial que se sobreponha às soberanias nacionais, ao contrário da estrutura interna ideal, em que os indivíduos se submetem ao controle do Estado. Dessa estrutura anárquica decorre a principal fonte de conflitos entre os atores (os Estados, principalmente).

Porém, para os neoclássicos, o sistema internacional, além de ser anárquico e de gerar ameaças em potencial, é bastante obscuro (é difícil detectar quais seriam de fato as ameaças ou as oportunidades) e nebuloso (também é difícil definir suas características, sua extensão, etc.). A dificuldade dos líderes no governo em identificar ameaças (ou oportunidades), bem como avaliar as mudanças nas capacidades de poder próprias e de outros Estados é uma característica marcante dos autores neoclássicos.

3. O diferencial neoclássico: as variáveis intervenientes

Não há, entretanto, consenso entre os autores neoclássicos sobre quais as variáveis domésticas devem ser levadas em conta para se analisar dada política externa, em determinado período histórico. Observa-se, de fato, uma relativa “liberdade de escolha” de fatores internos, isto é, de enumerar quais variáveis e quais categorias interferem na relação entre o sistema internacional e a política doméstica. Também é possível empregar variáveis específicas para cada estudo de caso, sem ter a pretensão de se generalizá-las. Contudo, destacam-se pelo menos duas categorias “intermediárias” que aparecem com maior frequência nos trabalhos de autores neoclássicos, a saber: a percepção das lideranças e a “força interna” do Estado.

3.1. Percepção do (s) líder (es) e da elite governante

Uma das variáveis mais usadas nas abordagens neoclássicas tem a ver com as percepções dos tomadores de decisão de política externa. Na abordagem do realismo clássico e do neorrealismo, esses tomadores de decisão apresentariam uma percepção apurada a respeito da conjuntura internacional, e a política externa seria um resultado direto e lógico de um cálculo de poder que sintetiza informações sobre a balança de poder mundial. Por outro lado, os autores realistas neoclássicos consideram que o mecanismo de influência do sistema internacional e do poder nacional na condução da política externa de determinado país seria indireto, uma vez que os tomadores de decisão muitas vezes não interpretam o sistema internacional de forma precisa, e podem sofrer influências de grupos domésticos.

Ao analisar a política da URSS durante a Guerra Fria, Wohlforth (1993) defende a relevância de levar em conta *não apenas* as variações nas capacidades bélicas das duas superpotências. Mudanças na percepção a respeito do poder objetivo seriam uma causa relevante de reorientações das políticas das superpotências ao longo de várias décadas. Conclui-se que mudanças rápidas no comportamento, tanto dos EUA como da URSS, podem estar relacionadas às mudanças *percebidas* na distribuição de poder, e não diretamente às mensurações típicas acerca do poder bélico.

Na mesma linha de Wohlforth (1993), Christensen (1997) propõe que se incluam na análise “as percepções e as percepções equivocadas [a respeito] de duas variáveis do realismo: a balança de poder e a eficácia relativa da ofensiva e da defensiva” (CHRISTENSEN, 1997, pp. 65-66, tradução nossa). A inclusão da variável percepção, justificada pelo caráter complexo do sistema internacional, especialmente o multipolar, explicaria muitos dos eventos no período a que se refere seu estudo. Ao analisá-los, o autor afirma que os Estados europeus, muitas vezes, agiram de forma distinta do previsto por Waltz (1979). A tese central de Christensen é a de que as explicações estruturais dos autores neorrealistas seriam insuficientes para entender muitos dos eventos internacionais no início do século XX; ao se incorporar a percepção dos líderes, entretanto, seria possível uma explicação mais acurada da realidade. O autor compara as diferentes reações das alianças nas fases iniciais das duas grandes guerras mundiais. No prelúdio da I Guerra Mundial, um conflito apenas marginal entre a Áustria e a Sérvia alastrou-se rapidamente, envolvendo todas as grandes potências europeias; na II Guerra, inversamente, os aliados não agiram diante de crises graves, enquanto a Alemanha expandia-se na Europa Oriental. A chave para entender esses dois processos residiria na *percepção dos líderes* a respeito da eficácia militar dessas alianças: se essa percepção se revelasse forte, haveria grande probabilidade de escalada do conflito (como foi antes da I Guerra). Caso contrário, isto é, havendo poucas expectativas da solução do conflito via militar (como na II Guerra entre os aliados), os países tentariam contornar as ameaças, passando os custos de opor-se aos demais membros da aliança, conforme teria ocorrido durante a Conferência de Munique.

Em outro trabalho, Wohlforth (1987) segue a linha *percepcionista* do realismo neoclássico ao ponderar que os cálculos sobre balança de poder continuam

importantes, porém nem sempre explicariam muitas das decisões de forma “acurada”. Ademais, propõe que as percepções poderiam ter impacto mais evidente em políticas de curto e de médio prazo, do que em cortes cronológicos mais extensos. Em seu estudo sobre a Rússia no pré-I Guerra, diferencia-se o *poder real* do *poder percebido*. De acordo com dados fornecidos pelo autor, o Império czarista detinha igual ou maior poder *real* do que a Alemanha, mas a percepções dos próprios russos a respeito de uma suposta “falta de coesão social” faziam que se subestimasse o poder do próprio país, ou seja, o poder percebido ou estimado seria inferior ao real. Isso teria provocado um “rebaixamento” da própria política russa, que se traduzia na aceitação de se negociar em condições inferiores diante de seus inimigos e, também, de seus aliados.

Alguns autores sustentam que as percepções dos líderes sobre o ambiente internacional podem ser modificadas principalmente no longo prazo, por meio de “choques exógenos”. Christensen (1997), por exemplo, atribui o reconhecimento pelo governo Truman da distribuição bipolar de poder global em 1947, ao choque dos norte-americanos diante do colapso britânico naquele ano refletido na descolonização da Índia, então a principal colônia britânica. A política externa dos EUA sofreu, naquela época, uma reorientação para conter o poderio soviético. Zakaria (1998) defende que a vitória sobre os espanhóis em 1898 também provocou um choque de percepção no governo americano, o qual reforçou sua confiança no poderio do próprio país, e passou a exercer uma política externa mais intervencionista.

3.2. A força do aparato estatal

Ao lado do papel das percepções dos líderes, uma segunda variável interveniente proposta por autores neoclássicos refere-se à capacidade de o Estado em questão em transformar recursos nacionais em poder estatal. Pressupõe-se que o governante não tem acesso fácil ou automático a todos os recursos situados dentro das fronteiras nacionais. Também é necessário ter-se em mente a distinção entre o *poder nacional*, ou o conjunto de todos recursos presentes no território controlado por um país, e o *poder estatal*, ou aquilo que é apropriado pelo Estado e transformado em recurso de poder. Zakaria traz uma definição bem esclarecedora:

A política externa é feita não pela nação como um todo, mas por seu governo. Consequentemente, o que importa é o poder do Estado, não o poder nacional. O poder estatal é a porção do poder nacional extraída pelo governo para os propósitos deste, e reflete a capacidade de os principais tomadores de decisão atingir seus fins (ZAKARIA, 1998, p. 9, tradução nossa).

Em seu estudo sobre os Estados Unidos durante o final do século XIX e o início do século XX, Zakaria (1998) procura responder a problemática: “analisando o poder do país e sua expansão em perspectiva comparada, [...] por que os Estados Unidos não se expandiram mais e antes?” (Ibidem, p. 5, tradução nossa). A resposta oferecida pelo autor é a de que a política externa do país dependia dos meios que se encontravam à disposição dos tomadores de decisão (e não propriamente do poder nacional, isto é, o tamanho da economia, da população e, em alguns casos, do próprio exército, que pode não estar completamente sob controle do governo). Antes mesmo da Guerra Hispano-americana, os EUA já se constituíam como uma das maiores economias do mundo e suas forças armadas também eram consideradas poderosas, mas o expansionismo naval americano só se desenrolaria após a vitória sobre os espanhóis em Cuba, e atingiria, poucos anos depois, outras ilhas caribenhas, parte da América Central (além do próprio México) e o Oceano Pacífico. O autor discorda que apenas variáveis materiais tivessem influenciado o intervencionismo dos EUA; o fortalecimento do poder federal no final do século XIX também pode ter sido um fator para tanto. À semelhança dos autores *percepcionistas* supramencionados, Zakaria conclui que é possível considerar a *força interna* do Estado como uma variável interveniente entre o poder real (ou as capacidades nacionais, seguindo-se sua tipologia), que seria a variável independente, e a conduta externa de um país, a variável dependente. Grande parte do estudo do autor concentra-se exatamente nessa variável interveniente, isto é, o surgimento e a evolução do aparelho administrativo do governo estadunidense.

Com argumentação na mesma linha de Zakaria (1998), Christensen (1996) também considera útil a inclusão de uma categoria interveniente relativa ao poder do Estado no estudo da política externa. Essa variável ele denomina “poder político nacional”, semelhante ao “poder estatal” proposto por Zakaria (1998), é assim definida: “[é] a habilidade de os líderes estatais de mobilizar os recursos materiais e humanos da nação para as iniciativas de políticas de segurança” (CHRISTENSEN,

1996: p 11, tradução nossa). O autor concentra suas atenções no estudo do conflito Sino-Americano durante a década 1960, o qual não encontrava uma explicação convincente sob a ótica da balança de poder. Para os realistas clássicos, esperava-se que houvesse aproximação entre os Estados Unidos e a China para contrabalancear a URSS, após o chamado cisma Sino-Soviético¹⁰. O autor propõe que, para angariar apoio interno à proposta de contenção da URSS, os estadistas norte-americanos vendiam ao público interno a oposição à disseminação do comunismo no mundo; portanto, era preciso também opor-se não só à URSS, como também à China, mesmo que isso contrariasse “as prescrições dos teóricos realistas clássicos”, isto é, de contrabalancear a URSS por meio da aproximação com a China.

3.3. A ingerência de grupos domésticos

Uma terceira possibilidade de variável interveniente refere-se à influência de grupos internos, normalmente privados, na condução de política externa. Esse tema é tratado de forma bastante extensiva em análise de política externa do tipo *Innenpolitik*, segundo as quais, a política externa poderia ser entendida como uma somatória dos vetores de alguns grupos dominantes.

Em uma perspectiva neoclássica, esses grupos teriam influência, mas não da forma como propõem boa parte dos teóricos *internalistas* ou do *Innenpolitik*. Para os neoclássicos, a política externa não seria simplesmente uma somatória da ação desses grupos. Na verdade, o raciocínio desses autores poderia ser denotado como uma ingerência de grupos privados (que pode ser por meio de lobby) sobre determinada política externa pré-existente.

Sobre esse tema, Ripsman (2009) oferece uma perspectiva mais sofisticada. A política externa seria primariamente conduzida por membros do Poder Executivo,

¹⁰ O cisma Sino-Soviético corresponde a uma fase de tensões latentes entre os dois principais Estados comunistas a partir da segunda metade da década de 1950. Visentini (2003) aponta como causas, entre outras, a oposição chinesa à desestalinização na URSS e ao conceito de Coexistência Pacífica desenvolvido por Nikita Khrushchev. Para os dirigentes chineses, a nova política externa soviética defendia o *status quo*, o congelamento da distribuição de poder internacional e o rebaixamento da China como potência secundária. Ao longo dos anos 1960, as tensões entre ambos os países crescem a ponto de Moscou apoiar a Índia na guerra sino-indiana de 1962. Em 1969, Pequim e Moscou chegaram a ensejar um limitado conflito armado pela posse de territórios fronteiriços entre si.

mas sofre influências variadas por uma gama de atores domésticos, incluindo-se o Legislativo, aliados políticos e grupos privados relevantes. O autor ainda reconhece que a influência desses grupos é mais sentida “quando a situação de ameaça internacional é baixa, quando a liderança no poder é fraca e quando o executivo de segurança nacional carece de autonomia estrutural” (Ibidem: 192)

Em nosso trabalho, serão consideradas nessa categoria as associações de interesse de setores específicos como, por exemplo, Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPÉCS) e a União Russa de Industrialistas e Empresários (RSPP), entre outras organizações relevantes.

4. A metodologia e a pertinência do realismo neoclássico nas relações internacionais

Expostos o raciocínio e as categorias analíticas da escola do realismo neoclássico, convém comentar sobre a problemática metodológica e sua aplicabilidade aos estudos sobre política externa, ou de forma mais direta, qual seria a capacidade explanatória da teoria. Em seu trabalho em questão, Rose (1998) defende que o realismo neoclássico representa um importante e útil suporte teórico para os que se debruçam sobre política externa de diversos países, nos mais variados contextos e casos, inclusive naqueles em que o comportamento dos Estados contradizia as formulações teóricas neorrealistas ou realistas clássicas.

Ademais, argumentamos que, não apenas as questões “duras”, isto é, as de segurança nacional, de estratégias militares e de geopolítica, podem ser objeto das análises neoclássicas. Um conjunto bem mais amplo, contemplando-se outras “políticas externas”, como a negociação de acordos comerciais e de cooperação científico-tecnológica, também poderia ser esquematizado de acordo com as propostas dos autores aqui referidos.

De acordo com alguns autores neoclássicos, muitas teorias neorrealistas carecem de embasamento empírico, como demonstra Schroeder (1994). Após os Tratados de Westfália (1648), e diferentemente do que propunha Waltz (1979), os Estados, na maior parte das vezes, realizavam gastos em defesa não com o intuito de garantir sua defesa ou de se proteger de ataques sistêmicos, mas de repelir ameaças de diferentes naturezas, como vandalismo e pirataria. Esse foi o caso da

maioria dos pequenos Estados alemães, que dispunham de limitados recursos materiais para se protegerem de vizinhos maiores. Mas as críticas mais incisivas desse autor ao neorrealismo referem-se à “insistência dos neorrealistas nos efeitos sempre iguais, na natureza imutável e determinada estruturalmente, os tornam *ahistóricos*, talvez anti-históricos” (SCHROEDER, 1994: 147-148).

Além dos questionamentos sobre o caráter estático e a dificuldade em lidar com processos históricos, o neorrealismo, igualmente à maior parte das demais correntes realistas, não se pretende uma teoria de análise de política externa, mas apenas uma explicação sobre o sistema internacional. Waltz (1979) próprio afirma que seu enfoque se dá no nível da estrutura (o sistema internacional), análogo à macroeconomia nas ciências econômicas, e não no das unidades (os Estados), que deveria ser objeto de outra teoria (por sua vez, correspondente à microeconomia), que contemplasse fatores domésticos.

Cabe ressaltar que teorias de relações internacionais não são a mesma coisa que teorias de análise de política externa. Segundo Waltz (1979), as teorias de RI “podem nos dizer que pressões são exercidas e que possibilidades são colocadas em sistemas com estruturas diferentes, mas não podem nos dizer como, e quão efetivamente, as unidades dos sistemas responderão a essas pressões e possibilidades”. Em outras palavras, enquanto as teorias de RI se preocupam em observar os resultados das ações dos Estados, as teorias de política externa dedicam-se em investigar o processo decisório no interior dos Estados.

No âmbito de análise de política externa, existem outras escolas, algumas das quais chegaram a se tornar dominantes no campo. É o caso das teorias do tipo *Innenpolitik* ou também denominadas *Primat der Aussenpolitik*, ou que acreditam que as decisões de política externa refletem as dinâmicas de política interna. Há, nesse campo, importantes diferenciações a respeito o que exatamente em política interna interfere na política externa: ideologia econômica, caráter nacional, disputas partidárias, estrutura sócio-econômica (ROSE, 1998). Uma das formulações mais difundidas é a de que os países democráticos agem diferentemente das autocracias; um desdobramento dessa hipótese é a teoria da paz democrática, segundo a qual duas democracias não entram em guerra entre si.

As análises de política externa do tipo *Innenpolitik*, em geral, sofrem um grave problema ao se depararem com casos, não raros, de países com sistemas

domésticos similares, mas que agem de forma diferente no âmbito internacional. Essas abordagens são igualmente ou, mesmo, mais limitadas do que o próprio neorrealismo, o qual, por sua vez, enxerga a política externa como produto exclusivo da distribuição de poder internacional. O ideal seria uma teoria que combinasse tanto os fatores domésticos como os internos (ROSE, 1998; ZAKARIA 1995).

Sob nossa perspectiva, os interesses de um país têm algum reflexo (ainda que indireto) de suas capacidades de poder e da distribuição destas no sistema internacional. O primeiro grande passo é obter uma definição de que se tratam exatamente essas capacidades de poder, e esse é um problema enfrentado por muitos analistas, inclusive os neoclássicos. Os autores realistas tendem a enxergar o poder especialmente como poder material (incluindo-se considerações sobre geografia, demografia, economia, comércio, capacidade industrial, tecnologia, etc.) e como poder bélico, como gastos militares, tamanho e qualidade dos efetivos, treinamento, organização, liderança, projeção de poder (RIPMAN, TALIAFERRO & LOBELL, 2009).

Uma proposta inicial sugere a observação do nível de atividade econômica de um Estado em um período determinado, e sua participação na economia global. Nesse método, o intuito é esclarecer qual a relevância relativa, em termos econômicos, de dado país na esfera internacional. É um exercício relativamente simples, que demanda uma breve pesquisa em dados consolidados fornecidos pelos diversos organismos internacionais. De acordo com a tipologia aqui empregada, o tamanho da economia de um país seria uma medida de poder nacional, no caso, a variável independente. A determinação do PIB, por outro lado, é objeto de estudos de outras disciplinas, como a macroeconomia ou a economia internacional; em nosso trabalho, por outro lado, será um dado exógeno, mas que exerce influência, ainda que por via indireta e problemática, sobre a atuação externa dos países. Os dados sobre o tamanho da economia e sua participação porcentual em relação à economia mundial fornecem uma importante noção inicial, mas não completa, sobre a posição política do país no sistema internacional. Áustria e Nigéria, por exemplo, apresentavam, em 2010, PIB de quase mesmo tamanho, mas suas políticas externas são muito diferentes e, como complicador, são Estados com diferentes pesos na cena política internacional: o primeiro é um país de limitada expressão política no continente europeu; o segundo corresponde ao país mais populoso e um

dos mais relevantes no continente africano, e manifesta interesse em ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU). Mas, inquestionavelmente, o tamanho da economia de um país é um fator de grande relevância (porém não o único) no cômputo do “poder nacional”.

Certamente, outros indicadores fornecem informações adicionais sobre as capacidades materiais de um país, como a qualidade do governo (e de sua diplomacia) e o apoio popular, ou mesmo a característica da liderança do governo, que pode ser carismática ou causadora de problemas (MORGENTHAU, 2003 [1948]; SPIEGEL, 1972)

Após elencados seus principais elementos, a abordagem proposta pelo realismo neoclássico pode ser de grande valia para a análise das relações Brasil e Rússia. Em primeiro lugar, consideramos que as teorias realistas clássicas têm uma capacidade de explicar um conjunto significativo de eventos nas relações internacionais e de política externa, mas há elementos adicionais, pouco abordados ou pouco relevantes naquela visão. Em segundo lugar, entendemos que houve, de fato, a *interferência* ou *interveniência* de fatores domésticos nos dois países, tanto de ordem *perceptual* como de ordem institucional. A (distorcida) percepção brasileira acerca da Rússia e vice-versa, bem como os limitados orçamentos para os programas de cooperação na área científico-tecnológica, e, em alguns casos, a ação de alguns setores privados, além de outros fatores, serão relevantes para entender o processo.

Capítulo 2: A Política externa da Federação Russa de 1991 a 2010

O objetivo deste capítulo é fornecer uma visão abrangente a respeito da dinâmica dos principais temas e conceitos da política externa russa contemporânea. Não se trata de analisar com profundidade alguns dos temas mais polêmicos, mas apenas oferecer um panorama histórico dos principais eventos e algumas explorações sobre as diferentes orientações da Rússia no sistema internacional após o colapso da União Soviética.

Na presente análise, propõe-se uma divisão cronológica que não necessariamente corresponde às presidências de Yeltsin, Putin e Medvedev. Pelo contrário, sob o governo de um mesmo líder, aconteceram pelo menos duas importantes mudanças na conduta externa da Rússia, como em 1993, com a virada “nacionalista”, sob Yeltsin; e entre 2004 e 2005, que corresponde ao final do primeiro e o início do segundo mandato de Putin, com uma atitude mais confrontacionista com os Estados Unidos. Possivelmente, e em conformidade com as teorias neoclássicas, a percepção dos líderes ou dos tomadores de decisão em política externa teve um peso relevante para as mudanças observadas na inserção internacional do país, ainda que a questão da redução de poder desempenhasse uma relevância crucial.

Em termos gerais, os anos 1990 assistiram a um declínio duradouro e profundo em quase todos os indicadores de poder da Rússia. Não apenas a economia russa e os investimentos estatais no setor militar definharam-se, mas também uma série de indicadores para medir a envergadura do poder nacional,

como o aumento da taxa de mortalidade (de 11,4 por mil habitantes em 1991 para 15,2 por mil em 2000), ou a redução da taxa de natalidade (de 12,1 por mil habitantes em 1991 para 8,6 por mil em 2000) ¹¹.

A partir especificamente dos anos 2000, por outro lado, nota-se uma reversão da tendência de redução do *poder nacional*: o orçamento militar cresceu 10 vezes entre 2000 e 2009, e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) por ano foi, em média, de 7%, ainda que os dados demográficos ainda assinalem uma redução da população durante a década (mas o decréscimo populacional tem se desacelerado ao longo do período. Ver estatísticas demográficas no Anexo C).

Não obstante essas tendências mais gerais, cada qual com duração em torno de 10 anos, houve mudanças (ou reviravoltas) dentro de cada um desses períodos na condução da política externa russa. A premissa básica deste capítulo é a de que as mudanças no poder nacional da Rússia (ou de forma mais técnica, as reduções de poder russo frente a outros países) explicam apenas parcialmente as mudanças no comportamento do Estado russo frente a outros Estados. Outros fatores podem ter sido bastante relevantes, como a própria dinâmica da política doméstica (as disputas com a oposição, especialmente nos anos de Yeltsin), o aumento das receitas do governo russo ao longo dos anos 2000, entre outras, a serem detidas caso a caso.

1. Antecedentes: o *novoe myshleniye* de M. S. Gorbachov

Nossa observação inicia-se em meados dos anos 1980, quando a nova liderança do Partido Comunista da então União Soviética, Mikhail Sergeevich Gorbachev, promoveu uma série de inovações políticas para o país, consubstanciados em slogans: *perestroyka* (reconstrução), *glasnost'* (transparência), *uskoreniye* (aceleração) e *novoe myshleniye* (novo pensamento), em que o último correspondia à nova doutrina de política externa (OKUNEVA, 2010). As mudanças, de fato, não se restringiram à política econômica ou às liberdades individuais, mas também foram aplicadas à própria conduta da URSS em relação a outros países.

¹¹ Serviço Federal de Estatísticas do Estado <<http://www.gks.ru/dbscripts/Cbsd/DBInet.cgi#1>>

Timofeev (2007) oferece uma interpretação para essa mudança de postura. A URSS, para manter seu status de superpotência militar, fez uma escolha estratégica a favor do desenvolvimento do setor petrolífero, ao invés de abraçar a chamada “revolução informacional”. Os recursos obtidos da exploração de petróleo e de gás natural permitiam-lhe manter não apenas os gastos militares, mas também apoiar países comunistas e aliados, e sustentar um relativo alto padrão de vida no país. Com a redução dos preços internacionais desses fatores energéticos nos anos 1980, essas políticas tornaram-se insustentáveis, e a liderança soviética sofreu um “choque”. Como visto no capítulo anterior, esses “choques de percepção” podem compelir os estadistas a rever o efeito cumulativo das tendências de longo prazo de forma repentina (no caso, a tendência de longo prazo era a deterioração da própria economia soviética e a incompatibilidade com os altos gastos com armamentos).

O *novoe myshleniye* refletiu-se em medidas concretas de política externa, a saber: redução de despesas militares e abandono da corrida armamentista, em prol de investimentos em setores civis da economia; abertura das fronteiras econômicas do país, de forma a inseri-lo na economia global; o enfraquecimento do controle informal sobre os países satélites da Europa Central e Oriental; e, não menos importante, a adoção de um comportamento cooperativo em relação ao Ocidente em geral, ao invés do confrontacionismo característico da Guerra Fria (Ibidem: 37).

Antes de se prosseguir com as análises, deve-se atentar ao conceito aqui empregado de “Ocidente”, termo largamente usado quando se trata de política externa russa contemporânea, mas que pode conter diversos significados. Uma definição mínima consistiria no grupo de países, que, a nosso ver, compreendia os países desenvolvidos na bacia do Atlântico Norte, pertencentes ao bloco capitalista durante a Guerra Fria e com participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), inclusive a Alemanha reunificada. Há de se tomar cuidado com o termo “Ocidente” visto que, em algumas oportunidades, constata-se relações boas com alguns países dessa região, e, simultaneamente, relações ruins ou mesmo tensas com outros¹².

¹² Como será visto, durante a chancelaria de Primakov (1996-1998) há certa deterioração das relações com os EUA, mas uma melhora nos contatos com a França, por exemplo. França e EUA podem ser incluídos na categoria de “países ocidentais”. Durante a liderança de Gorbachev (1985-1991) e da fase inicial da chancelaria de Kozyrev (1991-1993), por outro lado, a relação com virtualmente todos os países ocidentais apresentam melhora considerável, por isso, consideramos aceitável o emprego de referido termo nesses casos.

Na literatura especializada, há uma importante disputa sobre qual paradigma de política externa prevaleceu durante o período de Gorbachev. Parte dos autores defende que houve no período maior pragmatismo em detrimento da ideologia, isto é, a política externa de Gorbachev teria sido mais realista, condizente com a noção de diminuição do poder material da URSS (TSYGANKOV, 1997; TUCKER, 1995; IKENBERRY, 1991). Por outro lado, há a corrente que sustenta o inverso: as políticas de Gorbachev foram motivadas principalmente pelo componente ideológico, isto é, o referido *novo pensamento* (SELEZNEVA, 2002; OKUNEVA, 2010).

Um dos processos mais comentados foi diminuição da tensão com os países ocidentais, sobretudo com os Estados Unidos, com os quais se buscou uma política de redução de armamentos. Vários acordos sobre o tema foram assinados nesse íterim: o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, ainda em 1987; o Tratado sobre Armas Convencionais na Europa, de novembro de 1990, assinado por todos os membros das duas principais organizações internacionais militares (a OTAN e o Pacto de Varsóvia); o Acordo sobre Armas Químicas de 1990 entre URSS e EUA¹³; e o mais significativo deles, o START-1 (Convenção sobre Redução de Armamentos Estratégicos), entre URSS e EUA em julho de 1991¹⁴.

Outra modificação significativa deu-se nas relações com os países da Europa Ocidental, a que Gorbachev denominou “A Casa Comum Europeia”, que também refletia uma objeção às animosidades com os principais países da região. O líder soviético expressava, de forma a dar a entender a política de boa-vontade de seu país:

As ligações da Rússia com outros povos europeus – comerciais, culturais e políticas – remontam há séculos. Nós somos europeus. O cristianismo ligava a Velha Rússia com a Europa. (...) A história da Rússia é parte orgânica da história europeia. (GORBACHEV, 1987, tradução nossa)

Essa atitude aparentemente benévola de eliminar a conflituosidade com o Ocidente continha, entretanto, um elemento estratégico, na visão realista de Tsygankov (1997). Havia uma expectativa por parte dos dirigentes soviéticos de que a cooperação com o Ocidente viabilizaria à URSS manter um papel relevante e ativo

13 O referido acordo é anterior à Convenção sobre Armas Químicas de 1992, que tem participação de quase todos os membros da ONU.

14 No referido tratado, os Estados Unidos comprometiam-se em reduzir seus armamentos nucleares de 11.602 ogivas para 8.592; a União Soviética, por sua vez, teria que reduzir de 10.877 para 6.940.

no sistema internacional, diante de uma conjuntura desfavorável de redução do poder nacional.

Entretanto, não ficaram marginalizadas as relações com outros pólos de poder. Um dos casos mais marcantes foi a redução das tensões com a China a partir de 1985, três anos após a normalização das relações (NGUYEN, 1993). Em meados de 1986, Gorbachev anunciou em Vladivostok sua conformidade com a redução da presença militar na Mongólia, no Afeganistão, concessões unilaterais que agradaram aos chineses.

2. A política externa da nova Rússia nos anos 1990

Não é objeto do presente trabalho discorrer sobre as possíveis *causas* da dissolução da União Soviética. Sobre esse tema, comentadíssimo em relações internacionais, postulam-se fatores de variadas naturezas, ora internacionais, ora domésticos¹⁵. Em nosso trabalho, a preocupação maior é com os efeitos dos *efeitos* desse processo na política externa da jovem Federação Russa, que se torna, *de jure* e *de facto*, a herdeira da antiga URSS¹⁶.

Para parte da literatura estudada, não haveria grandes mudanças entre a política de Gorbachev e os primeiros anos de existência soberana da Rússia; o novo pensamento manter-se-ia durante os primeiros anos da presidência de Boris Nikolaevich Yeltsin (e da chancelaria de Andrey Vladimirovich Kozyrev) como paradigma de política externa (TIMOFEEV, 2007; OKUNEVA, 2010). Não é essa a opinião de outra parte dos especialistas, para os quais há diferenças entre os dois períodos considerados (TSYGANKOV, 1997; DONALDSON & NOGEE, 1998; LYNCH, 2001). De acordo com Tsygankov (1997), uma parte da elite política russa,

15 Sobre esse tema, sugerimos como leitura: TUCKER, N. B. "China as a Factor in the Collapse of the Soviet Empire." *Political Science Quarterly*, 1995, vol. 110, no. 4, pp. 501-518. TUMINEZ, Astrid S. Nationalism, Ethnic Pressures and the Breakup of the Soviet Union. *Journal of Cold War Studies*, Vol. 5, No. 4, Fall 2003, pp. 81-136. COLLINS ALAN, R. GRIT, Gorbachev and the end of the Cold War. *Review of International Studies* (1998), 24, 201-219 Copyright © British International Studies Association. WALLANDE, Celeste A. Western policy and the demise of Soviet Union. *Journal of Cold War Studies*, Vol. 5, No. 4, Fall 2003, pp. 137-177.

16 Em termos jurídicos, a Federação russa assumiu virtualmente todos os compromissos internacionais da URSS, inclusive o assento permanente no CSNU, como parte em acordos, inclusive o START 1, e toda a dívida externa da URSS. Os armamentos nucleares também passaram para o domínio legal da Rússia; por outro lado, os armamentos convencionais foram divididos entre as repúblicas, o que gerou – e ainda gera – conflitos entre elas.

os “realistas defensivos”, era favorável ao novo pensamento de Gorbachev, mas passou a se opor à política externa de Yeltsin. A mudança de postura desse grupo deve-se, justamente, à diferença fundamental entre os dois períodos: as concessões unilaterais russas, sobretudo aos Estados Unidos, em detrimento da equidade de direitos e dos ganhos mútuos, foram muito mais comuns durante os primeiros anos de Yeltsin do que durante os anos finais da União Soviética e, paralelamente, uma redução dos contatos com países fora da América do Norte e da Europa Ocidental. Donaldson & Noguee (1998, pp. 189-190) apontam para mais uma diferença considerando-se os dois períodos: enquanto Gorbachev buscou apenas uma aproximação acompanhada de redução das tensões, Yeltsin foi além, buscando o estabelecimento do que ficou conhecido como *strategicheskoe partnyorstvo* [parceria estratégica] com o antigo rival.

A política externa russa durante o Governo Yeltsin não foi uniforme; pelo contrário, caracterizou-se por uma forte complexidade e inconstância. O início do período, isto é, entre dezembro de 1991 e o final de 1993, tem como uma das características mais marcantes a aproximação com os Estados Unidos, algo que se assemelha a um típico caso de *bandwagoning*¹⁷. Um segundo período, entre 1994 e janeiro de 1996, em que se nota uma transição para uma política mais autônoma, de cunho mais nacionalista, mas esse processo ainda não estava claro. Esses dois sub-períodos iniciais correspondem ao período em que Kozyrev A. N. esteve no cargo de chanceler da Rússia. Por sua vez, o terceiro período da era Yeltsin, entre janeiro de 1996 e 1999, correspondeu à chancelaria de Evgeny Maksimovich Primakov¹⁸ e ao início da de Igor’ Sergeievich Ivanov¹⁹.

Há uma discussão sobre a caracterização mais geral da chancelaria de Kozyrev (1991-1996). Uma parte da literatura, diferentemente de nossa proposta, costuma a considerar a política externa do período como um bloco único, marcada pelo predomínio de tendências pró-ocidentais. Porém, alguns fatos concretos entre 1994 e 1996, (e que terão referência mais adiante) nos sugerem uma necessidade

17 *Bandwagoning*, em relações internacionais, é um termo empregado para denotar determinada estratégia de aliar-se ao Estado ou ao bloco de Estados mais forte; opõe-se ao conceito de *balancing*, que seria exatamente a tendência a opor-se ao Estado ou aliança mais forte.

18 Primakov deixou o posto de chanceler em setembro de 1998 para se tornar o Primeiro-ministro do país.

19 Ivanov permaneceu no cargo mesmo após a saída de Yeltsin, no final de 1999; seu mandato estendeu-se até março de 2004.

de se considerar esse último período à parte, como uma fase de transição (DONALDSON & NOGEE 1998; LYNCH, 2001).

2.1. Os primeiros anos de Yeltsin (dezembro de 1991 a 1993)

A grande característica desse período foi o fortalecimento dos princípios do novo pensamento de Gorbachev. A nosso ver, não houve um simples prosseguimento das políticas transformadoras do final da era soviética, apesar de que muitos aspectos tivessem sido mantidos, especialmente no que tange à redução das tensões com os Estados Unidos.

A nova Rússia, diferentemente da URSS entre 1985 e 1991, buscou não exatamente uma aproximação ou uma cooperação com os países ocidentais, como fazia a URSS em seus anos finais, mas sua própria inclusão no conceito de “Ocidente”. A percepção dominante dos principais formuladores de política externa era a de que a Rússia, supostamente membro da comunidade ocidental, compartilharia dos valores comuns dessa “civilização”. A partir da leitura da chamada Concepção de política externa em sua versão de 1993, notam-se facilmente essas novas expectativas da liderança russa, como se pode conferir:

Entre os países ocidentais permanece uma significativa comunhão de interesses em questões fundamentais do desenvolvimento mundial (economia de mercado e sociedade civil), que lhes induz a buscar uma abordagem colaborativa nas áreas política, militar e econômica e etc. não apenas entre eles próprios, mas também com a própria Rússia democrática.²⁰

É interessante destacar algumas diferenças entre os períodos de Gorbachev e de Yeltsin. Uma análise inicial sugere que as diferenças entre os dois períodos são reflexos da própria substancial modificação a partir da comparação dos recursos de poder nacional em poder da URSS e da nova Rússia. Selezneva (2002) apresenta dados bastante reveladores a esse respeito: de 1991 a 2002, o efetivo das forças armadas foi reduzido de cinco milhões para apenas 1,2 milhão; em 2002, o país produzia 40 helicópteros e 21 aeronaves militares, ao passo que antes de 1991 esses números eram, respectivamente, 690 e 620. De acordo com as estatísticas

20 Rússia, Ministério das Relações Exteriores. Concepção de Política Externa da Federação Russa (1993), p 21, tradução nossa.

sobre gastos militares do Anexo III da presente pesquisa, os gastos passaram de quase US\$ 300 bilhões em 1988 para apenas 19 bilhões em 1999, um número comparável ao gasto do Brasil no mesmo ano. Em termos econômicos, o Produto Nacional Bruto (PNB) da URSS era o segundo maior do mundo, e a Federação Russa ocupava 10 anos mais tarde apenas o 14º lugar; estima-se que esse PNB russo em 2002 era apenas 30% do da URSS em 1990. A Rússia sofreu um abrupto decréscimo populacional de 110 milhões de pessoas e a perda de quase um terço do território. Essa discrepância de dados entre a União Soviética de 1990 e a Rússia de 2002 confirma o processo de redução drástica de poder.

Uma explicação realista clássica ou neorrealista sugeriria que a política de externa em ambos os contextos deverá ser diferente, como reflexo dessa diminuição de poder. Uma Rússia mais fraca não teria como defender um status de superpotência capaz de competir com os Estados Unidos, uma vez que não detinha os recursos necessários para exercê-lo. Um status inferior, o de “grande potência”, ao lado de outras, como Japão, China e França, seria mais adequado à nova realidade russa.

Apesar de fornecer uma boa avaliação inicial, essa visão, mais alinhada às tendências clássicas e neorrealistas em geral, não consegue explicar as distintas nuances da política russa considerando apenas os anos 1990. No início da década, tem-se uma posição quase que subserviente aos Estados Unidos que não se manteria anos depois, em 1996, quando se inicia uma política claramente autônoma. E essa maior autonomia não se pode ser explicada apenas pela questão do poder nacional, já que importantes componentes do poder nacional (gastos militares, tamanho da economia, tamanho da população, para não dizer dos indicadores sociais como analfabetismo) encontravam-se naqueles anos em franco declínio. Uma potência decadente, na visão neorrealista, tenderia fazer exatamente o inverso, isto é, sustentar uma política de perfil mais baixo durante todo o período.

No primeiro período de Yeltsin, observa-se tanto na prática como no discurso oficial, um predomínio do que Tsygankov (1997) chama de “internacionalismo liberal”. Era uma visão que ligava a cooperação com o Ocidente como instrumento para realizar as reformas sistêmicas no país (introdução do livre mercado e da democracia representativa). Ou seja, a cooperação multissetorial com os Estados

Unidos foi vista como imperativo categórico e como prioridade da política externa do país. Essa visão está presente na referida *Concepção* de 1993:

Baseada nos arranjos existentes nos setores militar-político e financeiro-econômico, a Rússia procurará o desenvolvimento das relações com os EUA por meio do estabelecimento de uma parceria estratégica e, no longo prazo, de uma aliança.²¹

Em termos econômicos, esperava-se que os Estados Unidos, bem como alguns organismos econômicos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), com essa nova postura cooperativa da Rússia:

(...) colaborassem na realização exitosa das nossas reformas e, mais ainda, que a formação dos laços econômico-comerciais [entre os dois países] lhes permitiria não incorrer em agudas disputas na ‘guerra’ comercial entre os principais centros econômicos.²²

Ainda em relação aos EUA, um dos fundamentos dessa política:

(...) refere-se à consolidação do reconhecimento dos [norte-]americanos quanto ao papel fundamental da Rússia como locomotiva das reformas de mercado e fiador das transformações democráticas no espaço da antiga URSS, bem como envolver os EUA na resolução de conflitos e na defesa de direitos humanos nos países da CEI e do Báltico.²³

Esses fragmentos, que são declarações oficiais do governo russo, permitem-nos concluir que a relação com os EUA foi encarada de forma prioritária (isto é, o maior interesse externo russo está nos EUA) e estratégica (é instrumental para realizar e consolidar as reformas internas em andamento). Na visão dos liberais, essa é o único caminho (*edinstvenny put'*) que o país poderia traçar. Em um artigo publicado durante seu mandato, Kozyrev (1994, p. 182) afirmava que a parceria [com os EUA] não tem alternativa para a conformação de um “estado russo democrático” e a “transformação de mundo instável e pós-confrontacionista em estável e democrático”.

As relações com os países vizinhos – as antigas repúblicas soviéticas – subordinaram-se às relações com os EUA: passou a se aceitar a influência dos

21 Rússia. *Concepção de política externa da Federação Russa*, 1993, p. 32, tradução nossa.

22 *Ibidem*, p. 32, tradução nossa.

23 *Ibidem*, p. 33, tradução nossa.

americanos na antiga zona de influência soviética, contanto que houvesse apoio destes às reformas russas. Não é inválido afirmar que houve certa negligência em relação aos problemas nos países do entorno da Rússia. A Comunidade de Estados Independentes, projetada para ser uma confederação sucessora à União Soviética, não logrou atingir seus objetivos de coordenar as forças armadas dos novos países, ou sequer manter integradas suas economias²⁴. Para Donaldson & Noguee (1998), as atitudes da própria Rússia em priorizar as reformas econômicas internas (e garantir apoio externo a elas) deixaram pouco espaço para o desenvolvimento de projetos conjuntos entre as economias do antigo espaço soviético²⁵.

Grande parte da literatura sobre política externa russa caracteriza o período como pró-Occidente, isto é, a Rússia ora seguiu as políticas dos Estados Unidos, ora sucumbiu às pressões destes, atitudes que ficaram conhecidas no país como “concessões unilaterais”. Em várias situações concretas a Rússia adotou uma posição semelhante; em outras vezes, quando teve que dissentir, apenas suavizava o “desvio”, proferindo-se discursos supostamente não-confrontacionistas (ARBATOV, 1993). A delegação russa acompanhou o voto dos Estados Unidos em diversas deliberações da ONU, inclusive no CSNU, como: quanto à aplicação de sanções contra a antiga Iugoslávia, o Iraque e o Irã; a restrição à venda de tecnologia de mísseis para a Índia e de armamentos para o Irã por parte da Rússia²⁶. Outro exemplo de “concessão unilateral”, pela primeira vez desde o início da corrida armamentista no final dos anos 1940, a Rússia abandonou a política de perseguir a chamada paridade estratégica, durante as negociações para o START-II. Durante a Cúpula de Washington, de junho de 1992, em que se acordou a redução

24 Cabe lembrar que, à diferença de virtualmente todos os demais blocos econômicos, como o Mercosul e a própria União Europeia, a CEI nasceu já num ambiente em que as economias já eram interdependentes.

25 De acordo com os princípios da CEI, a Rússia tinha que consultar os demais membros sempre que executasse determinada diretriz de política econômica. Essa obrigação quase nunca era observada, o que certamente prejudicou as relações econômicas entre esses países, muitos dos quais ainda utilizavam como moeda o rublo, emitido pelo Banco da Rússia. diversos contenciosos econômicos envolvendo as ex-repúblicas soviéticas emergiam – e continuam a emergir como o famigerado contencioso do gás entre a Rússia e a Ucrânia.

26 Há inclusive uma anedota política quanto às “concessões unilaterais”. O chanceler A. Kozyrev, em contraposição ao chanceler soviético Andrey Andreyevich Gromyko (1957-1985) que era conhecido como *Mister Nyet* (Senhor Não, em alusão à posição negociadora inflexível de seu país), começou a ser chamado de *Mister Da* (Senhor Sim).

de dois terços dos armamentos conjuntos de Rússia e Estados Unidos, ficou claro que o primeiro cedeu mais do que o segundo²⁷.

Um argumento ainda mais “extremo” aparece também no texto de Kozyrev (1994), no qual se relacionam determinados sistemas de governo com a política externa, por meio de uma teoria bastante conhecida em relações internacionais, a teoria da paz democrática²⁸:

(...) para uma Rússia democrática, os EUA e outras democracias ocidentais são como amigos naturais e como aliados em potencial, assim como foram inimigos para a totalitária URSS. (Ibidem, p. 182, tradução nossa)

Há outros argumentos mais pragmáticos que ajudam a explicar essa orientação pró-Occidente. Donaldson & Rumsefld (1998) defendem que há motivos concretos por trás das preferências e das ideologias liberais da elite política russa:

Mas claramente mais do que ideologia ou percepção estava envolvido. A Rússia estava compelida por sua condição doméstica de procurar assistência estrangeira, e nenhum outro país estava mais bem posicionado a ajudar o novo governo do que os Estados Unidos. Yeltsin colocou a transformação econômica da Rússia no topo da prioridade no plano doméstico. (Ibidem, p. 190, tradução nossa)

A relação da Rússia com outros pólos de poder, um aspecto relevante para as preocupações desta pesquisa, ficou em marginalizada ou subordinada às relações com os Estados Unidos (SELEZNEVA, 2002). A Concepção de 1993 reconhece a disposição do país em estabelecer relações de boa-vizinhança com a República Popular da China, mas atentava para a necessidade de “se levar em consideração as diferenças nas ideologias e nos sistemas sociopolíticos dos dois países”²⁹. As relações com a China, estabilizadas desde a era Gorbachev, não tiveram grande evolução nesse período, exceto pela visita de Yeltsin a Pequim em 1992, quando se elaborou uma carta de intenções afirmando que nenhuma dos lados entraria em uma aliança direcionada contra a outra parte, ou seja, um “acordo de não-agressão” (NGUYEN, 1993). Em um dos telegramas confidenciais emitidos pela embaixada brasileira em Moscou, relata-se que um funcionário do MID chegou a dizer que

27 BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 793 (confidencial). 24/06/1992, p. 1.

28 A teoria da paz democrática assume, de forma geral, que os países com regimes democráticos têm menos chances de entrar em conflito entre si. Vale-se do argumento empírico de que em nenhum momento houve uma guerra entre duas democracias na História recente.

29 RÚSSIA. Ministério das Relações Exteriores. Concepção de política externa da Federação Russa, 1993, p. 32.

a China está mais interessada em desenvolver relações com a Rússia do que vice-versa. Pequim desejaria até mesmo uma aliança com Moscou, que o Kremlin vem recusando”³⁰.

Em relação à Índia, país que mantinha ricos vínculos com a URSS durante a Guerra Fria (70% das importações indianas de armamentos provinham da superpotência comunista), houve uma amenização dos contatos. Um fato atestava para a redução da importância da Índia para a Rússia, em função da prioridade às relações com o Ocidente. Em 1991, foi assinado um convênio indo-soviético que previa o fornecimento de tecnologia de míssil para o lado indiano. Em maio de 1992, entretanto, os EUA ameaçaram impor sanções à Rússia caso o acordo não fosse feito; Yeltsin acatou a imposição norte-americana e frustrou a perspectiva de parceria com o gigante sul-asiático (SINGH, 1995). Outra possível razão para o declínio da importância indiana seria a própria normalização das relações entre a Moscou e Pequim. (DONALDSON & NOGEE, 1998).

O caso das relações com os dois estados coreanos ilustra bem a nova política russa. Durante o período soviético, mesmo durante a era Gorbachev, não havia relações diplomáticas regulares com a Coreia do Sul³¹; o reconhecimento mútuo deu-se logo após a queda da URSS (até então Moscou reconhecia juridicamente apenas a Coreia do Norte como único estado coreano). Logo após a retomada das relações diplomáticas, os contatos entre os dois países se desenvolveram significativamente, o que provocou rugas com o regime comunista norte-coreano (Ibidem).

As relações da nova Rússia com países em desenvolvimento foram, em geral, pouco significantes, inclusive com os antigos aliados da URSS. Até a desintegração da URSS, Angola, Cuba, Etiópia, Vietnã e outros países recebiam vultoso auxílio financeiro e técnico de Moscou a ponto de, em alguns casos, a maior fonte de divisas para alguns governos ser esse “apoio” externo. Esses financiamentos, que haviam sido reduzidos no final da era Gorbachev em razão das dificuldades econômicas enfrentadas pela URSS, foram virtualmente eliminados na Era Yeltsin.

30 BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1376 (confidencial). 06/11/1992.

31 Ainda que não houvesse relações diplomáticas entre Coreia do Sul e URSS, havia uma corrente de comércio entre eles, e, nos últimos anos de existência da URSS, foi firmado um convênio entre as câmaras de comércio dos dois países.

Obviamente, isso trouxe consequências danosas para a relação entre Moscou e seus antigos aliados.

A política russa na África nesses anos iniciais pode ser caracterizada, de forma geral, como um “recoo rápido” (nove embaixadas apenas na África foram fechadas nesse período), ao passo que na América Central e Caribe, esse recoo foi um pouco mais demorado (KANET, KOZHENIAKIN & BIRGESON, 1997). A ajuda técnico-econômica a Angola e a outros países comunistas africanos foi virtualmente extinta, prejudicando enormemente o orçamento desses governos, que tinham na ajuda soviética um importante ativo, o que certamente deteriorou as condições sociais e econômicas nesses países. Com Cuba, as relações foram seriamente prejudicadas com a diminuição dos auxílios; para piorar, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, a delegação russa votou a favor de uma resolução que condenava Cuba por violações aos direitos humanos e, inclusive, absteve-se de votar contra o embargo estadunidense à ilha caribenha (destoando, inclusive, da posição contrária do Brasil e da Argentina no tema).

Com relação aos demais países latino-americanos, houve pouco ou mesmo nenhum avanço, nem na área política, tampouco na cooperação técnico-científica. É possível afirmar que os estadistas da nova Rússia encaravam a América Latina como área de baixa prioridade, ainda que, inegavelmente, ambos os lados compartilhassem algumas semelhanças que poderiam ser objeto de um diálogo: russos e grande parte dos latino-americanos, recém saídos de regimes autoritários, estavam reformando sua economia e adotando mecanismos de livre mercado (redução das barreiras ao comércio internacional, privatização de empresas governamentais, etc.). Apesar de desafios semelhantes, não se observou o estabelecimento de diálogo significativo entre essas regiões no início dos anos 1990 (KANET, KOZHENIAKIN & BIRGESON, 1997).

2.2. De 1993 a 1996: desilusão e incertezas e crise da Chechênia

Entre os autores que dividem o período da chancelaria de Kozyrev em duas partes (ARBATOV, 1993; TSYGANKOV, 1997; DONALDSON & NOGEE, 1998; LYNCH, 2001; SEGRILLO, 2010), não há consenso sobre em que momento se deu essa reorientação. Arbatov (1993) aponta para um evento específico, quando a

Rússia propôs uma força de manutenção de paz para a Bósnia como início de uma nova fase da política russa, iniciando-se uma fase mais “realística” ou autônoma. Lynch (2001) resume bem essa mudança ao longo de 1993:

Ao ascender ao poder em meio a uma aparente ruptura decisiva em relação ao passado, a política externa russa [em um primeiro momento] refletia a premissa ambiciosa e influenciada ideologicamente de que os interesses da Rússia no exterior correspondiam ao esforço do país de construir uma ordem liberal-democrática em casa, e, relacionado a isso, de que os interesses externos da Rússia pudessem ser subordinados dentro de suas aspirações liberais de tornar-se integrada, de forma mais rápida e abrangente, à comunidade dos países do G-7. (Ibidem, p. 21, tradução nossa)

É fato que, ao longo de 1993, a posição pró-Occidente do governo era cada vez mais criticada por diversos grupos políticos, até mesmo entre alguns que estavam apoiando o governo, como os “liberais moderados” e os “realistas defensivos”, que também haviam apoiado as políticas de Gorbachev (TSYGANKOV, 1997). Esses grupos questionavam-na por não ser pragmática e por não trazer resultados práticos; uma das principais metas, a integração da Rússia junto ao Grupo dos Sete, foi recusada naquele momento. Os próprios Estados Unidos tinham reagido à postura benigna de Yeltsin de forma bastante cautelosa, dando pouco apoio concreto às reformas políticas e econômicas russas (ARBATOV, 1993).

Também é possível entender esse *shift* nacionalista com base na dinâmica da política interna. Em dezembro de 1993 ocorreram eleições para o Legislativo do país, nas quais o partido mais votado foi o oposicionista Liberal-Democrata, liderado pelo polemicíssimo Vladimir Zhirinovsky, de viés ultranacionalista³². O partido de Yeltsin foi apenas o segundo colocado (o terceiro colocado era o Partido Comunista, também de oposição). Uma interpretação sugere que essa derrota eleitoral pode ter diminuído a margem de manobra para a política externa (assim como em outros ramos da esfera pública), de forma a que se reduzissem os exageros ideológicos do “internacionalismo liberal”, predominantes até então (LYNCH, 2001).

Outra explicação para a mudança de postura tem a ver com o descontentamento ou desilusão dos dirigentes russos em relação à falta de apoio

32 Enquanto a maior parte dos nacionalistas defendia “apenas” alguns temas como a restauração da soberania russa sobre a região da Crimeia, a não devolução das Ilhas Kurilas ao Japão, a proteção dos direitos civis das minorias russas nas antigas repúblicas soviéticas, Zhirinovsky defendia posições muito mais controversas, como recuperação da URSS ou mesmo do Império Russo à força, e até mesmo o retorno do Alasca à Rússia.

material de seus supostos “aliados” do Ocidente às reformas em andamento no país (ARBATOV, 1993; LYNCH, 2001; SELEZNEVA, 2002). A Rússia permanecia em uma situação de instabilidade crônica em seus indicadores econômicos e sociais, como a redução contínua de seu PIB³³. A relevância da “desilusão em relação ao Ocidente” para explicar a mudança comportamental do Estado russo em meados dos anos 1990 é bastante consensual entre os especialistas.

Nesse período de transição, é importante lembrar alguns casos que evidenciam um ainda tímido processo de *autonomização* da política externa russa. A oposição do governo russo a um ultimato da OTAN contra o então governo iugoslavo, em fevereiro de 1994, foi interpretada como uma demonstração mais clara de autonomia e de “dissensão” frente os Estados Unidos. A ação russa conseguiu, ao menos, adiar, por alguns anos, o bombardeio da OTAN contra o regime de Slobodan Milosevic. Conclui Lynch (2001) que:

[...] a Rússia conseguia, assim, posicionar-se abertamente como rival do Ocidente no problema iugoslavo, e assim fortalecer sua reivindicação de ser considerada seriamente como uma grande potência em assuntos europeus. (LYNCH, 2001, p. 14, tradução nossa)

Outro tema que preocupou a diplomacia russa no período foi a expansão da OTAN a leste. Apesar de o governo declarar que a OTAN não significava mais a principal ameaça ao país, a inclusão dos antigos países socialistas à organização era criticada veementemente por quase todos os partidos. Àquela altura, porém, existia um argumento, presente em um parecer do Conselho da Federação Russa sobre Política Externa e de Defesa, de que a expansão da OTAN tinha como motivos manter a viabilidade da aliança e, não menos importante, conter uma eventual política estratégica da Alemanha em ampliar sua influência sobre os países do Leste Europeu, e não exatamente ameaçar a própria Rússia³⁴. Mas, ainda assim, uma OTAN expandida (que incluísse os antigos membros do Pacto de Varsóvia) era alvo de oposição pela própria Rússia, não apenas porque considerasse o perigo das forças da OTAN próximas a suas fronteiras a oeste, mas também e, principalmente, porque poderia significar o isolamento político da Rússia no quadro da segurança

33 A Federação Russa registrou em todos os anos no intervalo entre 1991 e 1999 redução real do PIB, exceto em 1997, que registrou um limitado crescimento de 0,7%.

34 RÚSSIA, Conselho da Federação Russa sobre Política Externa e de Defesa. A Rússia e a OTAN, junho de 1995. Disponível em <http://svop.ru/documents/87>

continental europeia. O interesse pivô da Rússia era, de acordo com o relatório do referido Conselho, “manter e desenvolver boas relações, senão por meio de uma aliança estratégica, com os principais países ocidentais e com suas alianças”³⁵. Não surpreendentemente, a Rússia mostrou oposição aos planos do acesso da Polônia e da Hungria à OTAN.

Outro aspecto que denota a política mais autônoma da Rússia foi a crescente preocupação com a estabilidade em seu entorno e sua hegemonia dentre as antigas repúblicas soviéticas. As intervenções russas em regiões convulsionadas por guerras civis e instabilidades institucionais, como no Tadjiquistão, na Moldávia, no conflito entre a Geórgia e suas regiões separatistas, e na disputa entre Armênia e Azerbaijão, confirmam Moscou como *Ordnungsmacht* (ou o poder que garante a ordem) no antigo espaço soviético (LYNCH, 2001, p. 24). Em todos esses casos, foi decisiva a participação de Moscou, seja como mediador (como no conflito georgiano e na Moldávia), seja apoiando um dos lados (como no caso tadjique, reforçando as tropas legalistas).

Mas o evento que mais chamou a atenção no período, sem dúvidas, foi a crise da Tchetchênia, que teve grandes repercussões tanto interna quanto externamente. Para Donaldson & Noguee (1998), a decisão de impor a Constituição russa sobre a república do Cáucaso poderia ter sido via pacífica, assim como foi com as outras 88 repúblicas federadas. Mas a Yeltsin, na visão desses autores, teria favorecido o “partido da guerra” que englobaria alguns ministérios, como o do Interior e da Defesa. A guerra no Cáucaso foi marcada não apenas pelas táticas guerrilheiras e de atos terroristas em cidades russas pelos combatentes tchetchenos, mas também pela brutalidade das forças armadas russas, as quais, no entanto, não conseguiram atingir seu objetivo de recuperar o controle e derrotar a república hostil. Diante da reprovação popular cada vez maior, o governo acabou assinando um armistício com os rebeldes em agosto de 1996.

No entanto, quando se trata da relação da Rússia com outros pólos de poder, a situação pouco se modifica em relação ao período anterior. A Índia permaneceu um importante comprador de armamento russo ao longo da década de 1990, mas as

35 Ibidem. (sem página). É interessante mencionar que, em um dos “interesses básicos da Rússia”, não se excluía a possibilidade de o país a se tornar “membro com plenos direitos” da OTAN, o que abriria para eles “um perspectiva de uma cooperação real e de amplitude”; entretanto, o problema principal para tanto, reconhecia-se, era a oposição dos países ocidentais.

atividades desenvolvidas entre os dois governos eram bastante pragmáticas, pouco políticas, como o caso da iniciativa de criar uma *joint-venture* entre os dois países para manutenção de aviões militares de produção russa, em 1994. Entretanto, a Índia, que adquiria material bélico da URSS de forma quase exclusiva, passou a diversificar seus fornecedores, incluindo-se França e Reino Unido, uma vez que se desconfiava da capacidade de a Rússia cumprir suas obrigações e, também, da vulnerabilidade do país frente os Estados Unidos (SINGH, 1995). Tampouco se detecta iniciativas significantes em direção a países como China ou a regiões como África e América Latina. Apesar de não ter havido significativos projetos com esses países, algo pode ser dito de uma ligeira melhora na relação com alguns países, especialmente Cuba. A Rússia passou a abster-se nas resoluções sobre as violações cubanas em matéria de direitos humanos e condenar o embargo dos EUA à ilha (KANET, KOZHENIAKIN & BIRGESON, 1997).

2.3. 1996-1999. A política externa orientalista?

Em meio ao deterioramento da situação doméstica, o presidente Yeltsin, após uma nova derrota nas eleições legislativas de 1995³⁶, decidiu substituir Kozyrev por Primakov em janeiro de 1996. Alguns autores defendem que foi a partir desse momento houve uma reorientação nacionalista ou mesmo orientalista na política externa russa, por conta da própria formação do novo chanceler, um especialista em Oriente. Entretanto, outros autores questionam a significância dessa alteração, que teria sido mais de tom do que propriamente de conteúdo e posicionamento; as posições da Rússia, ao invés de cambiar-se, tornaram-se apenas mais claras (LYNCH, 2001). Com efeito, a defesa da multipolaridade passou a ser uma constante nos documentos e nos discursos, ao mesmo tempo em que se criticava a tendência à unipolaridade. A grande diferença deste período para o anterior reside nas iniciativas desenvolvidas em conjunto com os grandes países asiáticos, sobretudo Índia e China, que haviam sido subestimadas durante os anos anteriores.

Em um dos telegramas secretos emitidos pela embaixada brasileira, tece-se o seguinte comentário, que esclarece bem o que ocorria na política externa russa:

36 Desta vez, o partido que tinha apoio de Yeltsin, intitulado “Nossa casa é a Rússia”, ficou apenas em terceiro lugar (10,1%), atrás do Partido Comunista (com 22,3% dos votos) e do Partido Liberal-Democrático, de Zhirinovsky (com 11,1%).

Percebendo que a opção pela democracia e pela econômica de mercado não lhe garantiu admissão imediata no Ocidente desenvolvido e que perduram arestas herdadas da Guerra Fria (ex: OTAN), a Rússia está abandonando a quase-exclusiva prioridade "Ocidental" que caracterizou o início de sua vida extra-URSS. Na busca de um novo papel no cenário internacional, vem buscando desenvolver novas parcerias estratégicas.³⁷

Cronologicamente, esse período corresponde à totalidade da chancelaria de Primakov (janeiro de 1996 a setembro de 1998) e ao início da de Ivanov (setembro de 1998 a dezembro de 1999), até o fim da presidência de Yeltsin.

Houve avanços e recuos nas relações com países ocidentais e com a própria OTAN. Em maio de 1997, foi assinado em Paris o "Ato Fundador das Relações Mútuas" entre a OTAN e a Rússia, que estabelecia bases para uma cooperação militar. No entanto, ambos os lados continuavam a divergir significativamente quanto ao conflito nos Bálcãs (especialmente durante a crise de Kosovo) e à adesão de novos membros à organização militar ocidental. Quanto ao problema balcânico, a Rússia era bastante crítica aos planos de intervenção militar da OTAN contra a Iugoslávia, e chegou a suspender as conversações com a aliança; não obstante, não chegou a praticar o veto à ação militar, assumindo uma postura idêntica à China³⁸. Quanto aos atritos, Polônia, República Tcheca e Hungria, antigos membros do Pacto de Varsóvia, foram formalmente incluídas na OTAN. Ainda que desempenhasse maior assertividade nesse período e discordasse abertamente da inclusão de antigos aliados à OTAN, a Rússia buscou evitar uma conflituosidade mais frontal com os Estados Unidos, ao não colocar obstáculos concretos à ampliação da OTAN. Nesse caso, os realistas clássicos e neorrealistas parecem ter razão ao inferir que a opção de não se opor frontalmente justificava-se pelo próprio enfraquecimento da economia e do prestígio político da Rússia, ainda mais durante e após a gravíssima crise econômico-financeira de 1998. Mesmo com esses novos atritos, em 1997, a Rússia foi aceita no G-7, que, por sua vez, transformou-se em G-8 (ou G7+Rússia).

Em relação a outros países ocidentais, especialmente a França e a Alemanha, por outro lado, não se constata deterioramento das relações; pelo contrário, observava-se uma tendência de aproximação não apenas econômica, mas

37 BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 191, de 24/02/1996

38 Ao saber do início da campanha da OTAN contra a Iugoslávia, Primakov, que rumava aos Estados Unidos para tratar justamente do tema, ordenou que o piloto do avião fizesse o retorno à Moscou imediatamente.

também política. Em 1996, foi estabelecida entre a Rússia e a França uma Comissão de Alto Nível (que terá forma idêntica à Comissão de Alto Nível Russo-Brasileira, anos mais tarde), na qual se observava uma oposição dos dois governos a determinadas posições dos EUA, como a aplicação de novas sanções econômicas ao Iraque e a expansão da OTAN.

O fato que, a nosso ver, distingue o presente período com o anterior, mas que oferece altíssima pertinência para nossa pesquisa, é a revitalização do interesse russo em relação a outros polos de poder, sobretudo China e Índia e, em menor escala, a outras regiões do planeta, que praticamente passaram despercebidas pelo governo russo desde o colapso da União Soviética. A partir desse período, a Rússia começou a nutrir a perspectiva de criar um “triângulo estratégico” na Ásia com a Índia e a China, e a de cooperar com países como o próprio Brasil, México e África do Sul. (OKUNEVA, 1999).

É nessa fase (abril de 1996), também, que se estabelece o Grupo dos Cinco, que envolvia China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão, direcionado a ampliar a confiança mútua nas fronteiras entre esses países no campo militar (MYASNIKOV, 2003). Esse arranjo pode ser considerado a base para a Organização para a Cooperação de Xangai (OSX), criada em 2001. Outras iniciativas de cunho regional datam desse mesmo período, como a Comunidade da Bielorrússia e da Rússia (abril de 1996), um projeto de integração regional multisetorial, com vistas a estabelecer uma federação frouxa (*myagkaya federatsiya*); no entanto, ambos os países perderam o entusiasmo e, 10 anos depois, a iniciativa obteve escassos resultados práticos.

Especificamente em relação à China, houve importante fortalecimento do diálogo político. Yeltsin visitou a China em 1996, ao passo que, no ano seguinte, o presidente chinês Jiang Zemin retribuiu o gesto. Nestes dois encontros, ambos os países reforçaram sua preferência a uma ordem global multipolar, antagônica ao unilateralismo dos EUA; a China alinhou-se aos apelos russos de criticar a política de expansão da OTAN. Apesar da clara convergência política em termos globais, tópicos bilaterais como demarcação de fronteiras não foram completamente resolvidos nesse período, mas apenas a redução de armamentos na região. (DONALDSON & NOGEE, 1998). Antiga preocupação de alguns setores mais

nacionalistas, a teoria da invasão chinesa no Extremo oriente russo por meio de imigração ilegal foi desacreditada pelo próprio governo russo em seu jornal oficial³⁹.

Outro país que ganhou relevância para os estadistas russos foi a Índia, para a qual se planejou a venda de dois reatores nucleares de água leve no início de 1997, o que provocou protestos estadunidenses. Novos contratos de venda de armamentos ao gigante sul-asiático foram assinados em março do mesmo ano durante a visita do então Primeiro-Ministro indiano Deve Gowda a Moscou, cujo valor negociado (US\$ 7 bilhões) fez da Índia a maior compradora de armas russas.

Interessante também foi a gestão russa quanto aos problemas no Oriente Médio. Não inesperadamente, a ação russa na região debilitara-se bastante no início da década de 1990, devido ao fim do apoio financeiro e militar a países árabes outrora aliados da URSS, como o Egito, a Síria e a Líbia. Por sua vez, Primakov, determinado a aumentar (ou restabelecer) a influência de Moscou sobre a região, apostou nas relações com países hostis a Israel na região. Durante a visita do então líder Yasser Arafat em fevereiro de 1997, a Rússia declarou que as aspirações para a conformação de um Estado palestino não ameaçariam os interesses de Israel. Outra liderança a excursionar na capital russa naquele ano foi o então ditador egípcio Hosni Mubarak, o qual declarou que apoiava um papel mais ativo da Rússia na resolução dos conflitos da região.

Ademais, os contatos com países de outras regiões, as quais passaram praticamente marginalizadas desde o colapso da União Soviética, ganharam alguma relevância justamente nesse período. As relações com países da América Latina, inclusive com Cuba, parceiro tradicional da União Soviética, tinham passado incólumes no início da década de 1990. Porém, na nova leitura eurasiática, esses países tiveram maior relevância para Rússia, a julgar pelas visitas de Primakov ao subcontinente em 1996 (quando visitou Cuba, Venezuela e México) e em 1997 (Brasil, Argentina, Costa Rica e Colômbia).

39 Emil Pain, "Illegals on the Banks of Amur", *Rossiskie Vesti*, 06.05.1997.

3. 2000-2010: Os anos Putin – Medvedev e o retorno da Grande Rússia.

Vladimir Vladimirovich Putin tornou-se *presidente temporariamente em exercício* em 31 de dezembro de 1999, por ocasião da saída de Yeltsin, no mesmo dia, mas só se tornou efetivamente presidente da Federação Russa em maio de 2000, após as eleições presidenciais dois meses antes⁴⁰. Durante a campanha, Putin já apresentava como propostas o retorno de uma Rússia forte e de uma política externa pragmática, condizente com os interesses nacionais. Aliás, a ascensão de Putin ao poder decorreu, sobretudo, dos êxitos iniciais na chamada Segunda Guerra da Chechênia (1999-2002) (OLDBERG, 2005)⁴¹. Outra explicação é a retomada da economia russa, que, a partir de 1999, passou a registrar aumentos em seu PIB. Putin foi associado como o responsável pela evidente recuperação do país, fato que repercutiu nas eleições de 2000 (POMMERANZ, 2000).

3.1 Pragmatismo em alta

A política externa no início do governo Putin pode ser descrita como pragmática, “tentativa”, mas com momentos de tensão crescente com os Estados Unidos, especialmente após a eleição e o início da Presidência de George W. Bush, em 2001. Nesse período inicial, a prioridade eram as relações com a Europa, não com os Estados Unidos, conforme consta em um dos discursos proferidos pelo chanceler Ivanov.

Como demonstração de uma “nova fase” da Rússia, foi publicada uma nova versão da “Concepção de Política Externa” em junho de 2000⁴². Nesse documento, alguns temas passam a ter maior relevância do que no anterior de 1993, como o terrorismo, a defesa inequívoca da integridade territorial do país, o fortalecimento de sua soberania e uma defesa mais clara de relações equitativas com outros países. Estava em andamento uma releitura dos acontecimentos da década de 1990,

40 O partido Rússia Unida, de Putin, obteve nas eleições presidenciais de março de 2000 53% dos votos, contra 29,2% do Partido Comunista, que havia lançado a candidatura de Gennady Andreyvich Zyuganov.

41 Antes de se tornar presidente, Putin foi chefe do Serviço de inteligência do país, chamado FSB (organização sucessora da KGB), e premiê entre agosto e dezembro de 1999.

42 Outro fato, de política interna, mas que sinaliza a tentativa de resgatar valores como o nacionalismo e o patriotismo russo foi a criação do Hino Nacional da Rússia, em dezembro de 2000.

especialmente dos excessos dos governos anteriores, especialmente o ocidentalismo de Kozyrev:

Levaram-se a cabo algumas metas irrealistas como, por exemplo, o estabelecimento apressado da 'parceria estratégica' e até mesmo das relações de 'aliança' com o Ocidente, para as quais nem a Rússia nem os próprios países ocidentais estavam preparados, assim como entendiam de formas distintas os seus significados. Por isso, muitos nos EUA e inclusive em alguns países da Europa Ocidental, emergidos sob influência da falsa síndrome do 'vencedor da Guerra Fria', não viam a Rússia democrática como um aliado equânime. No melhor caso, atribuíam a ela o papel do parceiro menor. (IVANOV, 2000, p. 208, tradução nossa)

Outro tema de relevo foi a crítica à tendência de unipolarização do mundo em prol dos Estados Unidos no sistema internacional:

A conjuntura internacional que se estabeleceu nos primórdios do início do século XXI requereu uma reavaliação geral da situação entorno da Federação Russa, das prioridades da política externa russa e do provimento de recursos para sua realização. (...) Alguns cálculos, ligados à formação de novas relações de parceria equitativas e de ganhos recíprocos entre a Rússia e o ambiente externo não se realizaram, como se propunha nas principais disposições da Concepção de política externa da Federação Russa (...) de 1993.⁴³

Neste período, os Estados Unidos publicaram seu plano de defesa nacional do Escudo Antimíssil, que foi bastante criticado pela Rússia. No contexto das Nações Unidas, uma campanha russa contra este projeto conseguiu aprovar uma resolução na Assembleia Geral instando os Estados Unidos a abandonarem-no⁴⁴, mas sem sucessos. Por outro lado, as relações com os países europeus ocidentais tiveram um impulso: foram trabalhados os diálogos bilaterais com virtualmente todos os países da região. As relações com a Europa carregavam dois objetivos distintos: o primeiro, puramente econômico, de garantir o desenvolvimento ou a recuperação do país após a desorganização econômica da década anterior; o segundo, de caráter estratégico, de aprofundar e diversificar a cooperação entre os países europeus e a Rússia para provocar uma fissura entre os países das duas margens do Atlântico Norte (HAAS, 2010). O foco maior na Europa pode ser considerado a principal diferença entre os períodos de finais de Yeltsin e dos anos iniciais de Putin.

43 RÚSSIA. Concepção de Política Externa, 2000, p. 109, tradução nossa.

44 Votaram contra a resolução os seguintes países: os Estados Unidos, Albânia, Israel e Micronésia. Todos os membros da UE abstiveram-se, exceto França e Irlanda, que votaram a favor.

Sob a mesma conjuntura de novos atritos com os Estados Unidos, a Rússia ensejava uma política externa independente, selando aproximação política e econômica com grandes países (ou países-baleia), como China, Índia e até o Brasil, e, ao mesmo tempo, buscando algumas parcerias com “países-pária”, inclusive com todos os membros do famigerado Eixo do Mal⁴⁵: Coreia do Norte, Irã e Iraque. Para Haas (2010), essas políticas tiveram um forte conteúdo propagandístico, de forma a mostrar aos Estados Unidos que a Rússia continuava a ser uma grande potência e, por isso, ser um país “autônomo”, cujas ações não devem ser ditadas por nenhum poder estrangeiro.

Especificamente com a China, foi assinado em julho de 2001 um importante acordo de amizade que instituía as bases da cooperação estratégica entre os dois países. Se em 1992 se afirmava que nenhuma das partes entraria em uma aliança contra a outra, desta vez o raciocínio foi aprimorado: os dois países não estavam criando uma aliança direcionada a outros países. Foi um passo decisivo no estabelecimento de uma cooperação estratégica a longo prazo, e de aproximação política. Para Myasnikov (2003, online):

(...) esse acordo apresenta um importante significado histórico não apenas para a relação de nosso país com seu grande vizinho do extremo oriente, mas também para as relações internacionais do início do século XXI como um todo. (Em itálico pelo autor; tradução nossa)

Dentre as convergências políticas que aparecem ao longo do Tratado, citam-se: o reconhecimento recíproco da integridade territorial (ou seja, a Rússia reconhecia os direitos de Pequim sobre Taiwan, e a China apoiava a ação russa contra os separatistas chechenos)⁴⁶, o aumento da confiança mútua entre as Forças Armadas, bem como a redução destas na região fronteira dos dois países. Não menos significativo, o acordo estipulava a cooperação política entre os dois países no âmbito do CSNU. Nessa mesma conjuntura, a Rússia e a China, juntamente com países da Ásia Central, criam a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), para cooperação militar e econômica.

45 Expressão cunhada em janeiro de 2002 pelo então presidente dos EUA George W. Bush, e se refere a países que supostamente patrocinavam o terrorismo e que desenvolviam (ou procuravam obter) armas de destruição em massa.

46 Cláusula 4ª do Tratado de Boa-Vizinhança e Cooperação Amigável entre a República Popular da China e a Federação Russa.

3.2. Unidos contra o terrorismo

As relações com os Estados Unidos sofreram uma significativa inflexão, entretanto, após os ataques às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 (SELEZNEVA, 2002; KORTUNOV, 2009). O presidente russo foi o primeiro líder estrangeiro a prestar condolências ao povo estadunidense e, mais do que isso, foi um dos maiores entusiastas da Campanha Antiterror promovida pelos EUA. A Rússia também se mostrou solícita a colaborar com a invasão ao Afeganistão: ofereceu um corredor aéreo à OTAN, disponibilizou informações sigilosas, e concordou com a cessão de bases na Ásia Central aos EUA. Nesse aspecto, a Rússia divergiu bastante em relação à China, que adotou uma postura bem mais discreta, apenas manifestando solidariedade às tragédias. Além disso, a Rússia consentiu com a saída dos Estados Unidos do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABMT, da sigla em inglês), que se deu efetivamente em junho de 2002.

A interpretação mais difundida sobre essa verdadeira reviravolta nos rumos da política externa russa foi a busca de uma “carta branca” dos Estados Unidos para que a Rússia continuasse sua ação militar contra os separatistas tchetchenos. Na verdade, pode-se até dizer que a Rússia estava empenhada em uma guerra antiterror antes mesmo de os Estados Unidos proclamarem o “terror” como inimigo externo, no célebre discurso de George W. Bush, alguns dias após os atentados, no qual se assumia que “ou se estará conosco, ou se estará com os terroristas”⁴⁷. De fato, os Estados Unidos e o Reino Unido, até então críticos da ação russa contra os rebeldes no Cáucaso, não apenas diminuíram o tom das críticas, mas passaram a apoiar a ação russa na Tchetchênia, ao menos verbalmente.

Entretanto, uma explicação alternativa, alinhada ao realismo neoclássico, parece fazer mais sentido. Os atentados terroristas e, mais relevante, as reações norte-americanas aos atentados provocaram um choque de percepção entre os estadistas russos acerca da fraqueza da posição russa no sistema internacional. Os Estados Unidos, antes mesmo dos atentados, estavam estabelecendo treinamentos militares na Ásia Central, região que ainda estava sob governos amigáveis a Moscou. Os atentados e a perspectiva de invasão ao Afeganistão abriram enormes

47 Discurso proferido por George W. Bush direcionado a uma Sessão Conjunta do Congresso e do Povo Americano, de 20 de setembro de 2001.

possibilidades de cooperação militar e econômica entre os países da região e os países beligerantes, em detrimento da histórica dependência em relação à Moscou (HAAS, 2010). De forma direta, a Rússia estava rapidamente perdendo terreno para os participantes da invasão afegã, notadamente EUA e Reino Unido. Pode-se inferir que os dirigentes russos chocaram-se diante do rápido enfraquecimento estratégico do país em seu entorno próximo e diminuíram sua resistência à anulação do Tratado Antimíssil Balístico pelos EUA e ao projeto de ampliação da OTAN, além da posição cooperativa em relação à ação militar contra o regime dos Talibãs.

A tentativa de aproximação da Rússia com os EUA não chegou a ocasionar mudanças muito claras no relacionamento com terceiros países, uma vez que, como se verá adiante, essa inflexão nas relações russo-americanas não durou muito. Houve, entretanto, algumas reservas chinesas quanto ao apoio verbal e logístico da Rússia a favor da invasão ao Afeganistão, a qual se sucedeu apenas a poucos meses após a criação da OCX.

3.3. 2003-2008: nova escalada das tensões russo-americanas

Em um primeiro momento, a Rússia mostrou-se bastante entusiasta do projeto de “Guerra ao Terror” empreendido pelo governo americano a partir de 2001, chegando a realizar concessões de cunho unilateral bastante explícitas, como a permissão de passagem para aeronaves militares americanas na campanha do Afeganistão.

Porém, no plano doméstico, a colaboração russa aos esforços de guerra no Afeganistão era alvo de fortes críticas em círculos conservadores e nacionalistas. Em uma reunião da Academia de Ciências Militares, não apenas acadêmicos, mas também figuras de alto escalão do próprio governo (Ministro da Defesa ou *Minoborony* e o Chefe do Estado-Maior russo) criticavam a postura permissiva e subordinada da Rússia em relação aos EUA após os ataques terroristas de 2001. Essas críticas, que pressionavam pelo retorno da política externa “pragmática”, cresciam e ameaçavam o apoio político interno a Putin. A escalada das tensões entre EUA e Iraque ofereceu ao líder russo uma oportunidade de reavaliar a suposta “parceria estratégica” com os EUA.

A guerra contra Saddam Hussein foi alvo de fortes críticas por parte de Alemanha, China, França e Rússia; entretanto, nenhum dos três últimos logrou impor seu poder de veto no CSNU; a matéria não chegou a ser formalmente deliberada naquela instância. Apesar de não conseguir evitar a ação belicista, a Rússia saiu-se não completamente derrotada, pois uma cisão intra-ocidental (entre Estados Unidos e Reino Unido, por um lado, e França e Alemanha, por outro) havia sido criada. Isso possibilitou à Rússia a disparar críticas aos Estados Unidos, embora forma contida; os maiores críticos continuavam a ser França e Alemanha.

No ano seguinte, já sob o segundo mandato de Putin, a Rússia voltaria a se posicionar de forma mais assertiva, especialmente frente aos Estados Unidos e à OTAN. Alguns fatores alimentaram esse novo processo dado que a economia russa registrava um forte crescimento desde 2000 e se beneficiava com o aumento dos preços do petróleo e do gás natural (os principais itens na pauta de exportação e, portanto, a principal fonte de divisas para o país). Como proporião os neoclássicos, a Rússia conseguiu transformar *poder material* crescente (na forma de exportações de petróleo) em recursos de *poder estatal*, a ser empregados para a consecução da política externa. Uma das campanhas de Putin foi justamente restabelecer o controle governamental sobre os setores estratégicos, dentre os quais, a exploração e a comercialização de petróleo e gás natural⁴⁸, o que permitiu o afluxo de vultosos recursos financeiros ao governo federal russo. Enriquecido, o governo Putin passou a ter maior margem de manobra para financiar projetos mais ambiciosos em política externa e, obviamente, direcionar mais recursos para a modernização de suas forças armadas. Como se pode observar no Anexo III, os gastos militares russos quase que triplicaram, em termos reais, entre 2000 e 2009, de acordo com as informações do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

Outro fator que azedou as relações com os Estados Unidos (e com parte dos países europeus) foi a aprovação de uma nova rodada de expansão da OTAN a

48 Na década anterior, as empresas estatais que controlavam as atividades no setor foram privatizadas. Os novos proprietários, que se enriqueceram rapidamente, ficaram conhecidos como *Oligarkhi* (oligarcas). O projeto de Putin de eliminar (ou cooptar) essa classe dominou as manchetes sobre a Rússia no início da década, teve resultados, com a retomada do controle estatal (50% + 1 das ações) da gigante Gazprom, do setor de gás natural. No âmbito petrolífero, a história da Yukos, então controlada desde o início dos anos 1990 pelo “oligarca” Khodorovsky e a maior da Rússia no âmbito, é bastante elucidativa: diante de um novo regime de tributação, a empresa privada foi acusada de sonegação de impostos. Em 2006, o judiciário declarou que a empresa estava em bancarrota devido às dívidas perante o governo, e suas ações acabaram sendo leiloadas; o principal comprador foi a empresa estatal Rosneft, que passou a ter o controle majoritário dos ativos da Yukos.

leste. Desta vez, dentre os novos membros, destacam-se três antigas repúblicas soviéticas: Estônia, Letônia e Lituânia, além de Bulgária, Eslováquia, Eslovênia e Romênia, em 2004⁴⁹.

Ademais, as chamadas revoluções coloridas em antigas repúblicas soviéticas (Rosa na Geórgia em 2003; Laranja na Ucrânia em 2004; das Tulipas no Quirguistão em 2005) sofreram forte objeção nos meios de comunicação russos, por serem supostamente financiadas por “organizações e governos ocidentais”, para colocar no poder governos antirrusos. Chegou-se a ponto de o chanceler russo Ivanov, de forma ríspida, a proferir que:

Penso que existem fatos suficientes que testemunham que tudo o ocorrido nos últimos dias não foram de forma alguma aparições tranquilas, surgidas de uma hora para outra. Obviamente, houve preparação e ativa participação nelas, como reconhece o próprio [ex-presidente georgiano Eduard] Sheverdnadze, do embaixador dos EUA. A preparação ocorreu através do Fundo Soros.⁵⁰

Com efeito, as relações da Rússia com países em seu “Exterior Próximo” entravam em uma de suas fases mais críticas. Em dezembro de 2005, por iniciativa dos governos da Ucrânia e da Geórgia, criou-se uma organização internacional, conhecida como “Comunidade da Escolha Democrática”. Foi colocada como uma alternativa à CEI, mas não teve prosseguimento. O GUAM permanece como a principal articulação entre esses países⁵¹, e em seus encontros discutem-se diversas questões sensíveis, desde o controle efetivo pela Rússia de regiões separatistas desses países⁵², até a revisão histórica de eventos como a Grande Fome de 1932-1933⁵³. Esses eventos em antigas repúblicas soviéticas foram interpretados por muitos na Rússia como fruto da interferência de países ocidentais, sobretudo os Estados Unidos, de forma a reduzir a influência de Moscou na região.

Em 2007, foi amplamente comentado na mídia o “Discurso de Munique” de Putin, como supostamente um “retorno à Guerra Fria”. Em sua oratória, o presidente russo criticou a unipolarização do sistema internacional, que seria “inaceitável” e

49 Esses países haviam sido aprovados no Encontro de Praga em novembro de 2002.

50 Igor Ivanov declarou que a mudança de poder na Geórgia foi realizada com apoio dos EUA. Disponível em: <<http://www.newsru.com/russia/08dec2003/ivanov.html>>

51 GUAM refere-se ao seguinte grupo de países: Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia.

52 Transdniestria na Moldávia, Abcásia e Ossétia do Sul na Geórgia.

53 O governo ucraniano considera que a Grande Fome (*Holodomor*, em ucraniano) não foi apenas fruto da ineficácia da administração soviética, mas uma política premeditada de eliminação dos camponeses ucranianos.

“impossível”. Contra esse processo coloca-se a emergência de outros pólos de poder:

“não há como negar que o potencial econômico dos novos centros de crescimento mundiais [Brasil, China, Índia e Rússia] inevitavelmente se converterá em influência política e vai ampliar a multipolaridade” PUTIN, 2007. (sem página, tradução nossa)

Outro evento que mobilizou bastante a diplomacia russa foi o plano dos EUA de instalar um escudo antimíssil na Polônia e de uma estação de radar na República Tcheca. O governo americano alegava que essas estruturas serviriam de defesa contra ataques nucleares de países como Irã e Coreia do Norte; a Rússia, por outro lado, interpretava como uma ameaça contra sua soberania e chegou a propor que esse sistema fosse implantado no Azerbaijão, desde que houve participação russa. A proposta foi rejeitada pelos EUA.

Outro front de críticas, desta vez pelo lado estadunidense, refere-se às ligações entre a Rússia e o Irã. A Rússia assinou um contrato com o Irã referente à construção da usina nuclear de Bushehr em 1995. Os EUA criticavam duramente o contrato e qualquer fornecimento em matéria nuclear à República Islâmica, e buscavam impor sanções por intermédio do CSNU, ao passo que a Rússia procurava reagir de forma a que as sanções atinjam o menos possível seus negócios com Teerã.

O senso comum da época, que se provou equivocado, sugeria que o “mundo estava à beira de uma Nova Guerra Fria” ou que “a Rússia estava abandonando o Ocidente” ou, ainda, “se tornando uma inimiga dos Estados Unidos. Uma análise mais atenta sugeria outra hipótese para esses eventos que atestavam para a deterioração entre as relações russo-estadunidenses: a de que Moscou estaria buscando maior autonomia e relevância no sistema internacional, e não necessariamente, romper de vez com o Ocidente. Mankov (2007, p. 124, tradução nossa) oferece a seguinte visão para essa postura mais autônoma do Kremlin:

A característica fundamental da política externa russa mantém a asserção do direito russo de agir como um grande poder completamente independente no interior de um sistema global dominado por um punhado de grandes Estados e não por instituições ou normas multinacionais. A substância da política externa russa não se alterou fundamentalmente, mas o ambiente no qual ela é conduzida, sim. Em particular, preços maiores para o petróleo e para o gás, as principais

exportações russas, e a diminuição do poder dos EUA como resultado da guerra no Iraque deram ao Kremlin maior autonomia para buscar decisões políticas apoiadas há muito tempo pela elite russa.

3.4. A presidência de Medvedev

A eleição de Dmitriy Anatolevitch Medvedev manteve as linhas mestras da política externa russa em curso durante o segundo mandato de Putin, com algumas mudanças marginais ou ajustes. As mudanças e os ajustes tiveram a ver com as respostas ou reações à dinâmica do próprio sistema internacional. Um exemplo interessante é a aparição dos BRIC como agrupamento político, e que se tornou um dos espaços relevante para a política russa a partir do governo Medvedev.

Um dos fatos mais marcantes no início do mandato de Medvedev foi o breve, porém intenso, conflito russo-georgiano. Em agosto de 2008, a Geórgia invadiu a Ossétia do Sul com o intento de restabelecer o controle de fato sobre a região separatista. A ação do país caucasiano desencadeou uma contra-ofensiva russa durante uma semana, gerando graves reflexos, especialmente nas relações entre a Rússia e os Estados Unidos. A guerra gerou diferentes reações por parte de governos estrangeiros: enquanto muitos países pediam para que as partes dirimissem a controvérsia por via pacífica, como Argentina, Brasil, China, Espanha, França e Irã, outros países, capitaneados pelos Estados Unidos, criticaram explicita e veementemente as ações russas. O então vice-presidente norte-americano declarou que “a ação russa não pode continuar sem respostas” e expressou “a solidariedade dos Estados Unidos ao povo georgiano”⁵⁴. A Rússia respondeu que “o conflito no Cáucaso foi usado como desculpa para a entrada de embarcações militares da OTAN no Mar Negro”⁵⁵. Logo após o cessar-fogo, Moscou reconheceu como Estados soberanos a Abcásia e a Ossétia do Sul (até o final de 2010, apenas quatro países-membros da ONU tinham reconhecido a soberania dessas regiões⁵⁶).

54 CHENEY: "Russian aggression must not go unanswered" [Cheney: "A agressão russa não pode continuar sem respostas"] Reuters, 11.08.2008. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2008/08/11/idUSN10298525>>

55 MEDVEDEV, Dmitry A. Mensagem ao Congresso Federal da Rússia. 05/11/2008. Disponível em:

<http://archive.kremlin.ru/appears/2008/11/05/1349_type63372type63374type63381type82634_208749.shtml>

56 Esses países eram: Rússia, Nicarágua, Venezuela e Nauru.

Até o final da presidência de George W. Bush no final de 2008, as relações russo-estadunidenses permaneceram conflituosas. Ainda em novembro de 2008, logo antes de uma visita ao Brasil, Medvedev declarou a intenção de seu governo em alocar mísseis na região de Kaliningrado (ver localização no Anexo A - mapas), como resposta aos planos dos Estados Unidos de construir o sistema de escudo antimíssil na Europa central.

Por outro lado, as relações com a China, e em menor escala, com a Índia e até com o Brasil, continuaram a progredir, ainda que nenhum dos países tenha apoiado inteiramente a Rússia no conflito do Cáucaso (nenhum reconheceu a soberania das “repúblicas”).

3.5. 2009-2010: o *reset* das relações russo-estadunidenses e outros desenvolvimentos recentes

Se muitos autores apontam para a continuidade entre as políticas de Medvedev e Putin⁵⁷, o mesmo não pode ser dito a respeito entre George W. Bush e Barack Obama. Com efeito, observa-se certa mudança nas relações entre os dois países desde o final do mandato do republicano, que pode ser caracterizada como uma pequena distensão (SEGRILLO, 2010).

De fato, os temas mais controversos do período anterior foram sendo aos poucos solucionados. Em setembro de 2009, Obama cancelou os planos de instalar o escudo antimíssil na Polônia e o radar na República Tcheca, e em seu lugar propôs a realocação de interceptadores de mísseis de pequeno e médio alcance em navios e mesmo na Europa Oriental. A reação de Moscou foi positiva, mas cautelosa⁵⁸. Um fato mais marcante foi a assinatura entre EUA e Rússia, em abril de 2010, do START III (que ficou mais conhecido como New START), cujo texto estipulava a redução pela metade dos estoques de armamentos atômicos de cada uma das partes. O Conselho OTAN-Rússia, congelado desde a guerra na Geórgia, foi retomado em maio de 2009, ainda que no apenas no nível ministerial. O Conselho decidiu a favor da retomada da cooperação militar, inclusive na guerra no

57 S. Lavrov permaneceu no cargo de chanceler mesmo após Medvedev assumir a presidência.

58 Russia's Putin praises Obama's missile defense decision Los Angeles Times, 19/09/2009. <<http://articles.latimes.com/2009/sep/19/world/fg-missile-defense19>>

Afeganistão, no combate ao tráfico de drogas e à pirataria na costa da Somália e à proliferação nuclear (HAAS, 2010).

Grande parte dos países da Europa Ocidental tem desenvolvido boas relações com Moscou, incluindo-se Alemanha, Espanha, França, Itália. Ademais, esses mesmos países são os que mais pressionaram para a normalização das relações com a Rússia, não apenas no âmbito da União Europeia, mas também – e principalmente – no seio da própria OTAN. Por outro lado, a principal área de resistência à Rússia foi e tem sido os três países Bálticos e boa parte dos antigos países satélites da União Soviética. A Lituânia foi o único país a se opor à retomada do Conselho OTAN-Rússia. Durante o fórum bianual Rússia-União Europeia, então presidida pela República Tcheca, houve desacordos em quase todas as áreas; o chanceler Lavrov criticou o programa da referida organização internacional “Parceria com o Leste” como uma tentativa de estabelecer influência sobre as antigas repúblicas soviéticas.

Ainda assim, as relações com alguns dos países da Europa Oriental também obtiveram progresso. Em 2010, após a catástrofe que vitimou um grande número de dirigentes poloneses – inclusive todos os chefes dos três poderes – paradoxalmente as relações com a Polônia melhoraram bastante, como denota a abertura dos arquivos secretos sobre o morticínio de Katyn pela própria Rússia (OKUNEVA, 2010). Em relação à Ucrânia, houve uma melhora sensível desde 2010, com a assinatura de vários acordos bilaterais e com perspectivas de integração à União Aduaneira. A ascensão ao poder em Kiev de Viktor Yanukovich, um político que se opôs à Revolução Laranja de 2004, pode ter tido grande influência na retomada das boas relações entre as duas antigas repúblicas soviéticas.

A Organização de Cooperação de Xangai permaneceu relevante para a Rússia, pelo menos desde o segundo mandato de Putin. A China continuou a ser um dos principais “amigos” da Rússia, como demonstra a diversificada parceria estratégica entre os dois países, englobando desde acordos de fronteira, até a realização de exercícios militares conjuntos e a construção de gasodutos. Mas há desacordos: o não reconhecimento da Abcásia e da Ossétia do Sul pela China, e, principalmente, a imigração ilegal chinesa no Extremo Leste da Rússia (ainda que essa preocupação ainda seja ocultada no discurso oficial russo) podem ser fatores para possíveis tensões entre os dois países (HAAS, 2010).

Capítulo 3 – As relações russo-brasileiras: dos primórdios até 2000

Ao se falar em “história das relações Brasil-Rússia”, fazem-se necessárias algumas considerações práticas e metodológicas iniciais. A primeira, e que se relaciona mais diretamente com este capítulo, é definir o que se entende por “Brasil” e, principalmente, por “Rússia”. No caso do Brasil, este trabalho toma como base o Estado que surge em 1822 e que sofre algumas modificações territoriais ao longo do século XIX, cuja república institui-se em 1889. Apesar das mudanças político-institucionais, permanece formalmente sob o nome de “Brasil”. Quando se fala de “Rússia”, a questão é mais complexa. A Rússia de 1822 é o mesmo Estado que surgiria exatamente cem anos mais tarde sob a designação de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas? A mesma URSS “continuará” em 1991 com o surgimento da Federação Russa em dezembro de 1991?

Uma rápida observação do direito internacional sobre a questão da sucessão de Estados poderia fornecer uma primeira resposta. Essa disciplina refere-se à continuidade e à transferência de direitos e obrigações de um Estado anterior em relação a seu sucessor. No caso do Brasil é bem claro: é o mesmo Estado antes e depois de 1889, ainda que o governo tenha mudado (e gerado controvérsias, especialmente no caso das relações com a própria Rússia, como será visto adiante). No caso russo, o Estado russo também persistiu em 1917, em 1922 e 1991, ainda que sob designações diferentes.

Assim, no presente capítulo, quando nos referirmos a “história das relações Brasil-Rússia”, levamos em consideração: entre 1822 e 1889 as relações entre o Império Brasileiro e o Império Russo; entre 1889 e 1917, as relações entre a

República brasileira⁵⁹ e o Império Russo; entre 1917 e 1922, entre a República Brasileira e a República Socialista Soviética Russa; entre 1922 e 1991, entre a República Brasileira e a União Soviética; e, finalmente, desde 1991, entre a República Brasileira e a Federação Russa.

Um segundo conjunto de preocupações refere-se ao vocábulo “relações”. É um termo amplo que, mesmo em se restringindo ao contexto das relações entre dois países, pode-se referir a inúmeras atividades possíveis. Pode contemplar, por exemplo, os contatos políticos entre representantes diplomáticos de ambos os países, mas também a visita de uma missão de empresários de um país a outro, a realização de intercâmbio acadêmico por estudantes e professores de ambos os países e, até mesmo – e é cada vez mais frequente – uma simples troca de mensagens eletrônicas instantâneas via internet entre duas pessoas que se encontram uma no Brasil e outra na Rússia.

Naturalmente, é imprescindível delimitar ao máximo o que aqui se entende por “relações” e seus sinônimos correspondentes. O referido termo contempla os contatos mantidos entre os representantes de ambos os governos, no tocante a diversos assuntos, mas principalmente quando se referem a questões políticas. Um tratado comercial será levado em conta, mas tendo em vista suas repercussões políticas, e não tanto seus efeitos econômicos (a não ser que o efeito econômico gere também preocupações políticas). Os contatos entre entes privados ou públicos infra-nacionais (empresas, universidades, pessoas, Estados ou regiões federadas etc.) serão mencionados e analisados quando for percebido algum interesse político por parte de algum dos dois governos nacionais envolvidos. Portanto, ao se falar de alguma missão empresarial, científica ou mesmo de algum estado federado, a preocupação maior é saber se “houve algum interesse político” de uma ou de ambas as nações. Por exemplo, ao se mencionar uma missão de cientistas russos ao Brasil, será considerado se houve algum interesse do Governo russo de promovê-la, se é apenas comercial ou se há um objetivo de reduzir a influência dos Estados Unidos na região, e, se possível, qual seria a reação do governo brasileiro.

59 Houve, na verdade, uma mudança apenas (sem que houvesse mudança nem de Estado, tampouco de governo) no título da República brasileira imposta pela Constituição de 1967: os até então os Estados Unidos do Brasil passaram a chamar-se de República Federativa do Brasil.

1. Dos primórdios até 1991

A primeira fase do relacionamento entre Brasil e Rússia, que se inicia oficialmente em 1828 com o reconhecimento da independência brasileira por parte da Rússia e termina com a suspensão das relações após a Revolução de Outubro de 1917, pode ser resumida nos seguintes termos: disputas sobre a legalidade do Estado Brasileiro, tentativas de promover ou ampliar o comércio, realização de expedições científicas, contatos esporádicos sobre diversas questões de política internacional. De forma ainda mais sumária, pode-se falar em relações quase sempre cordiais, mas de baixo perfil político, e de baixa prioridade para ambos os governos. Não obstante, alguns eventos apresentam interesse de relevo à história geral de ambos os países.

1.1 Antecedentes: o Período Joanino

No período anterior à independência formal do Brasil, a Corte de Dom João VI, estabelecida desde 1808 no Rio de Janeiro, desenvolveu interessantes contatos com o Império Russo, no contexto internacional das Guerras Napoleônicas.

Em 1807, após o Imperador francês Napoleão Bonaparte impor unilateralmente um embargo comercial à Inglaterra (o Bloqueio Continental), a Rússia, cujo maior parceiro comercial era a referida ilha, teve de buscar novos mercados. A América Lusitana constava como uma das preferências (ZHEBIT, E, 2010: 22; KOMISSAROV, 2010: 6). As perspectivas russas alimentavam-se com a célebre decisão joanina de 1808 de abrir os portos brasileiros ao comércio com as nações amigas (das quais a Rússia estava inclusa). O acordo comercial foi concluído em 1811 e previa uma tarifa de importação à Rússia equivalente à porcentagem paga pelas mercadorias inglesas (15%), menor do que a parcela paga por Portugal (16%) e por outras nações (24%).

Desacordos entre a Coroa portuguesa estabelecida no Brasil e a Rússia já existiam ao longo da década de 1810. Nas disputas pela posse do Rio da Prata, a Rússia apoiava o lado espanhol, o que provocou algumas fricções. O tema era evitado nas conversas com o representante russo, estabelecido no Rio de Janeiro a

partir de 1811, Ksavery Labensky, o primeiro da Rússia na América Latina e o segundo no continente americano, após os Estados Unidos.

1.2. Antes do reconhecimento

A independência brasileira em 1822 não entusiasmou a Corte de São Petersburgo, uma das principais defensoras do princípio da legitimidade no contexto europeu instituído pelo Congresso de Viena. O não reconhecimento persistiu mesmo após Portugal ter concordado com a emancipação de sua ex-colônia, em 1825, em um acordo mediado pela Inglaterra. França e Áustria fariam o mesmo pouco tempo depois; a Rússia só o fez em 1828⁶⁰.

Nesse período entre 1822 e 1828, um evento marcaria não apenas as relações Brasil-Rússia, mas também a própria história do Brasil (e dos estudos naturais): a expedição científica de Georg Langsdorff, que, na verdade, foi financiada pelo czar Alexandre I. A missão teve importante significado político: nomeado cônsul russo no Rio de Janeiro, Langsdorff foi temporariamente removido da capital de um país que ainda não havia sido reconhecido, sem que isso significasse a retirada de um representante do Governo russo no território brasileiro. A missão, também, teria como fundamento o nobre propósito de “contribuir à ciência” (KOMISSAROV, 2010: 10).

1.3. De 1828 a 1917 – acordos comerciais, e expedições científicas, baixo perfil

Superada a fase dos desentendimentos sobre a legalidade do Estado brasileiro, as conversações centraram-se naquilo que mais interessava à Rússia: comércio. Franz Borel, então ministro plenipotenciário russo no Brasil, foi instruído por São Petersburgo a trabalhar na confecção de um tratado de amizade, comércio e navegação. Mas os ânimos russos esmoreceram-se com a decisão brasileira de reduzir suas tarifas alfandegárias de 24% a 9% a todas as nações (ZHEBIT, E, 2010: 35-36).

⁶⁰ Segundo Komissarov (2010), a Rússia acreditava que o acordo luso-brasileiro não previa a separação entre as linhas portuguesa e brasileira da família de Bragança.

Em meados da década de 1840, ambos os países adotaram um padrão bem mais protecionista para suas políticas comerciais. Em 1844, o Brasil adotou a conhecida Tarifa Alves Branco, aumentando as tarifas de importação para 30% para produtos sem similar nacional (e de 60% para produtos com similar). No ano seguinte a Rússia adotou uma lei ainda mais restritiva, que impunha uma porcentagem de 50% para mercadorias de países que não concediam à Rússia o status de nação mais favorecida. Ambos os países não estavam dispostos a assinar acordos sem a observação do princípio da reciprocidade; assim foi concluído o acordo de 1847 sobre franquias aduaneiras, que se manteve em vigor até a década de 1890. (ZHEBIT, 2010: 37-38)

Outro evento digno de nota foi a visita extra-oficial do Imperador Dom Pedro II à Rússia em 1876, a primeira (e única até a década de 1980) de um chefe de Estado brasileiro àquele país. A viagem teve, contudo, pouca repercussão política. Para Cervo (2008) essa visita e outras que o Imperador faria ao longo das duas últimas décadas do Império podem ser concebidas como uma política de prestígio pessoal do imperador no continente europeu.

Com efeito, a notícia da Proclamação da República no Brasil incitou contrariedade entre os países europeus, particularmente na Rússia. Na corte do czar Alexandre III, onde a figura de D. Pedro II e de sua família era bastante respeitada, desconfiava-se da instabilidade característica durante a primeira década republicana no Brasil. Logo que tomou nota dos acontecimentos de 1889, a Rússia decidiu suspender as relações diplomáticas com o Brasil, o que significava simplesmente o não reconhecimento do novo governo (ZHEBIT, 2010: 38). Somente em 1892 a Rússia consentiu com a república brasileira, já sob o comando ditatorial de Floriano Peixoto e depois da morte de D. Pedro II (1891).

É interessante notar que, durante a chancelaria de Rio Branco (1902-1912), já se faziam sentir algumas características e até mesmo problemas bastante recentes no âmbito das relações Brasil-Rússia. Primeiro, ambos os governos convergiam em importantes temas globais. A tese brasileira sobre a igualdade formal dos Estados obteve ressonância entre os demais países latino-americanos, mas encontrou pouco apoio dos países europeus, com a notável exceção da Rússia. Ademais, em outros temas, especialmente o de guerra marítima e o da neutralidade dos Estados, a Rússia apoiou sistematicamente a posição brasileira e dos demais latino-americanos

contra “as grandes potências”. (ZHEBIT E, 2010: 43-44). Em segundo, o comércio entre os dois países carecia de ligações diretas, um problema que prolongaria até mesmo durante os anos 2000. Em terceiro, as relações bilaterais, tanto no início do século XX como no início do século XXI, intensificaram-se como subproduto de espaços multilaterais de negociação. No primeiro caso, após a II Conferência de Paz, realizada em Haia em 1902 (marcada pela convergência de suas teses jurídicas sobre o Estado na ordem internacional), Brasil e Rússia assinaram dois acordos: um convênio sobre cooperação econômica e a Convenção russo-brasileira de arbitragem em questões de solução pacífica de confrontos militares, ambos de 1909.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os dois países lutaram no mesmo lado, a Entente (o Brasil se manteve neutro até 1917, quando tomou partido a favor da referida aliança).

1.4. De 1917 a 1961 – as não relações

As relações diplomáticas entre os dois países foram interrompidas após a Revolução de Outubro na Rússia⁶¹, e assim permaneceram até 1945. Após o estabelecimento das relações em 1945, Brasil e União Soviética romperam-nas novamente em 1947, e assim mantiveram-se até 1961.

No período entreguerras, as relações entre os dois países foram bem limitadas, ainda que houvesse alguns contatos, sobretudo de ordem econômica e científica, como a missão do cientista soviético Vavilov nos anos 1920. Episódio mais conhecido, entretanto, foi o da Intentona Comunista, liderada por Luís Carlos Prestes e, supostamente, auxiliada pela Internacional Comunista. A malograda insurreição contra o ditador Getúlio Vargas contribuiu criar ainda mais animosidade contra URSS e intensificar a perseguição aos comunistas brasileiros (GUIMARÃES, 2000).

A conciliação soviético-brasileira deu-se antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em abril de 1945, incentivada e efetivamente mediada pelos Estados Unidos. Um fator adicional pode ter contribuído para o acontecimento: o Brasil,

⁶¹ A Revolução de Outubro ou Comunista ocorreu em 7 novembro de 1917 do calendário gregoriano e em 25 de outubro de mesmo ano, de acordo com o calendário juliano, então em vigor no país.

àquela altura, já desejava ocupar um assento permanente no que viria a ser o CSNU; para tanto, era imprescindível normalizar as relações com todas as forças vitoriosas, inclusive com a União Soviética. (MUNHOZ, 2009: 52; GUIMARÃES, 2000: 396).

O breve período de relações diplomáticas entre abril de 1945 e outubro de 1947 foi bastante conturbado. Diversos incidentes aparentemente de menor gravidade entre os dois países quase sempre assumiram contornos políticos⁶². De acordo com o então embaixador brasileiro na URSS, Pimentel Brandão, a infraestrutura do hotel moscovita onde se estabelecera a embaixada era precária. Em relação à representação soviética no Rio de Janeiro, não faltavam acusações de espionagem por parte da imprensa (especialmente no programa de rádio “A Voz do Brasil”) e de segmentos oficiais. Outros desentendimentos menores seguiram-se, como a oposição soviética ao pleito brasileiro de ocupar um assento permanente no CSNU, além da ilegalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a cassação dos mandatos dos deputados comunistas. Na opinião de Guimarães (2000) e de Munhoz (2009), a União Soviética, ocupada com a reconstrução da economia interna e de preservar sua influência na Europa Centro-Oriental, conferia pouca atenção a um país distante como o Brasil e a “ameaça de propagação comunista” era pouco real.

O “segundo rompimento” de 1947 foi incitado pelo lado brasileiro. A alegação oficial da chancelaria de Raul Fernandes era a objeção soviética a um pedido formal de desculpas pela publicação de um artigo crítico ao governo brasileiro no *Literaturnaya Gazeta* [Jornal Literário], publicação subordinada diretamente ao Partido Comunista da URSS⁶³. Entretanto a versão oficial oculta processos mais complexos, como o alinhamento com os Estados Unidos e a conformação da Guerra Fria. Para um país como o Brasil, o rompimento com a União Soviética, na versão de parte da historiografia (MUNHOZ, 2009), era uma demonstração de fidelidade ao bloco ocidental. O gesto, contudo, surpreendeu os Estados Unidos, cuja embaixada

⁶² Como, por exemplo, o caso do funcionário Soares de Pinna, detido por autoridades soviéticas por embriaguez e por causar danos ao hotel Nacional. A embaixada brasileira reagiu, afirmando maus tratos por parte dos policiais soviéticos. O governo soviético determinou que de Pinna fosse expulso do país.

⁶³ *Literaturnaya gazeta: istoricheskaya spravka*. [Jornal Literário: informações históricas] <http://www.lgz.ru/history/>

em Moscou encarregou-se de cuidar dos interesses brasileiros perante o governo soviético.

Durante a segunda fase sem relações diplomáticas, ocorreu, porém, o desenvolvimento do comércio bilateral. Durante meados da década de 1950, o comércio com a URSS parecia ser bastante atrativo economicamente para o Brasil, que acumulava excedentes da produção de café, mas carecia de oferta de petróleo. Concretamente, foi promovida uma missão comercial brasileira a Moscou em 1959 chefiada pelo embaixador Barbosa da Silva, o que resultou em um acordo de compensação comercial e na exportação de café brasileiro e de importação de trigo, petróleo bruto e óleo diesel soviéticos (CERVO, 2008: 299-300).

O desenvolvimento do comércio, bem como o início da chamada “Coexistência Pacífica” entre as duas superpotências, ensejaram as discussões no Brasil sobre o reatamento com a URSS. O tema tornou-se bastante comentado no final da presidência de Juscelino Kubitschek e durante a de Jânio Quadros. Foi, inclusive, uma das bandeiras da “Política Externa Independente”⁶⁴, que correspondeu à política exterior brasileira durante do governo deste último, e que se prolongou até a consumação do Golpe Militar de abril de 1964. A retomada das relações diplomáticas foi, todavia, resultado de um processo: iniciou-se com a criação de delegações comerciais, a brasileira em Moscou e a soviética em Brasília, cada qual com no máximo 10 funcionários. O presidente Quadros chegou, inclusive, a aceitar o convite soviético para visitar Moscou.

O reatamento deu-se, finalmente, já sob o regime parlamentar no Brasil, em novembro de 1961, com o estabelecimento mútuo de embaixadas em Moscou e em Brasília. O chanceler brasileiro na época, Santiago Dantas, afirmava que o reatamento decorria da própria “vocaçã universalista do Brasil” e da necessidade de ampliar o comércio exterior brasileiro. Ressaltou, ainda, que a *Literaturnaya Gazeta* se retratara do artigo de 1947 e que ambos os países limitariam o número de funcionários atuando em suas respectivas embaixadas e restringiriam a locomoção dos mesmos em território alheio (CERVO, 343-344).

⁶⁴ Política externa independente refere-se a um período específico da história da política exterior brasileira entre os anos de 1961 e 1964, em que se buscou uma inserção mais autônoma do Brasil no ambiente internacional. O período se caracterizou pela crítica ao colonialismo europeu na África, pelas iniciativas comerciais com países do bloco socialista, e pelas tentativas de aumentar a autonomia frente os EUA.

1.5. De 1961 a 1985 – acordos comerciais

Após o restabelecimento das relações diplomáticas, o Brasil procurou incrementar o comércio com a URSS e obter sua cooperação econômica. Em novembro de 1962, o governo brasileiro, por meio do Decreto nº 1.880, criou o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE), de caráter interministerial. O objetivo do mecanismo, de acordo com o preâmbulo do referido dispositivo legal, era a ampliação do comércio de bens primários e industriais com a região, cuja economia “oferece possibilidade de crescente importância, conforme revelam as estatísticas internacionais”⁶⁵.

Os primeiros acordos entre os dois Estados eram essencialmente comerciais: o Ajuste sobre Promoção de Vendas e Viagens de Natureza Comercial, e o Protocolo Relativo ao Escritório de Expansão Comercial do Brasil na URSS e à Representação Comercial da URSS no Brasil, ambos assinados em 20 de abril de 1963⁶⁶.

O estabelecimento do Regime Militar e a tentativa de realinhar a política exterior do País com os Estados Unidos após abril de 1964 provocaram uma efêmera perturbação nas relações com a URSS e com outros países do bloco comunista, mas não houve novos rompimentos. O “mal-estar” foi logo substituído pelo desejo mútuo de aprofundar e diversificar a pauta comercial, consubstanciado pela primeira reunião, em 1965, da Comissão Mista Brasil - União Soviética, por ocasião da visita a Moscou do então Ministro do Planejamento Roberto Campos a Moscou.

O comércio foi a essência das relações do Brasil com a União Soviética e com outros países do bloco oriental até o início da década de 1980. Apenas em 1969, a Coleste reuniu-se cinco vezes e foi assinado um acordo que previa a compra de equipamentos soviéticos (inclusive turbinas para usinas hidrelétricas) por meio de um sistema de compensação, mas as exportações brasileiras cresciam a um ritmo bem mais rápido, ocasionando sucessivos desequilíbrios comerciais a favor

⁶⁵ Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 1.880 de 14 de dezembro de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DCM/dcm1880impressao.htm

⁶⁶ Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais. <http://www2.mre.gov.br/dai/birussia.htm>

do Brasil. Por outro lado, a pauta de exportação por parte do Brasil continuou a ser dominada por produtos primários, sobretudo café e minérios. A URSS e outros governos comunistas da Europa Oriental tentaram reduzir seus déficits por meio da abertura de escritórios comerciais no Brasil (CERVO, 2008; 414-415).

As relações deixaram de ser puramente comerciais no início da década de 1980, quando Brasil e União Soviética decidiram criar a Comissão Intergovernamental Econômico-Comercial e Técnico-Científica, em 1981. O comércio continuou importante nas relações bilaterais, com a assinatura de um acordo que previa a comercialização de soja brasileira e de petróleo bruto soviético, impulsionando as trocas econômicas. Porém, abriu-se espaço para a cooperação técnica e científica, com alguns resultados concretos além da área comercial. O ineditismo coube à parceria entre a soviética Technopromexport e a brasileira Odebrecht na construção da usina hidrelétrica de Capanda, Angola.

No entanto, em termos políticos, as relações continuaram “frias”, isto é com poucos desenvolvimentos. Digno de nota foi o envio de uma delegação soviética para a cerimônia de posse do Presidente João Figueiredo, em 1979, e a decisão brasileira de não participar dos dois boicotes empreendidos por Estados Unidos e União Soviética, respectivamente, aos Jogos Olímpicos de Moscou de 1980 e aos de Los Angeles de 1984. Porém, até meados da década, o diálogo político pode ser considerado de baixo perfil.

1.6. De 1985 a 1991 – tentativa frustrada de criar “algo mais”

O diálogo político Brasil – URSS prosperou somente após a redução das tensões Leste-Oeste, a partir do início da *Perestroyka* (ver capítulo 2). É nessa fase que se registrou a primeira visita em caráter oficial de um chefe de Estado brasileiro à Rússia⁶⁷, a de José Sarney em 1988, além de visitas mútuas de chanceleres (a de Aníbal Setúbal em 1985 e a de Eduard Sheverdnadze em 1987).

As discussões políticas bilaterais situam-se a partir da visita de Setúbal em outubro de 1985, quando foi criado um mecanismo de consultas políticas, além de um acordo de cooperação econômica a longo prazo, assim como um segundo de cooperação cultural. Em 1987, no âmbito da visita do chanceler soviético a Brasília,

⁶⁷ As duas viagens empreendidas pelo Imperador Dom Pedro II foram de caráter privado.

foi publicado um comunicado conjunto, algo inédito nas relações bilaterais, sobre o desejo de se aprofundar a aproximação econômica. Segundo Cervo (2008: 445), o referido documento “evidenciou maior afinidade entre ambas as políticas externas do que a verificada entre Brasil e Estados Unidos em questões que diziam respeito ao desarmamento, aos conflitos na América Central e na África (...) e à ordem internacional”, mas o Brasil continuava a criticar a invasão soviética ao Afeganistão, iniciada em 1979.

O momento mais significativo deu-se em 1988, com a mencionada visita do então Presidente José Sarney a Moscou, acompanhado de uma missão de empresários e do chanceler Abreu Sodré e dos Ministros do Exército e da Aeronáutica. Apesar da rica composição da missão brasileira, da quantidade de acordos selados e das declarações otimistas, a ida de Sarney teve caráter muito mais político do que impulsionador de projetos em áreas específicas. Um dos documentos de caráter político foi a “Declaração de Princípios da Integração a Favor da Paz e da Cooperação Internacional”, não tanto pelo conteúdo do documento, mas pelo reduzido número de países, como a tradicional aliada Índia, que tinham assinado declaração semelhante com a URSS. Outro acordo de relevo foi o assinado em matéria espacial, que previa, entre outros aspectos, transferência de tecnologia e compartilhamento de lançadores de satélite (GUIMARÃES, 2000: 414).

Porém, as instabilidades políticas na URSS a partir de 1990 prejudicaram as relações bilaterais. O comércio bilateral, de 1985 a 1990, oscilou bastante de ano a ano, devido às acentuadas crises que se abateram em ambos os países. A cooperação científico-tecnológica pouco avançou em termos reais, apesar da abrangência dos acordos assinados em 1988.

2. As relações entre o Brasil e a Federação russa nos anos 1990

Os anos 1990 significaram, para as relações entre Brasil e Rússia, uma fase pouco produtiva, com raríssimas novidades, e escassas concretizações. Houve uma tendência geral de distanciamento ou de desinteresse recíproco entre os dois países. Podemos identificar, entretanto, alguns períodos em que ora o Brasil, ora a Rússia buscava incrementar as relações bilaterais, mas, mesmo nesses períodos, o

diálogo não conseguiu estabelecer uma verdadeira aproximação entre os dois governos nos âmbitos comerciais e, principalmente, em ciência e tecnologia.

2.1. 1992-1993: otimismo retórico inicial, mas desinteresse mútuo

Apesar das incertezas e das instabilidades latentes no espaço pós-URSS, as expectativas de aproximação e aprofundamento nas relações do Brasil com a Rússia eram fortes, e vinham de ambos os lados, como deixam claro alguns telegramas do início de 1992. Durante um encontro com o embaixador brasileiro em Moscou, o então vice-chanceler russo Georgy E. Mamedov não apenas elogiou o Brasil, mas também expressou, já naquele momento, sua confiança na possibilidade de um impulso à cooperação espacial, nuclear e ambiental. O Brasil, igualmente, estava disposto a “desenvolver as relações com a Rússia em todos os campos, inclusive o econômico-comercial e o científico-tecnológico”. Em um dos telegramas expedidos pela Secretaria de Estado, há um trecho bastante elucidativo sobre aquele momento inicial:

A diplomacia russa, após a desintegração do império soviético (sic), está ativa em buscar manter o prestígio do país como grande potência e membro permanente do Conselho de Segurança e procura, para esse fim, marcar a presença do país, em âmbito multilateral e bilateral. De nossa parte, haveria todo o interesse em aproveitar o “momentum” para desenvolver as relações.⁶⁸

No mesmo ano, o embaixador brasileiro notava com surpresa a aparente disposição russa de desenvolver as relações, com o noticiamento de possíveis visitas de alto nível ao Brasil:

A informação de que o vice-ministro para Relações Exteriores, Mamedov, pretende visitar o Brasil, (...) bem como a disposição do Presidente da Associação de Industriais e Empresários de desenvolver (...) cooperação concreta com o Brasil, creio poder dizer que vejo um esforço russo até há pouco não demonstrado em desenvolver as relações com nosso País.⁶⁹

Algumas posições brasileiras iniciais também sinalizavam a favor da aproximação bilateral. A dissolução da URSS, oficialmente registrada em 25 de

⁶⁸ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 521 (confidencial). 27/05/1992. (p. 2)

⁶⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1312 (confidencial). 16/10/1992. (p 3)

dezembro de 1991 levantou, além do impacto global causado pelo desaparecimento de uma superpotência, uma série de questões de ordem jurídica e prática. O reconhecimento da independência dos novos Estados, inclusive a da Rússia, foi uma das questões mais imediatas, e o Brasil foi efetivamente o primeiro na América Latina a reconhecer a nova conjuntura política: a existência de 15 estados soberanos no antigo espaço soviético, dos quais 11 decidiram integrar a Comunidade dos Estados Independentes, o que proporcionou boas reações no âmbito do MID.

Uma segunda questão, e mais problemática, foi sobre a sucessão dos direitos e das obrigações contraídos pela URSS. A Rússia defendia a tese de que era a legítima herdeira da antiga superpotência no sistema internacional; em termos práticos, a Rússia assumiria, por exemplo, toda a dívida externa soviética, os tratados dos quais a URSS era parte, bem como as embaixadas e os consulados soviéticos no exterior, o assento permanente (e o direito a veto) no CSNU. As demais ex-repúblicas soviéticas, especialmente a Ucrânia, rejeitavam essa tese, e defendiam uma divisão mais equitativa do patrimônio da antiga superpotência. O Brasil acabou apoiando a posição da Rússia, tornando-se desnecessário o ato de estabelecimento de relações diplomáticas

Algumas posições russas acerca da América Latina também agradaram ao Brasil, como a demonstração de apoio à iniciativa brasileira de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o apoio às iniciativas de integração regional e o desejo de intensificar o diálogo com países latino-americanos, especialmente no âmbito do Grupo do Rio.

Porém, alguns desentendimentos (ou opiniões políticas divergentes) apareceram ainda nos encontros iniciais. O mais relevante deles foi a rejeição da Rússia a qualquer projeto de reforma do CSNU, sob a justificativa de que poderia aumentar o risco de se perder a eficácia e a celeridade no organismo, ao incluir mais países com poder de veto. Apesar de, naquela altura, a candidatura brasileira a um assento permanente ainda não ser defendida abertamente (ou, ao menos, não lhe ser algo prioritário), a posição russa ocasionou certa decepção no lado brasileiro, mas os “sonhos” de cooperação em várias áreas permaneceriam vivos.

Outra circunstância que não chegou a impedir *per se* os processos de convergência bilateral, mas os deve ter retardado consideravelmente, foram as

dificuldades econômicas, que eram enfrentadas pelos dois países. No caso russo, a negociação e a assinatura de um acordo sobre meio-ambiente, o Memorando de Intenções sobre Cooperação em Meio Ambiente foi concluído apenas em outubro de 1994 por dificuldades internas na Rússia, e menos por discordâncias sobre a matéria, na visão dos diplomatas brasileiros creditados em Moscou. Motivo semelhante foi dado pelo MID, em junho daquele ano, para suspender as negociações acerca de um tratado de extradição: uma “reestruturação” do órgão que tratava do tema, o *Minyust* (Ministério da Justiça da Rússia)⁷⁰. Em julho daquele ano, a Rússia, em função da crise econômica que atormentava o país, suspendeu todas as viagens oficiais de seus representantes, prejudicando a visita do vice-ministro Sergey Glaziev (Min. Relações Econômicas com o Exterior) ao Brasil⁷¹. Similarmente, as próprias crises e as disputas políticas internas também prejudicaram o desenvolvimento do diálogo entre os dois países. Antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem mais conhecida como Cúpula da Terra ou simplesmente Rio-92, havia fortes rumores sobre a presença do presidente Yeltsin no evento⁷²; a chefia da delegação russa coube, na verdade, ao então vice-presidente, Alexander V. Rutskoy⁷³.

No caso brasileiro, de acordo com o próprio embaixador do País na Rússia, o fato de o governo ter dado prioridade à promoção comercial em sua política externa geral, de forma a minguar as mazelas provocadas pela crise econômica do início daquela década, colocou em segundo plano outras áreas, como a cooperação em ciência e tecnologia, cultura e até mesmo militar. Essa situação teria se agravado ainda mais com a grave restrição orçamentária por que passava o próprio Itamaraty, dificultando e limitando a mobilização de recursos para arcar com viagens e outras despesas.

De fato, o problema da falta de recursos por parte do Brasil chegou a afetar, inclusive, o processo de formalização de relações diplomáticas com as demais ex-repúblicas soviéticas: optou-se pela troca de notas com representantes das novas repúblicas estabelecidos em Moscou e, adicionalmente, realizar missões diplomáticas apenas nas “repúblicas mais importantes”. A abertura de embaixadas

⁷⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores, Telegrama 791 (confidencial). 24/06/1992.

⁷¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores, Telegrama 910 (confidencial). 23/07/1992.

⁷² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 629 (confidencial). 13/05/1992.

⁷³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 635 (confidencial). 14/05/1992.

era uma opção distante, possível caso o país creditado tivesse uma situação mais estável⁷⁴. Na visão do próprio governo brasileiro, a causa pela demora em estabelecer relações diplomáticas não foi apenas econômica, mas também a instabilidade política no próprio Brasil, cujo presidente havia sido deposto pelo conhecido processo de impeachment.

Outra variável a ser considerada, de natureza perceptual e que transpareceu em alguns dos telegramas consultados, é a visão negativa da Rússia acerca do “Terceiro Mundo” como principal fonte de ameaças. Esse aspecto, mencionado no capítulo anterior, marcou os primeiros anos da política externa russa em seu relacionamento com países em desenvolvimento, e chegou a impactar nas relações Brasil-Rússia. Um caso típico ocorreu durante o encontro entre o embaixador brasileiro e o embaixador Smolin, quem chegou a afirmar que a manutenção de armas nucleares serviria para proteger a Rússia de tensões do “Sul”⁷⁵. Esse comentário não chegou a produzir graves efeitos concretos nas relações entre os dois países, mas demonstrava claramente a visão de mundo compartilhada por parte da elite russa (e inclusive de funcionários do próprio MID), que tinha pouco entusiasmo em desenvolver as relações com países fora do mundo desenvolvido.

As dificuldades econômicas, as instabilidades político-institucionais, e, em menor escala, a questão das percepções negativas foram argumentos que prejudicaram as relações bilaterais no início da década de 1990, ainda que não compartilhem da visão oficial de foram fatores determinantes. Nosso argumento principal é o de que as relações bilaterais entre 1992 e 1993 não “deslancharam” tanto pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelos dois países, tampouco as instabilidades políticas internas, mas pela própria falta de prioridade de um governo em relação a outro. De fato, no mesmo período o Brasil desenvolveu parcerias com países que estavam em situação econômica precária, como Índia e China⁷⁶. De

⁷⁴ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama confidencial de 24/08/1992

⁷⁵ Ainda, nas palavras do embaixador Smolin, o Sul era “constituído por países que estão em outro estágio de civilização e onde persistem problemas que afetam a segurança internacional, como os decorrentes de recursos naturais escassos, danos ao meio-ambiente, instabilidade social e consequências negativas de políticas econômicas austeras necessárias ao pagamento de dívidas externas” (sic), mas ele se corrigiu, ao ponderar que não se referia ao Brasil. BRASEMB MOSCOU para Exteriores, telegrama 103. 28/01/1992, p. 1.

⁷⁶ Para uma visão histórica das relações recentes entre Brasil e Índia, ver a dissertação de mestrado de VIERA (2007); sobre as relações Brasil e China, ver o trabalho de BECARD (2008).

forma parecida, a Rússia desenvolveu relações com regiões que lhe pareciam prioritárias, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Há evidências concretas do que podemos denominar de “desinteresse recíproco”.

As ações bilaterais empreendidas pelos dois governos nesse período foram, quase sempre, bastante limitadas e com escassos resultados práticos, como se reconhece em um dos telegramas consultados: “Por vários motivos conhecidos, há pouca ação dos dois governos em prol do relacionamento bilateral”⁷⁷. Outro documento emitido pela embaixada, com tom ainda mais crítico, aludia à “ausência de maior envolvimento estatal” e conclui que “a evolução do comércio [bilateral] tem se processado de maneira autônoma, movida apenas por interesses setoriais (por exemplo, a necessidade de procurar mercados alternativos para as exportações de alguns produtos tradicionais como o café)”⁷⁸.

O lado brasileiro engendrou, ainda em 1992, duas pequenas missões, cujos objetivos eram, basicamente, identificar oportunidades e estabelecer contatos no setor privado, a saber: a viagem do então Ministro da Agricultura Antônio Cabrera, que possibilitou um memorando de caráter técnico entre a Embrapa e a Academia Russa de Ciências Agrárias⁷⁹. A segunda, que trouxe mais expectativas para ambos os lados, foi a missão de empresários, liderada pela FINEP. Porém, mesmo no âmbito dessa missão, algumas autoridades e representantes russos queixavam-se da relativa falta de interesse por parte do Brasil. A ausência do representante do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) desapontou a contraparte russa, ainda mais levando-se em conta que a cooperação no setor aeroespacial era bastante promissora, na visão de ambos os governos. Um representante da RSPP⁸⁰ não escondeu a decepção com a relativa falta de interesses de seus interlocutores brasileiros durante aquele evento. Naquele mesmo mês, o Ministro da Defesa da Argentina, durante visita a Moscou, declarou que seu país pretendia expandir relações com a Rússia, inclusive na área militar. De forma um tanto irônica, o representante para América Latina do MID, Yan Burlyay,

⁷⁷ BRASEMB para EXTERIORES, Telegrama confidencial 1183 (17/09/1993).

⁷⁸ BRASEMB para EXTERIORES, telegrama 1484 (13/12/1993)

⁷⁹ Российская академия сельскохозяйственных наук, ou apenas Rosselkhozakademiya (Россельхозакадемия), em russo.

⁸⁰ União Russa de Industrialistas e Empresários.

questionou ao embaixador brasileiro quando que o Brasil daria o mesmo passo da Argentina, enviando um ministro de relevo⁸¹.

As iniciativas russas tampouco foram frutíferas, apesar de terem sido mais audaciosas e concretas de que a de sua contraparte brasileira, mesmo durante essa fase de desinteresses recíprocos. Foi enviada ao Brasil em novembro de 1992 uma delegação comercial russa que propunha a criação de um banco russo-latino-americano para financiar projetos comerciais. A proposta russa ia muito além, incluindo o plano de estabelecer uma montadora de aviões "Yak" (Як) no Rio Grande do Sul⁸². Em outros telegramas, nota-se a disposição russa de negociar projetos de maior abrangência, envolvendo transferência de tecnologia e formação de empresas mistas⁸³. A Rússia propunha uma série de áreas para discutir cooperação em pontos sensíveis inclusive no âmbito técnico-militar, desde que, conforme enfatizava o vice-ministro Mamedov, fosse respeitado o Regime do Controle da Tecnologia dos Mísseis (MTCR⁸⁴) e não se criassem problemas com o governo dos Estados Unidos⁸⁵. Interpretamos que a Rússia adotava em relação ao Brasil a mesma atitude que prevalecia em relação à Índia, e foi a tônica da política externa russa no período: subordinar suas relações com o mundo em desenvolvimento às relações com os Estados Unidos, como visto no Capítulo 2.

Outros fatos ainda mais marcantes que comprovam o argumento do desinteresse mútuo deram-se nas relações diplomáticas propriamente ditas. Em um telegrama emitido pela embaixada brasileira, critica-se o fato de a Rússia ficar por quase dois anos sem nomear embaixador em sua representação na capital brasileira. Além disso, o então chanceler, A. Kozyrev até o final de 1993 não tinha recebido nenhum representante diplomático brasileiro, ou sequer latino-americano⁸⁶. Somam-se a esses fatos os sucessivos cancelamentos de visitas pelo lado russo nesse período: o chanceler Kozyrev havia sido cotado para vir ao Brasil no início de 1993; enquanto a vinda do presidente Yeltsin foi cogitada duas vezes, uma durante a Rio-92, e a segunda em meados de 1993. O motivo dado pelo discurso oficial, quase sempre, eram as dificuldades internas na Rússia; entretanto, o próprio Yeltsin

⁸¹ BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1312 (16/10/1992).

⁸² BRASEMB MOSCOU para Exteriores, Telegrama 1377 (05/11/1992).

⁸³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 20/11/1992.

⁸⁴ Sigla em inglês

⁸⁵ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama 1077 (23/11/1992)

⁸⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1183 (17/09/1993).

chegou a visitar a China em 1992 e a Índia em 1993, países que certamente não eram a prioridade russa no período considerado. Não seria inválido dizer que, para a Rússia, o Brasil era ainda menos relevante do que os referidos países asiáticos.

Como ressaltado, o desinteresse era de ambos os países. O Brasil também não demonstrava grande entusiasmo em desenvolver projetos com a Rússia naquele momento. Durante uma missão parlamentar brasileira a Moscou, o ministro de Relações Econômicas com Exterior, Silayev Glaziev, queixou-se da demora brasileira de quase um ano em analisar propostas russas sobre um acordo de proteção a investimentos e outro de comércio. De forma análoga à Rússia, o representante brasileiro argumentou que problemas políticos internos retardaram o processo⁸⁷

Em suma, defende-se o raciocínio de que a política tanto do Brasil como da Rússia de dar pouca ênfase nas relações bilaterais entre eles, que aqui denominamos “desinteresse mútuo”, configura-se como o fato mais relevante para entender o parco (senão quase nulo) desenvolvimento de contatos políticos entre representantes dos dois governos, bem como a não concretização de projetos de cooperação conjunta de forma mais geral. Não excluimos, entretanto, que fatores conjunturais, como as dificuldades políticas e econômicas não influíssem no processo, mas pensamos que elas se comportem de forma interveniente, apenas endossando o processo de distanciamento político entre os dois países.

2.2. De fins de 1993 a fins de 1995: o Brasil toma iniciativa

Entre meados de 1993 e fim de 1995, a aproximação bilateral pareceu interessar mais ao governo brasileiro do que ao governo russo.

Em linhas gerais, esse período compreendeu a um momento transitório da política externa russa, em que o alinhamento “incondicional” aos Estados Unidos, aos poucos, cedia espaço a uma inserção internacional mais realista. No capítulo 3, vimos que foi um momento em que passa a discordar da posição norte-americana, não se ampliando de forma decisiva, porém, o diálogo com grandes países em desenvolvimento, em especial com a China e a Índia. Como será visto nesta seção,

⁸⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 194 de 13/02/1993.

o Brasil, de acordo com as fontes disponíveis, tampouco não se configurou, naquele momento, como um país de grande relevância para a Rússia.

O Brasil, por outro lado, também passava por uma fase de transição durante a chancelaria de Celso Amorim, caracterizada pela busca de maior protagonismo internacional para o Brasil e de críticas aos Estados Unidos em relação ao período imediatamente anterior; seria a retomada da política externa de um típico país em desenvolvimento, e não como um país que aspira ser integrante do Primeiro Mundo, como foi durante o período de Collor (HIRST & PINHEIRO, 1995).

É nessa fase que se reavivam as veleidades brasileiras de se tornar um membro permanente do CSNU, e foi formulada a proposta do então presidente Itamar Franco de criar a Área de Livre Comércio Sul-Americana (que excluía os EUA e também o México), em clara contraposição ao modelo favorecido pelos EUA, o da Área de Livre Comércio das Américas. A política externa do País, naquele momento, era favorável, inclusive, à articulação entre o que foi chamado de países continentais, como África do Sul, Índia, China e, inclusive, Rússia.

Brasil e Rússia, juntamente com a China e a Índia, países continentais, afirma com clara percepção o documento do Itamaraty, "que não estão integrados estruturalmente em áreas mais amplas (Canadá) e que tampouco ocupam um dos polos centrais (EUA), tem na globalização a possibilidade de realizar sua condição de potência e de não serem levados a optar por um esquema de associação periférica a uma das três grandes áreas (NAFTA, Europa, Bacia do Pacífico)⁸⁸

O “deslanchar brasileiro” deu-se especificamente em dezembro de 1993, com a ida à Rússia do então ministro de Indústria e Comércio José Eduardo de Andrade Viera. Apesar de não se concretizarem importantes acordos concretos sobre compra e venda de produtos, ou sequer a abertura de uma linha de crédito, houve a assinatura de um protocolo sobre intenções comerciais. O documento previa, entre outros aspectos, a criação de um mecanismo financeiro para dar suporte às atividades econômicas entre os dois países, além de uma breve lista de produtos que ambas as partes estavam dispostas a comercializar⁸⁹. A criação do mecanismo

⁸⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 865 (confidencial). 06/10/1994. O documento a que se refere o texto do telegrama é uma publicação do próprio MRE, intitulada “O repensar do Itamaraty e a nova política externa brasileira: uma diplomacia para os anos noventa”, de Fernando Henrique Cardoso, quando este era chanceler.

⁸⁹ A versão integral desse documento só está disponível online em russo: http://lawrussia.ru/texts/legal_383/doc383a803x160.htm

financeiro, aliás, foi uma das questões mais árduas nas relações bilaterais naquele momento, e sofreu com a suposta postura inflexível da parte russa de designar apenas um único banco russo para participar do esquema, o Uneximbank⁹⁰.

Em 1994, viu-se uma série de iniciativas, em sua maior parte brasileiras, de encetar e adensar os contatos bilaterais. Um dos telegramas consultados afirma (e critica) esse desequilíbrio de interesses:

Com efeito, têm partido da parte brasileira, com mais frequência do que da Rússia, as manifestações de interesse em dar continuidade e adensar o diálogo político em alto nível.⁹¹

Sucederam-se algumas importantes visitas de autoridades brasileiras à Rússia, a saber: em julho, do Secretário Geral, Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur; em setembro, a do então chanceler, Celso Amorim; e, finalmente, em novembro, a de Fernando Henrique Cardoso, na qualidade de presidente eleito⁹². A Rússia, por sua vez, enviou ao Brasil Aleksandr Kh. Zaveryukha, então chefe do Ministério da Agricultura da Rússia (*Minselkhoz*) e também vice Primeiro Ministro⁹³, em julho, assim como o Ministro da Energia Atômica (*Minatom*⁹⁴) Viktor N. Mikhailov e o Presidente do Conselho da Federação⁹⁵, Vladimir Shumeiko, que coordenava uma missão parlamentar russa pela América do Sul. Sobre a visita de Shumeiko (que visitaria outros países sul-americanos), Sudariev (2009, p. 18) afirma que ela “foi um verdadeiro escândalo”, já que a delegação parlamentar russa esteve na Argentina justamente quando este país se encontrava em recesso parlamentar e, no Equador, a delegação preferiu fazer uma visita ao arquipélago de Galápagos. Conclui o autor, de forma irônica, que a missão parlamentar pareceu ter tido apenas

⁹⁰ Em diversas oportunidades, representantes do Banco do Brasil se queixavam da confiabilidade do Uneximbank, que supostamente tinha pouca experiência em mercados financeiros. Era um grande banco privado, e teria um papel catastrófico na crise russa de 1998. Em 2000 foi feita a fusão do Uneximbank com o Rosbank. (fonte: Uneximbank, Rosbank Tie Up Merger. *The Moscow Times*, 19/09/2000 <http://www.themoscowtimes.com/business/article/uneximbank-rosbank-tie-up-merger/258753.html>)

⁹¹ De BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 695, de 19/08/1994

⁹² A visita de FHC, naquele momento, apesar de não ter sido de chefe de Estado (era particular), teve óbvia relevância política.

⁹³ O cargo de Vice - Primeiro Ministro (em russo, Заместитель Председателя Правительства) não é ocupado por apenas uma pessoa, mas por oito, de acordo com a Decreto (Указ) nº 724 (12/05/2008) do Presidente da Rússia.

⁹⁴ O Minatom transformou-se em empresa em 2004, e doravante chama-se Rosatom (Corporação Estatal Russa de Energia Atômica)

⁹⁵ O Conselho da Federação (em russo, Совет Федерации) é considerado a “Casa Alta” no legislativo russo; corresponde ao Senado Federal no Brasil.

“objetivos turísticos”⁹⁶. Além disso, há de se citar o cancelamento da visita ao Brasil do então chefe do *Minekonomrazvitya* (Economia)⁹⁷, Aleksandr N. Shokhin, alegando razões impeditivas “internas”⁹⁸, na mesma época.

As visitas tiveram como objetivo fundamental incrementar os contatos políticos entre os dois países. No âmbito da visita do Secretário Geral do Itamaraty, houve encontros com figuras de alta relevância na política russa, como a audiência com o próprio Chanceler Kozyrev, com o deputado Gennady Burbulis (um dos políticos mais influentes na Rússia; foi qualificado como a “eminência parda do presidente” em um dos telegramas⁹⁹), com o *Minselkhoz* (Agricultura) Zaveryukha e com o Presidente do Conselho russo Shumeiko. A visita, de acordo com o lado brasileiro, teve como propósito “aprofundar e elevar o nível do diálogo político” e preparar a visita de Amorim, dois meses depois¹⁰⁰.

Os funcionários diplomáticos brasileiros, no entanto, teceram críticas à prioridade russa aos países desenvolvidos, que ainda se fazia sentir, apesar do fortalecimento da retórica nacionalista de Moscou ao longo daquele ano. Um dos comentários de diplomata brasileira pondera sobre o assunto da seguinte maneira:

Somente com o passar do tempo é que as condições de sua [da Rússia] estrutura econômica lhe mostrarão que a parceria com o mundo desenvolvido lhe é difícil, se não impossível. (...) Perceberá que a ampliação do Conselho de Segurança [da ONU] com a inclusão de países como o Brasil e a Índia, em vez de diminuir seu poder, a ajudará a proteger-se do rolo compressor da única superpotência, que conta com uma sólida base de aliados nesse foro. Perceberá que vale mais a pena lutar por uma ordem internacional que seja mais conveniente para suas condições de países em transição do que pela sobrevivência e fortalecimento das estabelecidas estruturas dos sete¹⁰¹ e de seus associados.

Com relação ao período a partir de 1994, quando se registram mudanças na política externa russa, as críticas brasileiras persistiam:

Apenas recentemente e, mesmo assim, de modo tímido, as atenções da administração da Rússia tem se voltado para algumas regiões e

⁹⁶ SUDARIEV (2009), pp. 18-19.

⁹⁷ O Ministério da Economia foi renomeado em 2000 como “Ministério do Desenvolvimento Econômico e do Comércio” (em russo, Министерство экономического развития и торговли).

⁹⁸ De EXTERIORES para Brasemb Moscou, Telegrama 524 de 10/08/1994

⁹⁹ De BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 602, de 27/07/1994

¹⁰⁰ De BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 695, de 19/08/1994

¹⁰¹ O texto refere-se ao Grupo dos Sete, que naquele momento congregava Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

países selecionados do Terceiro Mundo (...) para encontrar oportunidades comerciais para os produtos russos que não são competitivos nos mercados desenvolvidos.¹⁰²

Especificamente em relação à América Latina, os diplomatas brasileiros não escondiam seu desconforto com o tratamento e com as concepções supostamente errôneas das autoridades russas em relação à América Latina como um todo: “Persiste visão preconceituosa ora simpática da América Latina (...), há (...) tendências no próprio MID de dar peso igual a Brasil, Argentina e até mesmo ao Chile”.¹⁰³

Durante a preparação da visita do chanceler Amorim, um dos documentos, com tom bastante ríspido, queixava-se do comportamento de altas autoridades russas, inclusive o do Presidente Yeltsin. O documento narra e tece comentários sobre a dificuldade de se agendar uma audiência entre o chanceler brasileiro e o presidente russo:

É prática russa deixar para a última hora a confirmação de entrevistas com autoridades. Isso é tanto mais verdade quando se trata do Presidente. A própria fama de Yeltsin, informal e desorganizado, ajuda o exercício dessa manobra tradicional russo-soviética [sic]. No caso da visita do chanceler argentino, Guido di Tella, a promessa era [encontrar-se com] Yeltsin e Tchernomyrdin. “Obstáculos de última hora” levaram seu colega dos Pampas [sic] a ter de se contentar com um “certo vice-ministro”¹⁰⁴.

Os diplomatas brasileiros colocaram a confirmação pelo lado russo do encontro Yeltsin-Amorim como condição para a visita de seu chanceler a Moscou¹⁰⁵. A “condição” foi atendida pelo MID.

Além do tradicional objetivo de “ampliar e adensar” os contatos, algumas das visitas recíprocas das referidas autoridades levaram à assinatura de acordos, mas sem que se obtivesse, necessariamente, resultados concretos em áreas como ciência e tecnologia. Durante a vinda do *Minatom* (Energia Atômica) Mikhailov, assinou-se um acordo nuclear. No referido acordo, previa-se a transferência de tecnologia entre os países “nos usos pacíficos”, mas vedava a cooperação que tivesse como objeto qualquer atividade militar.

¹⁰² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 695, de 19/09/1994

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 794, de 22/09/1994.

¹⁰⁵ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama 642, de 22/09/1994.

A própria questão da retribuição das visitas era um tema recorrente nos encontros entre representantes de ambos os governos. Durante o encontro entre Yeltsin e Cardoso, este ainda na condição de vencedor das eleições para Presidência, sugeriu-se que o presidente russo viesse a visitar o Brasil e assinar o acordo básico sobre cooperação e parceria. Uma proposta idêntica foi feita durante o encontro entre o embaixador Sebastião do Rego Barros Neto e o chanceler interino Igor Ivanov¹⁰⁶. Em ambas as ocasiões, o lado russo aceitou o convite. De fato, esperava-se uma visita de Yeltsin e do chanceler Kozyrev para 1995, mas essas visitas jamais ocorreriam. Aliás, nem Yeltsin, nem Kozyrev sequer visitariam a América Latina. A situação foi ainda mais grave na relação da Rússia com o México, como demonstra Sudariev (2009): somente em 1995, o MID anunciou cinco vezes a ida de Kozyrev ao país latino-americano. Em todas as ocasiões, a viagem foi cancelada de “última hora, sem motivos inteligíveis”¹⁰⁷.

O fato acima constatado reforça o argumento de que a Rússia demonstrava pouco interesse em relação ao subcontinente latino-americano e, conseqüentemente, ao próprio Brasil. Aliás, vale lembrar que na própria doutrina de política externa, publicada em 1993, na listagem das prioridades russas, a América Latina aparece em último lugar, atrás de África e Ásia.

Nos arquivos pesquisados, transparecia-se que, a Rússia enxergava (aqui insistimos no sentido de “percebia”) o Brasil não tanto como um parceiro político, mas como um potencial comprador de sua indústria bélica, especialmente na primeira metade da década de 1990. Prova disso foi a relativa rapidez (e praticamente sem controvérsias) com que o acordo sobre a criação de adidâncias militares foi firmado¹⁰⁸. Durante uma missão do Exército Brasileiro, encabeçada pelo General Molinari logo após a abertura da adidância militar na Rússia, os militares brasileiros ficaram surpresos diante do “vivo interesse da parte russa em desenvolver cooperação com o Brasil na esfera (...) de comércio de armas” e, de forma mais geral, do interesse de “setores importantes do complexo industrial-militar russo em expandir os negócios com o Brasil e com a América Latina”¹⁰⁹. Ademais, a Rússia dispunha-se a prestar assistência técnica, fornecer peças de reposição aos

¹⁰⁶ Igor Ivanov seria nomeado chanceler em 1998, cargo que ocuparia até 2004.

¹⁰⁷ SUDARIEV (2009), p 21.

¹⁰⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 511 (01/07/1994)

¹⁰⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 777 (16/09/1994)

equipamentos vendidos ao exterior, com a possibilidade, ainda, de instalar unidades de manutenção no próprio Brasil¹¹⁰. Contudo, apesar das perspectivas animadoras e do discurso otimista de ambas as partes, a primeira grande aquisição militar que o Brasil faria só deu-se apenas em 2010, quando foi acertada a compra de 20 helicópteros¹¹¹. Naquela ocasião foi acertada a compra no valor de US\$ 9 milhões de material bélico russo pelo Brasil (ver Anexo D).

A revitalização (ou relançamento) da Comissão Mista, que ficou de 1990 até 1999 sem se reunir, era um tema menos frequente nos encontros políticos bilaterais. Ambos os países chegaram a concordar para sua realização em 1994, mas em função de uma série de sucessivos adiamentos, motivados, principalmente, por problemas enfrentados pelo lado russo, a dita Comissão não se reativaria até 1999.

Finalmente, vale ressaltar que a viagem de Amorim à Rússia teve como mérito a assinatura de acordos, memorandos e protocolos em temas considerados de alto interesse pelos dois países, a saber:

- a) A Cooperação para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. O acordo assinado basicamente previa a troca de métodos para detectar a ocorrência de narcotráfico e para suprimi-lo, bem como o intercâmbio de especialistas e troca de informação sobre as respectivas leis de combate às drogas¹¹².
- b) O Desenvolvimento da Cooperação no Domínio da Defesa do Meio Ambiente entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia.
- c) As Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia¹¹³. Esse protocolo viabilizaria, mais tarde, a configuração da Comissão para Assuntos Políticos (CAP), um dos três órgãos operativos das relações entre os governos.

Além desses acordos, esperava-se que os chanceleres rubricassem o tratado

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ E, mesmo assim, a compra foi parcialmente suspensa em abril de 2011, por questões de restrição orçamentária e de ordem técnica. Fonte: O Estado de São Paulo, 09/04/2011. <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-suspende-compra-de-helicopteros-da-russia,703996,0.htm>

¹¹² O texto do documento pode ser encontrado online, porém em russo. http://lawrussia.ru/texts/legal_836/doc83a860x544.htm

¹¹³ O texto do documento pode ser encontrado online, porém em russo. http://www.allbusiness.ru/BPravo/DocumShow_DocumID_44513.html

sobre cooperação e parceria, que trata dos princípios norteadores da relação Brasil – Rússia, para ser assinado na ocasião de uma visita no nível presidencial. O tratado foi devidamente rubricado em fins de 1994, mas só seria assinado quase seis anos depois, e durante a visita não de um presidente, mas a de seu vice¹¹⁴.

As conclusões mais claras sobre esse momento específico, é que um dos lados estava, de fato, mais empenhado a desenvolver as relações (no caso, o Brasil), enquanto o outro permanecia com o mesmo nível de interesse verificado entre 1992 e 1993. O resultado foi o lento desenvolvimento da cooperação, a dificuldade em se avançar vários projetos, especialmente em relação à renovação da Comissão Mista. Porém, percebe-se que as conversações ao menos progrediam de forma mais acelerada do que no período imediatamente anterior, quando ambos os lados pareciam pouco entusiasmados em se aproximar e sequer haviam sido a assinatura de documentos de relevo.

O retorno das discussões sobre a reforma do CSNU

Mais uma vez em pauta, o tema da reforma do CSNU seguiria sendo um tema espinhoso nas relações bilaterais. A posição inflexível russa entre 1992-1993 no sentido de rejeitar qualquer reforma foi abandonada, já que o país, naquele momento, era praticamente o único a defender a configuração vigente do órgão. Em 1995, às vésperas da celebração do 50º aniversário da ONU, o Kremlin defendia uma reforma que levasse em conta, o aumento da eficácia do CSNU. O Brasil, a partir do final de 1993, volta a se preocupar com a relevância do tema, que havia sido evitado durante a presidência de Collor (HIRST & PINHEIRO, 1995).

Apesar dessa maior flexibilidade manifestada pela Rússia, suas argumentações quanto à ampliação do número de membros não permanentes do órgão ainda não satisfaziam o Brasil. Para a Rússia, não bastava haver representatividade regional; em cada região deveria haver consenso sobre como ocorreria a ampliação. A conclusão era a de que sem consenso regional, dificilmente haveria consenso global. Naquele momento, a Rússia já havia manifestado seu acordo em aceitar apenas a entrada da Alemanha como membro permanente. Em relação a Brasil e Índia, Moscou apenas reconhecia as candidaturas destes países “demonstrando simpatia” para com elas, mas sem se posicionar favoravelmente de

¹¹⁴ No caso, foi a visita do então Vice-presidente brasileiro Marco Maciel.

forma explícita¹¹⁵.

A razão para a subsistência dessa posição ainda tão pouco receptiva a uma reforma mais contundente do CSNU pode ter sido uma interpretação do tipo soma zero por parte dos estadistas russos. A entrada de novos membros permanentes necessariamente significaria uma redução de poder relativo dos cinco países que faziam parte da estrutura permanente do órgão. Preocupada em não perder ainda mais de seu poder e prestígio nas relações internacionais, especialmente no órgão mais poderoso da estrutura da ONU, a Rússia privilegiava uma postura defensiva, apoiando abertamente a entrada de apenas um país, a Alemanha¹¹⁶.

2.3. De fins de 1995 a meados de 1998: a aproximação limitada

Mesmo antes da saída do chanceler Kozyrev em janeiro de 1996, identificamos uma série de fatos que pareciam sinalizar o ressurgimento (ou fortalecimento) de projetos de cooperação bilateral russo-brasileira, além do próprio diálogo político. Como será visto, o diálogo político avançou moderadamente, mas a cooperação bilateral no âmbito comercial e técnico-científico careceu de concretizações no período. Cabe ressaltar, ainda, que a iniciativa de todos os acordos e projetos em negociação nesse período foi, virtualmente, russa e não brasileira.

Nosso entendimento é que no final de 1995 e no início de 1996, a Rússia se mostrava bastante otimista em relação à cooperação com países como a China, a Índia, e até mesmo México e Brasil. As propostas russas para as atividades com o Brasil cobriam várias áreas, inclusive a econômico-comercial, a espacial, a de energia nuclear, a militar e até mesmo a cooperação entre entes federados dos dois países¹¹⁷.

A primeira e mais relevante foi a proposta de criar a Comissão de Alto Nível (CAN), de iniciativa do próprio presidente Yeltsin, durante o encontro com Cardoso às margens da 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1995.

¹¹⁵ BRASEMB MOSCOU a EXTERIORES, Telegrama 255, de 17/03/1995; BRASEMB MOSCOU a EXTERIORES, Telegrama 667 de 17/07/1995.

¹¹⁶ Não menos significativo, a Alemanha constituía-se não apenas no principal parceiro comercial da Rússia, mas também na maior fonte de investimentos para o país eurasiático.

¹¹⁷ Não por acaso, esses tópicos referiam-se aos Grupos de Trabalho propostos pela Rússia na conformação da Comissão Intergovernamental.

Segundo a proposta inicial, a CAN trataria de discutir uma eventual cooperação em tecnologias de ponta, especificamente, no setor espacial e nuclear, e seria presidida pelos “segundo cargo mais importante em ambos os países”, ou seja, o Vice-Presidente da República, pelo lado brasileiro, e o Primeiro Ministro, pelo lado russo.

Curiosamente, as negociações sobre a organização do comércio de carnes entre os dois países foram iniciadas pela Rússia, e não pelo Brasil, apesar de que o comércio nesse ramo se tornasse, anos mais tarde, o principal interesse de nosso País. O lado russo tinha interesse em comprar carnes brasileiras, para compensar a redução da produção interna. A estratégia russa era bastante realista: diversificar a origem das carnes. Com maior número de fornecedores, poderia haver competição entre eles e, com isso, pressionar a redução do preço dos produtos¹¹⁸.

Ligada à questão comercial, a flexibilização da posição russa retirou as negociações sobre um esquema financeiro de um impasse que já durava mais de um ano. O lado russo consentiu com a participação de mais de um banco na conformação do mecanismo financeiro, superando-se a intransigência de outrora de nomear apenas o Uneximbank como líder do lado russo.

Finalmente, a cooperação técnico-científica parecia começar naquele momento uma vez que ambos os países tinham fortes incentivos para cooperar. O Brasil tinha interesse em ter acesso a tecnologias nos ramos em que a Rússia era mais avançada, como a espacial e a nuclear. A Rússia, que enfrentava problemas seriíssimos de falta de recursos, tinha uma imensa oferta de especialistas, tanto das ciências fundamentais como as de ponta, para trabalhar temporariamente no exterior. Esse tipo de atividade gerava renda para o cientista e para a instituição à qual ele era vinculado¹¹⁹. O interesse dos russos em participar desse esquema de cooperação era claro: em fins de 1995, mais de dois mil especialistas russos já haviam comunicado à embaixada sua intenção de trabalhar no Brasil, provisória ou definitivamente¹²⁰. A disposição dos países em cooperar viabilizou a assinatura do Acordo sobre Cooperação Técnica e Científica, no final de 1997.

Nossa constatação é a de que a Rússia, especialmente após, a demissão de Kozyrev em janeiro de 1996, passou a demonstrar um maior entusiasmo em encetar a cooperação, e por motivos bastante pragmáticos. A Rússia *via* o Brasil como um

¹¹⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 873, de 20/09/1995.

¹¹⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 962, de 10/10/1995.

¹²⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1017, de 23/10/1995.

país promissor, mas como um comprador de tecnologia e produtos russos, visão não compartilhada pelo Brasil. Este, por sua vez, estava mais disposto a desenvolver tecnologia em conjunto, sem necessariamente adquirir produtos daquele país. Essa divergência de interesses reproduzir-se-ia durante diversos encontros, especialmente nas negociações sobre temas específicos para cooperação, como na área militar e espacial, tanto nessa época como durante quase toda a década seguinte.

As diferenças de abordagem eram mais sublinhadas no âmbito militar. A cooperação técnico-militar, de acordo com um dos telegramas, “reveste indisfarçável, prioridade para este país [a Rússia] nas relações com os países da América Latina”¹²¹ e que a Rússia esperava assinar contratos que superavam US\$ 10 bilhões de dólares com Brasília¹²². Por outro lado, o Brasil demonstrava claramente que sua prioridade não era negociar cooperação militar, como tampouco adquirir armamentos russos (ainda que alguns setores militares brasileiros pensassem o contrário).

No âmbito espacial, problemas semelhantes ocorreriam naquele período. Durante uma missão da Agência Federal Russa de Serviço Espacial (*Roskosmos*)¹²³, em meados de 1998, um funcionário da Secretaria de Estado teceu o seguinte comentário, bastante elucidativo:

Ficou evidente que os russos tendem a ver no Brasil muito mais um grande mercado para seus produtos de alta tecnologia do que um parceiro confiável para o desenvolvimento conjunto de programas espaciais que possam explorar fatias alternativas e intermediárias do mercado internacional de serviços espaciais. (...) O Vice-Diretor do Departamento de Cooperação Internacional da AER chegou a afirmar, por exemplo, que a parte russa não apresentara uma lista de temas passíveis de cooperação, a exemplo do que fizera a AEB, porque a Rússia não tinha nada a desenvolver com o Brasil e, sim, para o Brasil.¹²⁴

Ainda em 1996, é digna de nota a vinda do chanceler Primakov para a América Latina, a primeira vez em que uma alta autoridade russa visitava a região após o colapso da URSS, gerando forte repercussão na região. Mas a visita não incluiu o Brasil; a nosso ver, foram contemplados os países que tinham uma

¹²¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1338, de 06/11/1997

¹²² Ibidem.

¹²³ Em russo, Федеральное Космическое Агентство, e mais comumente usado, Роскосмос.

¹²⁴ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 218, de 18/03/1998.

cooperação mais desenvolvida com a Rússia: Cuba, México e Venezuela. O México, por exemplo, concordou em assinar tratado espacial e permitiu que a Gazprom¹²⁵ explorasse gás em seu território.

É possível afirmar que o Brasil, apesar do tamanho de sua economia e de sua população, ainda não era encarado como o principal parceiro da Rússia na própria América Latina. E, não menos relevante, de acordo com as informações de que dispomos sobre a relação do Brasil com outras repúblicas da ex-URSS, a cooperação *em temas concretos* era maior – e, mesmo, mais promissora – com a Ucrânia do que com a Rússia, naquele momento, sobre: o uso da base de Alcântara para lançamentos de foguetes ucranianos; a participação brasileira na modernização dos setores ucranianos de metalurgia e de mineração; a assistência ao sistema bancário ucraniano; e a possibilidade de compra dos aviões Antonov-32¹²⁶ pelo Brasil, e até mesmo a exploração de petróleo na Ucrânia por companhia brasileira¹²⁷. Digna de nota, também, foi a visita do então presidente ucraniano Leonid Kuchma ao Brasil em 1995, que seria também a única de um chefe de Estado pertencente à antiga URSS em toda a década de 1990.

Dois eventos sugeriam o fortalecimento das relações do Brasil com a Rússia, em especial no âmbito político, e que ilustram bem o maior interesse russo. O primeiro deles foi a concretização da I Comissão de Assuntos Políticos (CAP) em Moscou em outubro de 1997, fruto, também, de uma proposta russa para criar “um mecanismo de concertação política”¹²⁸. O segundo evento foi a esperada visita de Primakov ao Brasil, no mês seguinte, que seria a única de uma alta autoridade russa em toda década. Vale destacar que aquele evento emoldurou relevantes acordos, dois de caráter eminentemente político (a Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação com Vistas ao Século XXI e a Declaração Conjunta sobre a Constituição da Comissão Mista Brasileiro Russa de Alto Nível) e outros três que seriam base para a cooperação científica e tecnológica (o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; o Acordo sobre Cooperação Espacial para fins pacíficos; e o Acordo Cultural e Educacional). Destacamos que todos estes

¹²⁵ A Gazprom é uma companhia russa que opera no setor de extração e distribuição de gás. Nos anos 1990, ela foi parcialmente privatizada, mas a partir de 1995, o Estado russo passou a exercer o controle majoritário da empresa.

¹²⁶ Série de aeronaves militares destinadas a transporte.

¹²⁷ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama 421 (16/06/1998)

¹²⁸ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama 198 (27/03/1999)

os acordos eram resultados de iniciativas russas, o que comprova o sublinhado interesse da Rússia em parcerias com o Brasil naquele período.

A nosso ver, o principal legado do período em questão foi o estabelecimento de um diálogo político no âmbito institucional, com a criação da CAP. Este foi um dos aspectos mais marcantes para suas relações bilaterais para a década seguinte. Chama a atenção a efetiva “convergência de posições” das diplomacias brasileira e russa em questões multilaterais, especialmente nos conflitos mais relevantes da época. A decisão brasileira de rejeitar qualquer vinculação com a OTAN em 1997 (diferentemente da Argentina, que na mesma época buscou tornar-se membro da organização militar) foi bastante elogiada pela Rússia. No ano seguinte, as críticas russas ao ataque da OTAN contra o governo iugoslavo à revelia do CSNU encontraram respaldo brasileiro.

2.4. De meados de 1998 ao início de 2000: novas crises e adiamentos

Os adiamentos de encontros e de visitas no mundo diplomático nem sempre têm como motivo alguma disputa política. Esse foi o caso do “adiamento” da visita de Yeltsin ao Brasil em 1996, por motivos de saúde. Mas, e quando os adiamentos (ou cancelamentos) de encontros e de visitas tornam-se praticamente rotina? Com efeito, o estabelecimento da primeira Comissão Intergovernamental (CIC) não ocorreu antes que houvesse ao menos três adiamentos, sucessivamente, em 1996, 1997 e 1998, todas por requisição russa (sem considerar os incontáveis “adiamentos tácitos” entre 1990 e 1995). Para a configuração da Comissão de Alto Nível, como o nome sugeria, dependia de alguma visita de alta autoridade; ela foi postergada não menos do que cinco vezes entre 1996 e 2000 e, em todas as ocasiões, os motivos alegados eram semelhantes: problemas de ordem interna, tais como eleições (que exigiam a presença dessas “altas autoridades” em seus países), demissões de ministros (como a do próprio Primeiro-Ministro Chernomyrdin em 1998 que presidiria a CAN). O cancelamento de encontros tampouco era exclusivo da parte russa: em pelo menos uma ocasião, o então vice-presidente Marco Maciel decidiu cancelar sua visita à Rússia em 1999 (que daria lugar à primeira reunião da CAN), alegando a existência de “compromissos internos” que lhe vedavam a realização de viagens ao exterior.

A única “exceção” do período, isto é, a única que vez em que não houve adiamentos e, conseqüentemente, houve a efetiva instalação da CIC deu-se em abril de 1999 na capital brasileira, após um hiato de quase 10 anos. O evento teve alguns resultados relevantes, como a assinatura de um acordo sobre saúde animal, que viabilizaria mais tarde o importante comércio de carne suína e bovina.

Em nossa opinião, é válida a afirmação que relaciona as dificuldades em se estabelecer contatos e iniciar uma estreita cooperação entre Brasil e Rússia como consequência dos transtornos políticos e econômicos vividos por esses países (especialmente a Rússia). Essa é, na verdade, a versão propalada pelos dois governos para explicar o fenômeno, como se percebe no discurso do então embaixador russo no Brasil, Podrazhanets:

Até agora, entretanto, esses esforços [de transformar o ótimo relacionamento político em ações concretas] não têm progredido com a velocidade desejada entre os dois países (sic). As razões para este ritmo lento são várias. (...) Entre os obstáculos, existem o processo de transição por que vêm passando as duas economias e o relativo baixo nível de conhecimento mútuo¹²⁹.

Entretanto, consideramos que a questão política nos parece fundamental para compreender ao que o embaixador russo coloca como “ritmo lento”. Dessa opinião compartilha também BACIGALUPO (2000), que propõe:

Sem dúvida, esse processo [de alta instabilidade política na Rússia] provocou adiamentos e suspensões de encontros programados com o alto escalão político russo, o qual, ante cada crise e nova mudança, se via obrigado a tratar de temas e relações prioritárias.¹³⁰

Com efeito, os frequentes cancelamentos de reuniões e de encontros no período deram-se em um momento de crises econômicas e políticas, mas esta explicação, apenas, não é suficiente. Por exemplo, a Rússia, apesar de seus problemas internos, manteve diálogo de alto nível com a China¹³¹ e com a Índia, nesse mesmo período. A China e a Índia, diferentemente do Brasil, ocupavam, desde 1996, uma posição de destaque na estratégia internacional russa, o que certamente contribuiu enormemente para a manutenção dos contatos entre esses

¹²⁹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 075 (02/02/1996)

¹³⁰ BACIGALUPO, 2000, p 64. (grifo nosso)

¹³¹ O então Primeiro-Ministro chinês Li Peng visitou a Rússia e assinou uma série de acordos de alta relevância em 1998, incluindo a instauração de uma “linha quente” entre os dois chefes de Estado.

países, mesmo durante as fases mais críticas da crise russa. Efetivamente, o fato de o Brasil não se enquadrar como “prioritário” fez que o lado russo, em situação de contingência, se permitisse adiar ou mesmo cancelar diversos encontros bilaterais, a favor de outras questões mais primordiais ou urgentes (resolução de problemas internos ou relação com países que lhe eram mais relevantes).

As relações entre o Brasil e a Rússia no período compreendido entre o final de 1991 e meados dos anos 2000 pode ser resumido da seguinte forma: um começo com o baixo interesse político mútuo, raríssimos encontros políticos entre altas autoridades, pouco dinamismo das negociações a respeito de cooperação bilateral, a qual se manteve virtualmente estancada. Em meados da década, a partir do final de 1993 e até meados de 1995, deu-se um maior interesse brasileiro em estreitar laços políticos, e um menor interesse da Rússia. De meados de 1995 a meados de 1998 houve um notável interesse russo tanto em aprofundar o contato político e iniciar projetos de cooperação, com respostas em geral positivas do Brasil; porém, interesses divergentes em diversos temas da cooperação bilateral (espacial e militar, principalmente) dificultam (ou barram) as iniciativas em jogo. Entre 1998 e 2000, problemas econômicos e políticos, especialmente na Rússia, fazem o país focalizar em relações com países considerados prioritários como a China, prejudicando seriamente o cronograma de atividades com o Brasil, então apenas um país distante e de relativa importância para o Kremlin.

Neste caso, acreditamos que a subsistência de pouco interesse político recíproco pode ter assumido um papel de relevância para compreender os poucos desenvolvimentos nas relações bilaterais durante 1992 até meados de 2000. Os resultados mais tangíveis foram na área comercial, com a retomada do crescimento dos fluxos comerciais a partir de 1995 (ver Anexo II), bem como a introdução de alguns novos produtos no comércio, sobretudo açúcar; as carnes só entrariam na pauta depois de 2000.

À falta de interesse político somaram-se fatores de variadas naturezas, a saber: percepções recíprocas equivocadas e as instabilidades domésticas. No primeiro caso, aludimos à visão que a Rússia fazia em relação ao Brasil como um potencial consumidor de armamentos e de outros produtos de alta tecnologia russa; o Brasil, muitas vezes, via a Rússia como um país que pudesse oferecer tecnologias a baixo custo. Essas percepções sofreriam pouca alteração na década seguinte,

como será visto nos dois próximos capítulos.

A questão das instabilidades político-institucionais nos dois países (mas principalmente, na Rússia) também ajuda a entender o problema, especialmente quando se levam em conta os sucessivos adiamentos e cancelamentos de encontros e de reuniões bilaterais. Mas esse argumento deve ser tratado com a devida cautela. Endossamos o argumento proposto por Bacigalupo (2000) de que, em um ambiente de aguda instabilidade interna e de fortes restrições de recursos, tanto o Brasil como a Rússia optaram por concentrar suas atenções a países que julgavam ser mais relevantes ou mais promissores, em detrimento do relacionamento com países e regiões que assumiam como pouco estratégicas. Assim, a consequência lógica desse argumento poderia ser: com o fim das instabilidades internas na Rússia, as relações progrediriam? Essa questão será tratada nos dois capítulos seguintes.

Capítulo 4: As relações russo-brasileiras de 2000 a 2005. A fase das expectativas otimistas.

Uma observação inicial faz-se necessária antes de se iniciar a narrativa e a análise das relações entre Brasil e Rússia na década de 2000. Em primeiro lugar, apesar de termos optado por dividir o período em 4 sub-fases, cabe assinalar que estas não são exatamente muito diferentes uma das outras. Algumas características são comuns a todas elas como, por exemplo, a crescente aproximação política e a convergência de pontos de vista. Esse aspecto é o que diferencia esses períodos dos anos 1990 em geral (mais especificamente, entre 1992 e 2000). Também foram características em toda a primeira década do século XXI (e, nesse aspecto, assemelhando-se à década anterior) a não concretização de importantes projetos de cooperação em Ciência e Tecnologia, e a permanência de poucos produtos na pauta comercial entre os dois países.

As diferenças entre os dois períodos têm mais a ver com nuances, tons e grau. Em geral, o Brasil priorizou as discussões sobre comércio ou, mais especificamente, o acesso de seus produtos ao mercado russo. As diferenças residem no grau de assertividade na implementação dessa política. Similarmente, a Rússia tentou incluir outros temas, quase sempre com o intuito de vender seus produtos de alta tecnologia ao Brasil.

1. 2000 a 2002: interesses comerciais brasileiros: Açúcar, carnes, café e os primeiros (graves) contenciosos comerciais

Na opinião de muitos especialistas, a política russa para a América Latina nesse período manteve e reforçou as premissas básicas seguidas durante a chancelaria de Primakov: continuar a estreitar os laços com a região em geral, em diferentes setores. Houve um renovado interesse russo em iniciar a cooperação em diversos setores com determinados países na região, incluindo-se setores “chave”, como a cooperação militar e energética. É digna de nota a visita do presidente Putin a Cuba em dezembro de 2000, a primeira de um chefe de Estado russo à região¹³².

O Brasil, por sua vez, apostou na promoção comercial e na defesa acirrada de suas exportações. O comércio foi o principal interesse do Brasil na relação com a Rússia e, de fato, o tema tornou-se o cerne das relações bilaterais neste período. Há evidências que comprovam essa afirmação. Com uma rápida observação da temática dos telegramas consultados, o assunto mais tratado é, de fato, o comércio. Outra constatação é a de que o comércio bilateral conheceria um rápido avanço nesse período, apesar de não ter havido uma importante diversificação da pauta (tanto das importações como das exportações brasileiras). Ademais, as principais (e mais graves) controvérsias bilaterais foram, na maior parte das vezes, comerciais: aumento repentino de importações, imposição de restrições à entrada de determinados produtos, entre outros pontos, como serão vistos ao longo deste capítulo.

Defendemos que a prioridade brasileira às questões comerciais retirou, no período, o foco na cooperação em outras áreas, como espacial e militar, ainda que a Rússia estivesse disposta a cooperar em praticamente todas as áreas, inclusive no comércio de produtos primários. A pouca disposição brasileira em fazer avançar a cooperação em áreas como a espacial e militar foi um motivo relevante para que não se concretizasse nenhum grande projeto bilateral; pelo contrário, essas áreas permaneceram apenas “potenciais” ou “promissoras”.

¹³² SYZONENKO, Aleksandr I. С каким латинско-американским багажом входит Россия в XXI век? Журнал «Дипломатический вестник», Май 2001 г. [Com qual bagagem latino-americana entrará a Rússia para o século XXI? Revista “Diplomatichesky Vestnik”, Maio 2001.

1.1. Visitas de Alto Nível e a parceria se torna oficialmente “estratégica”/

Entre 2000 e 2002, sucederam-se visitas mútuas em alto nível. Ocorreram duas reuniões da CAN: a primeira em junho de 2000, em Moscou, com a participação do Vice-Presidente Marco Maciel, e a segunda, em dezembro de 2001, na capital brasileira, que foi visitada pelo então Primeiro-ministro Mikhail M. Kasyanov. Houve também a ida do presidente Fernando H. Cardoso a Moscou, em janeiro de 2002. O comentário abaixo sintetiza o “momento histórico” das relações bilaterais, marcadas pela aproximação política e pelas expectativas de cooperação em C&T:

A esse respeito [da relação bilateral Brasil-Rússia], registro um renovado interesse da Rússia pelo nosso país, expresso, no mais alto nível, por ocasião da visita do Senhor Presidente da república a Moscou (janeiro de 2002). O diálogo franco e cordial entre Putin e o Presidente Fernando Henrique bem reflete a promissora possibilidade de consolidação da parceria estratégica entre os dois países.¹³³

Os atentados terroristas de 11/09 contra os Estados Unidos e a subsequente invasão perpetrada por esse país ao Afeganistão em nome do que ficou conhecido “Guerra ao Terror” mobilizaram as diplomacias de diversos países, não se excetuando as de Brasil e Rússia. Esses dois últimos adotaram posições divergentes sobre a atuação estadunidense no país centro-asiático. Como visto no Capítulo 2, a Rússia a apoiou, permitindo o acesso inclusive o acesso de aeronaves da coalizão; o Brasil, por outro lado, não respaldou, apesar de não ter tampouco criticado de forma veemente, diferentemente do que faria por ocasião da Guerra no Iraque. Essa divergência de opiniões não impediu que anunciassem a Declaração Conjunta sobre o Combate ao Terrorismo, ainda em dezembro de 2001¹³⁴. No documento, os dois países não chegam a mencionar a ação dos EUA no Afeganistão, mas colocam uma crítica sutil, ao afirmar que o terrorismo “não pode ser enfrentado apenas pela força” e ainda manifestavam:

(...) seu pleno apoio às resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a luta contra o terrorismo internacional. (...) e a obrigação de que todos os países as cumpram

¹³³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 303 (28/03/2002)

¹³⁴ A Declaração sobre o Combate ao Terrorismo pode ser acessada no site do Itamaraty: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2001/b_99

rigorosamente¹³⁵.

Um dos temas mais comentados naquele momento foi a manifestação, pela primeira vez, do apoio russo à candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU, em caso de eventual ampliação deste¹³⁶. Foi considerado um grande avanço, pois, até aquele instante, a Rússia apenas concordava com a representação da América Latina, sem especificar um país. Subentende-se, com essa decisão política, que a Rússia elegia o Brasil como a grande liderança política na América Latina, abandonando-se a política de tratar o País no mesmo patamar de Argentina, Chile e México. Isso não quer dizer, por outro lado, que a Rússia encarasse o Brasil como o país com o qual cultivava relações mais intensas na América Latina. Vale dizer que a relação com Cuba e Venezuela, por exemplo, permaneceria mais diversificada e transversal, e com maior caráter estratégico, com a ativação do comércio de armamentos e da cooperação energética entre eles, ao longo de quase toda a década de 2000.

1.2. Sobre a CAN, CIC e CAP e a relação entre eles¹³⁷

O fato mais marcante em 2000 e que, a nosso ver, assinala uma nova fase das relações bilaterais, foi a conformação da Comissão de Alto Nível (CAN), que havia sido várias vezes, adiada (em quase todos os casos, a Rússia foi responsável pelos adiamentos, mas pelo menos em uma ocasião o Brasil o foi). A realização da I CAN em junho de 2000, em Moscou, teve um significado político, uma vez que a Rússia, naquela época, apresentava um esquema de cooperação similar com poucos, mas importantes países em sua política externa: China, Estados Unidos, França e Ucrânia.

A CAN, que se reuniria no período entre 2000 e 2010 por cinco vezes, consagrou-se como a principal instância decisória ou simplesmente como o órgão de cúpula para questões gerais de cooperação bilateral. De acordo com o tratado que a instituiu, a CAN é:

¹³⁵ Ibidem. Cabe ressaltar que a invasão ao Afeganistão não foi deliberada (e, conseqüentemente, não foi autorizada) no âmbito do CSNU.

¹³⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 221 (06/03/2003)

¹³⁷ A distinção entre essas siglas é relevante para evitar confusões. Os equívocos aparecem, inclusive, em alguns documentos oficiais brasileiros.

(...) o órgão responsável pela definição da estratégia e das diretrizes de desenvolvimento das relações bilaterais nas áreas política, econômica, comercial, científica, tecnológica, industrial, financeira, dos investimentos e outras¹³⁸.

A chefia do órgão cabe ao “número 2” no escalão dos dois governos: pelo lado brasileiro, o Vice-Presidente da República; pelo lado russo, o Primeiro-Ministro¹³⁹.

Sobre este aspecto específico, apesar da retórica oficial (tanto brasileira quanto russa) de insistir no alto nível da CAN, é evidente que o Primeiro Ministro na Rússia apresenta comparativamente uma maior importância (simbólica e de fato) do que o Vice-Presidente da República. A mais marcante é que o Primeiro Ministro russo exerce, constitucionalmente, o cargo de chefe de governo do país¹⁴⁰, e um extenso rol de outras competências. O Vice-Presidente do Brasil, por outro lado, é um substituto do presidente, com bem menos competências exclusivas (isto é, que cabem exclusivamente a ele) do que o chefe de Governo russo. Apesar dessa evidente assimetria, o tema da composição da CAN ainda não chegou a provocar, até 2010, desentendimentos explícitos entre os dois países.

A Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômico-comercial e técnico-científica (CIC) e a Comissão para Assuntos Políticos (CAP) são ambas subordinadas à CAN. A CIC é presidida, no lado brasileiro, pelo Secretário Geral, e, no lado russo, pelo Ministro-Chefe da Administração da Federação Russa¹⁴¹. A CAP, por sua vez, é representada pelo Secretário Geral para Assuntos Políticos do MRE e pelo Vice-chanceler russo para as Américas. (Ver figura 1). A CIC e a CAP, normalmente, ocorrem antes da convocação da CAN.

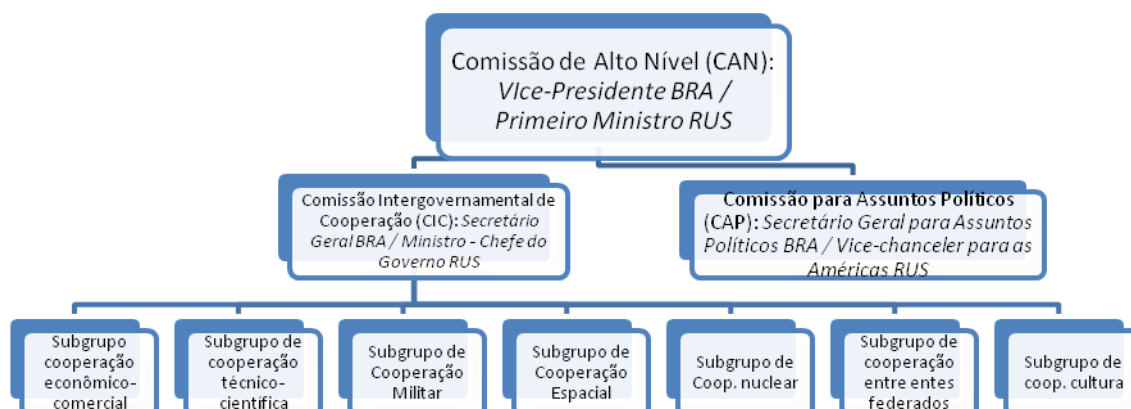
¹³⁸ Declaração conjunta sobre a constituição da Comissão Brasileiro-russa de Alto Nível de Cooperação. http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_113_2011-09-01-14-10-29

¹³⁹ A Constituição russa não se refere como “Primeiro-Ministro”, mas “chefe do Governo da Federação Russa” (Председатель Правительства Российской Федерации); nesse caso, “Primeiro-Ministro” é uma terminologia informal.

¹⁴⁰ Art. 24 da Constituição da Federação Russa.

¹⁴¹ Em russo,

Figura 2: Organograma das instâncias bilaterais



1.3. A espinha dorsal das relações Brasil-Rússia: comércio e novos contenciosos

Pelo menos a partir de 2000, o comércio, ou melhor, a promoção de produtos brasileiros, em especial *commodities*, foi claramente a questão mais relevante para o Brasil (e também o tema que atraiu a atenção da Embaixada brasileira em Moscou no período). A posição brasileira foi a de inequívoca defesa dos interesses dos produtores e exportadores brasileiros. E seriam exatamente as disputas comerciais o tema mais crítico entre os dois países.

É justamente a partir deste período em que se iniciam, efetivamente, as exportações brasileiras de carne para o mercado russo (que se limitavam aos setores de suínos, bovinos, e frangos). O crescimento desse comércio foi meteórico, especialmente entre os anos de 2001 e 2002. Alguns dados são reveladores desse crescimento. Ainda em 2001, o Brasil se colocava como o maior fornecedor de carne suína para a Rússia, e o segundo de frangos (atrás apenas dos EUA).¹⁴² Em 2002, o fluxo de carne suína para o país euroasiático cresceu 92% segundo fontes russas¹⁴³. De fato, ao se observar o conjunto das exportações brasileiras para a Rússia entre 1999 e 2002, percebe-se não apenas um importante crescimento em termos absolutos, mas, também, um crescimento em termos relativos, isto é, um aumento da participação das exportações para a Rússia no cômputo global das exportações

¹⁴² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 546 (25/06/2002)

¹⁴³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1095 (20/12/2002)

brasileiras.

*Figura 3 Comércio Brasil Rússia 1999-2002. Fonte: SECEX/ MDIC (2011). * Percentual sobre o total das exportações totais do Brasil. ** Percentual sobre as importações totais do Brasil*

Ano	Export. (US\$ milhões)	%	Import. (US\$ milhões)	%	Saldo (US\$ milhões)
1999	746,3	1,55	315,1	0,64	431,1
2000	423,0	0,77	570,7	1,02	-147,7
2001	1.102,6	1,89	464,3	0,84	638,3
2002	1.252,5	2,07	427,7	0,91	824,8

No sentido inverso, as vendas russas ao Brasil tiveram um desempenho em geral positivo, mas o crescimento em geral foi menor do que as exportações brasileiras. A exceção ocorreu no ano 2000, quando se registra um forte aumento nas importações de determinados fertilizantes russos; por sinal, é o único ano entre 1992 e 2010 em que se registra um saldo favorável à Rússia no âmbito do comércio bilateral.

Insiste-se, aqui, que a promoção do comércio, bem como a defesa dos setores exportadores de commodities (em especial o de carnes e, em menor grau, o de açúcar), constituíram a prioridade para o Brasil. Um exemplo evidente disso foi a proposta brasileira de criação do Conselho Empresarial Brasil-Rússia, aceita sem ressalvas pela parte russa, durante a visita de Cardoso àquele país, em janeiro de 2002, com o intuito de “aproximar as comunidades empresariais” e, claramente, ampliar o comércio¹⁴⁴. O Conselho Empresarial desempenharia um importante papel na ampliação das trocas econômicas entre os dois países ao longo da década. Nas palavras de Osmar Chohfi, então Secretário-Geral e co-presidente pelo lado brasileiro durante a II CIC, “o Brasil quer [ia] acesso desimpedido ao mercado russo”¹⁴⁵.

O aumento dos fluxos comerciais entre os dois países, a despeito de ter sido evocado como meta em reiterados discursos oficiais da década anterior, criou, na verdade, novas preocupações para os dois governos. Algumas importantes disputas comerciais surgiram nessa época, as quais quase tiveram repercussão em outras áreas do relacionamento bilateral.

¹⁴⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 097 (25/01/2002)

¹⁴⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 730 (28/09/2001)

Os primeiros desentendimentos ocorreram ainda em 1999, quando o Governo russo decidiu retirar o açúcar da lista do Sistema Geral de Preferências. Isso significava, em termos práticos, o aumento das tarifas incidentes sobre o referido produto, que era o principal item das exportações brasileiras. A política restritiva russa surtiu efeito: no ano seguinte o valor do açúcar importado do Brasil caiu cerca de 50%, o que certamente contribuiu para o saldo negativo na balança comercial em 2000 para o Brasil. Mas outros desentendimentos ainda mais graves surgiriam nesse período, como será exposto logo a seguir.

a) As barreiras sanitárias

Sem dúvida, o maior contencioso bilateral, que irrompeu antes mesmo do início das operações comerciais e perduraria durante toda a década de 2000, vinculou-se à questão das barreiras sanitárias impostas pela Rússia às carnes brasileiras. Desde pelo menos 1996, as autoridades brasileiras trabalhavam para obter a certificação dos produtos cárneos junto ao *Minselkhoz*, uma formalidade necessária para se exportar àquele país¹⁴⁶. O frango brasileiro só conseguiu o “aval” para ser exportado em 1999, ao passo que as carnes suínas o obtiveram em novembro de 2000, e as bovinas, em julho de 2001¹⁴⁷. Depreende-se desses fatos que o lado russo não demonstrava grande interesse em conceder o acesso de produtos brasileiros a seu mercado.

Os problemas não se encerraram na certificação das carnes. Ainda em 2001, a título de exemplo, a Rússia levantou barreiras contra a importação de suínos provenientes de Santa Catarina, e de frangos do Rio Grande do Sul, por erro no preenchimento dos certificados, e pela ocorrência de febre aftosa, respectivamente. Essas atitudes unilaterais foram recorrentes ao longo de toda a década e, evidentemente, não se restringiram apenas às carnes do Brasil, como também as de outros países e regiões. Naquele mesmo ano, por exemplo, estavam em vigor barreiras contra carnes originárias da Argentina¹⁴⁸, do Uruguai¹⁴⁹ e da União

¹⁴⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 744 (25/06/1996)

¹⁴⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 674 (06/09/2001). O tratado sobre a Saúde Animal (assinado em 1999) não dispunha sobre o comércio em si, mas apenas sobre o formato da cooperação entre os institutos de veterinária dos dois governos.

¹⁴⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 880 (20/11/2001)

¹⁴⁹ *Ibidem*

Europeia¹⁵⁰, entre outros.

b) As medidas antidumping do Brasil e as retaliações russas

As medidas de caráter restritivo ao comércio bilateral não foram exclusividade russa no período. Em dezembro de 2001, foi divulgado que o Brasil abriu investigação contra suposta prática de dumping nas importações de nitrato de amônio (uma espécie de fertilizante) proveniente da Rússia. A justificativa oficial brasileira para semelhante medida foi um súbito aumento das importações do referido produto, a partir do ano anterior¹⁵¹. Em dezembro de 2002, a medida entrou em vigor¹⁵².

Houve diversas reações russas contra as medidas tomadas pelo Brasil. As reações iniciais foram contidas, por meio de discursos, nos quais a parte russa apenas “manifestava preocupação” com as atitudes brasileiras¹⁵³. Após alguns meses, diante da disposição brasileira em continuar com a investigação sobre dumping¹⁵⁴, a Rússia passou a adotar um tom mais incisivo e, inclusive, a ameaçar o Brasil com retaliações. Nos meses finais de 2002, declarações do Minselkhoz e também Vice-Primeiro Ministro, Aleksey V. Gordeev, foram publicadas em diversos jornais, sobre a possibilidade de a Rússia também iniciar processo de investigação sobre dumping nas importações de carne suína do Brasil e restringir o acesso desses produtos ao mercado russo¹⁵⁵. De teor ainda mais duro, o jornal oficial Rossiyskaya Gazeta divulgou um artigo intitulado “Sem adubo não haverá carne”¹⁵⁶, no qual a retaliação iria muito além da área do comércio de carnes, podendo atingir outras áreas do relacionamento bilateral inclusive “outros projetos conjuntos já aprovados durante as últimas negociações intergovernamentais. Por exemplo, projetos nas áreas de energia atômica, metalurgia, processamento de madeira e

¹⁵⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 212 (29/03/2001)

¹⁵¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 917 (03/12/2001)

¹⁵² EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 517 (18/12/2002)

¹⁵³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 913 (03/12/2001)

¹⁵⁴ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 110 (06/03/2002); EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 173 (24/04/2002); EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 517 (18/12/2002). Um argumento apontado pela Secretaria de Estado é que, se o Brasil revogasse as medidas antidumping contra a Rússia, poderia haver precedentes que para outros países exigissem o mesmo tratamento e, assim, “desacreditando o sistema de defesa comercial brasileiro”.

¹⁵⁵ Gordeev says Russia may curb pork imports from Brazil. Itar-Tass (06/12/2002). In: BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1052 (06/12/2002)

¹⁵⁶ Sem adubo não haverá carne. Rossiyskaya Gazeta (05/06/2002). BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1047 (05/12/2002)

construção de veículos”¹⁵⁷. As declarações foram recebidas com “estranheza” pelo lado brasileiro e rebatidas com veemência:

O Governo brasileiro não pode aceitar qualquer circulação entre os dois temas [a adoção de medidas antidumping contra nitrato de amônio e as restrições às carnes], já que os procedimentos brasileiros para a adoção de medidas de defesa comercial estão em plena conformidade com o Acordo sobre Antidumping daquela Organização [Mundial do Comércio] (OMC)¹⁵⁸.

c) Questão do status da economia russa

Outra disputa nessa fase, e intimamente vinculada à questão das medidas antidumping, foi a não concessão pelo Brasil do status de economia de mercado à Rússia. O Brasil, por meio da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), estava pouco disposto a rever sua posição de retirar o status da Rússia como de economia “não predominantemente de mercado”. Em termos práticos, essa concessão de status dava maior campo para o Brasil aplicar medidas de antidumping. A Rússia reagiu criticamente a essa posição, considerada discriminatória:

Outrossim, com respeito à investigação que está sendo levada a cabo pelo Brasil sobre importações de nitrato de amônio de origem russa, vemo-nos obrigados a constatar, infelizmente, que a parte brasileira de fato encara, discriminatoriamente, a economia russa como não fundada nos princípios de mercado.¹⁵⁹

d) Outras barreiras comerciais russas, tarifas e cotas

Ao longo de 2002, a “guerra comercial” foi-se desenvolvendo entre o Brasil e a Rússia, especialmente no âmbito das carnes. Se, até o ano anterior, os desentendimentos eram em relação às barreiras sanitárias impostas pela Rússia, a partir de 2002 são cogitadas a implementação de aumento das tarifas de importação e um novo regime de cotas comerciais¹⁶⁰. A decisão russa de iniciar uma

¹⁵⁷ Ibidem. Tradução da própria Embaixada.

¹⁵⁸ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 497 (10/12/2002)

¹⁵⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 346 (17/04/2002)

¹⁶⁰ Tarifa alfandegária refere-se a uma espécie de imposto ou tributo a ser pago por determinado bem ou serviço no momento em que este ingressa no território de país estrangeiro. Cotas (ou quotas) de importação referem-se a restrições quantitativas na importação de determinado bem ou serviço. A Rússia aplicaria um sistema híbrido, que combina essas duas modalidades de restrição: a chamada cota tarifária. A cota tarifária cria duas tarifas distintas: a chamada “intra-cota”, que é o direito pago pelo produto antes de atingir o valor máximo da cota; e a “extra-cota”, que, por sua vez, é o direito

investigação sobre “eventual dano às importações de frango à indústria doméstica” em julho de 2002¹⁶¹ incomodou o Governo brasileiro, que considerou “frágil” a justificativa russa para a investigação¹⁶². A Rússia alegava que as investigações eram sobre suas importações de frango em geral, não apenas originárias do Brasil, e baseavam-se no crescimento demasiadamente rápido das importações de frango, prejudicando sua produção interna.

O relatório da investigação concluiu que as importações de fato estavam prejudicando o produtor russo (apesar das reiteradas discordâncias do Governo brasileiro¹⁶³), e “legitimou” a imposição de restrições tarifárias e quantitativas ao comércio de carnes, que durariam três anos, contados a partir de 2003¹⁶⁴.

Além do intuito declarado de proteger a produção doméstica¹⁶⁵, a Rússia tinha preocupações com sua balança comercial em suas relações com o Brasil, que lhe permaneceria sempre deficitária entre 2001 e 2010.

1.4. Outras áreas de cooperação pouco avançaram: C&T, nuclear, e mais novas propostas russas.

De forma geral, a cooperação bilateral Brasil-Rússia pouco avançou entre 2000 e 2002, a despeito dos encontros políticos de alto nível e das missões técnicas especializadas conduzidas mutuamente por institutos dos dois países. Não seria de todo inválido afirmar que as disputas comerciais, e a preferência conferida às negociações no comércio de commodities por parte do Brasil ofuscaram a ainda incipiente cooperação técnico-científica.

que se paga quando a quantidade importada do produto supera o limite da cota. Normalmente, a tarifa extra-cota apresenta níveis bem mais elevados do que a intracota.

¹⁶¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 687 (25/07/2002)

¹⁶² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 730 (28/08/2002)

¹⁶³ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 525 (26/12/2002). As discordâncias eram também em relação a fatos apontados no relatório, como o de que o Brasil concederia 5% de subsídio à exportação de frango.

¹⁶⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1134 (31/12/2002). Houve a imposição de cotas tarifárias para o comércio de frangos, suínos e bovinos. No caso dos primeiros, a tarifa continuou a ser de 25%, mas a cota anual era de 1,05 milhões de toneladas, proibindo-se importações acima desse limite. Para suínos, haveria uma cota anual de 450 mil toneladas, com a criação de tarifa intracota (15%) e extracota (80%); para bovinos, a cota anual seria de 420 mil toneladas, com tarifa intracota de 15%, e extracota de 60%.

¹⁶⁵ Mesmo no que tange à produção de frangos, a produção doméstica na Rússia havia crescido entre 1999 e 2002. Fonte: EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 525 (26/12/2002)

O argumento oficial de ambos os lados insistia na questão do “desconhecimento mútuo” entre as academias e na falta de recursos; um dos telegramas emitidos pela Secretaria de Estado do Brasil chegou a mencionar a existência de supostas diferenças entre a ciência de matriz “ocidental” e “soviética”:

Ademais das dificuldades apontadas (...), o desconhecimento entre as comunidades científicas não se dá apenas no que tange às instituições, pessoas e pesquisas. Trata-se, igualmente, e, muitas vezes, sobretudo, de paradigmas científicos e concepções totalmente alienígenas àquelas conhecidas pelos cientistas e tecnólogos brasileiros, vinculados à ciência de matriz ocidental.¹⁶⁶

Nenhum projeto significativo de cooperação bilateral em C&T chegaria a ser de fato executado até fim de 2002. Nosso argumento é o de que o Brasil permanecia sem fortes interesses na cooperação técnico-científica de uma forma geral, exceto em alguns projetos pontuais. Durante a II Reunião MERCOSUL-Rússia em Buenos Aires, Argentina, o chanceler russo Ivanov chegou a apresentar um conjunto de propostas em diversas áreas, como energia nuclear, transporte, espaço, ciência, cultura, comércio e investimentos. O chanceler brasileiro qualificou a proposta russa como “demasiado abrangente”¹⁶⁷.

A cooperação espacial em seus primórdios

Apesar da forte conotação política da CAN, houve incipientes resultados na cooperação espacial, limitados a promoção de contatos bilaterais, planejamento de missões técnicas mútuas e a enumeração de prioridades. Por exemplo, foram identificados projetos prioritários: a cooperação em sensoriamento remoto da Terra; desenvolvimento de pequenos Veículos Lançadores de Satélites (VLS) e o comercialização do uso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) por veículos russos.

Sobre a cooperação espacial nesse período, levantamos duas observações mais relevantes: a) A Rússia parecia demonstrar maior interesse em desenvolver a cooperação espacial *latu sensu*, isto é, ela tinha maior disposição em encetar trabalhos conjuntos em um campo mais abrangente, “em qualquer área”, como

¹⁶⁶ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 167 (03/05/2001)

¹⁶⁷ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 111 (06/03/2002)

menciona de forma sintética um dos telegramas consultados¹⁶⁸. O Brasil agia, na maior parte das vezes, reativamente, ora aceitando ora objetando as propostas russas; b) Apesar de não haver evidente choque de interesses, as prioridades eram distintas. Enquanto a Rússia procurava ora vender seus equipamentos ou sua tecnologia, o Brasil focava-se no oferecimento do CLA para a atividade de veículos russos. Em outros aspectos da cooperação espacial, o Brasil permanecia pouco entusiasta, como se depreende no exame dos telegramas emitidos pelo próprio governo brasileiro. Chama a atenção trecho de um telegrama:

O lado brasileiro tem-se mostrado indiferente às solicitações de informação [na área de astronomia]. Há grande interesse russo na cooperação, tendo em vista a necessidade de estabelecer-se parceria com um observatório astronômico no hemisfério sul. O Observatório Nacional não tem respondido os faxes dos parceiros russos.¹⁶⁹

A atitude inócua dos brasileiros e a falta de medidas concretas nesse campo foram alvos de crítica pelos russos durante a realização da II CIC, em setembro de 2001¹⁷⁰, e durante a visita de representantes da Roskosmos à AEB.

A questão do uso do CLA pelos russos despertou expectativas no lado brasileiro. Entretanto, a Rússia apresentava um projeto que já estava em atividade com a Austrália, para o uso da base de Christmas Island. O argumento russo era simples: Christmas Island não foi escolhida em detrimento do CLA, mas apenas que a base australiana estava em funcionamento antes de sua congênere brasileira. Isso significava que o uso do CLA não estava descartado pelos russos, mas não se configurava na prioridade russa naquele momento:

Depreende-se que permanece o interesse da Rosaviakosmos nas operações do CLA, embora para a agência russa se afigure como mais promissora - ou rentável -, no momento, a possibilidade de participação na construção do SSR-1 [Satélite de Sensoriamento Remoto] e a na modernização do VLS. Nas palavras de um interlocutor russo, a comercialização do CLA seria um "terceiro tema" de interesse bilateral.¹⁷¹

A realização de visitas mútuas de técnicos (ora de representantes da AEB e do INPE, ora da Rosaviakosmos) permitiu incrementar os contatos e identificar de

¹⁶⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 043 (11/01/2002)

¹⁶⁹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 113 (29/03/2001)

¹⁷⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 729 (28/09/2001)

¹⁷¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 623 (23/07/2002)

forma mais efetiva as possibilidades de cooperação concreta; o subcampo mais promissor era o de sensoriamento remoto¹⁷².

As dificuldades de cooperação militar

Sem grandes surpresas, a cooperação militar continuou a ter tratamento prioritário para a Rússia, e a exercer pouco interesse para o Brasil. Neste caso, não houve mudanças significativas em relação à conjuntura da década anterior.

Houve, porém, um avanço, mas que permaneceu apenas no âmbito das intenções: a assinatura de um Memorando de Entendimento na área. Sua assinatura não foi simples: a Rússia, parte mais interessada no texto, esperava assiná-lo pelo menos a partir de abril de 2001, durante a visita do vice-Ministro de Defesa para cooperação com países estrangeiros Mikhail A. Dmitriyev. O documento apenas seria assinado em 2002, com quase um ano de atraso, não obstante as frequentes insistências russas.

Foi nessa época que houve um rearranjo do setor de exportação de armas da Rússia, com a fusão de duas empresas públicas, a Rosoboronexport¹⁷³, ação que contou com forte apoio do presidente Putin. O intuito dessa reforma foi organizar e aumentar a participação russa no mercado de armas. Como marca da intenção russa de ampliar seu mercado, países vizinhos do Brasil negociaram e adquiriram armamentos russos. A Venezuela enviou seu Ministro da Defesa¹⁷⁴ e o presidente Hugo Chávez¹⁷⁵ em maio de 2001 para negociar a compra e a renovação de estoque de armamentos (não coincidentemente, naquela ocasião, Putin afirmou considerar a Venezuela como um dos países mais influentes na América Latina). Além da Venezuela, a Colômbia, em setembro daquele ano, adquiriu seis helicópteros russos, durante a visita de seu chanceler à capital russa¹⁷⁶.

Por outro lado, a visita do então Ministro da Defesa Geraldo Quintão a Moscou, em abril de 2002, por outro lado, teve por mérito apenas “a oportunidade de conhecimento mútuo”, além da assinatura do Memorando de Intenções. Tanto em

¹⁷² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 972 (19/12/2001); EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama Expedido 542 (14/12/2001)

¹⁷³ As antigas Rosvooruzheniye (Росвооружение) e Promexport (Промэкспорт) foram unificadas mediante o Decreto do Presidente da Federação Russa nº1834 de 4 de novembro de 2000.

¹⁷⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 324 (03/05/2001)

¹⁷⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 403 (19/05/2001)

¹⁷⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 701 (13/09/2001)

2001 (visita de Dmitriyev) como em 2002, autoridades brasileiras reclamavam da abordagem “essencialmente comercial” dos russos, apesar de o próprio lado brasileiro cogitar seriamente a possibilidade de venda de material bélico àquele país:

Os encontros [do Ministro Quintão com contrapartes russos] foram produtivos do ponto de vista do estabelecimento de contatos comerciais, mas o forte enfoque exportador, apesar dos esforços desta Embaixada, que os russos imprimiram às conversas, indicam dificuldades para encontrar nichos de mercado para a entrada de material de defesa brasileiro na Rússia.¹⁷⁷

As vendas de material bélico da Rússia ao Brasil eram, entretanto, plausíveis. Cabe ressaltar que a empresa russa Sukhoy apresentava um convênio com a brasileira Avibrás para participar do Programa FX-BR¹⁷⁸, cujo intuito era incorporar novos aviões-caça à Força Aérea Brasileira. De fato, a Sukhoy pretendia fornecer à FAB aviões Su-35, criar instalações de produção de equipamentos no Brasil e prestar assistência técnica e, mais relevante, transferir tecnologia ao Brasil¹⁷⁹. Extraoficialmente, as aeronaves russas eram preteridas pelos militares brasileiros, inclusive pelos próprios pilotos¹⁸⁰, por questões essencialmente técnicas¹⁸¹. Porém, as atraentes investidas russas e as opiniões de parte dos militares (o que tornava os Sukhoy um dos favoritos na disputa), nenhum acordo de comercialização de armamentos seria selado nessa fase. Para piorar, o FX-BR foi suspenso em mais de uma ocasião: em 2002, antes das eleições, e no início de 2003, por decisão do Governo Lula¹⁸²; a licitação seria reativada apenas em 2004, com relevantes reflexos nas relações Brasil-Rússia.

Outras áreas

¹⁷⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 344 (16/04/2002)

¹⁷⁸ O Programa FX-BR era parte da política de modernização da frota aérea brasileira, lançada ainda em julho de 2000, a um custo estimado em US\$ 700 bi. Participavam da licitação quatro conglomerados: Embraer-Dassault (França); Boeing-Lockheed Martin (EUA); Alenia Aerospazio (Itália); Saab (Suécia); e, finalmente, a Rosoboronexport-Sukhoy (Rússia). Outros programas eram a CL-X (modernização de aviões de transporte) e o CH-X (helicópteros). A Rosoboronexport disputava licitação nos três projetos.

¹⁷⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 559 (28/06/2002)

¹⁸⁰ Global Security. F-X BR / FX-2 - 2001-2004. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/brazil/fx-br-1.htm>

¹⁸¹ Moscow Times. Sukhoy Said 'Sure Thing' In \$700M Brazil Tender. <http://www.themoscowtimes.com/business/article/sukhoy-said-sure-thing-in-700m-brazil-tender/246048.html#ixzz1IncgtVpR>. (22/06/2002)

¹⁸² Global Security. F-X BR / FX-2 - 2001-2004. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/brazil/fx-br-1.htm>

Uma das áreas que permaneceram apenas “promissoras” foi a cooperação energética, nela incluída gás natural e nuclear. O Brasil chegou a expor alguns de seus projetos (como o interesse em adquirir turbinas a gás), mas as conversações nesse âmbito pouco avançaram. De acordo com os negociadores brasileiros, o lado russo apresentou projetos pouco interessantes e “inflexíveis”, o que, segundo eles, teria dificultado o processo¹⁸³. Mesmo a área de energia nuclear, cujas discussões estavam mais avançadas e que já tinha respaldo de um acordo bilateral¹⁸⁴, não encontrou desenvolvimentos significativos no momento.

2. De 2003 a meados de 2005: Comércio continua prioritário, posição menos intransigente do Brasil. Novos temas, pouca realização.

A chegada ao poder do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, não provocou grandes mudanças nas relações entre o Brasil e a Rússia, pelo menos nos anos iniciais de seu primeiro mandato, isto é, entre 2003 e meados de 2005. Pelo lado russo, o período correspondeu a uma política externa que defendia uma clara independência em relação aos Estados Unidos, associações político-estratégicas com a China e Índia, assim como uma diversificação e adensamento de contatos econômicos e políticos em outras regiões, inclusive na América Latina. Venezuela e Cuba (e não o Brasil) seriam os países latino-americanos que desenvolveriam uma parceria mais sólida (em termos globais, incluindo-se temas políticos, econômicos e tecnológicos) com a Rússia.

O governo de Lula, no âmbito da política externa, procurou avançar nas relações chamadas “Sul-Sul”, incluindo-se uma presença política e econômica mais forte no continente africano, novas iniciativas no continente sul-americano e, finalmente, o desenvolvimento de parcerias com grandes países em desenvolvimento, inclusive África do Sul, China e Índia (SOARES DE LIMA, 2005; VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). Os discursos oficiais brasileiros no período, ainda, incluíam a Rússia nesse grupo de países ora denominados “emergentes”, ora

¹⁸³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 727 (27/09/2001)

¹⁸⁴ Aqui se refere ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, firmado em 1997 (e em vigor desde 1999).

“grandes nações em desenvolvimento”, ainda no discurso de posse perante o Congresso Nacional¹⁸⁵.

Apesar das mudanças destacadas pelos autores, no que tange especificamente às relações Brasil e Rússia, a prioridade brasileira concedida à defesa de seus interesses comerciais, especialmente o dos setores primários, permaneceu praticamente incólume nesse período, com apenas algumas diferenças no nível da assertividade. Por outro lado, houve algumas diferenças relevantes no aspecto político, no qual se viu uma interação mais intensa entre as duas políticas externas. Dois temas de aspecto multilateral possibilitaram uma aproximação adicional entre os dois países, ainda em 2003: a renovação dos debates sobre a ampliação do CSNU, e a invasão liderada pelos EUA contra o Iraque, além de outras questões de menor relevo. Assim como no período anterior, projetos de cooperação em outras áreas, como espacial, nuclear e militar, não se concretizaram. Elas permaneceram, na maior parte das vezes, limitadas a conversações e eventuais assinaturas de acordos, a viagens recíprocas de técnicos e de especialistas e até mesmo a fechamento de contratos entre agências governamentais especializadas, como entre a AEB e a Roskosmos.

2.1. Os pontos de vista russo e brasileiro sobre o mundo aproximam-se mais

O período de 2003 a meados de 2005 pode ser considerado bastante rico quando se observam os contatos entre autoridades de ambos os países. Mesmo sendo um período relativamente curto, houve duas visitas presidenciais (inclusive a primeira de um chefe de Estado russo ao Brasil, em novembro de 2004; a outra, em outubro de 2005, com a ida de Lula a Moscou), e uma série de visitas ministeriais. A primeira delas foi a do então chanceler brasileiro Celso Amorim, em abril de 2003, por ocasião da reunião entre a Rússia e o Grupo do Rio¹⁸⁶, que foi retribuída pelo chanceler Ivanov em dezembro de 2003. Houve, ainda, o encontro da III CAN, em outubro de 2004, em Moscou, e duas edições da CIC, uma em fevereiro de 2004 e outra no final do período, em outubro de 2005. Durante 2003 não houve o registro de

¹⁸⁵ BRASIL. Discursos selecionados do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 15.

¹⁸⁶ A imprensa destacou que esse encontro em Moscou foi o primeiro do Grupo do Rio com a Rússia fora do âmbito da ONU. Até então, as partes se encontravam, sobretudo à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 305 (02/04/2003)

nenhum dessas reuniões.

No âmbito político, registrou-se uma significativa aproximação de ambas as nações. A grave crise provocada, primeiramente, pela ameaça de invasão norte-americana e de seus aliados contra o Iraque e, a partir de março de 2003, pela Segunda Guerra do Golfo, mobilizou as diplomacias russa e brasileira e de outros países. Ambos os países se posicionaram contra a ação bélica de Washington no Oriente Médio e tentaram levar o debate para os âmbitos da ONU, onde a questão, segundo esses dois países, deveria ser “regularizada”¹⁸⁷. A viagem de Amorim à Rússia no início de 2003 teve como um dos objetivos a discussão do conflito que, a despeito de não ter sido evitado, contribuiu para a aproximação política entre Brasil e Rússia. Em praticamente todas as declarações e os discursos oficiais que se seguiriam, havia menção à necessidade de se fortalecer o direito internacional, e o repúdio ao uso da força na resolução de controvérsias internacionais. Alguns exemplos seguem-se:

Os Ministros manifestaram disposição de cooperar na garantia da paz e da segurança global, na prevenção e solução pacífica dos conflitos internacionais com base nas disposições da Carta da ONU e na prevalência do Direito Internacional e na solução de todos os problemas e situações de crise por meios políticos e diplomáticos.¹⁸⁸

As conversações confirmaram a convergência de visões entre os dois países sobre os principais problemas internacionais, em particular o interesse comum do Brasil e da Rússia na formação de uma ordem mundial democrática e justa, baseada (...) na supremacia do direito internacional, na indissociabilidade entre paz, segurança e desenvolvimento com justiça social. Os dois mandatários acordaram intensificar o diálogo bilateral, com vistas a fortalecer o multilateralismo e o papel central das Nações Unidas¹⁸⁹

Outro tema que teve grande importância no período foi o da ampliação do CSNU. Esse tema já era bastante conhecido desde o final da Guerra Fria, mas é a partir de 2003 em que se observa uma articulação de um grande número de países em torno de propostas de reformas. A candidatura brasileira a se tornar membro permanente foi confirmada pela parte russa no período em quase todos os encontros

¹⁸⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 305 (02/04/2003)

¹⁸⁸ DECLARAÇÃO conjunta dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_180. Grifo nosso

¹⁸⁹ DECLARAÇÃO conjunta sobre os resultados das conversações entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin. Brasília, 22 de novembro de 2004. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_127. Grifo nosso.

de alto nível, ainda que esta última não tenha dado apoio claro à proposta de reforma do G-4.¹⁹⁰ Duas grandes ressalvas impostas pela Rússia, entretanto, desagradaram o Brasil: a primeira, a oposição a uma “ampliação exagerada”, isto é, que aumentasse o número de membros permanentes em mais de seis; a segunda, e mais grave, a objeção à extensão do direito a veto aos eventuais novos membros permanentes¹⁹¹. O Brasil, no entanto, recuou ao declarar, em 2005, que se absteria do direito ao veto por quinze anos após sua eventual acessão ao CSNU como membro permanente, o que foi bem recebido por Moscou (MARTYNOV, 2008).

Outra questão que aponta para uma clara convergência entre o Brasil e a Rússia deveu-se à da iniciativa ucraniana na Assembleia Geral de que se fosse reconhecido o chamado *Holodomor*¹⁹² como um genocídio cometido pelos soviéticos na década de 1930 contra a população ucraniana, por meio da “Declaração Conjunta sobre a Grande Fome”. O Brasil preferiu não assinar esse documento, temendo complicações para suas relações com a Rússia, em detrimento das mantidas com a Ucrânia¹⁹³. Entretanto, contrariamente às expectativas brasileiras, a própria Rússia assinou o documento¹⁹⁴.

O surgimento dos encontros entre os países do grupo dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) foi proposto pela primeira vez ainda em 2003 no âmbito da 58ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), e foi uma iniciativa brasileira. O encontro, que não se sucedeu naquela ocasião, previa uma fórmula que, coincidentemente, correspondia ao formato que o grupo assumiria a partir de 2010: África do Sul, Brasil e Índia (denominados IBAS ou simplesmente G-3), mais a

¹⁹⁰ O G-4 é o grupo formado por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, que apoiam suas próprias candidaturas como futuros membros permanentes do CSNU. O G-4 ainda propôs a inclusão de dois membros africanos. (BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 045, de 16/01/2004).

¹⁹¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 576 (21/07/2004)

¹⁹² O Holodomor (ou Grande Fome, em ucraniano), ocorrido no início da década de 1930, refere-se à morte de milhares (ou milhões) de pessoas no início da década de 1930, em diversas áreas da então União Soviética, mas, sobretudo na região da Ucrânia. Há uma disputa entre russos e ucranianos sobre o evento: se foi causado pelas políticas agrícolas “nem sempre bem planejadas” de Stalin, como defendem os primeiros, ou se foi uma política premeditada de extermínio da população ucraniana, como creem os últimos. Fonte: RÚSSIA, Embaixada da. Sobre a Grande Fome (Holodomor). Disponível em <<http://www.brazil.mid.ru/embrus/2006-07.htm>>

¹⁹³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 958 (10/11/2003)

¹⁹⁴ JOINT Statement on the Great Famine of 1932-1933 in Ukraine (Holodomor). Disponível em: http://holodomor.org.uk/International_Organisations/UN_Declaration.aspx

China e a Rússia¹⁹⁵. Curiosamente, a proposta brasileira surgiu exatamente na mesma semana do lançamento do famosíssimo artigo publicado pela consultoria Goldman Sach's "Dreaming with BRICs: the path to 2050"¹⁹⁶, que tornaria o acrônimo BRIC conhecido mundialmente.

2.2. Comércio: "antigos" problemas

O comércio entre Brasil e Rússia entre 2003 e 2005 continuou a crescer em termos absolutos, como se nota na Figura 4. As exportações brasileiras tiveram um ritmo mais rápido do que as importações, em especial entre 2004 e 2005, quando o saldo a favor do Brasil mais do que duplicou. Apesar do crescimento em termos numéricos, o comércio entre Brasil e Rússia continuou com uma participação ínfima no total do comércio exterior brasileiro. As exportações para Rússia chegaram ao patamar próximo a 2,5% do valor total exportado pelo Brasil, o valor mais alto que se registrava até então.

*Figura 4 Comércio Brasil-Rússia 2002-2005. Fonte: SECEX/ MDIC (2011). * Percentual sobre o total das exportações totais do Brasil. ** Percentual sobre as importações totais do Brasil*

Ano	Export. BRA (US\$ milhões)	%	Import. BRA (US\$ milhões)	%	Saldo (US\$ milhões)
2002	1.252,5	2,07	427,7	0,91	824,8
2003	1.500,2	2,05	555,1	1,15	945,0
2004	1.658,0	1,72	808,0	1,29	850,0
2005	2.917,4	2,46	722,1	0,98	2.195,3

As crises comerciais, sentidas especialmente nos anos de 2001 e 2002, e continuaram, ou mesmo, pioraram até 2005, ainda que se observe uma posição significativamente menos incisiva da diplomacia brasileira em comparação com os anos anteriores nesse campo. O comércio (incluindo as disputas comerciais), entretanto, permaneceu como o principal componente das relações bilaterais, ainda

¹⁹⁵ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 410 (03/10/2003). Os encontros entre os representantes dos governos dos quatro países só se encontrariam em 2006, também durante a AGNU.

¹⁹⁶ Dreaming with BRICs: the path to 2050. Goldman Sachs, Paper No. 99. Disponível em: <http://antonioguilherme.web.br.com/artigos/Brics.pdf>

que, nesse período, outras áreas, (como a cooperação espacial, que será tratada adiante) testemunhariam um aumento de interesse por parte do Brasil. Em um encontro prévio à III CAN, em fins de 2004, o então Vice-Presidente José Alencar afirmou sua preferência em debater questões “econômico-comerciais”¹⁹⁷.

As restrições fitossanitárias e veterinárias impostas pelo lado russo, em geral, foram qualificadas por Brasília como “arbitrárias”¹⁹⁸ e eram considerados os “desentendimentos mais graves” entre os dois governos¹⁹⁹. Outra grande preocupação do Brasil, na época, era com as ínfimas cotas que lhe foram reservadas no sistema de restrições de importação de carnes que vigorou na Rússia a partir de 2003. O Brasil passou a ter acesso no mercado russo de frangos, suínos e bovinos na categoria “outros países”. Os Estados Unidos e a União Europeia foram os maiores beneficiados no sistema de importação russo de carnes, ao passo que os exportadores brasileiros sofreram um impacto negativo, como se mostra na tabela a seguir:

*Figura 5 Distribuição em % das cotas russas de carnes para países e blocos (2003).*²⁰⁰

% das cotas russas a blocos e países (2003)

a) Carne de frango	
País	% do total
EUA	73,50%
União Europeia	19,50%
Paraguai	0,50%
Outros Países (incl. Brasil)	6,50%

b) Suínos	
País	% do total
EUA	9,40%
União Europeia	50,50%
Paraguai	0,20%
Outros países (incl. Brasil)	39,90%

¹⁹⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 621 (30/07/2004)

¹⁹⁸ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 149 (03/03/2006).

¹⁹⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 221 (06/03/2003)

²⁰⁰ FONTE: BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1038 (11/12/2003). A colocação do Brasil na categoria “outros países” significava que o país teria que concorrer com grande parte dos países em apenas uma ínfima parcela.

c) Bovinos	
País	% do total
EUA	4,10%
União Europeia	79%
Paraguai	0,71%
Outros países (incl. Brasil)	16,20%

De acordo com o mesmo telegrama, o Brasil teve, com a imposição desse novo regime de cotas, uma redução de 12% na quantidade de carne suína e em torno de 13% na carne de frango entre 2002 e 2003²⁰¹. A avaliação dessa política de distribuição geográfica de cotas repercutiu muito negativamente entre as autoridades brasileiras, que se queixavam da política discriminatória em prol dos Estados Unidos e da União Europeia. Os diplomatas brasileiros apontavam as seguintes motivações para essa medida do governo russo:

Segundo todas as evidências, a Rússia está favorecendo os EUA e a União Europeia em troca de contrapartidas, ou melhor, a promessa de contrapartidas, em áreas como a acesso à OMC, exportação de aço e revogação da cláusula Jackson-Vanik²⁰².

Houve pouca novidades em termos de diversificação do comércio. Na leitura dos telegramas, nota-se que houve, assim como em alguns encontros durante o final da década de 1990, certo desinteresse pelo tema por parte do lado brasileiro, o que gerou incômodos entre as autoridades russas. Um dos fatos que atestam para o relativo desinteresse brasileiro no período foi à inatividade do Conselho Empresarial Brasil-Rússia (que havia sido proposto, curiosamente, pelo próprio Governo brasileiro ainda em 2002, ainda durante o último ano da gestão Cardoso). O Conselho ficou sem se reunir durante mais de dois anos, desde sua criação até a visita de Putin em fins de 2004.

Em recente entrevista com diplomatas brasileiros, o Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio, Roald Piskopel, referiu-se à pouca atividade do Conselho e queixou-se da atitude dilatária da parte brasileira ante as instâncias russas para uma nova reunião.

²⁰¹ O impacto sobre a carne bovina foi distinto, registrando-se um crescimento significativo no período entre 2002 e 2003. Fonte: BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1038 (11/12/2003)

²⁰² Fonte: BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1038 (11/12/2003). A Cláusula Jackson-Vanik é uma lei aprovada pelo Congresso dos EUA em 1974 que impunha determinadas restrições ao comércio com países que restringiam a liberdade de emigração, especialmente do antigo bloco soviético. Mesmo com a desintegração da URSS, as leis continuavam vigentes contra a Federação Russa.

Após lembrar o sucesso do Conselho Empresarial Russo-Americano, ele chegou a sugerir que a parte brasileira decida sobre a conveniência de manter o Conselho [Russo-Brasileiro] em funcionamento, para evitar desmoralizá-lo.²⁰³

Em um documento da embaixada em Moscou, também houve críticas à parca disposição de setores brasileiros envolvidos na organização do Conselho Empresarial. Funcionário da embaixada propôs a substituição do organismo responsável pela Presidência do lado brasileiro do Conselho, que até então era controlada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ), pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) ou pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De fato, a CNI passou a exercer esse cargo a partir de 2004.

Nestas condições, causa-me preocupação que uma instituição tão importante [o Conselho Empresarial Brasil-Rússia] e promissora permaneça inerte, sobretudo pelo que se percebe aqui com o reiterado desinteresse da parte brasileira.²⁰⁴

O interesse brasileiro, no âmbito do comércio, continuou forte na luta pelo acesso de seus produtos agrários ao mercado russo. Durante a comitiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Luiz Fernando Furlan, estiveram presentes três importantes associações de produtores e de exportadores de carne²⁰⁵, ainda que se houvesse alguma preocupação em diversificar ou mesmo em “industrializar” a pauta. Essa preocupação, no entanto, era mais latente no lado russo, insatisfeito com os sucessivos desequilíbrios na balança comercial a favor do Brasil, na qual a Rússia comprava “seis vezes mais” do que vendia. A Rússia insistia na venda de produtos no setor de aviação, de equipamentos para hidrelétricas e serviços da indústria nuclear, entre outros, de forma a equilibrar a balança comercial²⁰⁶.

Além das carnes, outro produto que preocupou as autoridades brasileiras foi o açúcar. O produto, que estava sob regime de cotas desde 1999, foi retirado do

²⁰³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 209 (03/03/2003)

²⁰⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 652 (27/03/2003)

²⁰⁵ Estavam no evento a ABEF (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango) a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), ABIPECS (Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína). Fonte: BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 476 (22/05/2003).

²⁰⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 476 (22/05/2003)

Sistema Geral de Preferências da Rússia, em 2003. Isso significava que os países em desenvolvimento (inclusive o Brasil), antes beneficiados com tarifas de exportação mais baixas, passaram a concorrer em igualdade de condições com países desenvolvidos. As vendas de açúcar brasileiro ao mercado russo testemunharam um declínio no período.

A venda de trigo russo ao Brasil não se efetivou no período, possivelmente, devido à alta exigência das restrições fitossanitárias aplicadas pelo último. A Rússia chegou inclusive a denunciar que o Brasil impunha restrições mais severas a produtos vegetais russos do que aquilo que a própria Rússia exigia de produtos brasileiros²⁰⁷. Ademais, as medidas antidumping aplicadas pelo Brasil contra o nitrato de amônio russo permaneceram em vigor.

Há, entretanto, uma diferença sutil entre os períodos 2000-2002 e entre 2003-2005 a respeito das posições adotadas pelo Brasil. Apesar de o comércio, especialmente o de carnes, continuar a ser prioritário, houve uma mudança de “tom” entre os dois períodos. Enquanto no período anterior o Brasil, em geral, defendia de forma incisiva (ou dura) seus interesses comerciais, iniciando a aplicação das medidas antidumping e a recusa em rever o status dado à economia russa, a partir de 2003 a diplomacia adota uma abordagem mais flexível.

Algumas ações tomadas pela diplomacia sob a Presidência Lula pareciam sinalizar uma “boa vontade” do Brasil em eliminar (ou reduzir) os contenciosos comerciais, os quais, no início de sua gestão, estavam se agravando. A medida mais significativa, nesse contexto de “degelo”, foi a concessão brasileira do status de economia de mercado à Rússia, oficializada durante a mencionada visita de Furlan a Moscou, em maio de 2003²⁰⁸. Cabe ressaltar que essa nova atitude ocorreu no mesmo contexto em que o Brasil reconheceu a China como economia de mercado, o que parece confirmar que a decisão teve caráter não apenas econômico, mas também político, isto é, o Brasil parecia empenhado em aprimorar o diálogo com os grandes países fora do mundo desenvolvido.

Além disso, chama a atenção a forma pela qual o Brasil lidou com o problema das cotas de carne russa. Se, anteriormente, criticava a própria existência das cotas, durante 2003 e em diante o país acaba aceitando a existência das mesmas, mas

²⁰⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 589 (26/07/2004)

²⁰⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 476 (22/05/2003)

apresenta ressalvas à forma pela qual a Rússia distribuía o direito das cotas. O princípio geográfico das cotas, e não mais as cotas em si, era o alvo das reclamações brasileiras, o que evidentemente sinalizava um “recuo” da diplomacia comercial do Brasil²⁰⁹. O Brasil parecia estar disposto a flexibilizar a defesa comercial, no propósito de melhorar as relações políticas com o país euroasiático e ter mais barganhas nas negociações sobre cooperação tecnológica, que será discutida a seguir.

2.3. (Quase) nada de novo em Ciência e Tecnologia

Com alguma exceção graças à cooperação espacial, a cooperação em ciência e tecnologia entre o Brasil e a Rússia não prosperou entre 2003 e 2005. A posição dos dois países pouco se alterou em relação ao período imediatamente anterior. No caso brasileiro, apenas ficou mais saliente a crítica à posição “comercialista” da Rússia, como se demonstra muito claramente em um dos telegramas da Secretaria de Estado:

A colaboração [espacial entre Brasil e Rússia] não poderá, por exemplo, apresentar características preponderantemente comerciais nem pretender ser excludente de outras parcerias (sic). Na mesma linha, caberá verificar até que ponto será factível o repasse de tecnologias no âmbito das atividades espaciais, objeto de decisões e iniciativas crescentemente restritivas, da parte das potências do setor.²¹⁰

A preocupação do Brasil no âmbito de todas as esferas da cooperação em C&T teve duas dimensões bem evidentes: a garantia de transferência de tecnologia por parte da Rússia e a objeção a um esquema de cooperação excessivamente comercialista, que não previsse mecanismos de desenvolvimento conjunto de tecnologias. A Rússia reagiu de formas distintas para cada setor: em alguns deles, como em energia nuclear, espacial e especialmente no âmbito militar, havia real disposição para transferência de tecnologia, como afirmava o presidente do lado

²⁰⁹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 410 (03/10/2003). A nova posição brasileira foi esclarecida de forma um tanto anedótica, durante um encontro entre o presidente Lula (auxiliado pelo MDIC Furlan) e Putin. Furlan, ao mencionar o problema da “operacionalização” das cotas de carnes. Inicialmente, Putin pensou que o Brasil estivesse questionando as cotas em si, o que levou ao chanceler Amorim a esclarecer a nova postura adotada pelo país de “apenas” criticar a distribuição das cotas entre os países.

²¹⁰ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 422 (16/09/2004)

russo da CIC, Sergey B. Alioshin, “a cooperação entre os dois países [Brasil e Rússia] na esfera espacial propiciará uma “orientação de uma transferência mútua de tecnologias” ²¹¹.

No entanto, a Rússia demandava, quase sempre, a aquisição de produtos com tecnologia por parte do Brasil, antes que se iniciassem projetos de cooperação “horizontal”. Essas divergências acabaram por levar a impasses na maioria das esferas, com alguma exceção na cooperação espacial, até 2010.

Alguns entendimentos na cooperação espacial

Nas relações Brasil-Rússia, afora o comércio de produtos primários, a cooperação espacial é a que mais oferecia reais chances de desenvolvimento e de implementação. Essa era a visão sustentada pelo Governo brasileiro ainda em princípios de 2003: “a cooperação espacial [era a de] maior potencial para conferir caráter estratégico à parceria (...), que poderá engendrar resultados de impacto em prazo mais curto” ²¹².

Um movimento de cooperação efetiva entre os dois países, ainda que de escopo bastante restrito, tornou-se realidade em fins de 2003, mas foi uma consequência do trágico lançamento do primeiro VLS brasileiro no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), no Maranhão. A Rússia, a pedido do Brasil, enviou técnicos para averiguar as causas do acidente ainda em 2003. Esse foi um dos raríssimos eventos de efetivação da cooperação entre os dois países.

De forma geral, não houve mudanças no que diz respeito aos interesses em jogo na cooperação espacial, em relação ao período anterior. O Brasil continuava com interesse em três áreas específicas, a saber: comercialização do uso do CLA pelos russos; produção de imagens de alta resolução; desenvolvimento dos VLS movidos a combustível líquido²¹³. A Rússia tinha interesses nessas áreas: oferecimento de imagens de satélites de sensoriamento remotos russos, a

²¹¹ МИД РОССИИ. Об итогах заседания Российской части Российско-Бразильской Межправительственной комиссии по торгово-экономическому сотрудничеству, 23/01/2004. [Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia. Sobre os resultados Da reunião da parte russa da Comissão Intergovernamental de Cooperação Comercial-econômica Russo-Brasileira, 23/01/2004]. Disponível em: <<http://www.mid.ru/bdomp/ns-rlat.nsf/601debeef6efe270432569dc002f680c/432569d600328ea9c3256e27002dd7c7!OpenDocument>>

²¹² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 221 (06/03/2003)

²¹³ Ibidem.

participação de empresas russas no desenvolvimento do futuro satélite brasileiro de sensoriamento remoto, bem como o desenvolvimento de satélites brasileiros de telecomunicação geoestacionários; sobre os VLS, estava disposta também a desenvolver o sistema demandado pelo Brasil; em relação ao CLA, os russos exigiam uma modernização de sua infraestrutura, antes de ter seu uso comercializado²¹⁴.

Ademais, nota-se que a Rússia continuaria a ser a parte mais interessada na cooperação espacial. As propostas russas mencionadas no parágrafo anterior ficaram sem resposta brasileira durante fevereiro (quando as propostas foram feitas, no âmbito da III CIC) até setembro de 2004²¹⁵, o que gerou incômodo à parte russa, que demandava o pronto esclarecimento da contraproposta brasileira²¹⁶.

A contraproposta brasileira, apesar da demora, foi bem recebida pelos russos. O Brasil propunha um Memorando de Entendimento para o setor, negociado durante a III CAN em outubro de 2004 e assinado durante a visita de Putin ao Brasil, em novembro do mesmo ano, estipulava que o Brasil arcaria com os “os investimentos e as despesas decorrentes da execução do Programa [de Cooperação na Área Espacial]; dar acesso à parte russa às instalações, laboratórios, informações, etc.; dar acesso à parte russa ao CLA”. A parte russa deveria:

(...) estender linhas de financiamento para o Programa; dar acesso à Parte Brasileira as tecnologias (sic) envolvidas no desenvolvimento do Programa; aperfeiçoar pessoal conforme necessário e estabelecido nos Ajustes Complementares (sic)²¹⁷.

A negociação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permitiria o uso do CLA pela Rússia, e o Acordo de Proteção Mútua de Tecnologias (APMT), que, por sua vez, viabilizaria o desenvolvimento conjunto de um novo VLS eram permaneceram um tanto controversas entre os dois países no âmbito da cooperação espacial. A Rússia, que tinha grandes interesses na cooperação, desejava um acordo abrangente e detalhado, que contemplasse esses dois acordos e uma série de outros aspectos da cooperação bilateral. O Brasil, no entanto, preferia que esses acordos continuassem separados e “sucintos”. Nessa “disputa”, a posição brasileira

²¹⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 123 (11/02/2004)

²¹⁵ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 441 (23/09/2004).

²¹⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 435 (07/06/2004)

²¹⁷ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 441 (23/09/2004).

foi adotada, e os países passaram a negociar os acordos de forma separada. O APMT só seria assinado em dezembro de 2006, ao passo que o AST não chegou a ser assinado, pelo menos até 2010²¹⁸.

Apesar dessa discordância, a cooperação espacial era naquele momento a que parecia mais “fluída”, de acordo com opinião de funcionário da embaixada em Moscou²¹⁹. Foi em meados de 2005 que se tornou pública a ideia da realização do primeiro voo no espaço por um astronauta brasileiro²²⁰. A viagem do astronauta brasileiro, no ano seguinte, seria a principal façanha da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Rússia. A viagem (e as negociações que a precederam) do astronauta brasileiro, um importante marco nas relações Brasil-Rússia, será ao mesmo o tempo objeto e marco inicial da próxima seção histórica deste trabalho.

A cooperação nuclear esfria-se

Apesar de haver relevância no âmbito nuclear, a ponto de ter uma subdivisão específica na CIC (assim como as áreas espacial e técnico-militar), não houve grandes avanços no tema durante o período. Ademais, foi na área nuclear que ficou mais evidente as diferenças de expectativas e os interesses russos não correspondidos pelo Brasil. Essas divergências sucederam-se em dois encontros entre representantes de governo (um da CIC e outro da CAN, respectivamente, em fevereiro e em outubro de 2004), e em algumas missões técnicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e da Agência Federal de Energia Nuclear (Rosatom)²²¹.

O estado da cooperação nuclear foi assim caracterizado em um dos telegramas emitidos pela Embaixada brasileira em Moscou:

Na última Comissão de Alto Nível, ocorrida em outubro do ano passado [2004], deu-se uma reunião entre o Senhor Rumiantsev, Presidente da agência russa [de energia atômica], e o Doutor Odair Gonçalves, Presidente da CNEN. O ambiente cordial e amistoso em que se deu a reunião não apaga a impressão de certa falta de

²¹⁸ No decorrer de 2011, o AST tampouco chegou a ser assinado.

²¹⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 311 (29/04/2005).

²²⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 372 (24/05/2005).

²²¹ Em russo, Федеральное агентство по атомной энергии, ou abreviadamente, Росатом. Em 2008, por força do Decreto Presidencial nº 369 de 20/03/2008, foi transformada em “Corporação estatal de Energia Atômica ‘Rosatom’”. Fonte: Президент России. Документы. [Presidência da Rússia. Documentos]. Disponível em: <http://document.kremlin.ru/doc.asp?ID=44723&PSC=1&PT=3&Page=3>

interesse em desenvolver a cooperação, sobretudo do lado brasileiro. Esta reunião, que foi extremamente sumária para os padrões de reuniões em ciência e tecnologia, permitiu aos russos reiterar mais uma vez sua disposição em cooperar com o Brasil em todo o espectro da tecnologia nuclear.²²²

Apesar do referido status “diferenciado” da cooperação nuclear, “nada de prático” foi realizado no setor desde 2001, quando foi assinado o Programa de Cooperação Nuclear para os anos de 2001 a 2003, por ocasião da II CAN²²³. Nossa hipótese é a de que a pouca disposição brasileira em encetar projetos nessa área foi o principal motivo para a inação no campo da energia nuclear. Efetivamente, a Rússia (por intermédio da Rosatom) chegou a elaborar propostas de cooperação em diversas áreas entre 2003 e 2005, sem haver reações por parte do lado brasileiro²²⁴. Durante a III CAN, a Rússia chegou a propor uma série de projetos, incluindo-se a aquisição de urânio brasileiro enriquecido e a construção de novas usinas nucleares no Brasil²²⁵; as propostas russas não chegaram a obter respostas claras.

Essa aparente apatia do lado brasileiro nas negociações sobre cooperação em matéria nuclear permaneceu nos anos seguintes, como se verá no próximo capítulo.

*A cooperação militar: “nada de novo no front”*²²⁶

Outro tema de relevo, e com foro específico na CIC, refere-se à cooperação técnico-militar que, assim como a área de energia nuclear, conheceu poucos avanços práticos, devido, principalmente, ao desinteresse brasileiro na área.

A licitação de caças para a Força Aérea Brasileira foi reaberta em outubro de 2003, após ter sido suspensa no início daquele mesmo ano. Duas empresas russas estavam cotadas na reabertura do processo: a Rosoboronexport, que apresentou o Su-35; e a Mikoyan-Gurevich / RAC, que ofereceu o MiG-29. O ressurgimento das expectativas de comercialização dos referidos aviões motivou a visita ao Brasil do *Minoborony* (Defesa), Sergey B. Ivanov, em outubro de 2003. A visita foi notória, segundo a imprensa russa, uma vez que a maioria das viagens de Ivanov ao exterior

²²² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 224 (06/04/2005). Grifo nosso.

²²³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 694 (05/08/2003)

²²⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 599 (27/07/2004)

²²⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 858 (08/10/2004).

²²⁶ Referência ao romance do escritor alemão Erich Maria Remarque, publicado em 1929, que retratava o cotidiano do início da Primeira Guerra Mundial, marcada pelo estancamento do conflito.

tinha como destino os Estados Unidos e a Europa²²⁷. Para a Rússia, a concretização da venda do Su-35 ou do MiG-29, além de lhe ser economicamente favorável, permitir-lhe-ia o acesso a um mercado tradicionalmente dominado por empresas estadunidenses e europeias. Entretanto, o MiG-29 foi eliminado das disputa ainda em 2004²²⁸.

O equipamento russo que permanecia na disputa, de acordo com uma série de fontes da Aeronáutica brasileira, era o favorito. De acordo com o periódico Folha de São Paulo, a proposta russa era a mais atraente para o Ministério da Defesa, uma vez que contemplava uma série de questões de interesse vital, incluindo-se ampla transferência de tecnologia²²⁹. Além disso, a Rússia estava disposta em estabelecer unidades produtivas de indústria bélica em território brasileiro para comercialização com terceiros países na América Latina²³⁰. A visita de Putin em novembro de 2004 teve como um dos objetivos convencer autoridades brasileiras a respeito da superioridade de seus aviões em comparação com os concorrentes. Em uma observação inicial sobre as especificações técnicas, o Su-35 era, de fato, superior aos concorrentes, em 2005, como se observa na tabela abaixo.

Figura 6: Comparação entre os concorrentes do FX-BR. FONTE: Military Power Review²³¹

Aeronave	Mirage 2000 BR (França)	JAS 39C Gripen (Suécia)	Sukhoy SU-35 (Rússia)	F-16C Block 52 (EUA)
Dimensões (CxLxA) m	9 x 14 x 5	8,4 x 14 x 4,5	14 x 21 x 6	10 x 15 x 5
Carga bélica (Kg)	6.300	6.500	8.000	7.575
Peso máx. (Kg)	17.000	12.473	33.000	19.180
Velocidade máx.(Km/h)	2.338	2.126	2.480	2.124

²²⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 895 (14/10/2003).

²²⁸ PROJETO FX-3: Será que Dilma também vai procrastinar? Jornal da Imprensa, 25/06/2011. Disponível em: <<http://www.jornaldaimprensa.com.br/Editorias/14787/PROJETO-FX-3:-Será-que-Dilma-também-vai-procrastinar>>.

²²⁹ Russos devem vencer licitação da FX-BR da FAB. Folha de São Paulo, 28/03/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u59579.shtml>

²³⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 584 (23/07/2004)

²³¹ Dados disponíveis online em: <<http://www.militarypower.com.br/projeto%20fx.htm>>

Alcance máximo(Km)	3.330	3.200	3.600	3.890
Motor/ Potência(KN)	01 M-53 P2 95,2	01 Volvo 80,5	02 AL-31F 122	01 GE 100 122,7
Armamento (típico)	2 canhões DEFA de 30mm, 4 mísseis MICA e 2 mísseis R-550	1 canhão Mauser, 27mm e mísseis AIM-9 Sidewinder e AIM-120 AMRAAM	1 canhão GSh-301, de 30mm e mísseis Vympel R-27 e Vympel R-73	1 canhão M61A1 Vulcan 6 canos de 20mm e mísseis AIM-9 Sidewinder e AIM-120 AMRAAM
Raio de ação (Km)	840	500	1.500	630
Preço unitário (estimado)	US\$ 40 milhões	US\$ 60 milhões	US\$ 35 milhões	US\$ 50 milhões
Proposta da época	Transferência total de tecnologia do avião, softwares e venda de todos os mísseis requeridos	Transferência de parte da tecnologia e integração de vários tipos de mísseis	Transferência de tecnologia do avião, dos softwares, dos mísseis e cooperação em áreas científicas	Suporte técnico e venda dos mísseis AIM-120 AMRAAM (BVR)

Há de se mencionar também os aspectos negativos acerca da proposta russa. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, havia receios em relação ao “material russo, usado em pouca escala no Brasil, além de dúvidas sobre os custos de manutenção e operação”²³². A imprensa russa, também, reconhecia que o modelo Su-35 ainda apresentava um caráter “experimental” e as condições de pagamento eram mais difíceis do que as de seus concorrentes²³³.

O Programa FX-BR sofreria uma série de atrasos, e não se chegou a tomar uma decisão final sobre o assunto, o que frustrou tanto os vendedores russos como seus concorrentes. Além disso, supõe-se que a cooperação militar com a Rússia não era prioridade para o lado brasileiro. Acreditamos, entretanto, que as indefinições de política, os atrasos, sem contar a intensa atividade de lobbies praticada pelos países concorrentes, também dificultaram a tomada de uma decisão favorável a um dos concorrentes. O programa não obteria uma definição clara mesmo até 2010.

Outros temas, poucos avanços

Assim como os setores nuclear e militar (que tinham uma dinâmica própria

²³² Russos devem vencer licitação da FX-BR da FAB. Folha de São Paulo, 28/03/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u59579.shtml>

²³³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 895 (14/10/2003)

nas CIC) não prosperaram, a Cooperação científica e tecnológica tampouco colheu resultados significativos. Houve, entretanto, conversações em diversas áreas, inclusive energia, saúde, e ciências agrícolas, entre outras.

Desses outros temas, destacaram-se as conversações no âmbito da energia, que se desdobraram em algumas subvertentes. De acordo com o MID russo, o Brasil chegou a fechar contrato com a empresa russa Energomash para a aquisição de três turbinas e geradores para duas usinas hidrelétricas, a de Porto Novo e a de Corumbá-III²³⁴. O Embaixador russo no Brasil reconheceu que, entretanto, essa transação “não foi muita coisa”²³⁵.

Ainda no plano energético, foi nesse período em que se encetaram as primeiras conversações entre a Petrobrás e a Gazprom. Esperava-se, inicialmente, uma verdadeira “parceria estratégica” entre as duas grandes empresas estatais de hidrocarbonetos, na qual se incluía, entre outros pontos, a participação da empresa russa em licitações da Petrobrás, a atuação conjunta em terceiros mercados, o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e distribuição de gás natural²³⁶. Foi, inclusive, aventada a hipótese de a Petrobrás vir a explorar e a produzir em bacias petrolíferas em conjunto com a Gazprom na própria Rússia e em outros países²³⁷. Neste aspecto, era visível a complementaridade tecnológica entre as duas empresas: enquanto a Gazprom possuía *know-how* em sistemas de distribuição e estocagem de gás natural, a Petrobrás poderia oferecer cooperação em exploração de petróleo em águas profundas²³⁸.

Apesar das potencialidades tão enfatizadas pelas autoridades de ambos os países, a real cooperação em energia ainda não aconteceria nesse período, como evidencia um dos telegramas consultados:

Apesar do significativo potencial de cooperação e das manifestações políticas de apoio, essas discussões tiveram caráter eminentemente exploratório até o momento. (...) A Ministra de Minas e Energia Dilma Roussef mostrou interesse em aprofundar as discussões relacionadas a i) sistemas de distribuição e armazenamento de gás e ii) produção conjunta de turbinas a gás com tecnologias russas, mas tampouco

²³⁴ МИД РОССИИ. Интервью посла России в Бразилии В.П. Громова ИТАР-ТАСС по российско-бразильским отношениям [Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia. 316, 17/02/2004. [Entrevista do Embaixador da Rússia no Brasil V. P. Gromov à ITAR-TASS sobre as relações russo-brasileiras. Nota 316 de 17/02/2004]

²³⁵ Ibidem

²³⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 857 (08/10/2004)

²³⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 876 (15/10/2004)

²³⁸ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 629 (24/11/2004)

houve avanço posterior desses assuntos.²³⁹

Na área de saúde, houve pouco interesse de ambos os países, aliado à crônica falta de recursos que lhes era comum. Citam-se os encontros para estudar possibilidades, na área de saúde, de cooperação no combate e na prevenção do HIV-AIDS²⁴⁰; as conversações da Embrapa com a Academia russa de Ciências Agrárias, que chegaram a se traduzir em projetos (a maioria dos quais, de autoria da instituição brasileira), mas sem a efetiva implementação dos mesmos²⁴¹.

²³⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 213 (01/04/2005)

²⁴⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 208 (01/03/2003)

²⁴¹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 384 (30/08/2004)

Capítulo 5. De 2005 a 2010: novos fóruns de discussão política, mas poucos resultados práticos.

Em fins de 2005, ganhava contorno aquilo que seria uma das principais (ou únicas) realizações da propalada “Parceria Estratégica”, ou ainda, da “Aliança Tecnológica” entre Brasil e Rússia. O voo do primeiro astronauta brasileiro no espaço cósmico tornou-se objeto de negociações bilaterais pelo menos a partir de meados de 2005. Esse tema específico será abordado com mais atenção mais adiante, ao discutirmos aspectos científico-tecnológicos da cooperação bilateral. Esperava-se que, com esse evento, as relações bilaterais pudessem se frutificar e se propagar para outros setores.

1. As relações da Rússia com os países latino-americanos entre 2005 e 2010. Intensificação dos contatos e da cooperação

A partir de 2005 e, de forma ainda mais evidente, a partir de 2007, observa-se uma intensificação dos contatos políticos e o início de uma cooperação mais intensa entre a Rússia e alguns países latino-americanos em diversas áreas, cobrindo compras de armamentos até exploração conjunta de recursos energéticos. O “carro-chefe” das relações russo-latinoamericanas foram, indubitavelmente, as relações russo-venezuelanas.

O número de idas do mandatário venezuelano ao país euroasiático evidencia

a profundidade e a transversalidade atingida nas relações entre os dois países. De 2001 a 2010, foram realizadas nada menos que nove viagens de Chávez à Rússia, quatro delas apenas entre 2008 e 2010. Dessas relações, destacaram-se duas motivações principais: as compras de armamentos por parte do país sul-americano, que somariam, no final do período, um total de US\$ 4 bilhões, ademais de um crédito adicional de US\$ 2,2 bilhões concedido pela Rússia para futuras aquisições²⁴² (Ver estaísticas de comércio militar no Anexo D). Outra relevante vertente de cooperação entre os dois países foi a energética, sobretudo no setor de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural). Foram aprovadas e implementadas consórcios entre as estatais Petróleos de Venezuela (PdVSA)²⁴³, a Gazprom e a Lukoil para a extração e o refino de petróleo em território venezuelano, além da articulação dos países para estabilizar o preço do petróleo mundial²⁴⁴.

Até a eclosão do conflito na Geórgia, em agosto de 2008, os dirigentes russos, entretanto, tentavam esquivar-se da forte retórica anti-estadunidense de Chávez e, inclusive, a hesitar em firmar novos contratos²⁴⁵. A explicação para isso residiria na indisposição russa de criar desentendimentos adicionais com os EUA. Após a conflagração do conflito no Cáucaso, em que os EUA apoiaram abertamente o lado georgiano em detrimento da própria Rússia, a parceria Moscou-Caracas fortaleceu-se sobremaneira. Apenas dois meses após sua visita de julho de 2008, durante a qual não haviam sido selados acordos bélicos, Chávez retornou a Moscou para assinar uma série de acordos sobre novas aquisições na área militar e, inclusive, um contrato para a construção de usina nuclear com apoio russo. A aproximação política “radicaliza-se” em 2009, com o reconhecimento da independência da Abcásia e da Ossétia do Sul pela Venezuela²⁴⁶. Em um dos telegramas brasileiros, menciona-se a avaliação de Medvedev sobre qual o principal parceiro russo na América Latina:

Nas palavras do Presidente russo, desde aquela visita [a sua a Caracas em novembro de 2008], "temos observado um grande desenvolvimento nas relações entre a Federação da Rússia e a

²⁴² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1299 (19/10/2010). Dentre as compras militares, citam-se: 24 aeronaves Su-30, 35 helicópteros Mi-17, sistema de mísseis anti-aéreos Tor-M1, 100 mil fuzis A. Kalashnikov, além de mísseis portáteis Igla.

²⁴³ Petroleo de Venezuela Sociedad Anónima.

²⁴⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 606 (28/07/2007)

²⁴⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 755 (23/07/2008)

²⁴⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 948 (15/09/2009)

América Latina, e as relações com a Venezuela, como o parceiro mais importante ('as the most important partner'), tornaram-se muito significativas.²⁴⁷

Além da Venezuela, outros países latino-americanos testemunharam aproximações com a Rússia no período. Destacamos alguns dos países que congregam a chamada ALBA²⁴⁸, especialmente Cuba e Bolívia. O líder cubano Raul Castro assinou com Medvedev, em 2009, acordos energéticos, financeiros e até ajuda humanitária à ilha caribenha²⁴⁹. Com a Bolívia (um dos “aliados mais próximos” da Rússia na América Latina²⁵⁰), durante a visita de Evo Morales, ocorrida apenas alguns dias após de seu colega cubano, foram acertados acordos energéticos que possibilitariam a participação da Gazprom na exploração do gás boliviano, além da compra de helicópteros russos para as forças armadas do país andino²⁵¹.

Não apenas as relações com os países pertencentes à ALBA com a Rússia frutificaram-se. A Argentina, por exemplo, iniciou uma *asociación estratégica* com os russos em dezembro de 2008, durante a visita da Presidente Cristina F. de Kirchner a Moscou. Os dois países iniciaram conversações sobre a cooperação no âmbito nuclear e na possível participação russa no projeto de gasoduto entre a Bolívia e a Argentina²⁵². Em abril de 2010, Medvedev foi a Buenos Aires e assinou novos acordos nucleares, e esperava-se a vitória de consórcio russo na construção da usina nuclear de Atucha III²⁵³.

Outro sul-americano a desenvolver alguma cooperação com a Rússia foi o Chile, especialmente durante a visita da então presidente Michele Bachelet, em abril de 2009, durante a qual foram celebrados alguns acordos militares e culturais²⁵⁴.

²⁴⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 948 (15/09/2009)

²⁴⁸ Aliança Bolivariana para as Américas.

²⁴⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 111 (11/02/2009). Houve rumores de aquisição de armas russas por Cuba durante a ida de Castro a Moscou.

²⁵⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 855 (10/08/2009)

²⁵¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 133 (18/02/2009)

²⁵² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1338 (23/12/2008)

²⁵³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 517 (22/04/2010). A decisão final sobre os participantes estrangeiros na construção da quarta usina nuclear argentina ainda não havia sido tomada até pelo menos final de 2011. Ver o sítio da Presidência argentina: <<http://www.prensa.argentina.ar/2011/09/28/24236-atucha-iii-y-el-carem-los-proximos-objetivos-en-energia-nuclear.php>>

²⁵⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 318 (02/04/2009)

2. de 2005 a meados de 2008: Auge e desgaste

As relações políticas continuaram, de forma geral, positivas, registrando-se a ida de Lula em dois anos consecutivos à Rússia. A primeira visita, em outubro de 2005, teve caráter estritamente bilateral, ao passo que a segunda, em julho de 2006, teve como fundamento a participação do mandatário brasileiro para do G8 ampliado. Vale destacar que, a partir de 2004, ocorreu ao menos uma visita presidencial por ano, exceto em 2007. Entretanto, durante seu segundo mandato, Putin não visitou o Brasil.

O presente período instaura-se com o fechamento do contrato entre a AEB e a Roskosmos acerca do voo de Pontes à Estação Espacial Internacional (ISS, da sigla em inglês), o qual foi realizado em março de 2006.

Foi nesse período em que se realizou a primeira reunião de representantes do grupo BRIC. Interessante notar que, inicialmente, Brasil e Rússia eram os maiores “entusiastas” no âmbito do grupo e, também, desejavam um “fortalecimento” de suas conversações²⁵⁵. China e Índia, por outro lado, tinham pouco interesse e, no caso indiano, até uma resistência em relação à conformação desse agrupamento²⁵⁶. Diplomatas russos chegaram a comentar que chineses e indianos ainda não eram “entusiastas”, mas apenas tinham “vivo interesse” no BRIC; ainda segundo esses diplomatas, o interesse russo pelo grupo teria crescido a partir de 2007, ou seja, após o “entusiasmo” brasileiro²⁵⁷. De fato, a Rússia passou a ter iniciativas no bloco ao propor em 2008 a reunião ministerial de Ecaterimburgo, a primeira fora do âmbito da ONU e, inclusive, a I Cúpula dos chefes de Estado, no ano seguinte e na mesma cidade²⁵⁸.

2.1. Desgaste dos mecanismos institucionais (CAN e CIC)

Um fato que chama a atenção foi a não realização de Comissões Intergovernamentais de Cooperação ou sequer a de Alto Nível entre abril de 2006 e outubro de 2008 (quando a proposta inicial era a de que haveria uma reunião por ano). Foi uma evidencia da baixa prioridade que ambos os países conferiam-se

²⁵⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1024 (13/12/2006)

²⁵⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 602 (08/08/2007)

²⁵⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1261 (02/12/2008)

²⁵⁸ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 155 (16/03/2009)

mutuamente em assuntos concretos da relação bilateral (economia e comércio), em franco contraste com a fluidez no diálogo político.

Além disso, pode-se falar em desgaste das referidas instâncias ao longo do período em promover a cooperação concreta. A partir de meados da década, vários setores permaneceriam com as negociações praticamente estancadas, sem desdobramentos, como o caso da cooperação nuclear, energética e, também, militar, diante das persistentes divergências entre os dois países sobre a forma de operacionalizar os projetos. Enquanto o Brasil insistia em cooperação para desenvolvimento de novas tecnologias, a Rússia continuava mais disposta a vender produtos e serviços de alta tecnologia.

Outro fator que explica a diminuição no interesse pela CIC e pela CAN é a redução dos conflitos comerciais ao longo daquele período, como se verá a seguir.

2.2 Evolução do comércio: congelamento das disputas

Apesar de algum avanço na cooperação tecnológica entre 2005 e 2006, o comércio permaneceu como o principal assunto nas discussões entre Brasil e Rússia. Até fins de 2008, percebe-se um amortecimento das disputas comerciais herdadas da fase anterior, ainda que várias delas tivessem permanecido sem solução.

O comércio de carnes testemunhou um crescimento sem precedentes entre 2005 e 2008, impulsionando decisivamente o aumento das exportações brasileiras à Rússia. Esse foi o fato mais significativo na dinâmica comercial entre os dois países. Para evidenciar a importância desse fato, ainda no início de 2007, o Brasil já se posicionava como o maior fornecedor de carnes suínas e bovinas para a Rússia, a despeito do sistema de quotas geográficas, que concediam amplas vantagens aos EUA e à UE²⁵⁹. Porém, um protocolo firmado entre os dois países em 2005 ajuda a desvendar essa aparente contradição.

De 2005 a fins de 2008, os mais graves contenciosos comerciais entre os dois países foram “suspensos”, isto é, foram reduzidos, mas não propriamente eliminados, por força de um amplo entendimento caracterizado por concessões políticas e comerciais mútuas, durante a visita de Lula à Rússia em outubro de 2005.

²⁵⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 053 (23/01/2007)

Um diplomata russo chegou inclusive a comentar que o contencioso de carnes com o Brasil havia sido definitivamente superado²⁶⁰. Conforme esse esquema, o Brasil apoiaria a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC), suspenderia as medidas antidumping em vigor contra a Rússia e aceitaria a aplicação do sistema russo de quotas para carnes. A Rússia, por sua vez, permitiria, informalmente, que as carnes brasileiras pudessem ocupar parte das quotas reservadas aos EUA e à UE quando estes não as conseguissem preencher e, ademais, comprometer-se-ia em manter a vigência desse sistema até fins de 2009²⁶¹. De fato, esse esquema permitiu um forte avanço das carnes brasileiras no mercado russo, uma vez que estadunidenses e europeus nem sempre conseguiam completar integralmente suas próprias quotas, e os problemas comerciais foram “esquecidos” por ambas as partes pelo menos até o final de 2008. O acordo apenas não evitou que continuassem ocorrendo restrições fitossanitárias impostas pela Rússia a carnes brasileiras provenientes de alguns estados. Foi o que ocorreu com carnes bovinas do Rio Grande do Sul, em abril de 2006, devido a um suposto foco de febre aftosa no estado²⁶², e a restrições semelhantes contra carnes de Goiás e da Paraíba, na mesma época²⁶³.

*Figura 7 Comércio Brasil-Rússia 2005-2008. Fonte: SECEX/ MDIC (2011). * Percentual sobre o total das exportações totais do Brasil. ** Percentual sobre as importações totais do Brasil*

Ano	Exp. BRA (US\$ bilhões)	(%)*	Imp. BRA (US\$)	(%)**	Saldo (US\$)
2005	2.917.434.647	2,5	722.131.034	1	2.195.303.613
2006	3.443.427.733	2,5	942.573.802	1	2.500.853.931
2007	3.741.295.504	2,3	1.710.087.799	1,4	2.031.207.705
2008	4.652.978.889	2,4	3.332.050.061	1,9	1.320.928.828

Diante da permanência de algumas restrições sanitárias contra carnes provenientes de alguns estados brasileiros, o País propôs, ainda no início de 2006, a criação do Comitê Agrícola, constituído por integrantes dos Ministérios da Agricultura

²⁶⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 703 (06/10/2005)

²⁶¹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 083 (13/02/2009)

²⁶² EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 159 (06/04/2006)

²⁶³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 375 (17/05/2006)

dos dois países, de forma a agilizar a superação desses entraves de caráter “técnico” ²⁶⁴. Porém, essa proposta somente se realizaria em outubro de 2010²⁶⁵, provavelmente devido à resistência russa quanto à necessidade do foro.

Após 2005, o Brasil considerava que o comércio estava em “boa fase, de maior estabilidade, claros avanços” ²⁶⁶, visto que crescia a níveis supostamente “sustentáveis” ²⁶⁷. De fato, em meados de 2008 já não se registravam restrições de caráter sanitário às carnes brasileiras²⁶⁸.

A Rússia, por outro lado, incomodava-se com a manutenção dos déficits ao longo de todo o período e com a concentração do comércio em itens primários. Isso se explica pelo expressivo aumento das exportações brasileiras no período, sobretudo as de carnes, que não foi acompanhado de igual incremento das exportações russas ao Brasil. Houve, contudo, um forte aumento na compra de fertilizantes ao longo de 2007 e 2008, diminuindo-se substancialmente o saldo comercial a favor do Brasil (ver figura 7). Com déficits menores, mas persistentes, a Rússia queixava-se do “desequilíbrio” comercial em sucessivos encontros bilaterais e a criticar a falta de diversificação do comércio. O comércio entre Brasil e Rússia, em termos de itens comercializados, não conheceu quase nenhuma novidade significativa ao longo do período, exceto pela venda de peças de veículos do Brasil para a Rússia e de metais da Rússia para o Brasil a partir de 2006, mas sem jamais ocupar posição proeminente no comércio²⁶⁹. A real diversificação do comércio não se deu durante o período, a despeito das intenções políticas favoráveis, especialmente as da Rússia.

2.3 Espaço. A Missão Centenário e seus parques desdobramentos

A chamada Missão Centenário, que previa a ida do primeiro astronauta brasileiro ao espaço, demandou a cooperação entre a Agência Espacial Brasileira

²⁶⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 180 (20/03/2006)

²⁶⁵ Mudanças e Desafios. O comércio Brasil Rússia. Revista Agroanalysis, Março de 2011. http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1046

²⁶⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 657 (04/07/2008)

²⁶⁷ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 235 (13/05/2008)

²⁶⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 982 (23/09/2008)

²⁶⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 053 (23/01/2007)

(AEB) e a Roskosmos, a agência espacial do Governo russo²⁷⁰. O projeto teve o lado brasileiro como proponente, mais especificamente a própria AEB. A proposta inicial não era a de usar as naves russas para chegar ao espaço, mas sim as norte-americanas²⁷¹. O futuro astronauta, o Tenente-Coronel da Força Aérea Brasileira Marcos César Pontes, estava em treinamento desde 1998 no Centro Espacial Johnson, em Houston (EUA) para viajar em algum ônibus espacial da NASA²⁷².

Diante das restrições norte-americanas impostas aos voos tripulados após o desastre com o ônibus espacial de Columbia em 2003, que reduziu o número de vagas a astronautas, a “fila de espera” para astronautas estrangeiros alongou-se. Para tornar possível a viagem no mesmo ano em que se completassem 100 anos após a façanha do 14-Bis de Santos Dumont, Brasil decidiu, no início de 2005, a usar o ônibus espacial russo como alternativa. As negociações sobre os detalhes do voo foram efetivamente iniciadas em abril de 2005, com a ida de uma missão da AEB à Rússia. Ademais, estava em jogo não apenas a viagem de Pontes ao espaço sideral, mas também uma série de outros projetos mais antigos, tais como: o desenvolvimento de um novo sistema de VLS; modernização do CLA; e o compartilhamento de imagens da superfície terrestre geradas por satélites russos (sensoriamento remoto)²⁷³. Também, estavam sob negociação dois tratados sobre a cooperação espacial: o Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (APMT); e o Acordo sobre Salvaguardas Tecnológicas (AST). As negociações iniciais foram bastante positivas, com manifestação de “entusiasmo” e “boa vontade” por parte dos russos²⁷⁴, apesar de alguns desentendimentos iniciais sobre o preço da viagem.

A proposta inicial russa custaria ao Brasil US\$ 20 milhões, mas o valor final foi reduzido para US\$ 15 milhões²⁷⁵. O Brasil alegava que a Itália, para realizar projeto semelhante, teria pagado à Rússia um valor menor que a proposta inicial (US\$ 16 milhões), e ademais, poderia obter alguma redução no preço desse projeto “condizente à condição de país em desenvolvimento”. Em outras palavras, o Brasil,

²⁷⁰ O termo “Centenário” referia-se às comemorações dos 100 anos do voo do 14-Bis, de Santos Dumont.

²⁷¹ Astronauta do Brasil pode voar com russos. *Jornal da Ciência*. (20/12/2004). Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=24185>

²⁷² North American Space Agency (Agência Espacial Norte-Americana).

²⁷³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 311 (29/04/2005)

²⁷⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 386 (27/05/2005)

²⁷⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 439 (20/06/2005)

em desenvolvimento, deveria pagar menos que a Itália, desenvolvida²⁷⁶. A julgar pelo valor final, a proposta foi acatada pelo lado russo, evidenciando-se a “boa vontade” daquele país para com o projeto brasileiro²⁷⁷.

Durante a viagem de Lula à Rússia em outubro de 2005, esperavam-se as assinaturas do APMT e do AST, além do contrato entre a AEB e a Roskosmos. O APMT viabilizaria o desenvolvimento conjunto do novo VLS, ao passo que o AST propiciaria a modernização do CLA e sua utilização pelo lado russo. A viagem logrou a assinatura apenas do contrato entre as agências espaciais; o APMT só seria assinado em fins de 2006, ao passo que o AST não chegou a ser celebrado até o fim de 2010.

Alguns aspectos técnicos da operação espacial merecem ser ressaltados. De acordo com o contrato sobre o voo, não haveria transferência de propriedade intelectual ou sequer a reprodução gráfica dos manuais do voo; o brasileiro receberia treinamento e transporte do lado russo (além da aprendizagem de “noções básicas de língua russa”).

Apesar dessas limitações, o Governo brasileiro queria desenvolver o projeto como forma de dar maior visibilidade às relações “estratégicas” com a Rússia, ainda que o alcance do mesmo fosse bastante simbólico:

A assinatura do contrato para o voo do Tenente-coronel Marcos Pontes, durante a visita do Presidente Lula a Moscou, trará visibilidade para a cooperação entre os dois países nessa área, bem como enviará o sinal político de sua importância para os dois governos, como elemento essencial da parceria estratégica que o Brasil pretende construir com a Rússia.²⁷⁸

A viagem de Pontes, que se deu a partir de 30 de março de 2006 no Centro de Lançamento de Baikonur (Cazaquistão), foi considerada “sucesso” pelo Governo brasileiro e transcorreu sem graves imprevistos. Pontes visitou o segmento russo da ISS, no qual foram realizados alguns experimentos sobre microgravidade. O retorno do militar ao Brasil coincidiu com a realização da IV CAN em Brasília, com a participação do então Primeiro-Ministro russo Mikhail E. Fradkov.

O desenvolvimento dos VLS deveria tornar-se a pedra angular da cooperação espacial entre Brasil e Rússia, por meio do Programa Cruzeiro do Sul, que se dedica

²⁷⁶ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 249 (08/06/2005)

²⁷⁷ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 365 (01/09/2005)

²⁷⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 712 (06/10/2005)

à construção de cinco novas famílias de VLS. O desenvolvimento dos VLS ensejou estudos conjuntos, com “cooperação e assistência” da Roskosmos²⁷⁹ após a “Missão Centenário”. Alguns estudos propiciaram inclusive a redação de alguns contratos entre as duas agências espaciais, os quais ainda não podiam ser implementados, devido à não vigência dos acordos de salvaguarda tecnológica e de proteção de propriedade intelectual. De fato, após a entrada em vigor do APMT em julho de 2009, foram colocados em prática alguns desses convênios. O Centro Estatal russo de Foguetes “Makayev” elaborou estudos para a construção dos novos VLS no âmbito do Cruzeiro do Sul, e o financiamento da projeto estava a cargo do Brasil (US\$ 700 milhões)²⁸⁰. No entanto, nenhum dos novos VLS chegou a ser finalizado até 2010.

Alguns jornais informam que o Governo dos Estados Unidos pressionou alguns países para não transferir tecnologia para o Brasil no setor espacial, de acordo com os telegramas secretos publicados pelo site Wikileaks. Os EUA teriam pressionado a Ucrânia, país com quem o Brasil tinha uma sólida parceria, para que aquele país não transferisse tecnologia ao Brasil²⁸¹. É possível deduzir que os EUA tivessem pressionado outros parceiros do programa espacial do País, inclusive a China e a Rússia, a não fazerem o mesmo. De fato, o Brasil não assinou com a Rússia o AST, que permitiria o uso do CLA pela Roskosmos; tampouco, nenhum projeto de monta chegou a ser concretizado entre a AEB e a agência russa, até 2010, o que alimenta a interpretação de que os EUA poderiam ter pressionado a Rússia a não desenvolver cooperação aprofundada com o Brasil.

2.4. Cooperação militar: acordos, decisões polêmicas e primeiras vendas

Se a cooperação espacial testemunhou alguns avanços significativos, o mesmo não pode ser dito da cooperação militar. Em alguns casos, pelo contrário, houve significativos retrocessos e desconfianças recíprocas. Em outros casos, porém, houve avanços, e até a concretização de alguns negócios no setor, algo

²⁷⁹ Ibidem

²⁸⁰ Programa Cruzeiro do Sul. Portal DefesaBR. Disponível em: http://www.defesabr.com/Tecno/tecno_PCS.htm

²⁸¹ EUA tentaram impedir programa brasileiro de foguetes, revela Wikileaks. O Globo, 25/01/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/eua-tentaram-impedir-programa-brasileiro-de-foguetes-revela-wikileaks-2832869>

desejado longamente pela Rússia.

O principal tema continuava a ser a participação russa na licitação de novos caças ao Brasil no contexto do relançamento do Programa FX-BR. Desde 2004, entre as empresas russas, apenas a Rosoboronexport concorria, oferecendo os já referidos caças Su-35. Além disso, estavam sob negociação três principais acordos militares:

- a) Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar;
- b) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas;
- c) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral.

Os três acordos chegaram a ser assinados, mas nenhum chegou a ser ratificado até o final de 2010²⁸². As negociações provaram ser difíceis, com a Rússia menos disposta a transferir tecnologia nesse setor do que nas esferas espacial e nuclear.

Durante as negociações [sobre os acordos militares], o Brasil demonstrou permanente espírito construtivo e apresentou diferentes alternativas de redação. O lado russo mostrou pouca flexibilidade até o final do penúltimo dia de trabalho até o penúltimo dia de trabalho, quando finalmente concordou com a inclusão de (...) salvaguardas defendidas pelo Brasil.²⁸³

As salvaguardas a que se refere o trecho acima se referem à discordância do Brasil para a conversão de tecnologia de domínio público em objeto de propriedade intelectual. Inicialmente, o lado russo concordou em satisfazer a demanda brasileira, mas meses depois, a Rússia insistia na proteção de todas as tecnologias, mesmo as que já estivessem sob domínio público. O acordo foi celebrado sem a salvaguarda específica sobre tecnologia de domínio público conforme a demanda brasileira, apenas com a menção de que “não modifica a regulamentação legal da propriedade intelectual das Partes, determinada pela legislação”, sem explicitar a demanda brasileira diretamente.

²⁸² Os tratados tampouco seriam ratificados até o início de 2012.

²⁸³ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 402 (21/092007)

Apesar desse “revés”, o Brasil logrou obter uma cláusula específica sobre a possibilidade de transferência de tecnologia no âmbito militar, desde que houvesse autorização da contraparte (Art. 5º).

A licitação dos caças para a FAB, cuja história se iniciara ainda no final da Presidência de Cardoso, não conheceu solução durante o período considerado. No início de 2008, estavam na disputa quatro associações: a francesa Dassault (que oferecia os caças Rafale F3); a norte-americana Boeing (com os F-18 Super Hornet); o consórcio anglo-sueco SaaB-BAE (com o JAS-39 Gripen NG) e, finalmente, a Rosoboronexport (que continuava a oferecer o Su-35).

Não entraremos em detalhes sobre as questões técnicas de cada um dos aviões, mas apenas mencionaremos alguns dos aspectos mais relevantes em cada uma das propostas. Por um lado, havia fortes desconfianças em relação à proposta norte-americana, já que havia temor sobre eventuais restrições à transferência de tecnologias impostas pelo Congresso daquele país, ainda que o F-16 fosse o “mais testado” em conflitos bélicos. O caça sueco-britânico, além de contar com componentes com patentes norte-americanas (o que poderia ensejar, por si só, restrições à comercialização da aeronave pelos EUA), não era operacional (ainda se encontrava em desenvolvimento)²⁸⁴, apesar de ser o mais barato. De acordo com as notícias da época, os dois candidatos favoritos para vencer a disputa eram os russos e os franceses, nesta ordem²⁸⁵. Ambas as propostas não contavam com peças norte-americanas, ofereciam “ampla transferência de tecnologia”, uma das principais exigências do Governo brasileiro no procedimento, além de preverem o estabelecimento no Brasil de unidades. O maior problema do fabricante francês era o elevado custo das aeronaves, ao passo que a aeronave russa, assim como em 2005, continuava a ser a de mais baixo custo entre todos os concorrentes e apresentava algumas relevantes vantagens técnicas²⁸⁶.

Apesar das vantagens do russo Su-35 (preço, questões técnicas e preferência

²⁸⁴ Uma grande quantidade de textos online discute as vantagens e as desvantagens de cada modelo. O portal brasileiro Defesanet apresenta um vasto conjunto de matérias jornalísticas que detalham as características técnicas e as vantagens de cada aeronave, as quais podem ser acessadas no seguinte endereço: <http://www.defesanet.com.br/tx2>

²⁸⁵ FAB seleciona três finalistas para concorrência de compra de caças. Portal Globo.com (01/10/2008).

²⁸⁶ Jobim exige transferência de tecnologia na compra de caças. O Estado de São Paulo (19/11/2007). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,jobim-exige-transferencia-de-tecnologia-na-compra-de-cacas,82184,0.htm>

dos próprios pilotos), o Comando da FAB anunciou, em novembro de 2008, a exclusão da proposta russa para a fase final do processo do FX-2²⁸⁷, o que causou certa surpresa para especialistas no assunto²⁸⁸. A empresa russa, mesmo após a notícia, ainda se considerava parte da licitação, ainda que estivesse oficialmente excluída²⁸⁹.

Curiosamente, a decisão foi tomada cerca de uma semana após a visita de Medvedev ao Brasil, e a consecução de exercícios militares do porta-aviões Pedro o Grande na costa da Venezuela. Outra possibilidade para a retirada dos russos na licitação da FAB teria sido a pouca inclinação destes em realizar compras do Brasil no setor, diferentemente do que ocorria com os franceses (que estavam dispostos a adquirir do Brasil aviões de transporte e de reabastecimento em voo KC-390²⁹⁰). Em alguns dos telegramas, identifica-se essa preocupação brasileira:

Seria conveniente que a Rússia procurasse vislumbrar a realização de investimentos que certamente contribuiriam para vencer a barreira representada pela cultura tecnológico-militar hoje vigente [no Brasil].²⁹¹

A resposta russa enfatizava a necessidade de o Brasil dar o primeiro passo, como se segue:

(...) Será necessário primeiro que se realizem operações que demonstrem a viabilidade econômica de investimentos de longo prazo.²⁹²

Outra possível argumentação identifica a posição agressiva e inflexível dos negociadores russos, especialmente no âmbito militar, como apontam alguns diplomatas argentinos creditados em Moscou:

Na área de cooperação técnico-militar, colegas argentinos em Moscou avaliam que há em Buenos Aires certa resistência a incluir a Rússia entre os parceiros tradicionais do país sul-americano, que preferiria manter seus laços nessa seara com a Europa e os Estados

²⁸⁷ Comando da Aeronáutica pré-seleciona candidatos do Projeto FX-2. Força Aérea Brasileira (21/11/2008). Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=1526>

²⁸⁸ FAB seleciona três finalistas para concorrência de compra de caças. Portal Globo.com (01/10/2008).

²⁸⁹ Entrevista com Anatoly Isaikin Diretor General da EEFU Rosoboronexport sobre o Programa F-X2. Portal Defesenet (06/10/2009).

²⁹⁰ Nota oficial do Ministério da Defesa sobre o F-X2. Portal Poder Aéreo, 09/09/2009.

²⁹¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 236 (24/03/2008)

²⁹² Ibidem.

Unidos. Os russos seriam pouco flexíveis e teriam pouco interesse em entendimentos que vão além da simples venda de armamentos - cujos preços, ademais, seriam pouco competitivos.²⁹³

Todos os argumentos acima apresentados parecem ter validade, mas acreditamos que ocorressem pressões norte-americanas para que o Brasil desistisse da oferta russa. Apesar de não se dispor de informações que confirmem definitivamente esta hipótese, há algumas evidências factuais que nos permite essa dedução analítica. Apenas a alguns dias antes do polêmico anúncio da FAB, o Governo dos EUA aprovava sanções contra a própria Rosoboronexport devido ao fornecimento de tecnologia sensível por parte da estatal russa a países como Irã, Coreia do Norte e Síria²⁹⁴. As relações russo-americanas encontravam-se em estágio bastante deteriorado, haja vista os desdobramentos durante e depois o conflito na Geórgia, em agosto daquele mesmo ano, além dos exercícios navais russos na costa venezuelana. O incômodo norte-americano com a concretização de negócios militares por parte da Rússia na América Latina aparece de maneira clara durante um encontro com o embaixador dos EUA na Rússia, naquele período:

[Thomas Shannon, Subsecretário de assuntos Hemisféricos do Departamento de Estado dos EUA] demonstrou interesse em saber qual o estado das relações bilaterais de cada um de nossos países com a Rússia, havendo observado, por seu turno, ser portador da mensagem de que os EUA desejam evitar que o aumento da presença russa em nosso continente tome a forma de uma competição "ideológico-militar" com os EUA. Shannon observou que, ao contrário da China, que baliza suas ações na América Latina por uma linha pragmática e voltada sobretudo para a cooperação econômica, a Rússia pareceria ver em nossa região um espaço geopolítico feito sob medida para demonstrar seu poderio bélico e retaliar os EUA pelos laços que estes vêm construindo com ex-repúblicas soviéticas na Europa Oriental.²⁹⁵

Nesses termos, parece-nos plausível que a pressão exercida pelos EUA concorresse decisivamente para que o Governo brasileiro excluísse a Rosoboronexport na licitação de caças para o Projeto FX-2^a. Uma eventual presença russa no maior país sul-americano seria bastante incômoda aos EUA, o que por si só lhes causariam preocupações de ordem comercial (risco de perderem acesso ao mercado brasileiro de armas) e, sobretudo, geopolítica (perda de

²⁹³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1331 (19/12/2008)

²⁹⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1146 (27/10/2008)

²⁹⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1357 (30/12/2008)

influência sobre o Hemisfério Ocidental para um país àquela altura “não amigável”, como a Rússia). Um eventual acordo entre Brasil e França, país integrante da OTAN, implicaria menores preocupações geoestratégicas para os EUA do que um acordo com a Rússia.

A cooperação militar entre Brasil e Rússia, não obstante, não estava completamente deteriorada. Uma “compensação” aos russos foi anunciada ainda em 2008, também durante a vinda de Medvedev: a compra de 12 helicópteros Mi-35M, no valor total de US\$ 150 milhões, também da Rosoboronexport. As três primeiras armas aéreas russas foram entregues em março de 2010²⁹⁶, o que pode ser considerado, de longe, o fato mais importante na cooperação bélica entre os dois países, muito embora, nos primeiros meses de 2011, o Governo brasileiro tivesse suspenso (mas não cancelado) essa decisão, com base na política de restrição orçamentária adotada partir daquele ano²⁹⁷.

Houve, desde então, algumas propostas de parceria entre o Brasil e alguma empresa russa para o desenvolvimento de caças de 5ª geração, as quais chegaram a ser alvo de conversações entre o Ministro para Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, ainda em meados de 2008²⁹⁸. O caça de 5ª geração estava ainda em desenvolvimento pelas empresas United Aircraft Association²⁹⁹, da Rússia, e pela Hindustan Aeronautics Limited, da Índia. O lado russo ofereceu parcerias específicas para a Embraer, as quais envolviam, segundo os telegramas consultados, transferência de tecnologia e estabelecimento de linhas de produção no Brasil³⁰⁰. Entretanto, apesar dos rumores sobre eventual participação da Embraer na produção de caças de 5ª geração, este tema não conheceria importantes desdobramentos ou mesmo alguma decisão de impacto.

2.5. Cooperação energética:

²⁹⁶ Россия начинает поставку в Бразилию боевых вертолетов МИ-35М. Портал «Вертолеты России», 06-03-2009. [A Rússia iniciará fornecimento ao Brasil de helicópteros militares MI-35M. Portal “Vertalyoty Rossii” (06/03/2009).

²⁹⁷ Бразилия отложила, но не отказалась от закупки у России партии Ми-35. Риа-Новости, 12-04-2011. [Brasil adia, mas não se recusa a comprar da Rússia parte dos MI-35M. Ria-Novosti, 12/04/2011]

²⁹⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1006 (26/09/2008)

²⁹⁹ Em russo, Объединённая авиастроительная корпорация, que agrega as maiores companhias russas fabricantes de aviões (civis e militares).

³⁰⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 329 (09/04/2009)

Em meados da década, as expectativas para a cooperação energética eram fortes, tendo-se como base os documentos do governo brasileiro na época. A cooperação com a Rússia em energia era já qualificada como estratégica:

Por que é importante para o Brasil estreitar a cooperação com energética com a Rússia? A cooperação energética com a Rússia pode dotar-se de caráter efetivamente estratégico ao coadjuvar o crescimento das reservas e a auto-suficiência na produção petrolífera, a diversificação da matriz energética nacional e o fortalecimento da presença brasileira em terceiros mercados.³⁰¹

a) Cooperação nuclear: nada de novo

Em linhas gerais, a cooperação nuclear, diferentemente da espacial (e em certa medida, da militar), conheceu limitadíssimos progressos no período. Apesar da quase completa ausência de cooperação, houve conversações e realizações de missões técnicas entre representantes das duas agências estatais, o CNEN e a Rosatom³⁰², nas quais se chegou a propor projetos, dos quais nenhum havia se frutificado. Aliás, no âmbito da cooperação energética, o tema nuclear foi cedendo espaço às discussões sobre petróleo e gás e, em menor escala, os biocombustíveis (incluindo-se etanol e biodiesel), sobre os quais trataremos no ponto seguinte.

Em um dos telegramas, reconhece-se a situação da precariedade na cooperação nuclear, com parca implementação dos projetos arrolados nos sucessivos Programas Triangulares de Cooperação Tecnológica (2000-2002; 2003-2005; 2006-2008; 2009-2011). A razão apontada neste documento seriam “as indefinições do Programa Nuclear Brasileiro”, e não propriamente de diferenças incontornáveis ou visões divergentes entre Brasil e Rússia³⁰³. Assim como no período anterior, a Rússia manteve-se como a parte “mais interessada” em desenvolver projetos conjuntos no tema, mantendo-se a postura propositiva ou pró-ativa³⁰⁴. A notícia de que o Brasil poderia abrir para licitação a construção de novas usinas nucleares despertou o interesse da referida Rosatom, em parceria com a empresa privada alemã Siemens³⁰⁵. Houve, ainda, a proposta de cooperação da Rosatom para a extração de urânio no Brasil, que não teria sido respondida pela

³⁰¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 223 (06/04/2005)

³⁰² A missão do CNEN à Rússia deu-se em 2005, durante a qual foi celebrado um memorando de entendimento no tema; a recíproca da Rosatom ocorreu no ano seguinte.

³⁰³ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 620 (16/10/2008)

³⁰⁴ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 074 (10/02/2009); EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 442 (16/06/2009)

³⁰⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 800 (21/07/2009)

contraparte brasileira, o que provocou descontentamento perante os russos³⁰⁶.

b) Cooperação em hidrocarbonetos e biocombustíveis. Expectativas, conversações e *zastoy*³⁰⁷

A grande promessa em meados de 2005 era a possível cooperação entre as estatais Petrobrás e a Gazprom, bem como a participação desta em eventual construção de novos gasodutos na América do Sul. Durante a visita de Lula à Rússia naquele ano, ambos os países celebraram aquilo que denominavam de “Parceria Estratégica na Área de Energia”, que incluía tanto o setor de hidrocarbonetos (petróleo e gás), bem como o de biocombustíveis.

O tema do etanol chegou a incitar encontros entre os representantes de ambos os países, diante da “curiosidade” demonstrada pelos russos³⁰⁸. Nesse aspecto, o Brasil, que detinha o domínio da tecnologia, estava disposto a “compartilhá-la”³⁰⁹.

A exploração de gás natural na América do Sul, bem como sua distribuição territorial, esteve no planos de empresas russas, especialmente nos da Gazprom, mas também da Surgutneftogaz e da Lukoil. Foi discutida, durante a IV CAN, a possibilidade de participação russa na eventual construção do chamado Gasoduto do Sul, que conectaria os campos gasíferos da Venezuela e da Bolívia, destinados aos mercados consumidores do Brasil e da Argentina³¹⁰. Outros projetos nesse âmbito foram aclamados pelos dois países durante aquele encontro³¹¹.

Um memorando de entendimento entre a Petrobrás e a Gazprom, celebrado no início de 2007, previa cooperação em áreas específicas, tais como: a construção de sistemas de dutos para gasodutos e oleodutos; a criação de usinas de refinamento de petróleo e de usinas de gás liquefeito; e a implementação de um sistema de distribuição e de armazenamento de gás, entre outros aspectos³¹².

Apesar das inclinações iniciais, nenhum projeto relevante na área energética foi implementado, nem mesmo nas “promissoras” áreas de hidrocarbonetos e de

³⁰⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1108 (17/09/2010)

³⁰⁷ Impasse, em russo.

³⁰⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 728 (20/09/2006)

³⁰⁹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 177 (11/04/2006)

³¹⁰ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 251 (15/05/2006)

³¹¹ Ibidem

³¹² Минэкономразвития России, 2008, стр. 13 [Ministério da Economia da Rússia, 2008, p. 13]

biocombustíveis. O governo brasileiro admitia divergências de interesses que, de certa forma, se reproduziam em outros campos de cooperação.

Vale registrar que o interesse russo na cooperação científica e tecnológica bilateral muitas vezes confunde-se com o desejo de fornecer tecnologias russas ao Brasil, em bases comerciais. Ainda que, em certas áreas, exista o potencial para tais operações, do lado brasileiro, o interesse primordial da cooperação em ciência e tecnologia segue sendo o desenvolvimento conjunto de processos e produtos de alto valor tecnológico, nas áreas onde haja complementariedade e interesse comum.³¹³

Ainda que a possibilidade de serem firmados negócios em alta tecnologia, especificamente em energia elétrica não fosse completamente descartada pelo Brasil, a ênfase russa em concretização de negócios de venda de produtos não agradava aos diplomatas brasileiros³¹⁴.

A Diretora do DEU [Departamento de Europa do MRE] observou que o interesse da relação na área de energia elétrica não deveria ser apenas comercial, no sentido de compra e venda. Seria importante uma cooperação horizontal, com fabricação e projetos técnicos conjuntos, formação de "joint ventures" e investimentos diretos nos dois países.

Especificamente no setor de energia renovável, as diferenças não se limitavam apenas às visões divergentes sobre *como* se daria a cooperação, isto é, se haveria desenvolvimento conjunto de tecnologias como tradicionalmente propunha o Brasil ou concretização de negócios de compra e venda de produtos, como sustentava a Rússia, mas simplesmente se poderia haver algum tipo de cooperação. A percepção era a de que os dois países apresentavam interesses conflitantes nesse papel, uma vez que ao Brasil interessava a ampliação do mercado de biocombustíveis (sobretudo etanol), ao passo que a Rússia exportava fontes energéticas que concorriam diretamente com os combustíveis renováveis produzidos pelo Brasil.

As diversas reuniões e diálogo com a parte russa sobre biocombustíveis deixaram patentes algumas conclusões. Com suas amplas reservas de petróleo e gás natural e outros insumos energéticos (urânio), a Rússia dificilmente se interessará na substituição de sua matriz energética.³¹⁵

³¹³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 713 (06/10/2005)

³¹⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 753 (14/10/2005)

³¹⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 728 (20/09/2006)

Havia, entretanto, uma esperança de que a Rússia pudesse ao menos se interessar no tema do etanol como forma de diversificar sua matriz energética e desenvolver projetos conjuntos, que, ao que se demonstrou, não teve avanços.

No entanto, o país reconhece a necessidade de diversificar as fontes de energia, inclusive com o intuito de prolongar a vida útil das reservas de hidrocarbonetos. (...) Creio que só fortaleceria o argumento brasileiro de incluir a Rússia nos esforços de expandir o uso dos biocombustíveis, seja como um consumidor, seja em experiências conjuntas de desenvolvimento de tecnologias limpas.³¹⁶

3. As relações entre 2008 a 2010: conflitos regionais, crise econômica e a influência nas relações bilaterais

3.1. As relações políticas

As relações políticas entre Brasil e Rússia entre 2008 e 2010 conheceram um período de mais aproximações e de intensificação de contatos bilaterais entre altas autoridades.

As visitas presidenciais, por exemplo, tornaram-se bastante frequentes no período. Entre fins de 2008 até 2010, contabilizam-se nada menos que quatro missões presidenciais recíprocas. As idas de Lula à Rússia foram duas, uma de caráter bilateral (em maio de 2010) e outra para participar do I Cúpula dos BRIC, em junho de 2009; Medvedev esteve no Brasil em novembro de 2008 para assuntos bilaterais, e novamente em abril de 2010, para participar da II Cúpula dos BRIC.

Os encontros políticos entre os dois países ganharam não apenas frequência, mas também novos conteúdos e novas instâncias multilaterais. Brasil e Rússia compartilhavam a participação nos seguintes foros: G-8+5, o G-20 e, naturalmente, o BRIC. Além das reuniões do G8 ampliado, de que participava desde 2006 como convidado, o Brasil passou a integrar as reuniões do G-20 a partir de novembro de 2008, quando ocorreu a primeira reunião de cúpula; no ano seguinte, sucedeu-se a primeira Reunião dos chefes de Estado do BRIC.

Os encontros multilaterais contribuíram não apenas para a intensificação dos contatos entre altas autoridades de Brasil e Rússia, mas também para um real

³¹⁶ Ibidem

enriquecimento do diálogo político entre eles e, ademais, para novas convergências de pontos de vista sobre uma variada gama de temas internacionais. Os dois governos, muito antes de 2008 (ou pelo menos desde a eclosão da Guerra do Iraque, no início de 2003), já repudiavam o unilateralismo e desejavam a resolução de conflitos por meio do multilateralismo e do fortalecimento da ONU³¹⁷.

Por um lado, no começo daquela década, as discussões entre os dois países sobre questões internacionais focavam-se em questões meramente de política ou de segurança, como demonstra a programação de um encontro de Consultas estratégicas entre os dois países, ocorrido ainda no início daquele ano: a reforma do CSNU (e da própria ONU), desarmamento e não-proliferação de armas nucleares, a luta contra o terrorismo e o narcotráfico, o combate à fome e à pobreza mundial e, no âmbito econômico, a integração regional (a formação de blocos econômicos como o MERCOSUL)³¹⁸, além dos conflitos regionais, como o do Afeganistão, do Iraque e do Haiti. Por outro, em 2010, os temas discutidos passam a ser não apenas sobre segurança internacional, mas também (e cada vez mais) sobre temas econômico-financeiros. Além dos temas anteriores, incluíram-se: a reforma de organizações econômicas internacionais (especificamente, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e a estabilização da economia mundial³¹⁹, especialmente após a conflagração da crise financeira global a partir de 2008, e outros temas.

Em geral, Brasil e Rússia, que antes de 2008 já convergiam em importantes aspectos relevantes sobre diversos problemas internacionais, continuaram concordar em alguns aspectos. Por exemplo, a candidatura brasileira a um assento permanente em uma eventual reforma do CSNU continuou a atrair o apoio da Rússia em todos os encontros bilaterais relevantes³²⁰, com a antiga ressalva sobre a não extensão do direito de veto para o Brasil. Na verdade, a posição russa sobre o tema, tradicionalmente cautelosa e um tanto conservadora, pouco se alterou no

³¹⁷ DECLARAÇÃO Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin. Moscou, 18/10/2005. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_182

³¹⁸ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 070 (03/03/2005)

³¹⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1272 (27/10/2010)

³²⁰ Menções ao apoio ao Brasil como membro permanente do CSNU podem ser encontrados em vários documentos bilaterais, como na Declaração conjunta por ocasião da IV CAN, em abril de 2006 (EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 159 de 06/04/2006)

período: continuou a defender uma ampliação “limitada” para o órgão, de forma a não ultrapassar os 21 membros no total; argumentava-se que a presença de muitos países, bem como a dotação de veto para os novos membros poderiam dificultar o processo decisório e prejudicar com a própria eficácia e a autoridade do CSNU³²¹. Nas palavras de Kortunov (2009), a política russa para o tema pode ser qualificada como uma das mais ambíguas entre os cinco poderes permanentes do CSNU, e se hesita diante da dicotomia entre uma maior legitimidade (defendida pelos reformadores, inclusive o Brasil) e uma maior efetividade (defendida com mais esmero por países como a China). Esses dois princípios estão bem claros no fragmento abaixo:

A parte russa (...) confirmou o apoio à reforma do CSNU. Reiterou que a composição do CSNU deveria ser modificada apenas por uma "maioria significativa", caso contrário, correr-se-ia o risco de uma divisão que enfraqueceria a ONU. Por outro lado, estimou que as posições da Rússia e do G-4 eram bastante próximas. (...) Mostrou-se favorável à expansão do CSNU nas duas categorias (permanente e não-permanentes), limitando-se a dizer que haveria um limite além do qual a negociação das questões tornar-se-ia de manejo extremamente difícil, diminuindo a eficácia do órgão.³²²

Mas nem sempre houve convergências. Durante a fase mais aguda da crise financeira internacional, no início de 2009, ocorreram as primeiras reuniões de cúpula do G-20, das quais participaram tanto o Presidente Lula como Medvedev. A Rússia, inicialmente, era ainda cautelosa e até certo ponto duvidava da capacidade de o grupo lidar com a crise econômico-financeira, posição bastante divergente da do Brasil.

Ao ser questionado sobre como o Governo russo avalia o relacionamento do G-8 com o G-20, e do F-20 com o G-8 +5, [Arkady] Dvorkovitch [assessor do Presidente Medvedev para Assuntos Econômicos] manifestou considerar o G-8 fórum precipuamente político e afirmou que, em algum momento, deve ocorrer a ampliação da participação de outros países. Julga, no entanto, a atual configuração do G-20 artificial e que não apresentaria as sinergias suficientes para transformar-se em um fórum permanente de discussões político-econômicas. Não estaria sobre a mesa, portanto, a escolha entre o G-20 e o G-8.³²³

O Ministro Amorim, durante a mesma época, manifestava a polêmica opinião:

³²¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 902 (22/11/2007) e BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 303 (06/04/2009)

³²² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 563 (19/07/2006)

³²³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 236 (19/03/2009)

Hoje tem o G8 + 5, que talvez se transforme no G8 + 6, de repente se transforma em G8 +12 e vira outro G20... o fato é que quando falamos G8 mais outros países, se fala de um grupo de países que são um núcleo e um grupo de países convidados. Eu acho que isso também é algo que tem de ser superado.³²⁴

A Rússia, não obstante, recuará e passará a enxergar e a valorizar o G-20 (ao invés do G-8 ampliado) ao longo de 2009, como um substituto do G-8, ao menos em se tratando de questões econômicas e financeiras. O G-8 subsistirá, ainda, para conversações sobre segurança internacional, de acordo com o Kremlin³²⁵.

A história da associação dos BRIC teve impactos diretos nas relações entre o Brasil e a Rússia. Como vimos, o Brasil apresentava interesse na articulação entre as “principais economias emergentes” pelo menos desde 2003, na mesma época em que foi lançado o famoso artigo da Goldman Sachs. A proposta inicial de reunir representantes dos quatro países às margens da AGNU não vingou naquele contexto, mas somente depois de três anos, isto é, em setembro de 2006. Assim como em 2003, o encontro entre os chanceleres dos quatro países foi uma iniciativa brasileira. Após o encontro de 2006, seguiu-se um de igual formato, realizado também durante a AGNU, e o de 2008, desta vez na cidade russa de Ecatimburgo.

O grupo dos BRIC, efetivamente, buscou aproximar e articular as posições de Brasil, China, Índia e Rússia, sobretudo em temas de economia internacional, e sua atuação inicial pode ser entendida em função principalmente das reuniões do G-20. Em suas declarações conjuntas, esses países defenderam, entre outros pontos, uma maior participação dos países emergentes nas decisões do FMI e do BM. Em outubro de 2010, o G-20 decidiu que 6% dos votos no FMI seriam transferidos a favor dos países em desenvolvimento e emergentes.

Durante esse período, a Rússia propôs, durante a estadia no Brasil de Medvedev, em novembro 2008, um acordo de supressão de vistos para passaportes comuns. O acordo entrou em vigor em meados de 2010, possibilitando a entrada de cidadãos brasileiros na Rússia (e vice-versa) na condição de turistas, sem a necessidade de portar vistos de entrada.

³²⁴ 'O G8 morreu', afirma Celso Amorim em Paris. BBC Brasil, 12/06/2009. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090612_g8amorim_ba.shtml

³²⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1015 (29/09/2009)

3.2. A crise econômica e seu efeito duplamente negativo no comércio e na cooperação em C&T; o surgimento de novas disputas comerciais

A comentadíssima crise financeira, que abateu boa parte do mundo a partir de meados de 2007, prejudicou também a economia brasileira e principalmente a russa (nos dois países o problema foi sentido apenas no fim de 2008). A título de comparação, enquanto o PIB do Brasil encolheu “apenas” 0,2% em 2009, o da Rússia sofreu uma contração de 7,9%³²⁶. O cenário de crise econômica teve dois impactos sobre o comércio entre os dois países, um direto e outro mais indireto. O impacto direto foi a redução do volume das trocas, nos dois sentidos, mas especialmente as exportações russas para o Brasil, durante o ano de 2009. As exportações brasileiras para a Rússia caíram em 38,3%, ao passo que as vendas russas despencaram em 57,6%³²⁷.

*Figura 8: Comércio Brasil-Rússia 2008-2010. Fonte: SECEX/ MDIC (2011). * Percentual sobre o total das exportações totais do Brasil. ** Percentual sobre as importações totais do Brasil*

Ano	Exp BRA (US\$ milhões)	%*	Import. BRA (US\$ milhões)	%	Saldo BRA (US\$ milhões)
2008	4.653,0	2,35	3.332,0	1,93	1.321,0
2009	2.868,6	1,87	1.412,1	1,11	1.456,4
2010	3.724,2	2,06	1.762,0	1,06	1.962,2

A crise econômica, em si, teve importante papel na redução do comércio Brasil-Rússia, mas não foi o único fator. A Rússia adotou um viés claramente protecionista no comércio de carnes com a Resolução 918³²⁸, segundo a qual se aumentavam as tarifas alfandegárias para as carnes, também, e diminuía o tamanho

³²⁶ Fonte: Fundo Monetário Internacional.

³²⁷ Fonte: SECEX / MDIC

³²⁸ O nome original da referida resolução é: Постановление Правительства Российской Федерации от 8 декабря 2008 г. N 918 "О временных ставках ввозных таможенных пошлин в отношении отдельных видов мяса крупного рогатого скота, свинины и мяса домашней птицы и о внесении изменений в постановление Правительства Российской Федерации от 5 декабря 2005 г. N 732" [Resolução do Governo da Federação Russa de 8 de dezembro de 2008 nº 918 “Sobre as taxas temporárias sobre os direitos de importação de específicos tipos de carne bovina, suínos e frangos e a introdução de mudanças na Resolução do Governo da Rússia de 5 de dezembro de 2005 nº 773]

das quotas de importação. Não foram abolidos, no entanto, os privilégios concedidos aos EUA e à UE no âmbito da:

reorganização das quotas promovida pela Resolução 918, com alguns fornecedores sendo mais "poupados" do que outros. Para [Serguei] Iuchin [Diretor Executivo da associação Nacional dos Importadores de Carne da Rússia], a redução mais que proporcional da quota "outros países" para suínos e aves, assim como o aumento da quota norte-americana para suínos, seria explicado pelo desejo russo de preservar os seus interesses de seus principais parceiros comerciais: EUA e UE, sobretudo à luz da influência desses países no processo de acesso russo à OMC. (...) Seria preciso convencer aqueles membros da OMC que realmente têm poder de influência em semelhante decisão (os EUA e UE) a facilitarem ao máximo a entrada da Rússia na OMC.³²⁹

A nova política comercial para a importação de carnes tinha um duplo objetivo: proteger ainda mais a produção doméstica, com a pressão crescente de produtores agrícolas domésticos, e continuar a beneficiar EUA e UE, para que estes mantivessem seu compromisso de apoiar a adesão da Rússia à OMC. As medidas russas reduziram a cota referente "Outros Países" para o setores de suínos e frangos. A imposição dessa normativa "preocupou" e "decepcionou" o Governo brasileiro, que entendia que a referida lei contrariava o Protocolo Agrícola de 2005, o qual previa que as condições de acesso das carnes brasileiras não seriam alteradas até o final de 2009³³⁰. A nova política comercial russa fez ressurgir uma série de desentendimentos que haviam sido "congelados" com o referido acordo de 2005, iniciando-se um nova fase de contenciosos comerciais ainda em 2009, como se observa no fragmento abaixo.

O D-DEC [Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty] explicitou que o Brasil gostaria de regime unicamente tarifário, baseado em tarifa razoável. Na medida em que a pauta de exportações brasileiras para a Rússia é concentrada basicamente no setor de carnes, o D-DEC esclareceu que se não houver quota NMF [Nação Mais Favorecida] ou outra solução satisfatória para o Brasil, será difícil que o país aceite a acesso da Rússia à OMC³³¹.

Na visão brasileira, voltavam à baila questões como o próprio acesso da Rússia à OMC, a política de subsídios à agricultura russa, e por fim, o próprio

³²⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 018 (14/01/2009)

³³⁰ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama Expedido 083 (13/02/2009)

³³¹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 173 (03/03/2009)

sistema de quotas de carnes vigente desde 2003³³². O Brasil demandou, inclusive, “ser ouvido” nas próximas decisões sobre o comércio de carnes e, em caso de manutenção do sistema comercial baseado na divisão geográfica, que o país fosse contemplado com uma quota consoante a seu peso no mercado global e no próprio mercado russo³³³.

Apesar das reclamações brasileiras, o país conseguiu conservar, em 2010, sua posição de maior fornecedor de carne bovina e suína para a Rússia, e o terceiro maior de frangos; para os exportadores brasileiros de carne, igualmente, a Rússia era o principal comprador de bovinos e suínos (e o 11º de frangos)³³⁴. O comércio bilateral permaneceu concentrado nesses três itens e no de açúcar, tradicional produto de exportação brasileira àquele país. Carnes e açúcar perfizeram, em 2010, 90% do total das exportações brasileiras à Rússia³³⁵. O comentário abaixo, presente em um telegrama da embaixada em Moscou, resume bem o perfil do comércio, especialmente o de carnes:

A parte dinâmica do relacionamento - o comércio de commodities agrícolas, sobretudo de carnes - é importante para ambos os parceiros, mas se apóia em condições ainda precárias, construída na base de entendimentos informais, barganhas e boa vontade do parceiro comercial.³³⁶

Vale ressaltar o caráter eminentemente político (e não apenas econômico) das quotas russas para carnes. Retornando-se alguns meses antes de a crise atingir seriamente a Rússia, quando da ocorrência do conflito na Ossétia do Sul em agosto de 2008, o princípio da distribuição geográfica foi cogitado a ser extinto durante alguns meses, uma vez que um de seus beneficiados, os EUA, havia apoiado o lado georgiano contra a Rússia.

Dankvert [Diretor do serviço Veterinário russo] atribuiu a escolha do critério geográfico sobretudo a pressões norte-americanas à época (2003). Reiterando comentários de autoridades russas nas últimas semanas, no quadro das tensões geopolíticas em torno do conflito Rússia-Geórgia, Dankvert disse que os EUA não cumpriram sua parte

³³² BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 445 (08/05/2009)

³³³ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1161 (26/11/2009)

³³⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 409 (01/04/2010)

³³⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011. Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília: Mapa/ACS, 2011, p 358. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Internacional/Intercambio%202011/russia.pdf

³³⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 409 (01/04/2010)

da "barganha" de 2003, em particular no que tange à expectativa russa de um ingresso mais rápido da Rússia na OMC. O diretor russo opinou que o Brasil deve aproveitar este momento para realizar gestões a favor da preferência pela eliminação do critério geográfico.³³⁷

Com a intensificação da crise financeira sobre a economia da Rússia, entretanto, a alternativa de eliminar os privilégios dos EUA e de desistir da adesão à OMC acabou se esmorecendo rapidamente. O temor em relação à crise compeliu os estadistas russos a voltarem à mesa de negociações com a UE e com os EUA, de forma a garantir a presença russa na referida organização e diminuir o impacto da crise no comércio exterior do país.

Quanto ao tema da necessidade de diversificação da pauta comercial entre Brasil e Rússia, houve alguns avanços no período, apesar do contexto de crise econômica mundial. A venda de trigo russo ao Brasil, algo bastante desejado pelo país euroasiático desde o início da década de 2000, passou a ser realizada em fins de 2010, mas em quantidades muito simbólicas (US\$ 5,6 milhões durante o ano³³⁸). As tratativas sobre o tema perduraram durante quase toda a década e chegaram a ser usadas pelo lado brasileiro como barganha para conseguir maior acesso de suas carnes ao mercado russo:

Dependendo do andamento das negociações, a delegação brasileira poderá explorar a possibilidade de sinalizar concessão de quota para importação de trigo russo pelo Brasil, em troca da revisão das quotas brasileiras de carne suína e de aves.³³⁹

Até 2009, o Brasil valeu-se de restrições fitossanitárias que inviabilizavam o comércio do referido produto³⁴⁰. Após o fim das mesmas, o comércio não foi estabelecido "automaticamente", apesar do interesse do país naquele período em diversificar suas compras de trigo, uma vez que problemas climáticos haviam afetado a produção do grão na Argentina, então principal fornecedor para o Brasil; além da Rússia, o País tencionava comprar dos EUA e do Canadá³⁴¹. No entanto, preferências de consumo (a Rússia produzia um tipo de trigo que tinha menor valor comercial para o mercado brasileiro) e, possivelmente, o andamento das referidas

³³⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 982 (23/09/2008)

³³⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011, p. 359.

³³⁹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 083 (13/02/2009)

³⁴⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 145 (20/02/2009)

³⁴¹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 083 (13/02/2009)

barganhas político-comerciais no âmbito das carnes retardaram por mais de um ano a efetiva comercialização do trigo russo ao Brasil, como também mantiveram o comércio de trigo entre os dois países em um nível irrisório em 2010.

3.3. Investimentos: as primeiras empresas brasileiras na Rússia

Faz-se necessário mencionar a entrada de algumas empresas brasileiras no mercado russo, especialmente no âmbito alimentício. As empresas brasileiras aproveitaram-se do status diferenciado do enclave de Kaliningrado (ver Anexo A para sua localização), designado pelo Governo russo como Zona Econômica Especial, segundo a qual a região goza de redução de impostos e de outras deduções fiscais, desde 2006³⁴².

A Empresa Sadia havia implantado uma fábrica naquele *oblast*³⁴³ ainda em 2007, enquanto a JBS criou uma unidade de produção de hambúrgueres, em convênio com a italiana Cremonini, na cidade de Odintsovo (Moskovsky Oblast'), em 2010. A empresa gaúcha Marcopolo, fabricante de carrocerias de ônibus, montou uma unidade em consórcio com a russa GAZ em 2008, também em Kaliningrado³⁴⁴.

Apesar desses desdobramentos, os investimentos entre Brasil e Rússia permaneceram praticamente nulos, ainda que as potencialidades permanecessem evidentes durante o período em questão:

Ambiciosos programas de investimentos, lançados em ambos os países, em infra-estrutura, energia, construção civil e outras áreas abriram perspectivas promissoras para os investimentos recíprocos, o setor mais deficiente das relações econômicas bilaterais.³⁴⁵

A corrente de investimentos russos no Brasil foi ainda mais incipiente. Apesar de as estatísticas oficiais de ambos os países para o tema de investimentos externo direto mostrarem números bastante diversos, ambos os números denunciam que os investimentos russos no Brasil são muito reduzidos (em 2007, esse número teria sido US\$ 1,08 bilhão segundo o Banco Central do Brasil e US\$ 9,3 bilhões para o

³⁴² Instruída de acordo com a Lei Federal de 10/01/2006 N 16-F3.

³⁴³ Designação de província, em russo (область)

³⁴⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 410 (01/04/2010)

³⁴⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 409 (01/04/2010)

Rosstat, o órgão russo dedicado a estatísticas em geral)³⁴⁶. Houve a notícia de que participação da russa “Inter-RAO” realizasse uma joint venture com a brasileira CHESF³⁴⁷ na licitação da construção da usina hidroelétrica de Belo Monte³⁴⁸, mas a proposta foi logo cancelada³⁴⁹.

O comércio bilateral Brasil-Rússia terminou na década de 2000 de forma bastante semelhante ao início da década: domínio da pauta comercial por poucos produtos, sobretudo primários; desequilíbrios na balança a favor do Brasil³⁵⁰; e a permanência de relativo baixo volume nas transações comerciais. É verdade, no entanto, que o volume em termos absolutos das trocas comerciais cresceu significativamente, mas a uma mesma velocidade do avanço do próprio comércio exterior desses dois países, como se pode visualizar a participação do comércio bilateral no cômputo global³⁵¹, na tabela completa do comércio bilateral (Anexo B).

3.4. Uma visão russa sobre as relações bilaterais

Um trabalho de apenas 15 páginas publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico da Rússia³⁵² (*Minekonomrazvitiya*) sobre a situação do comércio bilateral pode esclarecer alguns aspectos abordados até aqui sobre o tema. Em uma parte do documento, apresentam-se alguns elementos que contribuem para a restrição das relações econômico-comerciais com o Brasil.

O argumento que aparece em primeiro lugar refere-se a questões de ordem estratégicas e políticas:

³⁴⁶ Os dados brasileiros sobre investimentos externos podem ser acessados pelo site: <http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=INVEDIR>. Para a perspectiva russa, o *Minekonomrazvitiya* do país apresenta um arquivo, disponível online, sobre os principais aspectos da relação comercial entre o Brasil e a Rússia, por meio do seguinte endereço: <http://www.economy.gov.ru/minec/activity/sections/foreigneconomicactivity/cooperation/economicamerica/teob>

³⁴⁷ Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

³⁴⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 673 (24/05/2010)

³⁴⁹ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1110 (17/09/2010)

³⁵⁰ Apesar de se tratar de um período estranho ao presente trabalho, cabe mencionar que, a partir de meados de 2011, os desequilíbrios inverteram-se, com o Brasil registrando déficits no comércio com a Rússia, em todos os meses a partir de julho. Ainda assim, a somatória de todos os meses daquele ano ainda dava vantagem a favor do Brasil.

³⁵¹ Em nenhum momento a participação do comércio entre os dois países ultrapassou a marca dos 3% em relação ao total do comércio exterior desses dois países.

³⁵² Министерство Экономического Развития, ou sinteticamente, Минэкономразвития.

[dentre] os fatores restritivos no desenvolvimento dos contatos econômico-comerciais entre a Rússia e o Brasil [são] as relações políticas, comerciais e econômicas estáveis e de longo prazo do Brasil com os EUA e com os países da Europa Ocidental, tradicional utilização de padrões técnicos americanos e europeu-ocidentais.³⁵³

Os argumentos posteriores são em geral de caráter estruturais, tais como a distância geográfica; a fraqueza das redes de transporte; o desenvolvimento incipiente das instituições de crédito para as exportações russas ao Brasil; pouca informação sobre os mercados russo e brasileiro para os empresários brasileiros e russos, respectivamente; passiva atividade de divulgação dos projetos conjuntos; e, por último, a falta de competitividade de diferentes produtos russos devido a suas características técnicas.

De acordo com o *Minekonomrazvitiya*, os problemas constantemente apontados pelos funcionários brasileiros da Embaixada em Moscou e por outras autoridades brasileiras, como a distância geográfica e a falta de informação entre os dois países têm relevância. Outro argumento estrutural é apresentado pelo lado brasileiro e tem a ver com alguns retratos comuns entre as economias russa e brasileira na economia global, os quais as poderiam, inclusive, transformá-las em concorrentes:

Uma explicação para as dificuldades em diversificar as relações bilaterais parece residir na posição similar que Brasil e Rússia ocupam na economia internacional como supridores de produtos primários e semi-elaborados, e receptores de IED.³⁵⁴

É possível que todos os argumentos mencionados contribuam para entender a permanência do caráter “potencial” para alguns ou “incipiente”, para outros, das relações econômicas entre o Brasil e a Rússia durante a década de 2000. A questão maior, entretanto, é saber não propriamente “o que contribui”, mas “qual o principal motivo”, ou ainda “o que pode ser modificado para que as relações econômicas possam, de fato, estratégicas, diversificadas e abrangentes”.

A primeira linha de argumentação trazida pelo documento do *Minrazvitiya* pode esclarecer parcialmente as deficiências nas transações econômicas russo-

³⁵³ Минэкономразвития России. Торгово-экономические отношения России с Бразилией, 2008, сс 3-4. [Ministério do Desenvolvimento Econômico da Rússia. Relações econômico-comerciais da Rússia com o Brasil, 2008, pp. 3-4]

³⁵⁴ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 409 (01/04/2010)

brasileiras. A persistência dos “tradicionais” vínculos políticos e econômicas com os EUA, Europa Ocidental (e, em menor escala, o Japão) podem ter dificultado sobremaneira o desenvolvimento de parcerias com a Rússia.

Tomando-se nota o fato de que a Rússia realizou importantes investimentos de relevo na América Latina, sobretudo no setor energético na Venezuela, na Bolívia e em Cuba. Sem dúvidas, as mesmas dificuldades “estruturais” acima mencionadas também se aplicam a esses casos, como o problema da falta de mecanismos financeiros e a distância geográfica. Mas o “fator político” possibilitou (ou, mesmo, foi o principal fator) para a presença russa nesses países na consecução de alguns projetos em segmentos específicos, notavelmente no setor de energia.

Cooperação espacial entre 2008-2010

Até 2010, foram lançadas outras novas propostas de cooperação, na maior parte das vezes de iniciativa russa. Uma delas referia-se ao convite à participação brasileira na modernização do Sistema de Geoposicionamento russo, o GLONASS³⁵⁵. De acordo com especialistas brasileiros, o uso desse sistema poderia ser útil ao propiciar uma alternativa ao sistema norte-americano do GPS. O Brasil cogitou, a partir de 2010, a usar o sistema para rastreamento e controle de veículos com fins civis, e para a produção em escala comercial de aparelhos receptores de sinal do GLONASS³⁵⁶. Até fins de 2010, essa proposta ainda estava sob negociação entre a Roskosmos e a AEB³⁵⁷.

3.5. Um pequeno inconveniente caucasiano para o Brasil (2009-2010)

Aproveitando-se das ambiguidades e das incertezas nas relações Brasil-Rússia, alguns países com relações mais tensas com Rússia, especialmente a Geórgia, tomaram a iniciativa e requisitaram encontros com representantes do Governo brasileiro, incluindo-se o próprio Presidente da República, como se demonstra no fragmento de carta georgiana:

A Geórgia aspira construir estreitos laços bilaterais com o Brasil. Para esse fim, propomos um encontro entre o Presidente da Geórgia, H. E. Saakashvili e o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz

³⁵⁵ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1006 (26/09/2008)

³⁵⁶ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 314 (17/03/2010)

³⁵⁷ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1108 (17/09/2010)

Inácio Lula da Silva³⁵⁸.

As investidas georgianas para aproximar-se do país sul-americano começaram ainda em meados de 2009, e se prolongaram durante o ano seguinte. As razões para essa atitude do país Caucásico podem ser várias, mas destacamos duas delas: o temor georgiano de ser alvo de isolamento internacional e a ambiguidade nas relações Brasil Rússia.

Após o breve conflito na Ossétia do Sul, em agosto de 2008, a Geórgia temia um endurecimento das condenações internacionais, especialmente dos países europeus, os quais estariam melhorando suas relações com a própria Rússia, especialmente Alemanha, França e Itália. Também, conforme visto no Capítulo II, a partir de 2009, com a ascensão de Obama ao poder, houve um “degelo” nas relações entre a Rússia e os EUA. Outro fator negativo para o país do Cáucaso foi o esclarecimento de que o início do conflito foi devido à ação georgiana, e não russa.

Além do risco de isolamento georgiano, podem ter tido alguma importância as indefinições reinantes nas relações do Brasil com a Rússia. Como vimos, apesar de o diálogo político ter se desdobrado com “fluência”, a cooperação concreta comercial e em ciência e tecnologia conheceu poucos avanços, algo destoante das densas relações russo-venezuelanas, por exemplo. Foi levada em consideração a posição mais “equilibrada” do Brasil, que apoiou a integridade territorial da Geórgia, em descompasso com os governos da Venezuela e da Nicarágua, que seguiram a Rússia e reconheceram a emancipação da Abcásia e da Ossétia do Sul³⁵⁹.

A Geórgia, também, temia que outros governos da América Latina, especialmente Bolívia e Equador, seguissem os passos de Chávez e reconhecessem a independência das referidas repúblicas; a aproximação com o Brasil serviria, assim, fortalecer o bloco dos países latino-americanos que apoiassem a posição georgiana contrária àquela sustentada pela Rússia e Venezuela. A aproximação com o Brasil (e com México e Argentina) pode ter tido como objetivo político evitar que a Abcásia e a Ossétia do Sul fossem reconhecidas por outros países latino-americanos.

Houve também motivações econômicas para o tento georgiano, como deixam

³⁵⁸ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1346 (15/12/2009)

³⁵⁹ A Geórgia reagiu a esses desdobramentos, suspendendo as relações diplomáticas com esses dois países.

claro os telegramas consultados. O país buscava atrair investimentos para sua reconstrução, ampliar seu comércio e, inclusive, aumentar a ajuda humanitária a regiões afetadas pelo conflito de 2008³⁶⁰.

O fato é que a Geórgia buscou ativar o relacionamento com o Brasil e, também, com outros países latino-americanos. A Geórgia anunciou a decisão de abrir sua primeira embaixada na região, na capital brasileira; posteriormente seriam abertas também representações na Cidade do México e em Buenos Aires³⁶¹. As “gentilezas” não se restringiam à abertura de embaixadas: a Geórgia apoiava explícita e categoricamente a aspiração brasileira de tornar-se membro do CSNU. Finalmente, em pelo menos duas ocasiões, o Ministério para Assuntos Estrangeiros da Geórgia solicitou encontros entre os presidentes Saakashvili e Lula, durante reuniões multilaterais³⁶².

Os claros sinais de aproximação daquele país do Cáucaso foram recebidos com bastante cautela, senão desconforto, por parte do Brasil, que tampouco estava disposto a criar atritos com o “parceiro estratégico” dos BRICS e do G-20. Alguns fatos esclarecem essa posição “incômoda” que o Brasil teve que enfrentar. Primeiro, até fins de 2010, o Brasil não reciprocou a abertura da embaixada georgiana em Brasília; Tbilisi permaneceu como a única capital do Cáucaso sem representação brasileira³⁶³. O segundo fato, também elucidativo, o Brasil não correspondeu a nenhum dos apelos georgianos para a realização de encontros entre os presidentes dos dois países; tampouco houve encontro entre os chanceleres, não obstante as demandas georgianas. A hesitação brasileira explica-se, possivelmente, pelo temor que o encontro entre altas autoridades pudesse ser mal recebido pela Rússia.

³⁶⁰ BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 664 (21/05/2010)

³⁶¹ EXTERIORES para Brasemb Moscou. Telegrama expedido 428 (25/05/2010). Até o início de 2012, apenas as embaixadas em Brasília e Cidade do México estavam ativas.

³⁶² A primeira reunião teria lugar durante a XV Conferência entre as Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-15), em Copenhague (BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 1346, 15/02/2009). A segunda reunião ocorreria durante a Cúpula sobre Segurança Nuclear, em Washington (BRASEMB MOSCOU para Exteriores. Telegrama 290, 12/03/2010)

³⁶³ Tampouco em 2011 e no início de 2012 houve a implantação da embaixada brasileira em Tbilisi.

As relações com a Geórgia conheceram alguns desenvolvimentos justamente durante uma fase de incertezas e ambiguidades no âmbito das relações Brasil e Rússia. O caso georgiano é o mais evidente: Saakashvili recebeu muito bem a posição brasileira de não reconhecer seus territórios autônomos e iniciou uma série de conversações com grandes países da região, especialmente o Brasil, de forma a evitar a adesão em massa de outros latino-americanos à posição russo-venezuelana; essa política não teria sido possível caso houvesse uma relação mais tênue entre Brasil e Rússia.

Considerações finais: uma interpretação realista neoclássica para as relações Brasil e Rússia

Passados mais de 10 anos após a instalação da I Comissão de Alto Nível em 2000, e oito anos após a fundação “oficial” da Parceria Estratégica durante a ida de Cardoso à Rússia em 2002, cabe a pergunta: o adjetivo “estratégicas” seria apropriado para qualificar as relações Brasil e Rússia? Em nosso trabalho, defendemos que, não obstante os reiterados discursos oficiais, bem como as iniciativas (principalmente russas) de cooperação, não há como afirmar, considerando-se o período estudado, que houve uma transformação da aproximação política em cooperação bilateral concreta.

No final de 2010, no âmbito da cooperação técnico-científica, o setor que apresentou mais avanços, e mesmo assim minguados, foi o espacial. Em menor escala, citam-se as limitadíssimas compras de material bélico (ver Anexo D, para comércio militar) e de equipamentos para usinas elétricas, que não alcançaram um bilhão de dólares durante todo o período. “Muito pouco”, seria a constatação do embaixador russo no Brasil durante a entrevista.

Nesta parte, buscaremos entender a dinâmica das relações entre o Brasil e a Federação Russa durante todo o período considerado, com base no marco teórico apresentado no Capítulo I. Acreditamos que os conceitos e a metodologia apresentada por alguns autores do chamado realismo neoclássico podem fornecer

aportes esclarecedores sobre as motivações para o desenvolvimento das relações entre os dois países.

A primeira vertente de fatores a serem considerados refere-se à categoria do poder nacional, uma variável chave, seja para realistas clássicos, ou para neorrealistas, ou mesmo para os realistas neoclássicos. A diferença entre eles, como vimos no Capítulo I, tem a ver com a forma como ela se relaciona com a tomada de decisão em política externa; em geral, para realistas clássicos e neorrealistas, a influência do poder nacional é direta sobre as decisões do Estado, ao passo que para neoclássicos (e para o autor deste trabalho), essa influência muitas vezes ocorre indiretamente, pois pode sofrer interveniência ou mesmo interferência de uma série de variáveis de diversas naturezas, como, por exemplo, a percepção dos líderes do país, a instabilidade político-institucional.

Em uma eventual análise por realistas clássicos ou neoclássicos, as relações entre Brasil e Rússia são típicas de dois países considerados centros regionais de poder, os quais, ao controlarem crescentes capacidades de poder (militar, econômico, demográfico, etc. Ver tabelas nos anexos B, C e D), tencionam projetar sua esfera de influência para além das regiões geográficas onde se encontram. Em outras palavras, as relações Brasil e Rússia seriam um produto natural (senão colateral) do incremento das capacidades de poder desses países no período de 2000 a 2010, as quais são utilizadas para a instrumentalização de suas políticas externas para além de seu “entorno próximo”, ou seja, para além da América do Sul e do antigo espaço sob controle da URSS, respectivamente. Uma explicação da vertente estruturalista em relações internacionais, que corresponde especialmente à dos autores neorrealistas, seria a de que ambos os países estariam dispostos a implementar uma “aliança” ou um esquema de cooperação do tipo anti-hegemônico ou de contrabalança em relação a um terceiro país ou aliança mais forte, que seriam os Estados Unidos (ou a OTAN). As relações Brasil-Rússia seriam um exemplo de *balancing* ou da busca por equilíbrio no sistema internacional, segundo o qual dois ou mais Estados mais fracos tendem a formar uma aliança defensiva contra um Estado ou uma aliança de Estados mais forte (WALTZ, 1979).

As não-realizações de projetos de cooperação entre os dois países também poderiam ser explicadas por fatores exclusivamente “materiais”, no âmbito das concepções clássicas:

a) os recursos ou as capacidades de poder de Brasil e Rússia ainda não seriam suficientes para coadunar os esforços de aproximação e os consequentes projetos bilaterais de cooperação;

b) aliada a essa insuficiência, a distância geográfica e mesmo as dificuldades de comunicação fazem dos dois países ainda pouco interessantes um para o outro.

c) a influência ou pressão de terceiros países que temem a cooperação entre Brasil e Rússia. Esse problema foi constatado em pelo menos dois segmentos específicos, a cooperação espacial e a militar, em que pode ter havido pressões contrárias advindas, sobretudo, dos EUA.

Por outro lado, caso houvesse menor aproximação política, sem a realização de acordos conjuntos, os defensores das teorias estruturalistas (WALTZ, 1979; MERSHEIMER, 2001) arguiriam que poderia haver um caso de *bandwagoning*, ou seja, Brasil e Rússia teriam pretendido ingressar em alianças com países ou blocos mais fortes, sejam eles EUA, China ou Europa Ocidental, ao invés de formar, contra algum destes últimos, uma aliança anti-hegemônica. Sob essa visão, o Brasil buscaria uma aliança com alguma dessas forças hegemônicas durante o período, não apenas na esfera política, mas também na tecnológica, com o intuito de aumentar seu poder nacional em relação a outras potências secundárias.

Consideramos que essas abordagens teóricas, apesar de fazerem bastante sentido, não são suficientes para explicar toda a dinâmica das relações entre Brasil e Rússia não apenas durante a primeira década do século XXI, mas também durante toda a década anterior. As súbitas inflexões observadas nas relações bilaterais entre os dois países, em diversas ocasiões (pelo menos em 1993, 1996, 2000, 2003, 2005 e 2008), não são completamente explicadas ou são esclarecidas de maneira pouco satisfatória pelas abordagens do realismo clássico e tampouco do neorealismo. Em cada um desses momentos de mudança não houve propriamente transformações de poder nacional, como advogariam os defensores das duas vertentes supracitadas.

As mudanças verificadas nesses anos nas relações Brasil e Rússia tiveram variadas naturezas, e foram provocadas por fatores muitas vezes não matérias, que ocorreram na Rússia e/ ou no Brasil. Em alguns casos, as alterações tiveram origem quase concomitante nos dois países, como em 1993, em 1996, e em 2000. Em outros casos, a mudança ocorreu devido a um choque externo combinado com uma ação da política russa, como em 2008, quando a crise econômica veio

acompanhada da crise no Cáucaso. Em 2003, a mudança foi quase que exclusivamente devida à ascensão de Lula no Brasil.

Há que se fazer um exame mais atento sobre o teor e, principalmente, a profundidade das mudanças supramencionadas. Por um lado a mudança de 1993, e, mais claramente, a de 2000, teve um viés político, isto é, os países buscaram implementar uma mudança profunda nas relações bilaterais, tencionando uma verdadeira aproximação política, após uma fase de relativo distanciamento. Nas mudanças de 2003, 2005 e 2008 a mudança não teve como pano de fundo a aproximação ou o distanciamento político, mas simplesmente o grau de predominância do vetor comercial nas conversações: a aproximação política manteve-se, especialmente nos foros multilaterais, com alguma intensificação a partir de 2008. O comércio, ou melhor, as negociações sobre o comércio e a resolução dos contenciosos da carne foram o principal tema de 2000 a 2002. De 2003 a fins de 2005 sua preponderância foi relativizada, com a introdução de alguns novos temas. De fins de 2005 a 2008 as discussões comerciais encontravam-se praticamente pacificadas, com a exceção de algumas restrições sanitárias impostas pela Rússia, e foi também o período do auge das expectativas quanto a novos esquemas de cooperação. De 2009 a 2010, o retorno das disputas comerciais como fator preponderante das negociações. Em todos os períodos considerados, a cooperação tecnológico-científica permaneceu apenas marginal nas negociações

De fato, de 2000 a 2010 percebemos uma tendência bastante genérica, ainda que muito lenta e complexa, de aproximação entre Brasil e Rússia. No entanto, essa aproximação permanece essencialmente política, visível pela intensificação dos contatos entre altas autoridades dos dois países, pela ampliação dos temas discutidos nos encontros entre representantes dos dois países, e, não menos importante, a convergência de pontos de vista dos dois governos sobre temas de primeira relevância no sistema internacional. Entretanto, a evidente aproximação política não acompanhou o desenvolvimento das relações comerciais, as quais continuaram parcas, cuja composição permaneceu altamente concentrada em alguns poucos produtos primários de pouco valor agregado durante todo o período, apesar do incremento do volume comercializado, e da incipiente cooperação técnico-científica, que produziu até 2010 desdobramentos muito escassos.

Defendemos que interpretar essa contradição verificada ao longo de todo o

trabalho seria algo bastante espinhoso para diversas teorias de relações internacionais e de análise de política externa, incluindo os realistas clássicos e os neoclássicos, para não mencionar as escolas liberal e construtivista. Afinal, como seria possível a convivência de interesses políticos favoráveis com o não desenvolvimento da cooperação concreta (comércio e C&T)? Argumentamos que algumas das categorias e elaborações teóricas propostas pelos neoclássicos possam ser bastante úteis para entender essa problemática.

Em primeiro lugar, ressalta-se a tendência geral, ainda que vagarosa, de aproximação política entre os dois países. Autores clássicos e neoclássicos poderiam propor interpretações bastante satisfatórias sobre o referido fato. Para os primeiros seria uma consequência “natural” do incremento de poder testemunhado nos dois países. O desenvolvimento da relação entre ambos seria apenas um desdobramento da “diversificação de parcerias” observada na política externa não só do Brasil, como também na da Rússia, e essa tendência assim permaneceria, caso os dois países continuassem a ter seus recursos de poder ampliados (PIB, população, recursos naturais, poder bélico, etc.). Na visão dos neorealistas, a aproximação política entre o Brasil e a Rússia esconderia, na verdade, uma estratégia de contra-hegemonia em relação a um terceiro poder (que pode ser tanto outro país como um bloco de países), de forma a equilibrar a distribuição de poder no sistema internacional, ou, como preferem declarar as autoridades de ambos os países, a conformar um mundo multipolar.

Os realistas neoclássicos não descartariam essas versões, a priori. Afirmam, no entanto, que essas interpretações seriam convenientes para descrever as relações entre os dois países; mas seria necessário considerar um período mais amplo, uma vez que ao se considerar períodos mais curtos, poderiam ser visualizadas algumas decisões que vão de encontro com essa tendência mais geral de aproximação. Em outras palavras, algumas medidas e mesmo algumas políticas implementadas por ambos os governos, como, por exemplo, a de priorizar o comércio de produtos primários, ou ainda a não realização de projetos de cooperação em energia nuclear e em hidrocarbonetos, poderiam ser explicados não necessariamente por questões de distribuição do poder material entre os países (clássicos) ou por estratégias sistêmicas de *balancing* ou *bandwagoning* (neorealistas), mas por questões de natureza variada.

Esses fatores de “natureza variada” enquadram-se nas teorias dos neoclássicos como “variáveis intervenientes”, que se interpõem à ação das “variáveis independentes”. Em nosso trabalho, identificamos ao menos três classes de variáveis que ajudam a entender a referida contradição, após a leitura dos telegramas relacionados. A primeira e mais óbvia refere-se à crônica falta de recursos em poder de ambos os governos para o financiamento e para o desenvolvimento de projetos bilaterais em ciência e tecnologia. Apesar de serem países considerados “emergentes” e de crescimento econômico elevado, tanto o Brasil como a Rússia têm mostrado dificuldades em canalizar os recursos (referimo-nos aqui a recursos não apenas financeiros, mas também recursos naturais, capital humano, etc.) para colocar em prática seus vários projetos conjuntos. Essa variável é denominada como a “força do aparato estatal”, como propõe Rose (1998), ou ainda, a “extração de recursos”, na nomenclatura de Lobell, Norrin & Jeffrey (2009). Em linhas gerais, essa categoria refere-se à capacidade de o Estado transformar os recursos presentes em seu território, isto é, população, recursos naturais, e mesmo o PIB, em meios efetivos de poder sob controle do Estado. Em nosso trabalho, essa categoria aludiu principalmente à capacidade de os dois países em mobilizar recursos (neste caso, quase sempre financeiros) para oferecer suporte aos projetos de cooperação conjunta. De acordo com as fontes pesquisadas, esse problema foi verificado em praticamente todo o período, o que nos leva a concluir que essa variável tenha assumido um papel sublinhado para dificultar as relações entre os dois países.

Outra possível variável interveniente refere-se à estabilidade político-institucional. Reconhecemos que essa categoria é bastante difícil de definir objetivamente na prática, uma vez que algumas situações políticas encontradas em um país, de acordo com os critérios observados, podem ou não ser consideradas como “de instabilidade” ou de “paz”. No entanto, especialmente durante os anos 1990, o Brasil e principalmente a Rússia passaram por momentos de evidentes indefinições (em alguns casos, de tensões) em seus respectivos sistemas políticos: no Brasil, o processo de *impeachment* de Collor, entre 1992 e 1993; na Rússia, as disputas entre o Legislativo e o Executivo em 1993, que levaram ao bombardeio do Parlamento russo por ordem de Yeltsin e, no final daquela década, as constantes quedas de ministros e as mudanças no gabinete. Sem dúvida, esses fatores de

ordem doméstica tiveram um papel relevante para “frear” a aproximação entre os dois países, sobretudo durante a década de 1990.

Finalmente, uma terceira classe de fator interveniente pode ter contribuído para a não realização de projetos conjuntos entre o Brasil e a Rússia, sobretudo no campo científico-tecnológico. Essa variável, de natureza perceptual, é denominada por Rose (1998) “percepção do líder dirigente” e apareceu de forma bastante clara em certos momentos, especialmente durante a Presidência de Lula. Objetivamente, lideranças-chave do Brasil encararam a Rússia como um país do chamado “Sul”, e a partir dessa percepção errônea passou a se criar expectativas de cooperação que fossem características de uma relação do tipo “Sul-Sul”. Registramos uma passagem que exemplifica de maneira muito clara essa visão distorcida por parte de alguns representantes brasileiros, bem como a pronta resposta russa:

[O Assessor-Chefe da Presidência Marco Aurélio Garcia] relatou aos russos que o Brasil busca privilegiar o diálogo Sul-Sul e que, segundo sua avaliação, a Rússia faz parte do que chamou de "sul político". Acrescentou então que a última conversa de Lula e Putin reforçou a idéia de convergência de posições entre os dois países, mas que se deve avançar mais. (...) [Sergey I. Kislyak, vice-chanceler para os países da América], quanto a pertencer ao "sul político", (...) retificou a colocação de Garcia, afirmando que a Rússia se considera uma ponte entre a Europa e a Ásia, econômica e politicamente. (...) Ponderou que, no entanto, as relações comerciais Brasil-Rússia ainda são típicas da realidade sul-sul, pois se concentra em bens primários, cenário que deveria ser alterado. Para Kislyak, temas comuns prioritários incluem a cooperação tecnológica, a nuclear, a espacial e a de defesa, e que se deve (sic) passar da retórica à prática, pois eles já foram identificados há quatro anos.³⁶⁴

As autoridades do Brasil não apenas apresentavam uma percepção errônea em relação à Rússia, mas nutriam uma série de expectativas decorrentes desse fato. Conforme exposto ao longo do trabalho, tanto o Brasil como a Rússia tinham interesses em desenvolver a cooperação em diversos ramos científico-tecnológicos, mas discordavam sobre a forma como deveriam ser operacionalizados esses projetos. Enquanto o Brasil queria desenvolver uma parceria do tipo “Sul-Sul”, que contemplasse o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias de forma a beneficiar mutuamente os dois países, o lado russo tinha em mente a

³⁶⁴ EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 488 (12/11/2007)

comercialização de produtos baseados em suas tecnologias, com eventual inclusão de cláusulas sobre transferência das mesmas. Em outras palavras, a Rússia via o Brasil como um potencial consumidor de seus produtos de alta tecnologia em diversos setores, especialmente militar, espacial e de energia nuclear, assim como o eram a Índia e a China. Essa divergência de percepções, a nosso ver, é crucial para explicar a quase ausência de concretizações de projetos relevantes entre Brasil e Rússia durante o período considerado.

Adicionalmente, pode ser mencionada uma percepção russa igualmente equivocada, detectada ao longo do documento produzido pelo *Minekonomrazvitiya* em que se descrevem os problemas da relação bilateral³⁶⁵, no sentido de que o Brasil estaria sob influência direta dos EUA, o que, na visão deles, explicaria uma série de fiascos, como a desistência dos caças russos na licitação do FX-BR. Essa percepção errônea pode ter levado a Rússia a diminuir sua “pró-atividade” na proposição de projetos conjuntos a partir de 2009, época em que se testemunha o retorno da preponderância dos assuntos comerciais.

Destacadas as duas variáveis independentes (poder nacional e estratégia no sistema internacional), bem como as três intervenientes (transformação do poder nacional em poder estatal, instabilidades político-institucionais, e percepções divergentes), cabe explicar as seis mudanças constatadas em 1992, 1993, 1996, 2000, 2003, 2005 e 2008, considerando quais as variáveis (independentes e intervenientes) que exerceram maior influência em cada um dos anos considerados.

Em 1992, ano inicial de nossa análise, houve uma forte redução dos contatos políticos, e dois fatores parecem ter influenciado esse “distanciamento”. O primeiro, uma variável independente, a drástica redução de poder nacional russo (território, população e economia) e a estagnação do poder brasileiro (crise econômica) por si só explicariam a tendência de distanciamento nas relações bilaterais. Ademais, detectamos a presença de duas variáveis intervenientes que atuaram no mesmo sentido da variável independente supracitada: em primeiro lugar, a instabilidade político-institucional tanto no Brasil (cujo presidente enfrentava um processo de *impeachment* por improbidade administrativa) como na Rússia, que assistia a árduas (e às vezes violentas) disputas internas entre grupos políticos. Em segundo lugar,

³⁶⁵ Минэкономразвития России. Торгово-экономические отношения России с Бразилией, 2008. [Ministério do Desenvolvimento Econômico da Rússia. Relações econômico-comerciais da Rússia com o Brasil, 2008].

não se deve esquecer da percepção dos dirigentes, especialmente a do chanceler russo Kozyrev, sobre quais os países deveriam ser a prioridade da política externa russa entre 1992 e 1993.

A partir de fins de 1993, houve uma tentativa, sobretudo do Brasil, em se aproximar politicamente da Rússia, que acabou não obtendo importantes desdobramentos. De acordo com a proposição realista clássica a respeito do poder material, essa “frustração” deu-se devido à continuidade do processo de retração econômica na Rússia, ainda que o Brasil demonstrasse recuperação diante da estagnação dos anos anteriores. Aliado a essa variável, a turbulência institucional agravar-se-ia na Rússia naquele momento, diante das disputas entre Yeltsin e a Duma (Parlamento russo), o que dificultaria ainda mais a aproximação entre os dois países. Por sua vez, o que explica as iniciativas brasileiras seria a percepção de suas lideranças, em especial a do chanceler Celso Amorim, que visualizava para o Brasil potenciais parcerias com alguns países, como China e Rússia, mas isso apenas, de forma bastante clara, não foi suficiente para de fato aproximar politicamente o Brasil da Rússia.

Em 1996, houve iniciativas, desta vez quase sempre russas, de encetar relações bilaterais, mas, igual que em 1993, os resultados foram exíguos. De forma similar a 1993, as condições do poder material russo deterioravam-se ano após ano, ao passo que o Brasil registrava crescimento, embora limitado (ver tabela de crescimento econômico comparado dos dois países, no Anexo A). No âmbito doméstico russo, a ascensão de Primakov como chanceler significou um impulso à diversificação dos parceiros políticos da Rússia, especialmente na Ásia, mas também a retomada dos contatos com países latino-americanos, incluso o Brasil. Entretanto, a nova administração brasileira não era muito entusiasta em desenvolver os laços políticos com a Rússia, e focou sua atuação na defesa dos interesses comerciais, o que certamente dificultou o desenvolvimento das relações bilaterais como um todo. A crise de 1998 apenas acentuou a postura do Brasil de se distanciar politicamente de um país considerado demasiado “problemático”³⁶⁶; além disso, as turbulências político-institucionais na Rússia naquele momento foram a causa, pelo menos oficialmente, de uma série de adiamentos e muitas vezes de cancelamentos

³⁶⁶ Cabe lembrar, ainda, a famigerada entrevista do ex-presidente na qual afirma que “o Brasil não era igual à Rússia”, ao se referir às crises econômicas da década de 1990. “Agora mais humilde?”. *Revista Istoé Independente*, 10/03/1999.

de encontros, especialmente quando do estabelecimento da I Comissão de Alto Nível. Sem dúvida, esses acontecimentos adicionais apenas reforçaram a tendência geral de afastamento ou de esfriamento das relações bilaterais, mesmo considerando apenas os aspectos políticos.

Uma virada importante, pelo menos no ponto de vista político, sucedeu-se em 2000, com a instauração da I Comissão de Alto Nível e com a retomada da frequência de contatos políticos e da intensificação das negociações sobre projetos de cooperação bilateral. A retração da economia russa havia deixado de ocorrer ainda no ano anterior, ao passo que o Brasil manteve um crescimento moderado. Diante desse novo cenário, em que ambos os países cresciam economicamente, iniciou-se uma fase nova nas relações bilaterais, com tendência à aproximação política, revertendo o processo da década anterior de distanciamento. Porém, há de se considerar a ação das variáveis intervenientes neste caso: a estabilização do esquema político na Rússia foi bastante significativo para que as reuniões bilaterais efetivamente ocorressem, diminuindo-se a frequência dos adiamentos (basta lembrar que, para a configuração da CAN, era necessária a presença do Primeiro Ministro russo, um cargo que sofria consideráveis pressões em situações de crise interna); esse fator também concorreu para o adensamento das relações políticas. Entretanto, a percepção das lideranças brasileiras pouco favorável à Rússia permaneceu de uma forma geral (ainda que houvesse troca de chanceleres em 2001), dificultando-se o deslanchar da cooperação nas vertentes não-políticas, especialmente a cooperação científico-tecnológica. As indefinições no programa brasileiro de reaparelhamento da Força Aérea também impediram uma cooperação militar.

Em 2003, quase todos os parâmetros identificados em 2001 permaneceram (crescimento da Rússia, apesar de um crescimento bastante modesto do Brasil; estabilidade político-institucional na Rússia e também no Brasil). A tendência de aproximação política encontrava ressonância na política externa dos dois países, os quais efetivamente buscaram ampliar e aprofundar contatos com países em diferentes regiões. Por outro lado, a nova liderança no Brasil tinha uma percepção sobre a Rússia bastante diferente da apresentada durante o período anterior. Importantes representantes brasileiros encaravam a Rússia como um país emergente, pertencente ao Sul político, e tencionavam criar com o país euroasiático

esquemas de cooperação do tipo Sul-Sul, semelhantes à cooperação com a China no desenvolvimento conjunto de satélites, ou com a Índia, na questão de medicamentos. Essa percepção, entretanto, revelou-se equivocada, como apresentamos no início desta conclusão. A expectativa brasileira de que poderia se criar uma cooperação horizontal para o desenvolvimento de novas tecnologias não encontrou respaldo no lado russo, que pretendia comercializar suas antigas tecnologias, e não desenvolver novas; a nosso ver, isso pode explicar a incipiente cooperação científico-tecnológica verificada entre os dois países durante todo o período.

Quando da visita de Lula a Moscou em fins de 2005, parecia que uma nova etapa das relações entre o Brasil e a Rússia havia sido inaugurada. Foram concluídas as negociações para o envio do primeiro astronauta brasileiro ao espaço em aeronave russa, e as pendências comerciais mais graves foram aparentemente superadas em um amplo protocolo. Essa época pode ser considerada o auge das relações, quando as expectativas de cooperação pareciam ser bastante fortes. No entanto, superados os grandes problemas comerciais, que ainda eram a tônica para o governo brasileiro, não houve grandes desdobramentos na área militar, nuclear ou mesmo na espacial; os poucos entendimentos alcançados prosseguiram em ritmo muito lento, como no caso dos acordos espaciais e militares. A insistência brasileira em interação horizontal, bem como indefinições nos programas nacionais de energia nuclear e de reaparelhamento das forças armadas podem ter sido fatores que explicassem essa situação.

Em fins de 2008, tanto a economia russa como a brasileira deram sinais de desaceleração e, no ano seguinte, de recessão econômica. Apesar desses dados, não consideramos que haveria uma clara reversão da tendência de aproximação: a recessão econômica que abateu os dois países não durou mais do que um ano. Pelo contrário, outros componentes do poder nacional apresentavam “melhoras”: a população russa passou a registrar crescimento absoluto a partir de 2009, revertendo-se a tendência das duas últimas décadas. Ambos os países passaram a ter mais prestígio internacional, com sua adesão a dois importantes blocos multilaterais: o G-20 financeiro e o foro dos BRICS. A participação de Brasil e Rússia nesses fóruns permitiu um avanço no diálogo político, o qual ganhou novos temas (como a gestão da crise econômica mundial) e maior frequência de contatos

bilaterais de alto nível (a partir de 2009, tanto no foro dos BRICS como no G-20 começaram a ocorrer encontros presidenciais anuais). Na vertente das variáveis intervenientes, uma política económico-comercial mais protecionista por parte da Rússia³⁶⁷ incomodou o Governo brasileiro, o qual passou a focar sua atenção no restabelecimento do acesso dos produtos brasileiros ao mercado russo, reduzindo-se a importância relativa das discussões sobre cooperação científico-tecnológica. Além da permanência da errônea percepção brasileira sobre a Rússia como um país “do Sul político”, outro fator que contribuiu para a não realização dos projetos bilaterais em ciência e tecnologia foi a redução da disponibilidade de recursos financeiros, especialmente durante a recessão económica nos dois países.

Cabe algumas palavras sobre outras possíveis interpretações sobre o não desenvolvimento da parceria entre o Brasil e a Rússia durante a década de 2000. Uma visão sugere que os dois países têm economias e tecnologias pouco competitivas, e que isso dificultaria ou mesmo impediria a consecução de empreendimentos entre os dois países. A cooperação somente seria impossível não pela reversão da política corrente ou pela alteração nas percepções, mas apenas se a economia de ambos os países fosse mais atrativa uma a outra. Esse argumento pode ser contestado ao se observar “casos de sucesso”, como o exemplo dos laços entre Rússia e China, Rússia e Índia, ou mesmo, entre Rússia e Venezuela. Em cada um desses casos, observou-se uma forte transversalidade (uma ampla gama de setores foi abarcada em cada uma dessas parcerias) e importantes realizações. O Brasil, em menor escala do que a Rússia, apresenta projetos relevantes com a China, Ucrânia (ambos no setor de espaço), para se mencionar apenas países “do Sul”. Assim, acreditamos improcedente o argumento da “falta de competitividade” entre os dois países.

O trabalho aqui desenvolvido teve duas preocupações principais, intimamente interligadas: uma de ordem mais empírica e outra de cunho essencialmente académico. A primeira delas foi de observar, sem deixar de avaliar criticamente, se preciso, o estado das relações Brasil e Rússia no final da década de 2000. Em segundo lugar, acreditamos ter sido possível aplicar criativamente alguns dos conceitos e dos raciocínios desenvolvidos pela escola do realismo neoclássico, que, no momento da conclusão deste trabalho, permanece ainda pouco difundido nos

³⁶⁷ Como, por exemplo, a Resolução 918 de 2008, limitando o acesso de carnes importadas à Rússia.

estudos de relações internacionais.

Sobre nossa avaliação das relações bilaterais, após a consulta que procuramos tornar o mais exaustiva possível das diversas fontes, concluímos, de fato, que não houve o desejado consubstanciamento do que se convencionou chamar de “Parceria Estratégica” entre os dois países, para dizer nos termos cunhados durante a visita de Cardoso à Rússia, ainda em 2002. Até 2010, os resultados mais visíveis dessa parceria foram quase sempre políticos, como o apoio russo à candidatura brasileira como membro permanente em uma eventual ampliação do CSNU, ou o apoio brasileiro à admissão da Rússia na OMC, além de outras questões internacionais. De ordem mais prática, os resultados bastante minguados na área espacial e de forma ainda mais restrita no campo militar nos fazem mesmo questionar a aplicabilidade do adjetivo “estratégicas” para qualificar as relações entre Brasília e Moscou, em evidente contraste com a retórica oficial usada pelos dois países. Acreditamos que termos como “potenciais” (como proporia um otimista), ou “irrelevantes” (para um crítico), ou “de caráter estritamente político” (como defendemos ao longo do trabalho), sejam mais próximos da realidade.

Outra questão importante é identificar a quem caberia a “responsabilidade” pelo parco desenvolvimento das relações bilaterais para além do diálogo político. Com base na leitura dos documentos produzidos pela própria Embaixada brasileira em Moscou e, em menor grau, pela Secretaria de Relações Exteriores, era o próprio lado brasileiro o que manifestava menor interesse em desenvolver determinados projetos de cooperação, durante a maior parte do período pesquisado. O lado russo, na maior parte das vezes, não apenas era o principal proponente de projetos de cooperação em diversas áreas (sobretudo militar, espacial, nuclear) senão que, também, era o que mais criticava a estrutura do comércio exterior. Tanto nos desequilíbrios a favor do Brasil como a persistência de predomínio de produtos primários de baixo valor agregado em ambos os sentidos foram alvo de reclamações de Moscou que, em algumas ocasiões, chegou a duvidar das reais intenções de Brasília em desenvolver parcerias específicas, como se notou ao longo do trabalho.

A nosso ver, a falta de uma cooperação mais densa em outras áreas não é facilmente explicada unicamente por questões materiais (como propõem os autores do realismo clássico) ou por questões meramente sistêmicas (como diriam os autores neoclássicos). Alguns fatores domésticos e *percepcionais* desempenharam

um papel relevante, para explicar esse fato.

Um desses fatores refere-se diretamente à insistência brasileira em enxergar a Rússia como um país do “Sul”, demandando-se desta uma cooperação mais horizontal, direcionada à criação de novas tecnologias por meio de esforços conjuntos. O Brasil estava pouco interessado em adquirir tecnologias desenvolvidas e ofertadas pela Rússia, e foram raras as compras de equipamentos de alto valor agregado proveniente do antigo país socialista. Em nossa opinião, se o Brasil tivesse “dado o primeiro passo”, isto é, adquirido algum serviço ou produto tecnológico da Rússia, seja na área nuclear, espacial ou militar, teria sido possível que a Rússia pudesse consentir com alguma cooperação técnico-científica do tipo “horizontal”. O fato de a Índia desenvolver em conjunto com a Federação Russa uma nova geração para caças militares nos permite propor essa argumentação, pois é fato de que a Índia é um dos principais clientes russos no setor bélico.

Seria, assim, desejável que a recorrente percepção ainda bastante comum entre os dirigentes brasileiros a respeito da Rússia, como se fosse um país do “Sul”³⁶⁸ fosse também revista. Essa visão, que se constatou em importantes dirigentes brasileiros, especialmente ao longo do governo Lula, a nosso ver, foi prejudicial e teve impacto direto sobre o limitado desenvolvimento das relações técnico-científicas. A Rússia deve ser encarada não com base na dialética “Norte-Sul”, ou tampouco como um pólo de poder capaz de se contrapor aos países considerados centrais³⁶⁹, mas como um grande país detentor de importante capital técnico e humano, do qual é conveniente adquirir algumas tecnologias e com o qual é possível ter expectativas acerca de uma parceria ou aliança tecnológica, horizontal e mutuamente benéfica.

Outro fator que prejudicou o desenvolvimento das relações bilaterais como um todo foi a interferência de setores domésticos brasileiros (e, em menor grau, russos), especialmente nas negociações a respeito do comércio bilateral. O Brasil, por influência de parte de associações empresariais, especialmente as do ramo de carnes, enfatizou as conversações com a Rússia, principalmente na defesa irrestrita de suas exportações primárias, o que, em várias ocasiões, desagradou o lado russo. A resolução de desentendimentos comerciais tornou-se o topo da agenda (e do

³⁶⁸ Mesmo de um suposto “Sul ideológico”.

³⁶⁹ Aqui fazemos referência aos Estados Unidos e à Europa Ocidental.

conteúdo dos telegramas consultados) durante a maior parte do período assinalado, mas especialmente durante 2002 e entre 2009 e 2010, após a conflagração da crise financeira internacional. No lado russo, produtores domésticos tiveram participação relevante para a imposição de medidas protecionistas, como a imposição de cotas para carnes, objetadas pelo Brasil.

A redução da forte influência (ou ingerência) de alguns poucos (porém poderosos) grupos domésticos em ambos os países poderia ser benéfica ao progresso das relações bilaterais, de forma a introduzir maior quantidade de manufaturados (ou com maior valor agregado) no intercâmbio, e a garantir maior espaço para as conversações sobre cooperação técnico-científica. A influência de algumas poucas associações, especialmente as do setor de carnes no Brasil e de produtores domésticos na Rússia desviou o foco das negociações para a solução de problemas comerciais, em detrimento de outros setores econômicos, inclusive manufatureiros e da própria cooperação técnico-científica. Caso a influência dos setores privados de carne no Brasil e dos produtores rurais da Rússia tivesse sido menor, poderia ter havido mais espaço para os debates sobre o incremento de produtos de maior valor agregado na pauta comercial, bem como sobre o desenvolvimento da cooperação em vários setores de C & T (incluindo-se aqui os temas mais “duros”, como nuclear, militar e espacial).

Outro problema levantado foi a falta de recursos para a efetiva realização dos projetos conjuntos, durante quase todo o período. Durante a década de 1990, essa falta de recursos poderia ser bem explicada pela própria condição econômica desfavorável nos dois países (de forma muito mais aguda, todavia, na Rússia). Durante os anos 2000, o problema permaneceu, ainda que ambos os países registrassem importante crescimento econômico. As razões citadas, na maior parte das vezes, responsabilizavam a falta de recursos e, também, a problemas com a “excessiva burocratização” tanto nas instituições russas como nas brasileiras.

Sobre o aspecto acima constatado, seria desejável que, diante de um eventual crescimento do poder econômico em ambos os países, os respectivos governos canalizassem mais recursos para a concretização de projetos bilaterais em algumas áreas consideradas prioritárias. Uma exitosa realização de um projeto pioneiro de grande impacto entre os dois países poderia engendrar ou facilitar a consecução de outros novos projetos menores, como no caso da parceria entre o

Brasil e a China para a construção de satélites, à qual se seguiram outros projetos menores, que denotam uma verdadeira parceria.

Alguns dos conceitos e raciocínios propostos por autores do realismo neoclássico oferecem um entendimento para analisar as relações entre Brasil e Rússia durante todo o período analisado. A teoria pareceu bastante feliz ao propor diferenciar as tendências de longo prazo nas relações entre dois países, das dinâmicas e decisões consideradas em prazos mais curtos, um aspecto fundamental para a compreensão da problemática apresentada neste trabalho. Desenvolvemos até aqui um entendimento sobre os motivos pelos quais a cooperação técnico-científica não vingou e o comércio bilateral pouco mudou em termos estruturais (assim, mesmo com o aumento em termos absolutos das trocas, produtos primários continuaram a dominar a pauta nos dois sentidos), a despeito do contínuo acercamento essencialmente político que se verificou entre os dois países a partir do início da década de 2000.

Como vimos no capítulo 1, não há propriamente um consenso sobre quais fatores poderiam ser levados em conta, de acordo com os autores neoclássicos; pelo contrário, cada autor enfatiza um ou outro aspecto mais relevante em sua análise. Aspectos não materiais, como a percepção de líderes, bem como a estabilidade institucional, tiveram grande relevância para explicar a quase ausência de projetos de relevo entre os dois países em todo o período pesquisado.

Por outro lado, tanto os clássicos, como os neorrealistas e os neoclássicos apresentaram visões que consideramos interessantes para as grandes tendências de distanciamento e de aproximação entre a Rússia e o Brasil, respectivamente, na década de 1990 e nos anos 2000. Questões materiais (variação do poder nacional) e sistêmicas (grau de oposição ou mesmo uma tentativa de construção de uma contra-hegemonia em relação aos Estados Unidos) apresentam relevância para explicar os períodos assinalados. Colocamos o ano de 2000 como um tempo de mudanças nessa tendência, pois é justamente a partir desse ano em que alguns dos elementos do “poder nacional” passaram a registrar tendências crescentes: o aumento do PIB dos dois países, bem como o incremento de seus respectivos gastos militares. O aumento ou o adensamento dos contatos entre os dois países pode ser explicado, em boa medida, pelo próprio crescimento de seu poder nacional e de sua relevância no sistema internacional. O argumento sistêmico-estrutural

também se aplica ao caso estudado: a oposição de ambos os países a uma série de políticas unilaterais perseguidas pelos EUA e por alguns de seus aliados após o fim da Guerra Fria suscitou a convergência de Moscou e de Brasília em uma série de temas internacionais.

O raciocínio dos realistas neoclássicos também nos permite fazer alguns comentários a respeito do futuro das relações bilaterais. Em primeiro lugar, espera-se que a tendência de aproximação entre os dois países deva continuar, caso se confirme o crescimento do poder e da influência de ambos os países na esfera internacional, de forma similar ao que ocorreu nos anos 2000 (mas de forma diferente do sucedido durante a década de 1990). Ademais, caso as políticas estadunidenses permaneçam praticamente inalteradas, é bem provável que Brasil e Rússia continuem a convergir sobre problemas relevantes no âmbito multilateral e a reforçar sua aproximação política propriamente dita.

A transformação da aproximação política em cooperação comercial-econômica e técnico-científica será possível com a alteração de alguns aspectos, recorrentes tanto na década de 1990 como na de 2000, e que se referem aos três fatores elaboradas neste trabalho.

. A superação de alguns entraves aqui comentados, a saber, a percepção de dirigentes brasileiros acerca da Rússia, a influência de grupos domésticos e a ampliação de recursos governamentais destinados a projetos bilaterais, poderia dar não apenas concretude e densidade às relações bilaterais, mas também sua promoção à condição de “estratégicas”, em conformidade com o conceito proposto por Lessa (1998: 31). Em tal sentido, para esse autor, pode tornar-se determinante:

a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribui atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que permitiria a aferição de ganhos concretos de lado a lado.

Seria, no entanto, possível que a Rússia aceite a cooperar com o Brasil em bases horizontais nos mais diversos campos, mesmo com a manutenção de todos os problemas acima elencados? Defendemos que não, a julgar pela política atual da Rússia de cooperar com países que apresentem um parque tecnológico mais bem estabelecido (ex: na área espacial, com alguns países da Europa Ocidental), ou com países que adquirem significativamente seus produtos de alta tecnologia, como a Índia, importante cliente da Rússia, como se tem dito, na área militar e também nuclear, e até mesmo a Venezuela, que tem adquirido armamento e permitido a exploração de petróleo e gás em seu território por empresas russas.

Bibliografia

1. Telegramas do Itamaraty

1.1. Telegramas da Embaixada em Moscou para a Secretaria de Estado

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 087. 25/01/1992
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 089. 25/01/1992.
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES, Telegrama 103. 28/01/1992.
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 110. 30/01/1992
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 146. 06/02/1992
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 629. 13/05/1992.
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 635. 14/05/1992.
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES, Telegrama 791. 24/06/1992
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 793 (24/06/1992)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1312. 16/10/1992
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1376 (06/11/1992)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 194. 13/02/1993.
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1183. 17/09/1993
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES, Telegrama 1484. 13/12/1993

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 511. 01/07/1994
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 602. 27/07/1994
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 695. 19/08/1994
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 777. 16/09/1994
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 794. 22/09/1994
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 865. 06/10/1994

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 225. 17/03/1995
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 667. 17/07/1995
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 873. 20/09/1995
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 962. 10/10/1995

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 191 (24/02/1996)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 744 (25/06/1996)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1338. 06/11/1997

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 212 (29/03/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 324 (03/05/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 403 (19/05/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 674 (06/09/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 701 (13/09/2001)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 728 (28/09/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 729 (28/09/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 730 (28/09/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 880 (20/11/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 913 (03/12/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 917 (03/12/2001)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 972 (19/12/2001)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 043 (11/01/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 097 (25/01/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 303 (28/03/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 344 (16/04/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 346 (17/04/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 546 (25/06/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 559 (28/06/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 623 (23/07/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 687 (25/07/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 730 (28/08/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1047 (05/12/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1052 (06/12/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1095 (20/12/2002)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1134 (31/12/2002)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 208 (01/03/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 209 (03/03/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 221 (06/03/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 305 (02/04/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 476 (22/05/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 652 (27/07/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 697 (05/08/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 881 (08/10/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 895 (14/10/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 958 (10/11/2003)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1038 (11/12/2003)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 045 (16/01/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 123 (11/02/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 435 (07/06/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 576 (21/07/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 584 (23/07/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 589 (26/07/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 599 (27/07/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 621 (30/07/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 857 (08/10/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 858 (08/10/2004)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 876 (15/10/2004)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 213 (01/04/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 223 (06/04/2005)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 224 (06/04/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 311 (29/04/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 372 (24/05/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 439 (20/06/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 703 (06/10/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 712 (06/10/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 713 (06/10/2005)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 753 (14/10/2005)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 180 (20/03/2006)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 375 (17/05/2006)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 563 (19/07/2006)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 728 (20/09/2006)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1024 (13/12/2006)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 053 (23/01/2007)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 123 (22/02/2007)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 606 (28/07/2007)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 602 (08/08/2007)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 902 (22/11/2007)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 236 (24/03/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 657 (04/07/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 755 (23/07/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 982 (23/09/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1006 (26/09/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1146 (27/10/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1261 (02/12/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1331 (19/12/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1338 (23/12/2008)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1357 (30/12/2008)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 018 (14/01/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 111 (11/02/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 133 (18/02/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 145 (20/02/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 236 (19/03/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 318 (02/04/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 303 (06/04/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 329 (09/04/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 445 (08/05/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 800 (21/07/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 855 (10/08/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 948 (15/09/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1015 (29/09/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1161 (26/11/2009)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1346 (15/12/2009)

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 290, 12/03/2010

BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 314 (17/03/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 409 (01/04/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 410 (01/04/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 455 (09/04/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 517 (22/04/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 664 (21/05/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 673 (24/05/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1108 (17/09/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1110 (17/09/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1272 (27/10/2010)
BRASEMB MOSCOU para EXTERIORES. Telegrama 1299 (19/10/2010)

1.2. Telegramas expedidos da Secretaria de Estado para a Embaixada em Moscou

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 521. 27/05/1992.

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU, Telegrama expedido 524. 10/08/1994.
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 642. 22/09/1994.

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 075. 02/02/1996.

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 218. 18/03/1998.
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 421. 16/06/1998.

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 198. 27/03/1999.

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama Expedido 113 (29/03/2001)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 167 (03/05/2001)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama Expedido 542 (14/12/2001)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 110 (06/03/2002)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 111 (06/03/2002)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 173 (24/04/2002)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 497 (10/12/2002)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 517 (18/12/2002).
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 525 (26/12/2002).

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 410 (03/10/2003)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 384 (30/08/2004)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 422 (16/09/2004)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 441 (23/09/2004)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 629 (24/11/2004)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 070 (03/03/2005)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 249 (08/06/2005)
EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 365 (01/09/2005)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 149 (03/03/2006)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 159 (06/04/2006)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 177 (11/04/2006)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 506 (23/08/2006)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 402 (21/09/2007)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 488 (12/11/2007)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 235 (13/05/2008)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 620 (16/10/2008)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 074 (10/02/2009)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 083 (13/02/2009)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 155 (16/03/2009)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 442 (16/06/2009)

EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 428 (25/05/2010)
 EXTERIORES para BRASEMB MOSCOU. Telegrama expedido 685 (10/09/2010)

2. Documentos e publicações oficiais

2.1. Do Brasil

BRASIL. Discursos selecionados do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 15.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília: Mapa/ACS, 2011. Disponível em:
 <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Internacional/Intercambio%202011/russia.pdf>

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Balanço de Política Externa. Grupo do Rio. <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.5-america-do-sul-grupo-do-sul/?searchterm=Grupo%20do%20Rio>>

_____. Mesa Redonda da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) - Brasília, 6 e 7 de dezembro de 2010 / South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS) Round Table – Brasília, 6 and 7 December 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/mesa-redonda-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-brasilia-6-e-7-de-dezembro-de-2010>>

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Repertório de política externa: posições

do Brasil (2008-2009). Elaboração: Thomaz Mayer Alexandre Napoleão; coordenado por Hermano Telles Ribeiro. Brasília, FUNAG, 2010.

2.2. Da Rússia

Sobre a Grande Fome (Holodomor). Embaixada da Rússia no Brasil. Press Release (07/2006). Disponível em: <<http://www.brazil.mid.ru/embrus/2006-07.htm>>

MEDVEDEV, Dmitry A. Послание Федеральному Собранию Российской Федерации. [Mensagem ao Congresso Federal da Rússia]. 05/11/2008. Disponível em: <http://archive.kremlin.ru/appears/2008/11/05/1349_type63372type63374type63381type82634_208749.shtml>

PUTIN, Vladimir V. Выступление и дискуссия на Мюнхенской конференции по вопросам политики безопасности. [Apresentação e discussão na Conferência de Munique sobre questões de políticas de segurança]. Munique, 10 de fevereiro de 2007. Disponível em:

<http://archive.kremlin.ru/appears/2007/02/10/1737_type63374type63376type63377type63381type82634_118097.shtml>

RÚSSIA, Концепция внешней политики Российской Федерации (1993). In: Внешняя политика и безопасность современной России 1991-2002. Хрестоматия, Том 4-й. [Concepção de Política Externa da Federação Russa (1993) In: Política externa e segurança da Rússia contemporânea 1991-2002. Documentos, Vol. 4]. Moscou: MGIMO, 2002, pp. 19-50

RÚSSIA, Концепция внешней политики Российской Федерации (2000). In: Внешняя политика и безопасность современной России 1991-2002. Хрестоматия, Том 4-й. [Concepção de Política Externa da Federação Russa (2000) In: Política externa e segurança da Rússia contemporânea 1991-2002. Documentos, Vol. 4]. Moscou: MGIMO, 2002, pp. 109-121.

RÚSSIA. Conselho da Federação Russa sobre Política Externa e de Defesa. Политический контекст: интересы Запада, стран Центральной и Восточной Европы и России Рекомендации. In: Россия и НАТО. [Contexto Político: interesses do Ocidente, dos países da Europa Central e Oriental e da Rússia. Recomendações. In: A Rússia e A OTAN], 21 de junho de 1995. Disponível em <<http://svop.ru/documents/87>>

RÚSSIA, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Об итогах заседания Российской части Российско-Бразильской Межправительственной комиссии по торгово-экономическому сотрудничеству, 23/01/2004. [Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia. Sobre os resultados Do da reunião da parte russa da Comissão Intergovernamental de Cooperação Comercial-econômica Russo-Brasileira, 23/01/2004].

Disponível em:

<<http://www.mid.ru/bdomp/ns-rlat.nsf/601debeef6efe270432569dc002f680c/432569d600328ea9c3256e27002dd7c7!OpenDocument>>

RÚSSIA, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Интервью посла России в Бразилии В.П. Громова ИТАР-ТАСС по российско-бразильским отношениям. 316, 17/02/2004. [Entrevista do Embaixador da Rússia no Brasil V. P. Gromov à ITAR-TASS sobre as relações russo-brasileiras. Nota 316 de 17/02/2004]. Disponível em: <<http://www.mid.ru/bdomp/ns-rlat.nsf/601debeef6efe270432569dc002f680c/432569d600328ea9c3256e3e002b7e05!OpenDocument>>

RÚSSIA, Ministério do Desenvolvimento Econômico. Торгово-экономические отношения России с Бразилией, 2008. [Relações econômico-comerciais da Rússia com o Brasil, 2008].

Президент России. Документы. [Presidência da Rússia. Documentos]. Disponível em: <<http://document.kremlin.ru/doc.asp?ID=44723&PSC=1&PT=3&Page=3>>

2.3. Declarações conjuntas e tratados bilaterais

DECLARAÇÃO conjunta sobre a constituição da Comissão Brasileiro-russa de Alto Nível de Cooperação. Brasília, 21 de novembro de 1997. <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_113_2011-09-01-14-10-29>

DECLARAÇÃO da República Federativa do Brasil e da Federação Russa sobre Combate ao Terrorismo. Brasília, 12 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2001/b_99>

DECLARAÇÃO conjunta dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia. Brasília, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_180>

DECLARAÇÃO conjunta sobre os resultados das conversações entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin. Brasília, 22 de novembro de 2004. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_127>

DECLARAÇÃO Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin. Moscou, 18/10/2005. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_182>

Соглашение между Правительством Российской Федерации и Правительством Федеративной Республики Бразилии о сотрудничестве в борьбе против незаконного оборота наркотических средств и психотропных веществ и злоупотребления ими от 11.10.1994. [Acordo de Cooperação para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 11/10/1994]. Disponível apenas em russo em: <http://lawrussia.ru/texts/legal_836/doc83a860x544.htm>

Протокол между Министерством Иностранных Дел Российской Федерации и Министерством Иностранных Дел Бразилии о консультации от 11.10.1994. [Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, de 11.10.1994]. Disponível apenas em russo: <http://www.allbusiness.ru/BPravo/DocumShow_DocumID_44513.html>

Протокол о намерениях по торгово-экономическому сотрудничеству между правительством Российской Федерации и Правительством Федеративной Республики Бразилии от 03.12.1993 [Protocolo sobre as intenções de cooperação comercial-econômicas entre os governo da Federação Russa e o governo da República Federativa do Brasil de 3 de dezembro de 1993]. Disponível online apenas em russo: <http://lawrussia.ru/texts/legal_383/doc383a803x160.htm>

2.4. Multilaterais e outros

ARGENTINA, Presidencia de la República, Secretaría de Comunicación Pública de la Nación. *Atucha III y el Carem, los próximos objetivos en energía nuclear*, 28/09/2011. Disponível em: <<http://www.prensa.argentina.ar/2011/09/28/24236-atucha-iii-y-el-carem-los-proximos-objetivos-en-energia-nuclear.php>>

JOINT Statement on the Great Famine of 1932-1933 in Ukraine (Holodomor). Disponível em: <http://holodomor.org.uk/International_Organisations/UN_Declaration.aspx>

TRATADO de Boa-Vizinhança e Cooperação Amigável entre a República Popular da China e a Federação Russa. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/2649/t15771.htm>>

3. Livros

CERVO, Amado L & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2008 (3ª. Edição)

CHRISTENSEN, Thomas J. *Useful Adversaries: Grand Strategy, domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

- DAVYDOV, V. M et al. БРИК: Предпосылки сближения и перспективы взаимодействия. Москва: ИЛА-РАН, 2010. [BRIC: condições para a aproximação e perspectivas de ação conjunta. Moscou: ILA-RAN, 2010].
- DONALDSON, Robert H & NOGEE, Joseph L. The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests. New York, M. E. Sharpe, 1998.
- HAAS, Marcel de. Russia's Foreign Security Policy in the 21st Century: Putin, Medvedev and beyond. London and New York: Routledge, 2010.
- KANET, KOZHENIAKIN & BIRGESON. The Third World in Russian Foreign Policy, 1997.
- KOMISSAROV, Boris et al. Brasil e Rússia: História, Política e Cultura. ZHEBIT, Alexandr (org.). Rio de Janeiro: Gamma, 2009.
- KORTUNOV, Sergey V. Современная внешняя политика России: стратегия избирательной вовлеченности. Государственный университет – Высшая школа экономики – Москва: Изд. дом Гос. Ун-та – Высшей школы экономики, 2009. [A Atual Política Externa da Rússia: estratégia de envolvimento seletivo. Universidade Estatal – Escola superior de Economia. Moscou: Editora da Univ. Estatal da escola superior de Economia, 2009.]
- MERSHEIMER, John J. The Tragedy of Great Power Politics. New York: Norton, 2001.
- MORGENTHAU, Hans. Política Entre Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo, Imprensa Oficial, 2003 [1948]. (Coleção Clássicos do IPRI)
- SUDARIEV, V P et al. Облик России – Взгляд из Латинской Америки. Москва, ИЛА-РАН, 2009. [A imagem da Rússia: um olhar desde a América Latina. Moscou: ILA-RAN, 2010].
- WALTZ, Kenneth N. Theory of International Politics. Boston: McGraw, 1979.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva (Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa). Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, vol. II.
- ZAKARIA, Fareed. From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- ZHEBIT, Alexandr et al. A Rússia: Desafios Presentes e Futuros. PECEQUILO, Cristina S. (org.). Curitiba: Ed. Juruá, 2010.

4. Artigos acadêmicos e/ ou capítulos de livros

- ARBATOV, A. G. Russia's Foreign Policy Alternatives. *International Security*, Vol. 18, No. 2 (Fall 1993), pp 5-43.
- BACIGALUPO, Graziela Zubelzú de. As relações russo-brasileiras no pós-guerra Fria. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.43 n°.2. Brasília. Julho /Dezembro. 2000, pp. 59-86.
- BARROS, Sebastião do Rego. "O Brasil e a Rússia". Em: FONSECA JÚNIOR, Gelson & CASTRO, Sérgio Nabuco de. (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Instituto de Pesquisa das Relações Internacionais, 1994.
- CHRISTENSEN, Thomas J. Perceptions and alliances in Europe, 1865-1940. *International Organization*, vol. 51, no 1, Winter 1997, pp 65-97.
- DEUDNEY, D. & IKENBERRY, G. J. "The International Sources of Soviet Change." *International Security*, 1991, vol. 16, no. 3, pp. 74-118.
- DUPAS, Gilberto. África do sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças. In: VILLARES, Fábio (org.). *Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças*. São Paulo, Ed. UNESP: IEEI, 2006. (pp 335-363).
- ELMAN, Colin. Realism. In: GRIFFITHS, Martin. *International Relations Theory for twenty-first century: an Introduction*. New York, Routledge, 2007, 11-20.
- EMIL, Pain. 'Illegals' on the Banks of Amur", *Rossiskie Vesti*, 06.05.1997
- GORBACHEV, M. S. Перестройка и новое мышление для нашей страны и для всего мира. [Reconstrução e Novo Pensamento para Nosso País e para Todo o Mundo]. Moscou: Politizdat, 1987.
- GRIFFITHS, Martin. Worldviews in IR theory: conquest or co-exist? In: GRIFFITHS, Martin. *International Relations Theory for twenty-first century: an Introduction*. New York, Routledge, 2007, p 1-11.
- GUIMARÃES, Lytton L. Brasil-URSS: os processos de mudanças e as relações bilaterais. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): O desafio estratégico*. São Paulo: Annablume / NUPRI / USP, 2000. (Coleção Sessenta Anos de Política Externa Brasileira; v. 3)
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: comentários preliminares. In: In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997. PP 595-622.
- HIRST, Monica & PINHEIRO, Leticia. A Política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1995, Vol. 38 (n° 1), pp. 5-23.

- IVANOV, Ivan S. Внешняя политика России на рубеже XXI века: проблемы формирования, эволюции и преемственности, 2000. In: Внешняя политика и безопасность современной России. 1991-2002. Редактор-составитель Т.А. Шаклеина. Том I. М.: МГИМО (У) МИД России, Российская ассоциация международных исследований, АНО «ИНО-Центр, 2002. [Política externa da Rússia no limiar do século XXI: problemas de formação, evolução e de continuidade, 2000. In: Política externa e segurança da Rússia moderna. 1991-2002. org.: T.A. Shakleina. Vol1. Moscou, MGIMO, RANI, ANO "INO-Center, 2002. pp. 204-232.
- KOMISSAROV, Boris. Início das relações russo-brasileiras. In: Brasil-Rússia: História, Política, Cultura. Zhebit, Alexandr (org.). Rio de Janeiro: Gamma, 2010. (Série BRIC), pp. 3-16.
- KOZYREV, Andrey V. Стратегия партнерства, 1994. In: Внешняя политика и безопасность современной России. 1991-2002. Редактор-составитель Т.А. Шаклеина. Том I. М.: МГИМО (У) МИД России, Российская ассоциация международных исследований, АНО «ИНО-Центр, 2002. [Parceria estratégica, 1994. In: Política externa e segurança da Rússia moderna. 1991-2002. org.: T.A. Shakleina. Vol1. Moscou, MGIMO, RANI, ANO "INO-Center, 2002.]. pp. 182-192.
- LESSA, Antônio C. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional. Nº 41 (especial 40 anos), 1998: pp. 29-41.
- LYNCH, C. Allen. The Realism of Russia's Foreign Policy. Europe-Asia Studies, Vol. 53, No. 1, 2001, 7-31.
- MANKOFF, Jeffrey. Russia and the West: taking the longer view. The Washington Quarterly, Vol 30, No 2, Spring 2007, pp. 123-135.
- MARTYNOV, B. F. Страны «БРИК» и глобальное регулирование (Глава 12-ая). Бразилия, Гигант в глобализирующемся мире. ИЛА-РАН, 2008. [Países "BRIC" e a governança global (Capítulo 12). Brasil: um gigante em um mundo globalizante. Instituto de América Latina da Academia Russa de Ciências, 2008]
- MUNHOZ, Sidnei J. O Brasil entre os EUA e a União Soviética na gênese da Guerra Fria. In: Brasil-Rússia: História, Política, Cultura. Zhebit, Alexandr (org.). Rio de Janeiro: Gamma, 2010. (Série BRIC), pp. 47-66.
- MYASNIKOV, Vladimir S. Стратегический треугольник Россия-Китай-Индия: евразийский аспект. [Triângulo estratégico Rússia-China-Índia: aspecto euroasiático]. 2003. Disponível em: <<http://www.larouchepub.com/russian/events/2003/badschwalbach/a3myas.html>>
- NGUYEN, Hung P. Russia and China: the Genesis of an Eastern Rapallo. Asian Survey, vol. XXXIII, No. 3, March 1993, p 285-301.

- OKUNEVA, L. Os 25 anos da Política Externa da URSS / Rússia: Questões-chave, Evolução, Perspectivas (1985-2010). In: PECEQUILO, Cristina S (org.). A Rússia: Desafios Presentes e Futuros. Curitiba: ed. Juruá, 2010, pp 23-55.
- OLDBERG, Ingmar. Foreign Policy Priorities under Putin: a Tour d'Horizont. In: Russia as a Great Power: Dimensions of Security under Putin. (org. HEDENSKOG, Jakob et alli). New York: Routledge, 2005. p 29-57.
- POMMERANZ, Lenina. Putin: a Constituição do Governo e a Centralização do Poder. São Paulo, Revista Panorama da Conjuntura Internacional do Gacint-USP. Nº 6, jul/set 2000. p 14-16.
- RIPSMAN, Norin M. Neoclassical Realism and Domestic Interest Groups. In: In: LOBELL, Steven E.; RIPSMAN, Norin M. & TALIAFERRO, Jeffrey W. Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy. New York: Cambridge University Press, 2009, pp 170-193 (chap. 6)
- RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. & LOBELL, Stevan E. Conclusion: The State of Neoclassical Realism. In: LOBELL, Steven E.; RIPSMAN, Norin M. & TALIAFERRO, Jeffrey W. Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy. New York: Cambridge University Press, 2009, pp 280-299 (chap. 10)
- ROSE, Gideon. Review article: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. World Politics, Vol 51, No. 1 (Oct. 1998), pp 144-172.
- SCHROEDER, Paul. Historical Reality versus Neo-realist theory. International Security, Vol. 19, No. 1 (Summer, 1994), pp. 108-148.
- SEGRILLO, Angelo. A Política Externa Russa pós-guerra Fria em Relação ao Ocidente: uma Perspectiva Histórica. In: A Rússia: Desafios presentes e Futuros. PECQUILO, Cristina S. (org.). Curitiba: ed. Juruá, 2010. Capítulo 2, p 57-72.
- SELEZNEVA, L. "Post-Soviet Russian Foreign Policy: Between doctrine and pragmatism." European Security, 2002, vol. 11, no. 4, p. 10-28.
- SHAKIROV, A. R. От атома до космоса [Do átomo ao cosmos]. Москва, Латинская Америка no 5, 2005 [Moscou, Revista América Latina, nº5, 2005].
- SINGH, Anita I. India's Relations with Russia and Central Asia. International Affairs, 71, I, 1995. pp. 69-81.
- SOARES DE LIMA, Maria R. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 48, nº 1, 2005, pp. 24-59.
- SPIEGEL, Steven L. Dominance and Diversity: The International Hierarchy. Boston: Little, Brown, 1972, pp. 39-91.
- SUDARYEV, P. V. Не слишком удачное начало (особенности формирования

- образа России в Латинской Америке после распада СССР). In: Облик России - Взгляд из Латинской Америки. Москва, ИЛА-РАН. (стр. 16-30) [Um início não tão exitoso (particularidades da formação da imagem da Rússia na América Latina após a dissolução da URSS. In: Imagem da Rússia – Visão desde a América Latina. Moscou, ILA-RAN, pp. 16-30]
- SYZONENKO, Aleksandr I. С каким латинско-американским багажом входит Россия в XXI век? Журнал «Дипломатический вестник», Май 2001 г. [Com qual bagagem latino-americana entrará a Rússia para o século XXI? Revista “Diplomaticheskyy Vestnik”, Maio 2001.
- TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norin M. &. Introduction. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norin M. & TALIAFERRO, Jeffrey W. Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy. New York: Cambridge University Press, 2009, pp 1-40 (chap. 1).
- TIMOFEEV, I. N. Эволюция внешнеполитической идентичности России: конец постсоветского периода? In: Идентичность и суверенитет: новые подходы к осмыслению понятий. Материалы 4-го Конвента РАМИ «Пространство и время в мировой политике и международных отношениях». Под ред. И.М.Бусыгиной. [Evolução da identidade de política externa da Rússia: fim do período pós-soviético? In: Identidade e soberania: novas abordagens para a compreensão de conceitos. Materiais da 4ª Convenção da Associação Russa Pesquisas internacionais “Espaço e tempo na política internacional e nas relações internacionais”] Moscou: MGIMO (Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais), 2007. pp. 34-56.
- TSYGANKOV, A. P. “From International Institutionalism to Revolutionary Expansionism: The Foreign Policy Discourse of Contemporary Russia.” *Mershon International Studies Review*, 1997, vol. 41, no. 2, pp. 247-268.
- TUCKER, N. B. “China as a Factor in the Collapse of the Soviet Empire.” *Political Science Quarterly*, 1995, vol. 110, no. 4, pp. 501-518.
- VIGEVANI, Tulio & CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Revista Contexto Internacional*, Vol. 29, nº 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. As Nações Unidas na Visão Brasileira e Chinesa: Políticas Externas Comparadas. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brasil e China: multipolaridade*. Brasília: IPRI, FUNAG, 2003.
- YAKOVLEV, P. P. Россия – Латинская Америка: новый этап. [Rússia – América Latina: nova etapa]. Фонд исторической перспективы [Fundo de perspectiva histórica]. Disponível em:
 <http://www.perspektivy.info/oykumena/politika/rossija__latinskaja_amerika_novyj_etap_2010-05-14.htm>

WOHLFORTH, William C. The Perception of Power: Russia in the pre-1914 Balance. *World Politics*, vol. 39, No. 3 (Apr. 1987), pp 353-381. Cambridge University Press, 1987.

_____. Realism and the End of the Cold War. *International Security*, Winter 1994/95 (Vol. 19, No. 3). In: BROWN, Michael E. *The Perils of Anarchy: contemporary realism and international security* (pp 3-41). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.

ZAKARIA, Fareed. Realism and Domestic Politics. A review Essay. *International Security*, Summer 1992 (vol. 17, no. 1). In: BROWN, Michael E.; LYNN-JONEES, Sean M; & MILLER, Steven E. *The Perils of Anarchy. Contemporary realism and international security*. The MIT Press, 1995. (pp. 462-483).

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar? *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol.46 no. 1 Brasília Jan./Junho 2003.

_____. Um olhar sobre a cooperação inter-regional: América Latina – Estados pós-soviéticos. *Análise de Conjuntura OPSA* (nº 10, outubro de 2006). ISSN 1809-8924

ZHEBIT, Elena. Marcos da relações bilaterais Brasil-Rússia. In: *Brasil-Rússia: História, Política, Cultura*. Zhebit, Alexandr (org.). Rio de Janeiro: Gamma, 2010. (Série BRIC), pp. 17-46.

5. Artigos de jornais eletrônicos, vídeos e demais mídias online

BARROS, Rinaldo Junqueira de. Mudanças e Desafios. O comércio Brasil Rússia. **Revista Agroanalysis**, Março de 2011. http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1046

BARNES, Julian E. & STACK, Megan K. Russia's Putin praises Obama's missile defense decision. *Los Angeles Times*, 19/09/2009. Disponível em: <<http://articles.latimes.com/2009/sep/19/world/fg-missile-defense19>>

Brasil suspende a compra helicópteros da Rússia. **O Estado de São Paulo**, 09/04/2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-suspende-compra-de-helicopteros-da-russia,703996,0.htm>>

CHENEY: "Russian aggression must not go unanswered". **Reuters**, 11/08/2008. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2008/08/11/idUSN10298525>>

COMANDO da Aeronáutica pré-seleciona candidatos do Projeto FX-2. **Força Aérea Brasileira** (21/11/2008). Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=1526>>

COMPARAÇÃO entre os concorrentes do FX-BR. **Portal Military Power Review**. Disponível em: <http://www.militarypower.com.br/projeto%20fx.htm>

ENTREVISTA com Anatoly Isaikin Diretor General da EEFU Rosoboronexport sobre o Programa F-X2. **Portal Defesanet** (06/10/2009). Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/fx2/noticia/187/Entrevista-com-Anatoly-Isaikin-Diretor-General-da-EEFU-Rosoboronexport-sobre-o-Programa-F-X2>>

EUA tentaram impedir programa brasileiro de foguetes, revela Wikileaks. **O Globo**, 25/01/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/eua-tentaram-impedir-programa-brasileiro-de-foguetes-revela-wikileaks-2832869>>

FAB seleciona três finalistas para concorrência de compra de caças. **Portal Globo.com** (01/10/2008). Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL781215-9356,00.html

FERNANDES, Daniela. 'O G8 morreu', afirma Celso Amorim em Paris. **BBC Brasil**, 12/06/2009. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090612_g8amorim_ba.shtml

FHC na Rússia & Ucrânia: <http://www.youtube.com/watch?v=tQ3x5BFjGkq>

F-X BR / FX-2 - 2001-2004. **Portal Global Security**. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/brazil/fx-br-1.htm>

GODOY, Roberto. Jobim exige transferência de tecnologia na compra de caças. **O Estado de São Paulo** (19/11/2007). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,jobim-exige-transferencia-de-tecnologia-na-compra-de-cacas,82184,0.htm>

JORNAL Gazeta Literária: informações históricas. **Literaturnaya Gazeta**: <http://www.lgz.ru/history/>

MEIRELES, Andrei; EVELIN, Guilhermre & FARIA, Telles. Agora mais humilde? FHC admite que errou na condução do Plano Real e assegura que o FMI não manda na política econômica. **Revista Istoé Independente**, 10/03/1999. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/29251_AGORA+MAIS+HUMILDE+>

NOGUEIRA, Salvador. Astronauta do Brasil pode voar com russos. **Jornal da Ciência**. (20/12/2004). Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=24185>>

NOTA oficial do Ministério da Defesa sobre o F-X2. **Portal Poder Aéreo**, 09/09/2009. <http://www.aereo.jor.br/2009/09/09/nota-oficial-do-mindef-sobre-o-f-x2/>

PROJETO FX-3: Será que Dilma também vai procrastinar? **Jornal da Imprensa**, 25/06/2011. Disponível em: <http://www.jornaldaimpresa.com.br/Editorias/14787/PROJETO-FX-3:-Será-que-Dilma-também-vai-procrastinar>.

SUKHOY Said 'Sure Thing' In \$700M Brazil Tender. **The Moscow Times**, 22/06/2002. Disponível em: <<http://www.themoscowtimes.com/business/article/sukhoi-said-sure-thing-in-700m-brazil-tender/246048.html#ixzz1IncgtVpR>>

БРАЗИЛИЯ отложила, но не отказалась от закупки у России партии Ми-35. Риа-Новости, 12-04-2011. [Brasil adia, mas não se recusa a comprar da Rússia parte dos MI-35M. **Ria-Novosti**, 12/04/2011]. Disponível em: <http://ria.ru/defense_safety/20110412/363637023.html>

ИГОРЬ Иванов заявил, что смена власти в Грузии была подготовлена при поддержке США [Igor Ivanov declarou que a mudança de poder na Geórgia foi realizada com apoio dos EUA]. Portal NEWS.RU, 08/12/2003. Disponível em: <<http://www.newsru.com/russia/08dec2003/ivanov.html>>

РОССИЯ начинает поставку в Бразилию боевых вертолетов МИ-35М. Портал «Вертолеты России», 06-03-2009. [Rússia iniciará fornecimento ao Brasil de helicópteros militares MI-35M. **Portal "Vertalyoty Rossii"**, 06/03/2009. Disponível em: <http://rus-helicopters.ru/ru/press/publications/2227.html?sphrase_id=119>

Apêndices

Apêndice A – Cronologia das Relações Brasil-Rússia

1811 – Nomeação de representante do Império Russo na Corte do Rio de Janeiro, Ksavey Labensky

1824 a 1829 – Realização da Expedição Langsdorff, liderada pelo barão Georg Heinrich von Langsdorff, então cônsul russo no Brasil.

1828 – A Rússia é a última das 5 grandes potências europeias a reconhecer a independência do Brasil.

1847 – Acordo comercial sobre franquias aduaneiras.

1876 – Dom Pedro II realiza visita, de caráter privado, à Rússia.

1892 – Rússia reconhece, após um hiato de quase três anos, o regime republicano brasileiro, retomando as relações diplomáticas. Foi um dos últimos países a fazê-lo.

1909 – Assinatura de acordos entre os dois países sobre cooperação econômica e sobre arbitragem em solução pacífica de confrontos militares.

1917 – Brasil rompe com a Rússia após a Revolução de 25 de Outubro (ocorrida em 7 de novembro, no calendário gregoriano).

1935 – Intentona comunista em Natal; suspeitava-se de participação da URSS no evento.

1945 – Reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética (abril).

1947 – Brasil, novamente, rompe relações diplomáticas, alegando a publicação de artigo injurioso ao País de um jornal oficial do Partido Comunista da URSS.

1959 – É organizada uma missão comercial brasileira a Moscou, chefiada pelo embaixador Barbosa da Silva, para identificar oportunidades de comércio. Assinatura de acordo de compensação comercial, permitindo-se o intercâmbio de café brasileiro, e trigo, petróleo e diesel soviéticos.

1961 – Normalização das relações diplomáticas (novembro).

1962 – Criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE), destinado a aumentar o comércio entre o Brasil e os países daquela região.

1963 – Criação de escritório comercial da URSS no Brasil e vice-e-versa. Assinatura de acordo sobre Promoção de Viagens de Natureza Comercial.

1965 – Realização da Primeira Comissão Mista Brasil – União Soviética, em Moscou.

1981 – Criação da Comissão Intergovernamental Econômico-Comercial e Técnico-Científica, em substituição à Comissão Mista.

1985 – Assinado Acordo de Cooperação econômica e Técnica.

1988 – Visita do presidente José Sarney à URSS. Assinatura de acordo em matéria espacial.

1991 – Brasil reconhece a independência da Federação Russa (dezembro).

22/01/1993 – Assinatura de Acordo sobre Serviços Aéreos.

15/09/1994 – Assinatura de Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

1994 – Visita oficial do Chanceler Celso Amorim à Rússia.

11/10/1994 - Acordo de Cooperação para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

11/10/1994 - Memorando de Intenções sobre o Desenvolvimento da Cooperação no Domínio da Defesa do Meio Ambiente.

21/11/1997 - Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.

21/11/1997 - Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica

21/11/1997 - Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos

21/11/1997 – Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional.

23/04/1999 – Acordo sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde Animal.

Abril de 1999 – Realização da I Comissão Intergovernamental de Cooperação, em Brasília.

17/03/2000 - Fundação da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

21/06/2000 - Primeira Reunião da Comissão de Alto Nível (CAN), em Moscou. Foi presidida pelo Vice-Presidente brasileiro Marco Maciel e pelo Primeiro-Ministro russo, Mikhail M. Kassianov.

25/09/2001 – Realização da II CIC, em Moscou.

Outubro de 2001 – Realização da II CAN, em Brasília. Foi presidida pelo Vice-Presidente brasileiro Marco Maciel e pelo Primeiro-Ministro russo, Mikhail M. Kassianov.

12/12/2001 – Declaração sobre o Combate ao Terrorismo.

12/12/2001 - Acordo sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência.

13/01/2002 – Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso

14/01/2002 – Assinatura do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Rússia.

19/02/2004 – Realização da III CIC, em Brasília.

09/04/2002 – Memorando de entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo.

09/10/2004 – Realização da III CAN, em Moscou. Foi presidida pelo Vice-Presidente brasileiro José Alencar e pelo Primeiro-Ministro russo, Mikhail M. Kassianov.

22/11/2004 – Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil. Primeira visita de um Chefe de Estado da Federação da Rússia ao país.

22/11/2004 – Assinatura da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.

22/11/2004 – Assinatura de Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte.

03/10/2005 – Realização da IV CIC, em Moscou.

18/10/2005 – Visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

04/04/2006 – Realização da IV CAN, em Brasília. Presidida pelo Vice-Presidente brasileiro José Alencar e pelo Primeiro Ministro russo, Mikhail Fradkov. Assinatura de Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia.

12/2006 – Visita oficial ao Brasil do Chanceler russo Serguei Lavrov.

06/03/2007 – Promulgação do Tratado de Extradicação.

02/2008 – Visita à Rússia dos Ministros da Defesa, Nelson Jobim, e de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger.

04/2008 – Visita ao Brasil do Secretário Interino do Conselho de Segurança da Federação da Rússia, Valentin Sobolev.

06/2008 – Visita à Rússia do Secretário Executivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Ivan Ramalho

07/2008 – Visita ao Brasil do Secretário do Conselho de segurança da Federação da Rússia, Nicloai Patrushev.

11/2008 – Visita à Rússia do Ministro da Secretaria para Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger.

11/2008 – Visita ao Brasil do Diretor-Geral da Agência de Energia Atômica da Rússia, Serguey Kirienko.

17/11/2008 – Realização da V CIC, em Brasília.

24-26/11/2008 – Visita do Presidente russo Dmitry Medvedev ao Brasil, acompanhado dos Negócios Estrangeiros, Serguey Lavrov, pelo Ministro da Agricultura, Senhor Alexey Gordeev, pelo Ministro da Energia, Senhor Sergey Shmatko, além de parlamentares e outras altas autoridades russas dos setores aeroespacial, técnico-militar e fitossanitário e de missão empresarial. Comemorações do 180º aniversário das relações Brasil-Rússia

16/6/2009 – Visita à Rússia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a I Cúpula do BRIC, em Ecatérinburgo.

15/4/2010 – Visita ao Brasil do Presidente Dmitry Medvedev para a II Cúpula do BRIC, em Brasília.

Anexos

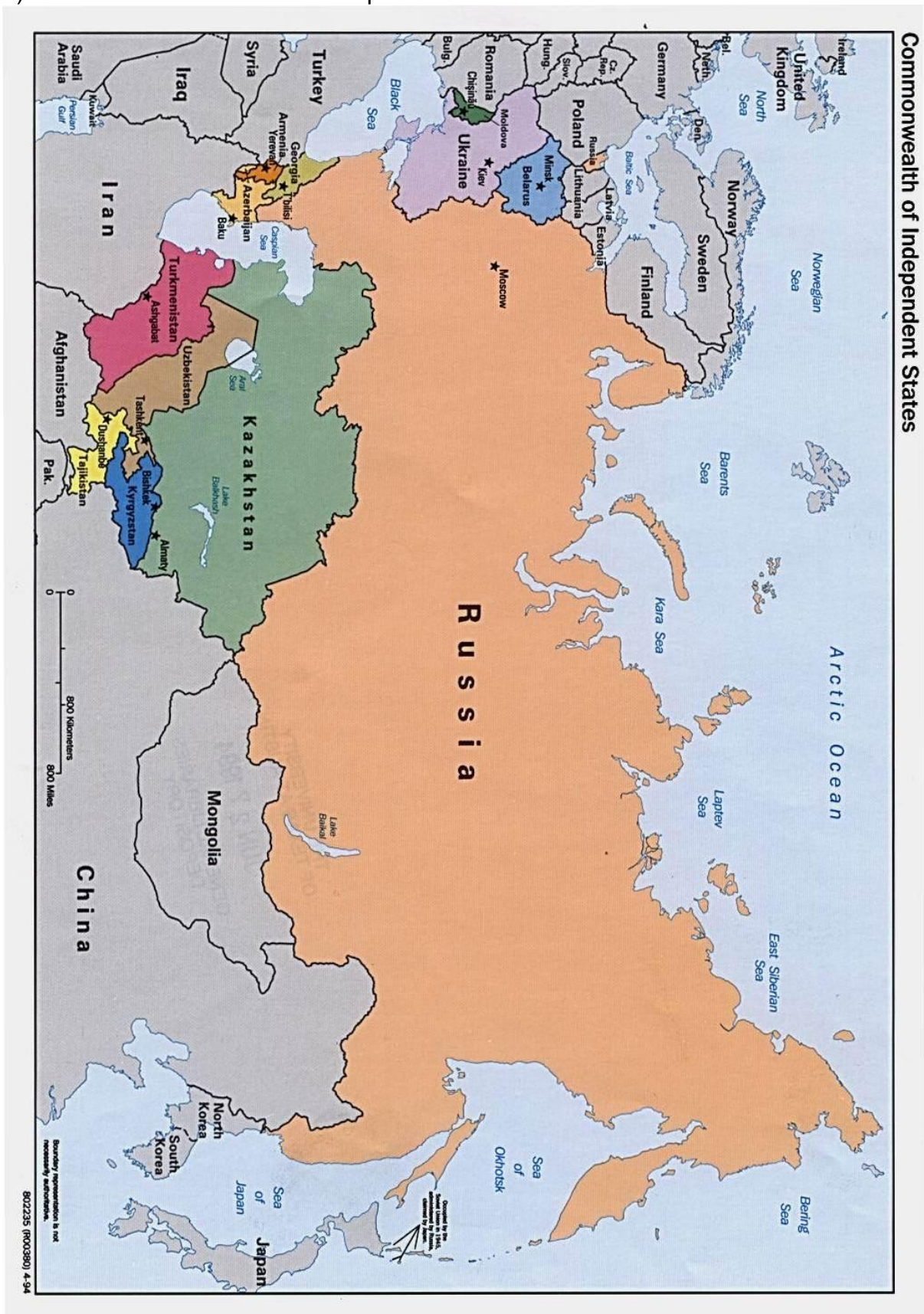
Anexo A – Mapas

a) União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1989:



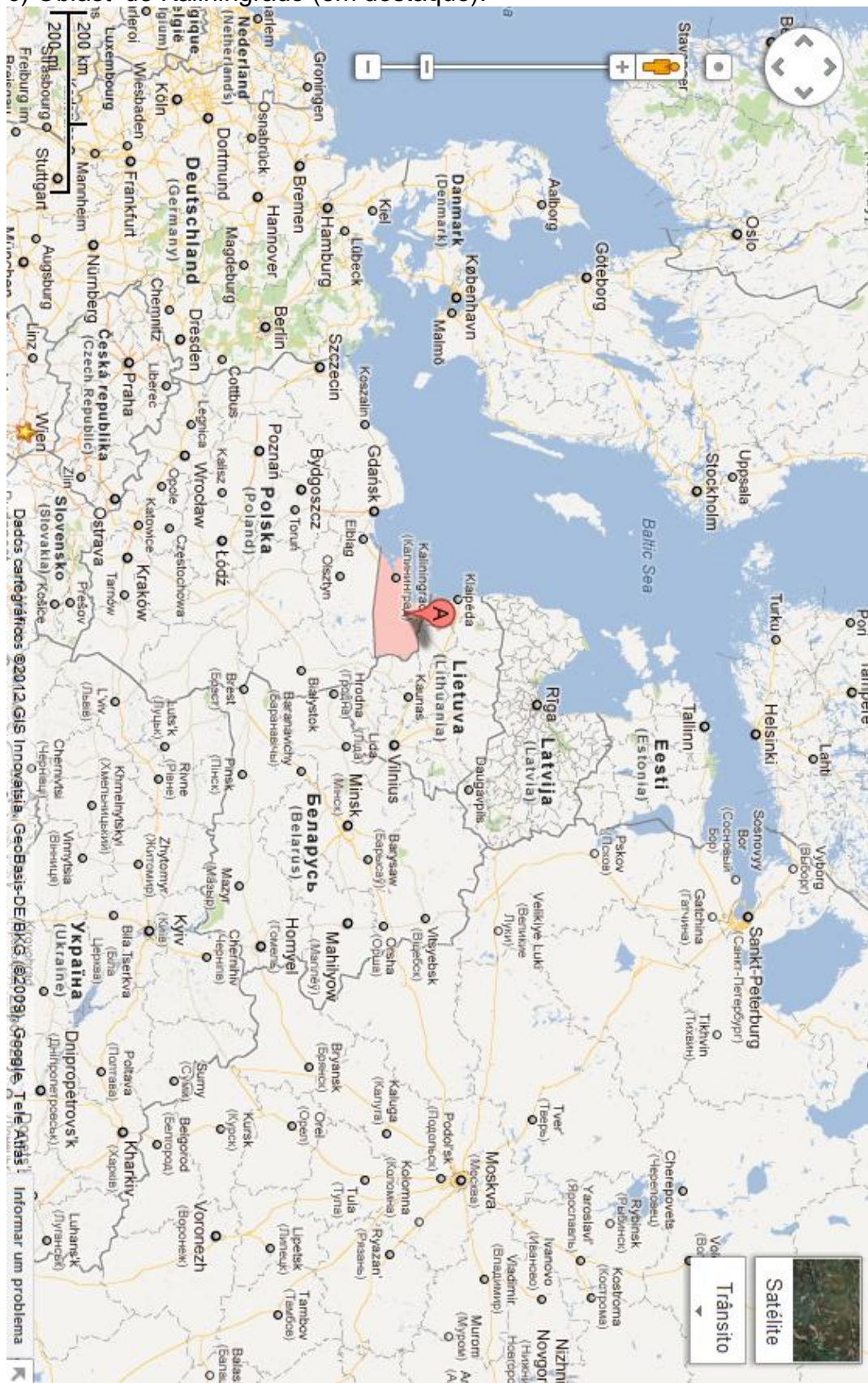
Fonte: <http://www.hymn.ru/15-union-republics/soviet_pol89.jpg>

b) Comunidade dos Estados Independentes



Fonte: <<http://www.lib.utexas.edu/maps/commonwealth/commonwealth.jpg>>

c) Oblast' de Kaliningrado (em destaque):



Fonte: Google Maps < <http://g.co/maps/nspvf>>

Anexo B – Estatísticas Econômico-Comerciais

a) Evolução da economia do Brasil e da Rússia a preços em US\$ de 2000. Fonte: Banco Mundial.

x	Brasil			Rússia		
Ano	PIB (US\$ bi de 2000)	Crescimento PIB (%)	PIB per capita (US\$ bi de 2000)	PIB (US\$ bi de 2000)	Crescimento PIB (%)	PIB per capita (US\$ bi de 2000)
1990	502	-4.3	3,353	386	-3.0	2,602
1991	509	1.5	3,348	366	-5.0	2,465
1992	507	-0.5	3,280	313	-14.5	2,106
1993	531	4.7	3,380	286	-8.7	1,926
1994	559	5.3	3,507	250	-12.6	1,686
1995	584	4.4	3,606	240	-4.1	1,618
1996	596	2.2	3,628	231	-3.6	1,564
1997	616	3.4	3,693	234	1.4	1,591
1998	617	0.0	3,639	222	-5.3	1,511
1999	618	0.3	3,595	236	6.4	1,614
2000	645	4.3	3,696	260	10.0	1,775
2001	653	1.3	3,693	273	5.1	1,87
2002	671	2.7	3,740	286	4.7	1,968
2003	678	1.1	3,734	307	7.3	2,121
2004	717	5.7	3,899	329	7.2	2,285
2005	740	3.2	3,977	350	6.4	2,443
2006	769	4.0	4,091	378	8.2	2,654
2007	816	6.1	4,298	411	8.5	2,889
2008	858	5.2	4,479	432	5.2	3,044
2009	852	-0.6	4,410	398	-7.8	2,808
2010	916	7.5	4,699	414	4.0	2,923

b) Comércio Brasil e Rússia entre 1992 e 2010. Fonte: MDIC



**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO
RUSSIA, FEDERAÇÃO DA**

RT 102
09/02/2012
US\$ F.O.B.

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ F.O.B. (A)	Var. % (%)	Part. % (%)	US\$ F.O.B. (B)	Var. % (%)	Part. % (%)	Saldo (A-B)	Déficit-Comércio (A-B)	Cobertura (A/B)
1992	22.197.427	...	0,00	22.197.427	22.197.427	...
1993	220.459.412	922,82	0,27	213.819.945	...	0,82	8.793.466	434.028.289	1,03
1994	173.340.987	-21,26	0,40	438.242.982	104,32	1,32	-264.901.995	603.583.970	0,40
1995	269.288.038	228,41	1,22	459.400.728	-6,13	0,82	189.798.206	874.788.764	1,39
1996	488.740.870	-18,19	0,98	453.948.398	-1,28	0,78	81.794.174	868.698.988	1,18
1997	700.993.808	63,31	1,44	332.903.020	-20,08	0,94	437.890.888	1.083.588.828	2,24
1998	647.331.208	-14,88	1,27	283.308.842	-5,19	0,81	364.022.366	946.040.020	2,37
1999	748.291.383	16,28	1,48	319.182.733	7,48	0,84	431.128.620	1.081.484.088	2,37
2000	420.888.728	-43,32	0,77	870.858.179	81,08	1,02	-447.728.454	923.881.024	0,74
2001	1.103.820.983	180,85	1,85	484.358.252	-18,84	0,64	618.301.281	1.888.819.874	2,37
2002	1.283.810.824	16,28	2,07	437.738.258	-7,87	0,87	824.770.888	1.888.280.780	2,02
2003	1.820.229.232	42,19	2,05	682.158.945	28,79	1,19	945.098.888	2.028.281.781	2,05
2004	1.820.048.497	0,02	1,72	898.024.180	42,18	1,29	826.074.227	2.462.958.957	2,05
2005	2.817.424.847	72,88	2,48	728.131.034	-10,83	0,98	2.192.303.813	3.638.882.851	4,94
2006	3.443.427.733	18,03	2,50	942.879.802	30,33	1,03	2.500.547.931	4.288.071.238	3,88
2007	3.741.292.504	8,82	2,33	1.170.087.798	81,43	1,42	2.031.204.706	5.441.383.303	2,19
2008	4.828.878.888	28,37	2,38	3.332.050.081	94,38	1,93	1.320.528.828	7.884.028.920	1,49
2009	2.888.981.120	-38,38	1,87	1.612.127.088	-47,28	1,11	1.488.434.024	4.288.888.248	2,03
2010	4.132.040.877	44,74	2,08	1.810.348.832	38,28	1,08	2.241.694.048	6.082.387.708	2,17
2011	4.218.287.417	1,88	1,88	2.844.188.811	54,12	1,30	1.273.091.808	7.180.443.288	1,43

Obs: (1) VAR % = CRITÉRIO DE CÁLCULO ANUAL = SOMA DO ANO ANTERIOR NA MESMA POSIÇÃO MENOR / MENOR * SOMA COM O ANTERIOR.
(2) PART. % = PERCENTUAL PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DA VAR. DO PAÍS.
IMPORTAÇÃO = SOMA ALICE - DÍVITA PARA OS QUANT. CADA SERVIÇO E/OU CADA PRODUTOS PARA OS MENS. SEQUENCIAIS.
EXPORTAÇÃO = SOMA ALICE - DÍVITA PARA OS QUANT. CADA SERVIÇO E/OU CADA PRODUTOS PARA OS MENS. SEQUENCIAIS.

c) Relação dos principais itens de exportação do Brasil para a Rússia. Fonte: MDIC

Seq	N C M	Descrição	2012 (Jan/Jun)			2011 (Jan/Jun)			Var. Rel. 12/11
			Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	
		TOTAL GERAL	154.160.270	100,00	84.317.119	100,00	348.242.038	-50,70	
		TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	154.235.488	99,94	84.317.119	100,00	348.242.038	-50,70	
1	02023000	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO CONGELADAS	71.616.457	46,82	16.193.013	18,70	13.468.479	22,93	
2	17011400	OUTROS ACUCARES DE CANA	27.674.529	18,07	54.559.241	64,56	2.820.800	-22,41	
3	08011110	CAFE NAO TORRADO NAO DESCAFEINADO EM GRAO	8.634.411	5,73	1.873.800	2,22	634.400	31,41	
4	24012030	FIJVO NUNAVUF TOTALPARC DESTAL FLS SECAS ETC VIRGINIA	4.428.132	4,18	1.028.400	1,57	822.925	28,21	
5	21011110	CAFE SOLVEL, MESMO DESCAFEINADO	8.133.808	3,98	622.851	0,90	3.890.797	-28,77	
6	02071400	PEDAÇOS E MIJDEZAS COMEST DE GALANGALINHAS CONGELADOS	5.042.999	3,27	2.368.680	2,20	10.799.101	-88,32	
7	02032900	OUTRAS CARNES DE SUINO CONGELADAS	4.268.223	2,77	1.321.931	1,18	91.056	-7,04	
8	84039990	OUTS CALÇADOS SOL. EXTAIOPR. PLAST COURO NAT.	3.952.918	2,58	78.242	0,09	451.412	20,28	
9	05040011	TIRPAS DE BOVINOS, FRESCAS REFRIG CONGEL, SALG. DE FUMAGAS	2.842.295	1,91	513.105	0,78	74.772	-74,72	
10	02032100	CARCOJAS E MEIAS-CARCOJAS DE SUINO CONGELADAS	1.454.471	1,07	642.783	0,78	3.311.330	283,09	
11	24013000	DESPERROÇOS DE FIJVO	1.128.115	0,73	1.747.680	2,09	287.040	-50,10	
12	12042400	AMENDONS PESCADOS, MESMO TRITURADOS	1.045.837	0,68	557.000	0,68	273.800	0,96	
13	24012400	FIJVO NUNAVUF TOTALPARC DESTAL FLS SECAS TIPO "BULET"	1.035.424	0,67	728.200	0,86	52.402	-12,95	
14	8484010	CAIYOS DE TRANSMISSAO REDUTORES ETC DE VELOCIDADE	52.843	0,03	111.800	0,13	182.115	25,24	
15	84281190	OUTROS "BULDOZERS" E "ANGLEDZERS" DE LAMINARIAS	788.816	0,50	78.009	0,09	142.357	13,52	
16	84029990	OUTS CALÇ COBR. TORNOZ PART SUP BOPR. PLAST	792.858	0,49	41.539	0,05	1.821.115	-13,52	
17	02072700	CARNES DE PERUJAS PERUS EM PEDAÇOS E MIJDEZAS CONGELADAS	742.588	0,48	180.005	0,19	555.678	-20,29	
18	84143011	MOTOCOMPRESSOR HERMETICO CAPACIDADE<4700 FRIGORIAS/HORA	657.378	0,41	148.455	0,18	80.974	-23,39	
19	24012090	OUTROS FIJVOS NAO MANUFATURAD. TOTALPARCALM DESTALADOS	504.729	0,33	40.300	0,21	32.333	3,04	
20	84022000	CALÇADOS DE BORRACHA PLASTIC PARTE SUPER EM TIRAS ETC.	494.892	0,32	33.347	0,13	413.480	115,41	
21	84285111	CARREGADORAS-TRANSPORTADORAS LITL. VINHAS SUBSTRERANEAS	428.086	0,28	351.284	0,41	105.508	-78,82	
22	99997103	JUALHERIA DE OURO DO CAPITULO 91 DA NCM	288.580	0,19	8.714	0,01	125.000	488,91	
23	44119290	INCUBADORA PIBERES	271.511	0,18	187.012	0,22	48.240	-29,57	
24	90189091	BENJAS E ESTOVAGOS DE ANIMAIS, EXC. PEIXES, FRESCAS ETC.	265.842	0,17	130.000	0,16	1.102.272	2,19	
25	05040090	OUTROS GRAGOS DE AMENDONS, DESCAÇAD NITROGENADOS, MODOZ	255.575	0,16	107.981	0,13	11.700	-1,92	
26	12022090	PERNAS, P.S. E PEDAÇOS NAO DESOSSADOS DE SUINO CONGELADOS	235.747	0,15	10.075	0,07	39.327	-22,15	
27	02032200	OUTS COIYOS PELES NT BOVINOS PREPARAS ETC	232.451	0,15	40.491	0,07	9.851	-24,82	
28	41071200	OUTS COIYOS PELES NT BOVINOS PREPARAS ETC	228.525	0,15	14.890	0,09	2.482	29,57	
29	02019000	CARNES DESOSSADAS DE JUNCO DE AREMALTO DE VAPORE ETC.	225.204	0,15	14.890	0,09	48.240	-24,82	
30	84243090	OUTS VAIOS E APJARS DE JUNCO DE AREMALTO DE VAPORE ETC.	219.726	0,14	5.891	0,01	2.482	29,57	
31	84041900	OUTS CALÇADOS DE MATERIA TEXTIL, SOLA DE BORRACHA PLAST	207.590	0,14	32.404	0,09	2.482	29,57	
32	35040090	OUTRAS MATERIAS PROTICAS SELS, DERIVADOS E PO DE PELES	204.823	0,13	2.584	0,05	874	51,78	
33	84039990	OUTS CALÇADOS SOLA, EXT. COUR. NAT. COBR. TORN.	187.263	0,12	300.000	0,34	874	51,78	
34	10083011	ARROZ SEMBRANQUEADO, ETC. PAROLIZADO, POLIDO OU BRUNDO	172.538	0,11	1.301	0,04	52.850	-78,42	
35	42022100	BOLSAS DE COURO NATURAL, RECONSTITUIDO OU ENVERIZADO	162.100	0,11	79.000	0,10	10.898	-1,01	
36	20081100	AMENDONS PREPARADOS OU CONSERVADOS	148.000	0,09	8.635	0,02	15.878	48,88	
37	84248119	OUTS APARELHOS PIPULVERAR FUNGICIDAS INSETICIDAS ETC.	146.007	0,09	17.484	0,03	3.880	0,08	
38	82119210	FACAS DE COZINHAMENTO, GUELE DE LAMINA FIXA, DE MET. COMUNS	131.885	0,08	1	0,00	415.189	0,13	
39	08013200	CANSTANHA DE CAJU, FRESCA OU SECA, SEM CASCA	131.925	0,08	82.800	0,13	219.939	-88,81	
40	37024310	FIJVES PIARTES GRAF. SENS. NUNAVUF. L<810MM. C<420MM. BOLOS	125.458	0,08	8.010	0,01	14.829	-78,42	
41	71131900	ARTEFATOS DE JUALHERIA, DE OUTROS METAS PRECIOSOS ETC.	124.532	0,08	14.829	0,02	107.242	0,07	
42	17049200	BOVINOS, CARAMELOS, CONFETOS E PLASTILHAS, SEM CACAU	122.592	0,08	3.358	0,01	
43	41079210	COIYOS PELES, BOVINOS PREPARAS E PLASTILHAS, SEM CACAU	122.592	0,08	3.358	0,01	
44	23081900	OUTS FRUTAS DE CASCA RUA, OUTS SEMENTES PREPARAS, CONSERV.	107.242	0,07	
45	37024421	FIJVES PIARTES GRAF. MODOC. NUNAVUF. L<810MM. EM ROLOS	107.242	0,07	



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
RUSSIA, FEDERACAO DA
PRINCIPAIS PRODUTOS

RT_312
09/02/2012
US\$ F.O.B.



**IMPORTAÇÃO BRASILEIRA
RUSSIA, FEDERACAO DA
PRINCIPAIS PRODUTOS**

RT 312
10/02/2012
US\$ F.O.B.

d) Principais produtos importados da Rússia pelo Brasil.

Seq	N C M	Descrição	2012 (Jan/Jan)			2011 (Jan/Jan)			Var. Rel. Jan/Jan
			Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	Valor US\$ F.O.B.	Part. %	Peso Kg	
TOTAL GERAL			197.598.935	100,00	486.221.661	208.743.706	100,00	589.708.538	-5,34
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS			197.598.567	100,00	486.221.462	153.166.929	100,00	445.156.051	-5,34
1	31021010	UREIA COM TEOR DE NITROGENIO>45% EM PESO	43.841.181	22,19	90.820.588	28.294.972	13,55	83.800.000	54,94
2	31052000	ADUBOS OU FERTILIZANTES C/ NITROGENIO, FOSFORO E POTASSIO	30.873.039	15,63	60.911.935	31.192.128	14,94	79.248.894	-1,64
3	31023000	NITRATO DE AMONIO/MESMO EM SOLUCAO AQUOSA	24.650.859	12,48	75.423.500	21.711.428	10,40	81.851.300	13,54
4	27011200	HULHA BETUMINOSA, NAO AGLOMERADA	24.266.143	12,28	144.024.070	8.878.721	4,25	47.807.150	173,31
5	31042080	OUTROS CLORETO DE POTASSIO	13.263.493	6,72	25.351.700
6	31042080	PALADIO EM FORMAS BRUTAS OU EM PO	10.800.488	5,36	505	8.706.668	4,17	351	21,75
7	31042080	DIÓXIDO DE FOSFATO DE AMONIO, INCL. MIST. HIDROGEN. ETC	8.868.088	4,40	12.381.980	3.998.270	1,83	5.270.000	159,75
8	25030010	ENXOFRE A GRANEL, EXC. SUBLIMADO PRECIPITADO OU COLoidal	6.793.508	3,44	28.287.000	11.101.129	5,32	68.322.700	-38,80
9	40028000	BORRACHA DE ISOPRENO (IR) EM CHAPAS, FOLHAS, TIRAS, ETC.	3.767.323	1,91	822.960	2.798.355	1,34	669.400	34,63
10	40028000	OUTROS LAMIN. FERROUSOS > 0,5MM, QUENTE, ROLLOS, ETC.	3.615.183	1,83	5.067.130	1.466.365	0,70	2.450.740	146,54
11	40028000	BORRACHA DE BUTADIENO (BR) EM CHAPAS, FOLHAS, TIRAS, ETC.	2.990.972	1,41	650.880	4.073.788	1,95	1.569.800	-31,48
12	40028000	BORRACHA DE ISOBUTENO-SOPRENO HALOGENADA EM CHAPAS, ETC.	2.921.760	1,48	957.000	2.084.351	1,00	608.400	11,39
13	72091800	LAMIN. FERROUSOS > 0,5MM, EM ROLLOS, 1MMx<E>3MM	1.659.518	0,84	2.315.930	844.473	0,31	890.420	188,53
14	72093800	ZINCO N/LIG. CONT. ZINCO > 99,99%, QUENTE, ROLLOS, 3MMx<E>4,75MM	1.621.438	0,82	2.272.540	3.246.634	1,56	5.628.020	-50,08
15	79011111	PLATINA EM FORMAS BRUTAS OU EM PO	1.555.075	0,79	33
16	71101100	LAMINILHAS DE ACOES AO SILICIO > 0,001MM, GRAOS ORIENT.	1.422.917	0,72	622.817
17	72251100	SULFATO DE AMONIO	1.255.153	0,64	1.923.300	297.228	0,14	504.000	322,29
18	65451100	ELETRODOS DE CARVAO PULSO EM FORMAS ELET.	1.210.404	0,61	5.070.866	9.279.088	4,45	53.639.887	-86,96
19	31022100	LAMIN. FERROUSOS > 0,5MM, EM ROLLOS, 0,5MMx<E>1MM	1.156.505	0,59	379.487	2.131.044	1,02	785.402	-45,84
20	72091700	OUTROS NITRATOS DE SODIO POTASSIO	856.655	0,43	1.020.521	1.283.860	0,63	1.826.550	-22,81
21	40112090	OUTROS PNEUS NOVOS PARA ONIBUS OU CAMINHÕES	854.908	0,43	212.160	365.210	0,17	108.045	134,57
22	31059019	RODIO EM FORMAS BRUTAS OU EM PO	828.052	0,42	78	1.995.287	0,96	28	-86,50
23	71031000	LAMIN. FERROUSOS QUENTE > 0,5MM, ROLLO, MOTIVO EM RELEVO	817.818	0,41	1.114.740
24	72083700	PASTA QUIM. MADEIRA DE CONIFERA, A SODA OU SULFATO CRUA	576.418	0,29	812.120	3.494.220	1,67	6.032.650	-83,42
25	29071910	2-6-DI-TER-BUTIL-P-CRESOL E SEUS SAIS	493.648	0,25	707.997	460.941	0,22	145.283	-1,11
26	48010010	PAPEL, JORNAL, EM ROLLOS, FLIS <E> 57G/M2, FIBRA, PROC. MEC <E> 65%	445.838	0,23	123.200	1.227.984	0,59	2.120.397	-63,59
27	48010010	SULFATOS DE CROMIO	441.111	0,23	680.818	202.214	0,10	180.000	88,77
28	28332980	AGENTES ORGANICOS DE SUPERFICIE, NAO IONICOS	381.711	0,19	169.440	366.565	0,18	185.440	-9,88
29	34021300	LATEX DE BORRACHA DE ESTRENO-BUTADIENO (SBR)	252.588	0,13	64.800
30	40021110	PARTES DE OUTROS MOTORES, GRUPOS ELETROG. ETC.	244.708	0,12	3.607
31	29071990	OUTROS NEGROS DE CARBONO	241.108	0,12	91.600
32	28330100	BORRACHA DE ISOBUTENO-SOPRENO (BUTAL) EM CHAPAS, ETC.	230.234	0,12	186.245	33.791	0,02	21.450	581,35
33	40023100	OUTROS RELES, BOLS. <E> TENSÃO > 1000VOLT.	170.208	0,09	45.560	984.527	0,47	304.560	-82,29
34	85359108	OUTROS INTERUP. EXC. CONT. INEROS, VILCO <E> 1600A	168.192	0,09	3.520	7.500	0,00	22	-22,27
35	85359108	OUTROS PROD. E PREPAR. A BASE DE COMPOSTOS ORGANICOS	143.688	0,07	68.800	216.383	0,10	4.924	-35,55
36	84298009	PARTES DE AVIOES DE TRANSMISSAO, MANIVELAS, MANCAIS, ETC.	133.177	0,07	2.373
37	29031200	DIÓXIDO DE NITROGENIO, QUENTE OU METILENO	132.092	0,07	151.200	221.616	0,11	237.600	-39,44
38	75021010	TIRAS ARTIFICIAIS DE PROTEINAS ENDURECIDAS	112.096	0,06	6.000	120.560	0,06	5.200	-7,03
39	39171010	TIPOGRAFICAS EM FORMA PRIMARIA	105.025	0,05	8.100
40	39022000	POLILETILENO, G/L 400 EM FORMA PRIMARIA	105.025	0,05	18.000
41	39072031	POLILETILENO, G/L 400 EM FORMA PRIMARIA	89.373	0,05	55.200	28.433	0,01	18.400	214,33

e) Parceiros fornecedores ao Brasil (jan-nov 2010). Fonte: MDIC/ SECEX

<u>parceiro</u>	<u>Importação (milhões US\$)</u>	<u>variação(2010 -2009)</u>	<u>% do total</u>
EUA	19948	34,5	34,5
China	18210	65,2	13,8
Argentina	10596	34	8
Alemanha	9084	28,4	6,9
Coreia do Sul	6377	92,8	4,8
Japão	5038	24,2	3,8
Nigéria	4595	39,2	3,5
França	3545	37,9	2,7
Itália	3530	35,6	2,7
Índia	2984	108,1	2,3
Chile	2881	52,8	2,2
México	2775	41,6	2,1
Reino Unido	2368	61,6	1,8
Taiwan	2282	38,4	1,7
Suíça	2133	46,2	1,6

f) Principais compradores do Brasil (jan-nov 2010). Fonte SECEX / MDIC

<u>país</u>	<u>exportações, (US\$ milhões)</u>	<u>variação (2009-2010)</u>	<u>% do total</u>
China	23192	34,3	16
EUA	14155	24,6	9,8
Argentina	13033	57,4	9
Países Baixos	7335	23,7	5,1
Alemanha	5926	36,5	4,1
Japão	4954	63,5	3,4
Reino Unido	3152	17,1	2,2
RÚSSIA	2081	42,9	2,1
Itália	2988	33,4	2
Chile	2931	62	2
Espanha	2917	43,5	2
Venezuela	2848	10,4	2
México	2747	46,3	1,9
Coreia do Sul	2621	27,7	1,8
França	2521	14	1,7

g) Investimentos externos no Brasil por país de origem de 2001 a 2009 (em US\$ milhões). Fonte: Banco Central do Brasil.

país	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
África do Sul	5,71	5,57	8,27	3,59	3,69	9,96	1,53	5,46	2,67
Alemanha	1.047,46	628,29	507,61	794,73	1.269,32	848,27	1.756,78	1.036,57	2.459,22
Argentina	56,77	88,47	76,16	80,50	112,23	124,96	71,07	125,62	80,09
Coréia, República da	24,97	4,12	12,19	23,74	168,01	109,53	265,13	631,01	131,88
Chile	62,04	46,90	66,75	21,80	102,68	26,74	715,76	263,40	1.026,73
China, RP	28,08	9,74	15,51	4,35	7,56	6,65	24,30	38,42	82,01
Espanha	2.766,58	586,90	710,47	1.054,93	1.220,43	1.513,74	2.163,52	3.787,47	3.415,19
EUA	4.464,93	2.614,58	2.382,75	3.977,83	4.644,16	4.433,68	6.039,19	6.917,95	4.878,32
França	1.912,82	1.814,97	825,23	485,86	1.458,41	744,59	1.214,40	2.856,13	2.136,48
Itália	281,27	472,50	390,44	429,21	345,68	200,73	258,98	326,27	214,69
Índia	3,38	4,00	7,43	14,14	7,91	17,55	28,16	20,22	16,23
Japão	826,60	504,48	1.368,35	243,17	779,08	647,52	464,63	4.098,78	1.672,57
México	61,10	24,40	46,60	60,34	1.661,18	781,65	408,81	220,17	166,41
Paraguai	1,23	3,63	1,08	0,69	1,40	0,66	1,91	3,73	7,86
Portugal	1.692,26	1.018,76	201,20	570,20	334,62	300,31	468,08	1.025,91	376,97
Reino Unido	416,23	474,36	254,22	275,36	153,26	395,18	1.003,54	641,00	1.025,17
Rússia	-	0,02	0,00	0,21	0,43	0,68	1,08	3,43	2,16
Suíça	181,78	347,36	335,58	364,58	341,54	1.631,01	858,58	772,86	369,07

Anexo C – Estatísticas demográficas

a) População Absoluta

Ano	Brazil	Russian Federation
1990	149,650,206	148,292,000
1991	152,146,887	148,624,000
1992	154,582,103	148,689,000
1993	156,985,824	148,520,000
1994	159,398,558	148,336,000
1995	161,848,162	148,141,000
1996	164,342,524	147,739,000
1997	166,869,168	147,304,000
1998	169,409,713	146,899,000
1999	171,936,271	146,309,000
2000	174,425,387	146,303,000
2001	176,877,135	145,949,580
2002	179,289,227	145,299,690
2003	181,633,074	144,599,447
2004	183,873,377	143,849,574
2005	185,986,964	143,150,000
2006	187,958,211	142,500,000
2007	189,798,070	142,100,000
2008	191,543,237	141,950,000
2009	193,246,610	141,850,000
2010	194,946,000	141,750,000

Fonte: Banco Mundial

b) Expectativa de vida

	Brazil	Russia
1990	66	69
1991	67	68
1992	67	67
1993	68	65
1994	68	64
1995	68	65
1996	69	66
1997	69	67
1998	69	67
1999	70	66
2000	70	65
2001	70	65
2002	71	65
2003	71	65
2004	71	65
2005	72	65
2006	72	67
2007	72	67
2008	72	68
2009	73	69
2010	73	69

Fonte: Banco Mundial

Anexo D – Estatísticas militares

a) Gastos Militares do Brasil (1988-2010). Fonte: SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute, 2012)

Year	In constant (2009) US\$ m	As % of gross domestic product
1988	[17,180]	...
1989	[17,005]	[2.6]
1990	[11,701]	[1.9]
1991	[6,913]	[1.2]
1992	[7,168]	[1.2]
1993	[10,390]	[1.6]
1994	[12,279]	[1.6]
1995	17,076	1.9
1996	15,88	1.7
1997	15,771	1.6
1998	16,952	1.7
1999	17,366	1.7
2000	18,811	1.8
2001	21,679	2
2002	22,079	1.9
2003	17,614	1.5
2004	18,301	1.5
2005	19,802	1.5
2006	20,504	1.5
2007	22,114	1.5
2008	23,528	1.5
2009	25,704	1.6
2010	28,096	...

Conventions:

US\$ m. = Million US dollars; . . = Data not available or not applicable, () = Uncertain figure, [] = SIPRI estimate.

th. = thousand; **m.** = million; **b.** = billion

b) Gastos Militares da Rússia (1988-2010). Fonte: SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute, 2012)

Year	In constant (2009) US\$ m	As % of gross domestic product
1988	[296,451]	[15.8]
1989	[274,882]	[14.2]
1990	[232,546]	[12.3]
1991
1992	[57,716]	[5.5]
1993	[50,987]	[5.3]
1994	[49,690]	[5.9]
1995	[29,427]	[4.4]
1996	[25,987]	[4.1]
1997	[28,834]	[4.5]
1998	[18,400]	[3.3]
1999	[19,061]	[3.4]
2000	[25,977]	[3.7]
2001	[28,833]	[4.1]
2002	[32,035]	[4.4]
2003	[34,080]	[4.3]
2004	[35,454]	[3.8]
2005	[38,669]	[3.7]
2006	[42,317]	[3.6]
2007	[45,908]	[3.5]
2008	[50,937]	[3.5]
2009	[53,330]	[4.3]
2010	[52,586]	

Conventions:

US\$ m. = Million US dollars; . . = Data not available or not applicable, () = Uncertain figure, [] = SIPRI estimate.

th. = thousand; **m.** = million; **b.** = billion

c) Exportações de armamentos da Rússia a países latino-americanos. Fonte: SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute, 2012)

Ano	Argentina	Brazil	Colombia	Ecuador	Mexico	Peru	Uruguay	Venezuela
1992						27		
1993								
1994		9			27			
1995					27	8		
1996					24	45		24
1997	1		68	47	48	11		24
1998	0			16	14	4		
1999						95		
2000					80			
2001						1		
2002			41		2			
2003								
2004								
2005								
2006			0		34		7	356
2007			29					758
2008				2				702
2009			34	2		12		252
2010		77			7			57
Total	1	86	172	67	262	202	7	2173

Obs: Figures are SIPRI Trend Indicator Values (TIVs) expressed in US\$ million at constant (1990) prices.

Anexo E – Relação de tratados entre Brasil e Rússia

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação (dezembro de 2010)
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais	20/11/1992	20/11/1992	Vigente
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/01/1993	07/09/1995	Vigente
Programa de Intercâmbio nas Áreas de Cultura, Educação e Desportos para o Período de 1993/1995.	22/10/1993	22/10/1993	Não Vigente
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômico-Comercial	03/12/1993	03/12/1993	Vigente
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares	06/06/1994	06/06/1994	Vigente
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Pessoal das Respectivas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Comerciais	27/07/1994	27/07/1994	Vigente
Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	15/09/1994	27/03/1996	Vigente
Acordo, ptn., sobre a Revogação das Quotas do Pessoal das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Escritórios Comerciais da Federação da Rússia	07/10/1994	11/10/1994	Vigente
Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia.	11/10/1994	11/10/1994	Vigente
Acordo de Cooperação para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	11/10/1994		Não Vigente
Memorando de Intenções sobre o Desenvolvimento da Cooperação no Domínio da Defesa do Meio Ambiente entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	11/10/1994	11/10/1994	Vigente
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação de Consulado-Geral na Cidade de São Paulo	14/07/1995	14/07/1995	Vigente
Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	13/08/2002	Vigente
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	21/11/1997	25/07/1999	Vigente
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	21/11/1997	30/09/1999	Vigente
Declaração Conjunta sobre a Constituição da Comissão Mista Brasileiro Russa de Alto Nível de Cooperação a ser Presidida pelo Vice-Presidente da Rep. do Brasil e pelo Pres. do Gov. da Fed. da Rússia	21/11/1997	21/11/1997	Vigente
Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação com Vistas ao Século XXI.	21/11/1997	21/11/1997	Vigente
Acordo sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde Animal	23/04/1999	19/10/2000	Vigente

Acordo sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal	22/06/2000		Vigente
Tratado sobre Relações de Parceria	22/06/2000		Vigente
Plano de Ações Conjuntas	22/06/2000		Vigente
Entendimento, ptn, sobre a Alienação Única de Veículos de Propriedade das Embaixadas e de seus Funcionários no Território da Outra Parte sem a Cobrança de Taxas Alfandegárias e de Impostos	04/07/2001		Vigente
Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	12/12/2007	Vigente
Acordo de Assistência Mútua para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras	12/12/2001		Vigente
Acordo sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência	12/12/2001		Vigente
Declaração sobre o Combate ao Terrorismo	12/12/2001		Vigente
Tratado de Extradicação	14/01/2002	01/01/2007	Vigente
Protocolo de Cooperação entre o MRE e a Universidade Estatal de Moscou - Lomonossov na Área de Preparação de Especialistas em Língua Portuguesa e Cultural Brasileira.	14/01/2002		Vigente
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Desportivo para o Período de 2002 a 2003	14/01/2002		Não Vigente
Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da Republica Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin.	14/01/2002		Vigente
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo	09/04/2002		Vigente
Declaração Conjunta dos Ministros dos Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	19/12/2003		Vigente
Memorando de Entendimento a respeito do Programa de Cooperação sobre Atividades Espaciais	22/11/2004	22/11/2004	Vigente
Memorando de Entendimento na Área de Telecomunicações	22/11/2004	22/11/2004	Vigente
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Esportivo para o Período de 2005 a 2007.	22/11/2004	01/01/2005	Vigente
Programa de Cooperação em Ciência e Tecnologia para o período de 2004 a 2006	22/11/2004	22/11/2004	Vigente
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte	22/11/2004	22/11/2004	Vigente
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004		Em Tramitação
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente do Brasil e o Presidente da Rússia	22/11/2004	22/11/2004	Vigente

Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Pútin (Moscou, em 18 de outubro de 2005)	18/10/2005		Vigente
Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação	04/04/2006	04/04/2006	Vigente
Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa	04/04/2006	04/04/2006	Vigente
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Metrologia entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial do Brasil e a Agência Federal de Regulamentação Técnica e Metrologia da Federação Russa	04/04/2006	04/04/2006	Vigente
<i>Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos</i>	14/12/2006	24/07/2009	<i>Em Tramitação</i>
<i>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas.</i>	13/08/2008		<i>Em Tramitação</i>
Declaração Conjunta – Visita Oficial à República Federativa do Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitry Medvedev	26/11/2008	26/11/2008	Vigente
<i>Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar</i>	26/11/2008		<i>Em Tramitação</i>
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	07/06/2010	Vigente
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	14/05/2010	14/05/2010	Vigente
<i>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação</i>	14/05/2010		<i>Em Tramitação</i>
<i>Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral</i>	14/05/2010		<i>Em Tramitação</i>
Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2010-2012	14/05/2010	14/05/2010	Vigente

Glossário de siglas e abreviaturas

ABIPECS - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEB – Agência Espacial Brasileira

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

APMT – Acordo para Proteção Mútua de Tecnologia

AST – Acordo de Salvaguardas Tecnológicas

BM – Banco Mundial

CAN – Comissão de Alto Nível

CAP – Comissão para Assuntos Políticos

CEI – Comunidade dos Estados Independentes

CIC – Comissão Intergovernamental de Cooperação

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

COLESTE - Comissão de Comércio com a Europa Oriental

CSNU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial do Brasil

FIERJ – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

Gosstat (Госстат) – Serviço Federal de Estatísticas do Estado. Em russo, Федеральная служба государственной статистики.

GUAM (ГУАМ) – Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico (Acrônimo para os países participantes: Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia).

G3 – ver IBAS

G7 – Grupo dos sete países mais industrializados (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido)

G7 +1 ou G8 – Grupo dos sete países mais industrializados mais a Rússia.

G20 – Grupo das 19 maiores economias mundiais mais a União Europeia.

IBAS – Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

ILA-RAN (ИЛА-РАН)– Instituto de América Latina da Academia Russa de Ciências. (Институт Латинской Америки Российской Академии Наук).

ISS – Sigla em inglês para a Estação Espacial Internacional (do original, International Space Station).

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MID (МИД)– Sigla empregada em russo para designar Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa. Em russo, Министерство иностранных дел Российской Федерации.

Minatom (МинАтом) – Ver Rosatom

Minekonomrazvitiya (Минэкономразвития) – Abreviatura para o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação Russa (Министерство экономического развития Российской Федерации)

Minoborony (Минобороны) – Abreviatura para o Ministério da Defesa da Federação Russa (Министерство обороны Российской Федерации)

Minobrnauki (Минобрнауки) – Abreviatura para o Ministério da Educação e da Ciência da Federação Russa. (Министерство образования и науки Российской Федерации)

Minpromtorg (Минпромторг) – Abreviatura para o Ministério de Investimentos e Comércio Exterior da Federação Rússia (Министерство промышленности и торговли Российской Федерации). Substituiu o antigo Ministério das Relações Econômicas com o Exterior.

Minselkhos (Минсельхоз) – Abreviatura para o Ministério da Agricultura da Federação Russa (Министерство сельского хозяйства Российской Федерации)

Minyust (Минюст) – Abreviatura para o Ministério da Justiça da Federação Russa (Министерство юстиции Российской Федерации)

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil(Itamaraty)

MTCR – Sigla em inglês para o Regime de Controle da tecnologia de Mísseis

OMC – Organização Mundial do Comércio

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCX – Organização para a Cooperação de Xangai

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PdVSA – Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima. Empresa estatal venezuelana para o comércio de hidrocarbonetos.

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

Rosatom (Росатом) – Empresa Estatal Russa de Energia Atômica. Substituiu o Ministério para Energia Nuclear (Minatom) desde 2004.

Roskosmos (Роскосмос) – Agência Federal Espacial da Rússia. Do original, Федеральное космическое агентство

Rosoboronexport (Рособоронэкспорт) -

Rosselkhozakademiya (Россельхозакадемия)– Academia Russa de Ciências Agrárias. (Российская академия сельскохозяйственных наук)

RSPP (РСПП) – Sigla em russo para a União Russa de Industrialistas e Empresários. Do original, Российский союз промышленников и предпринимателей.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior do Brasil (subordinada ao MDIC).

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

SSR – Satélite de Sensoriamento Remoto

START 1 – Convenção sobre Redução de Armamentos Estratégicos de 1991. Do original em inglês, Strategic Arms Reduction Treaty.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UE – União Europeia

VLS – Veículo Lançador de Satélites

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul